UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

LEOPOLDO FERNANDES DA SILVA

**Da Praça do Mercado ao Matadouro: política e abastecimento de gêneros alimentícios
em São Paulo nas décadas finais do Império e iniciais da República (1867-1910)**

Versão corrigida

São Paulo

2018

LEOPOLDO FERNANDES DA SILVA

**Da Praça do Mercado ao Matadouro: política e abastecimento de gêneros alimentícios
em São Paulo nas décadas finais do Império e iniciais da República (1867-1910)**

Versão corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Orientadora: Prof^ª Dra. Esmeralda Blanco
Bolsonaro de Moura

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586p SILVA, Leopoldo Fernandes da
Da Praça do Mercado ao Matadouro: política e
abastecimento de gêneros alimentícios em São Paulo
nas décadas finais do Império e iniciais da
República (1867-1910) / Leopoldo Fernandes da SILVA
; orientadora Esmeralda Blanco Bolsonaro de MOURA. -
São Paulo, 2018.
254 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

1. abastecimento de alimentos. 2. abatedouros. 3.
mercados. I. MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de ,
orient. II. Título.

SILVA, Leopoldo Fernandes da. **Da Praça do Mercado ao Matadouro:** política e abastecimento de gêneros alimentícios em São Paulo nas décadas finais do Império e iniciais da República (1867-1910). Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

A realização de uma tese de pós-graduação envolve muitas pessoas que nos auxiliam no decorrer dos anos de pesquisa e escrita. Enumerá-las todas em grau de importância para o pesquisador e para o trabalho apresentado consiste em tarefa ingrata pela possibilidade de cometer injustiças com aqueles que nos auxiliaram.

Em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo financiamento concedido para a realização dessa pesquisa de doutorado.

À minha orientadora Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura pelas proveitosas discussões sobre os temas do abastecimento e da história de São Paulo, bem como à leitura atenta dos manuscritos e pelas observações precisas que incrementaram as conclusões desse trabalho.

Aos professores Heloisa Barbuy e André Mota, pela leitura crítica do relatório de qualificação e pelas preciosas indicações que, na medida do possível, foram incorporadas na elaboração do texto final da tese.

Gostaria de registrar um agradecimento especial aos funcionários das Bibliotecas Mário de Andrade e Florestan Fernandes da FFLCH/USP e do Arquivo Histórico Municipal “Washington Luís”, pela atenção paciente e pela disponibilidade em auxiliar a tarefa do pesquisador, tornando-a menos penosa e mais gratificante.

Aos meus pais, Rosana e Ronaldo, apoiadores incondicionais e essenciais nessa empreitada. Aos meus tios, Maurício e Regiani, cujo incentivo foi imprescindível para eu me tornar historiador. Aos meus amigos, Jackson, Johnson, Marcel, Leandro, Guilherme, Thiago e Artur, pela companhia, conversas e militância. À minha companheira Patrícia, pela atenção e compreensão nesses últimos anos, bem como pela revisão dos manuscritos, especialmente pelo apoio incondicional nos momentos difíceis de pesquisa e escrita.

Gostaria de registrar minha dívida de vida com minhas avós Olga Pravata Loiacono e Noêmia Alves da Silva. Nossa convivência, nos primeiros anos de pesquisa, me auxiliou a compreender o mundo e a família de forma mais humana.

RESUMO

SILVA, Leopoldo Fernandes da. **Da Praça do Mercado ao Matadouro: política e abastecimento de gêneros alimentícios em São Paulo nas décadas finais do Império e iniciais da República (1867-1910).** 253f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

Esta pesquisa aborda a organização do abastecimento de gêneros alimentícios no bojo da transformação da cidade de São Paulo em metrópole industrial e da modernização do seu espaço urbano central, nas últimas décadas do Império e iniciais da República. Com esse objetivo, investigamos a criação da primeira Praça do Mercado na Rua 25 de Março e a transferência do Matadouro do bairro do Bexiga para a Vila Mariana. O estabelecimento de espaços institucionais para a produção e comércio de gêneros de primeira necessidade visava concentrar os segmentos comerciais do abastecimento com o propósito de retirá-los do triângulo central, bem como de aprimorar a fiscalização tributária e sanitária sobre esse setor. Por meio da utilização dos informes dos memorialistas, das atas da câmara e da imprensa diária da cidade, analisamos os conflitos suscitados pela organização do comércio de abastecimento, vinculado ao mercado e ao matadouro. E reconstituímos os movimentos coletivos e suas formas de protesto para viabilizar interesses econômicos e políticos dos vários segmentos comerciais – dos armazéns de secos e molhados na cidade, dos locatários dos quartos do mercado, dos marchantes e açougueiros – em conflito entre si e com os administradores públicos. O alinhamento político desses segmentos com os grupos em disputa na Câmara se mostrou relevante para a viabilização de demandas no setor. Os conflitos deflagrados pela intervenção e organização do comércio de abastecimento em São Paulo indicaram a existência de um campo de disputas entre interesses econômicos que envolviam diretamente os responsáveis por administrar a cidade. A pesquisa demonstra, também, o quanto a análise sobre o processo de modernização da cidade de São Paulo e de sua modernidade não pode passar ao largo das questões relativas à alimentação e ao abastecimento de gêneros de primeira necessidade.

Palavras-chave: abastecimento de alimentos, abatedouros, mercados, política e governo, São Paulo.

ABSTRACT

SILVA, Leopoldo Fernandes da. **From the Market Square to the Slaughterhouse**: politics and food supply in São Paulo in the last decades of the Brazilian Empire and the initials of the Republican Regime (1867-1910). 253f. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017.

This research discusses the food supply organization due to the transformation of São Paulo in an industrial metropolis and the modernization of its central urban area, in the last decades of the Brazilian Empire and the initials of the Republic. In order to fulfill this objective, we investigated the creation of the first public market square on the Vinte e Cinco de Março Street and the Slaughterhouse transfer from Bexiga's neighborhood to Vila Mariana. The settlement of institutional spaces for both production and trade of the essential foodstuffs aimed to concentrate the traditional food supply merchants with the purpose of withdrawing them from the urban central area. In addition, this attempt to control the foodstuff supply was designed to improve sanitary conditions and tax collecting. The documentation survey includes memorialists reports, minutes of municipal chamber and the city press release. We analyze the conflicts raised from the food supply trade organization due to the changes established with the market creation and the slaughterhouse transfer. We reconstitute the collective movements of traditional merchants (grocery stores, the market square renters, cattle and meat dealers and butchers) and their rivalries among themselves and forms of protest against the changes in the food supply organization. The political alignment of the food trade traditional merchants with the groups in dispute at municipal chamber was relevant to promote their demands. In São Paulo, we found the existence of a field of contention among the economic interests that directly involved those responsible to manage the city. The research also demonstrate how much the analysis of São Paulo's urban modernization e and its modernity should not pass off questions concerned to the essential food supply chain.

Keywords: food supply, slaughterhouse, markets, são paulo e urban politics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
 Capítulo 1 - EXPANSÃO URBANA E TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS: O MERCADO E O MATADOURO PÚBLICOS DA CIDADE DE SÃO PAULO	
Da Rua das Casinhas à Praça do Mercado da Rua 25 de Março	22
A organização do comércio de gêneros alimentícios na Praça do Mercado	28
O novo regulamento da Praça do Mercado da Rua 25 de março	34
O velho Matadouro do Bexiga	40
A transferência do Matadouro para a Vila Mariana	45
O novo Regulamento do Matadouro da Vila Mariana	53
 Capítulo 2 - A ADMINISTRAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ABASTECIMENTO EM SÃO PAULO ENTRE A MONARQUIA E A REPÚBLICA: DO CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS À POLÍCIA SANITÁRIA	
.....	67
A transformação da Praça do Mercado em Mercado Grande	82
A expansão dos Mercados no regime republicano	98
O Matadouro da capital: das Posturas à Polícia Sanitária	103
O Serviço Sanitário Municipal e a criação do Tendal de Carnes	112
 Capítulo 3 - A CONCORRÊNCIA COMERCIAL NA PRAÇA DO MERCADO: POLÍTICA E ABASTECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	
.....	117
A Praça do Mercado como arma eleitoral	118
A administração do Mercado durante a gestão de Antônio Prado (1877-1881)	127
O movimento dos comerciantes de secos e molhados da cidade e o inquérito da administração da Praça do Mercado sob a gestão de Antônio Prado	132

O movimento dos locatários do Mercado e a reconfiguração dos conflitos na República	156
---	-----

Capítulo 4 - A ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE CARNE EM SÃO PAULO

A resistência dos marchantes à nova organização do abastecimento de carne no Matadouro da Vila Mariana	174
As primeiras greves da república: marchantes, açougueiros e carroceiros contra a empresa Santo Amaro de Ferro Carris	185
O problema da carestia da carne e a mudança de percepção em relação aos marchantes	191
O contrato para o fornecimento de carne como solução alternativa ao problema da carestia	198
A imprensa e a fiscalização veterinária no Matadouro: controle sanitário e conflito de competências entre a Intendência de Polícia e Higiene e o Serviço Sanitário do Estado	205
O controle sanitário e o protesto dos marchantes	215
A Prefeitura de Antônio Prado, os marchantes e o conflito de interesses no abastecimento de carne: o imposto sobre o couro e a carne resfriada	222
CONCLUSÕES	239
FONTES e MATERIAIS	243
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	252

INTRODUÇÃO

Nosso interesse pela história da cidade de São Paulo remonta ao ano de 2008, quando iniciamos uma pesquisa de mestrado sobre os comerciantes com armazéns de secos e molhados nos bairros operários da capital, no contexto da Primeira Guerra Mundial. O período analisado, alvo de controvérsia na historiografia acerca do impacto da guerra na economia brasileira, em linhas gerais, se caracterizou por crises no mercado de trabalho e carestia dos gêneros de primeira necessidade. As condições de trabalho, moradia e alimentação da classe operária incitaram sua organização política resultando na primeira greve geral de 1917, na qual o tema da carestia dos alimentos foi central para a mobilização.

Por meio da análise dos inventários das famílias de comerciantes de secos e molhados, buscávamos conhecer o universo desses espaços comerciais que exerciam posição estratégica no abastecimento de gêneros alimentícios nos bairros populares da metrópole em formação. Nesse sentido, pesquisamos a origem e composição familiar desses comerciantes; o local de residência e trabalho; o porte dos negócios, as mercadorias vendidas, bem como as relações de crédito com fornecedores e clientes.

A pesquisa nos possibilitou, então, vislumbrar a importância dos armazéns de secos e molhados para o abastecimento de gêneros alimentícios e outros produtos de consumo imediato à população dos bairros operários em crescimento na cidade. Os cinco comerciantes examinados abasteciam-se junto aos atacadistas de gêneros agrícolas e produtos industrializados. E a análise das relações de crédito estabelecidas nos revelou as redes de sociabilidade tecidas no espaço do armazém. As dívidas passivas indicavam os fornecedores de gêneros, bem como o modo de negociar o suprimento do negócio. As dívidas ativas se relacionavam ao crédito oferecido aos clientes em mercadorias e, também, pelo empréstimo de dinheiro.¹

A partir dessa análise, percebemos a recorrência do problema da carestia e da escassez de gêneros alimentícios, nos centros urbanos brasileiros, como um fator estrutural da formação econômica e social herdada do regime colonial.² A partir dos anos 1950, a temática do abastecimento possibilitou a apreensão de outras dimensões da realidade histórica e social, até então negligenciadas nos modelos explicativos da formação socioeconômica brasileira,

¹ SILVA, Leopoldo Fernandes de. *O comércio nos bairros populares de São Paulo: os armazéns de secos e molhados (1913-1921)*. 2012. Dissertação (Mestrado) - História, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2012.

² LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.

dedicados à análise do setor exportador como o principal fator de acumulação de riqueza na economia brasileira.³

A recorrência da carestia e da escassez de gêneros alimentícios nas fontes históricas, perpassando regimes políticos e mobilizando a população das cidades brasileiras levou os pesquisadores a explorar a temática do abastecimento para ampliar nossa compreensão sobre o papel do mercado interno na formação socioeconômica brasileira. O estudo da constituição de um mercado interno remeteu os historiadores a investigar a pequena produção de subsistência, às relações de produção, às hierarquias entre os mundos rural e urbano.

A despeito dos objetivos diversos que levaram os historiadores brasileiros, nas décadas seguintes, a estudar o abastecimento, a tentativa de encontrar respostas para a carestia e a escassez no fornecimento de gêneros de primeira necessidade permeou esses estudos, tornando-se um ponto em comum, que identificava essas pesquisas.⁴

Os estudos históricos sobre o abastecimento, entre 1950 e 1980, notadamente, se dedicaram a dois momentos de mudanças na formação social brasileira: a urbanização das vilas e cidades mineiras durante o ciclo do ouro⁵ e o impacto econômico e político da chegada da família real, a partir de 1808, e a nova condição política da cidade do Rio de Janeiro, e do Brasil, como sede da Coroa Portuguesa.⁶

Nossa proposta, agora, em termos de doutorado é abordar o tema do abastecimento de gêneros alimentícios, no contexto da cidade de São Paulo, no período de constituição da metrópole cafeeira, na virada do século XIX para o XX, em meio à transição do regime imperial para o republicano. Um momento marcado pelo rápido crescimento demográfico, em meio ao início da imigração em massa de trabalhadores europeus e migrantes nacionais, e por transformações urbanas e socioeconômicas importantes.

O fenômeno urbano da capital de São Paulo, na virada do século, já foi amplamente investigado pela historiografia. Matizes diversos que caracterizaram esse

³ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

⁴ Para uma visão mais ampla sobre a produção historiográfica sobre o abastecimento, ver: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A história do abastecimento e a historiografia brasileira*. Niterói: UFF, 2006. Disponível em <http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_7.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2016.

⁵ ZEMELLA, Mafalda. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1990. ELLIS, Myriam. *Contribuição ao Estudo do Abastecimento das Áreas Mineradoras no Século XVIII*. Rio de Janeiro: MEC, 1961.

⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole: 1808-1853. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

processo foram analisados: as reformas urbanas e o embelezamento do triângulo histórico,⁷ a imigração em massa,⁸ a industrialização,⁹ a formação do operariado urbano,¹⁰ a constituição de um aparato médico e sanitário por meio de instituições públicas de higiene e saúde pública.¹¹

No entanto, ainda que esse recorte espaço-temporal de investigação tenha sido privilegiado pelas pesquisas históricas contemporâneas, são poucos os estudos voltados para a análise da regulamentação e da intervenção estatal na produção e comércio de alimentos, os gêneros de primeira necessidade, ao longo do período.

Os estudos preliminares, na bibliografia, demonstraram que, nas últimas décadas do regime monárquico, se intensificou o processo de intervenção das autoridades públicas na produção e comércio de alimentos nos centros urbanos brasileiros, tanto sob a perspectiva da concorrência comercial¹² quanto da higiene e da saúde pública.¹³ A expansão das relações socioeconômicas capitalistas, no período de transição do regime monárquico para o republicano, exigia a ampliação do controle e da intervenção das autoridades municipais e estaduais sobre o espaço urbano e as atividades econômicas nele desenvolvidas.¹⁴

Na cidade de São Paulo, identificamos, no período, a intervenção das autoridades públicas na organização do comércio de gêneros de primeira necessidade, a partir dos processos de criação e regulamentação das atividades de duas estruturas institucionais: a Praça do Mercado da Rua 25 de Março, em 1867, e o Matadouro da Vila Mariana, em 1886. Os dois processos escolhidos para o presente estudo devem-se ao seu papel no abastecimento

⁷ TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas cidades, 1983. BARBUY, Heloisa. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo (1860-1914)*. São Paulo: Edusp, 2006.

⁸ HALL, Michael M. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. PhD Dissertation, Columbia University, 1969. BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. São Paulo: Pioneira, 1968.

⁹ DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo: 1880-1945*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, Edusp, 1971.

¹⁰ MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. *O Trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana 1890-1920*. Petrópolis, 1982.

¹¹ RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História Sem Fim... Inventário da Saúde Pública São Paulo – 1880 – 1930*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993. MOTA, André. *Tropeços da Medicina Bandeirante: Medicina Paulista entre 1892-1920*. São Paulo: EDUSP, 2005.

¹² AGUIAR, Manoel Pinto de. *Abastecimento: crises, motins e intervenção*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

¹³ GIORDANO, Carolina. *Ações Sanitárias na Imperial cidade de São Paulo: mercados e matadouros*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Arquitetura e Urbanismo - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

¹⁴ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Cotidiano de Trabalhadores na República: São Paulo – 1889-1940*. Coleção “Tudo é História”. São Paulo: Brasiliense, 1990.

dos gêneros considerados fundamentais, pelas autoridades, para satisfazer as necessidades da população urbana, no âmbito do que então se entendia como a “alimentação pública”.

A partir desses dois espaços institucionais de produção e comércio de alimentos, o poder municipal passou a exercer um papel ativo na regulação da circulação de gêneros na cidade. Essa regulação tinha em vista garantir o suprimento adequado e a preços acessíveis de gêneros de primeira necessidade e equilibrar a concorrência comercial por meio da cobrança de tributos. Adicionalmente, O Mercado e o Matadouro se tornaram fonte importante de renda da Câmara Municipal.

Desse modo, delimitamos o ano de 1867, momento de inauguração da Praça do Mercado, como ponto de partida para a investigação. Tradicionalmente, a historiografia sobre São Paulo instituiu o ano de 1872 como o marco de transição da cidade imperial para a metrópole cafeeira. A Segunda Fundação de São Paulo, como denominou Eurípedes Simões de Paula, se delineava por uma conjunção de fatores tais como a expansão da estrada de ferro de Santos até Campinas, a criação de um sistema de viação urbana de bondes, a intervenção sistemática na paisagem urbana do triângulo histórico, o aumento nas rendas provinciais e municipais, a expansão da lavoura cafeeira pelo *Oeste* paulista.¹⁵

Recentemente, pesquisas historiográficas dedicadas a este período de transformações, principalmente no âmbito dos estudos de arquitetura e urbanismo, reconheceram que, muitas das mudanças na paisagem urbana que ganharam força nas últimas três décadas do século XIX, já se esboçavam na década de 1860.¹⁶ A construção de edifícios que rompiam com os padrões estéticos vigentes na cidade de taipa colonial e as alterações no perfil arquitetônico e comercial das três principais ruas que formavam o triângulo histórico são indicativas dessa ruptura.¹⁷

Nesse sentido, a abertura da Praça do Mercado da Rua 25 de Março em 1867 se insere no bojo de transformações urbanas que despontavam na capital desde a década de 1860. E sua inauguração simboliza uma mudança paradigmática no comércio de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, até então, realizado de modo itinerante por

¹⁵ PAULA, E. Simões de. A segunda fundação de São Paulo. Da pequena cidade à grande metrópole de hoje. *Revista de História*, São Paulo, v. 8, n. 17, p. 167-179, mar. 1954. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36096>>. Acesso em: 21 nov. 2017. Doi:<<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v8i17p167-179>>.

¹⁶ CAMPOS, Eudes. A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos materiais: obras públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto de Azevedo, datadas do período 1862-1863. *An. mus. paul.*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 11-114, June 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Nov. 2017. Doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142007000100002>>.

¹⁷ BARBUY, *Ibidem*.

caipiras e quitandeiras. Com o estabelecimento do mercado enquanto instituição, esse comércio passa a se fixar e a se concentrar em espaços específicos, no exterior do triângulo histórico, e sob novas regras.

Por um lado, a criação da Praça do Mercado visava ampliar o controle das autoridades sobre o fornecimento de alimentos e impor restrições à circulação de caipiras, tropeiros e quitandeiras pelas ruas do triângulo histórico. Por outro, o regulamento estabelecia medidas para proporcionar o contato direto entre os consumidores e os produtores de gêneros alimentícios, garantindo o acesso da população a alimentos de qualidade, por preços razoáveis, evitando, assim, a intermediação de atravessadores.

A partir de 1910, o desenvolvimento urbano de São Paulo e das relações capitalistas nesse segmento comercial esvaziaram a predominância do primeiro mercado para o abastecimento de alimentos. Destacaram-se, nesse sentido, a criação do Mercado de Pinheiros, em 1910, que passou a disputar o título de mercado dos caipiras com a Praça da Rua 25 de Março, e a regulamentação da empresa de capital inglês Brazilian Warrant Company que, ao arrendar as docas de Santos e controlar a importação e exportação de café, também impulsionou o comércio internacional de cereais e outros gêneros alimentícios.¹⁸

A delimitação temporal, de 1867 a 1910, focaliza o abastecimento de gêneros de primeira necessidade em São Paulo em um período no qual o fornecimento realizado mediante o emprego de carroças pelos caipiras e tropeiros, que conduziam os gêneros produzidos nas vilas vizinhas ou nos arrabaldes da cidade, era preponderante para a alimentação da população urbana. Nessa configuração, a organização do comércio da capital, ligada à produção de pequenas lavouras de subsistência e ao emprego de animais e carroças em seu transporte, se realizou por meio da Praça do Mercado.

Com o acelerado crescimento demográfico e urbano de São Paulo, em um contexto de inserção econômica no capitalismo internacional, este circuito mercantil passou a concorrer com o transporte de gêneros por estradas de ferro e, principalmente, com a importação de produtos alimentícios de outros países, inclusive gêneros agrícolas, na virada do século XIX para o XX. Esse novo circuito mercantil, propiciado pelo desenvolvimento da produção industrial e dos meios de transporte de ferro ou a navegação a vapor, se caracterizava pelo crescimento no número de indústrias de alimentos manufaturados e de atacadistas de secos e molhados.

¹⁸ TOPIK, Steven. *The Political Economy of the Brazilian State, 1889-1930*. Austin: University of Texas Press, 1987.

Nosso objeto de pesquisa não se restringe ao Mercado, pois, além desse, havia outro espaço institucional de abastecimento que caracterizou o desenvolvimento urbano e a organização do poder local no período, o Matadouro Público. O estabelecimento centralizava a fiscalização e o abate de gado bovino, suíno, caprino e ovino sob a administração da Câmara Municipal, constituindo-se em fonte de recursos para a municipalidade ainda mais importante que a Praça do Mercado.

A análise do Matadouro e do abastecimento de carne verde se inicia em 1886, por ocasião da transferência do antigo estabelecimento na Rua Humaitá, no bairro do Bexiga, para um novo local, mais afastado do centro urbano em expansão, no nascente bairro da Vila Mariana.

Essa transferência envolveu diversos interesses das elites cafeicultoras, que controlavam a Câmara da Capital, dentre os quais podemos salientar a percepção de perigo à saúde pública que a proximidade do Matadouro do Bexiga em relação ao núcleo urbano em expansão representava. O estabelecimento era visto como foco de insalubridade e exalação de miasmas, sendo necessária maior fiscalização sobre a criação, circulação e abate do gado suíno, bem como sobre o fornecimento de carne de porco aos açougues.

Dessa forma, a transferência do matadouro para a Vila Mariana também representou uma ampliação do controle das autoridades sobre o seu processo produtivo, com a contratação de funcionários municipais, em substituição aos comerciantes do ramo, para o aprimoramento da fiscalização sanitária e da arrecadação tributária sobre a produção e o comércio de carne. A existência do Matadouro impunha o transporte do gado de corte dos locais de produção até a cidade na qual a carne seria consumida, bem como concentrava em um único local o abate e a produção de carne e outros derivados, sob a vigilância das autoridades municipais. Essa organização da produção e comércio de carne visava, paralelamente, reprimir o abate clandestino em pocilgas particulares, bem como a venda de produtos originários de outros municípios.

A baliza temporal final em 1910 também se mostrou adequada para a análise do abastecimento de carne e o Matadouro. O ano em questão coincide, no que se refere a esse segmento, com o início das atividades de novos estabelecimentos de produção de carne, mediante a utilização de técnicas industriais de refrigeração, que possibilitaram o surgimento dos frigoríficos e da carne resfriada.

O estabelecimento de frigoríficos estava ligado às redes de transporte ferroviário, assim como as demais indústrias do período. Essas tecnologias alteravam o paradigma de abastecimento de carne, ao dispensar o transporte do gado das regiões produtoras até as

consumidoras. Com os frigoríficos, o gado poderia ser abatido em regiões mais próximas às zonas rurais produtoras. Dessa forma, a partir de então, o gado deixava de ser conduzido para, em seu lugar, a carne ser transportada, em vagões refrigerados, alterando a organização do fornecimento de carne na cidade de São Paulo.

Sendo assim, o período analisado em nossa pesquisa transcorre, conforme afirmamos anteriormente, entre 1867 e 1910. Nesse intervalo temporal, examinamos a organização do comércio de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, em São Paulo, a partir da criação da Praça do Mercado da Rua 25 de Março e do Matadouro da Vila Mariana em 1887. Nossa intenção é situar esta dimensão da realidade social e histórica, em um momento de rápidas transformações na cidade. Dada a amplitude do tema do abastecimento de gêneros alimentícios e as possibilidades de análise que os espaços institucionais do Mercado e do Matadouro oferecem ao historiador, optamos por abordar os dois espaços conjuntamente, com foco nos momentos de interação entre os comerciantes e as autoridades municipais.

Pretende-se, a partir da análise dessas interações, iluminar as relações políticas e institucionais dos segmentos sociais dedicados ao comércio de alimentos, em um contexto de imposição de uma nova ordem urbana na metrópole cafeeira. Ordem marcada pela intervenção estatal crescente na produção, circulação e comércio de gêneros alimentícios e pela exclusão, progressiva, daqueles segmentos sociais tradicionais dos espaços urbanos centrais da Capital.¹⁹

A resistência da classe operária às condições de trabalho na indústria foi amplamente investigada pela historiografia. Nas últimas décadas, em um esforço teórico de ampliar o conceito de resistência das camadas populares, a partir da abordagem de Edward Thompson, outros matizes para o conceito vêm sendo explorados. Em artigo intitulado “Entre Algemas e Vacinas: Medicina, Polícia e Resistência Popular na Cidade de São Paulo (1890-1920)”, André Mota e Marco Cabral dos Santos exploraram as formas sutis de resistência da população pobre às medidas sanitárias das autoridades que caracterizavam o projeto modernizador da elite paulistana.²⁰

Sob essa perspectiva analítica, propomos investigar os momentos de interação entre os segmentos do comércio que passaram a ser vinculados, direta ou indiretamente, às

¹⁹ PECHMAN, Robert Moses. Os Excluídos da Rua: Ordem Urbana e Cultura Popular. In: BRESCIANI, Maria Stella (Org.). *Imagens da Cidade séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/São Paulo – Marco Zero FAPESP, 1993, p. 29-34.

²⁰ MOTA, André; SANTOS, Marco AC dos. Entre algemas e vacinas: medicina, polícia e resistência popular na cidade de São Paulo (1890-1920). *Novos Estudos*, 65 (2003): 152-168.

estruturas institucionais do mercado e do matadouro e as autoridades públicas, burocratas do estado e políticos locais. Pretende-se reconstituir os principais conflitos e jogos de interesse, emergentes a partir da intervenção estatal, realizada por meio daquelas estruturas institucionais, tendo em vista a análise da atuação política daqueles segmentos do comércio e suas formas de viabilizar interesses coletivos, diante da regulamentação da alimentação pública – outra dimensão caracterizadora do projeto modernizador da metrópole.

Com esse propósito, escolhemos, entre as modalidades de comércio de gêneros alimentícios na cidade, os segmentos que negociavam com gêneros de primeira necessidade, os quais deveriam ser negociados preferencialmente na praça do mercado. Desse modo, analisamos os locatários dos quartos do mercado, os proprietários de armazéns de secos e molhados da cidade, os caipiras e tropeiros que forneciam esses gêneros ao comércio e as quitandeiras. Em relação ao Matadouro, discutiremos o segmento comercial dos marchantes e outros a ele ligados como os açougueiros e os carroceiros.

Os segmentos sociais a serem considerados tiveram uma atuação política influente nos processos de elaboração e definição das regras de funcionamento dos espaços institucionais de abastecimento em foco, bem como nas disputas políticas na Câmara.

Na segunda metade do século XIX, segundo Maria Luiza Oliveira, os armazéns de secos e molhados constituíam o principal local de compras e sociabilidade da população paulistana, principalmente nas freguesias e arrabaldes da cidade.²¹ A autora destacou a variedade de mercadorias e serviços ofertados nesses estabelecimentos e a importância social desses comerciantes na manutenção dos laços de comunidade, diante de um processo desagregador inerente à urbanização acelerada promovida pelo capitalismo industrial. Em nossa pesquisa de mestrado, pudemos constatar o reforço dessas características no comércio de secos e molhados com a expansão urbana e a presença de comunidades imigrantes nos bairros operários em crescimento.²²

Neste estudo, abordaremos a dimensão política da vida desses comerciantes de secos e molhados estimulada pela criação da Praça do Mercado e pela organização do comércio de gêneros de primeira necessidade construída sob a intervenção das autoridades municipais. Como no armazém vendia-se “um pouco de tudo”, a centralização do fornecimento de gêneros de primeira necessidade levava os proprietários de armazéns a suprirem seus negócios no Mercado. Nesse estabelecimento, os consumidores supostamente

²¹ OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização São Paulo, 1850-1900*. São Paulo Alameda, 2005, p. 271-272.

²² SILVA, *Ibidem*, p. 62-65.

possuíam a preferência na aquisição dos alimentos com os caipiras e tropeiros. Adicionalmente, os comerciantes locatários dos quartos no Mercado também poderiam vender qualquer alimento, com exceção daqueles negociados na seção de tropeiros pelos caipiras.

Os gêneros de primeira necessidade consistiam em alimentos de consumo diário na mesa dos habitantes da cidade. Com o crescimento demográfico no período, tornavam-se fundamentais para as estratégias de negócio e a acumulação de capitais no segmento de gêneros alimentícios. Desse modo, a principal tensão na Praça do Mercado da Rua 25 de Março se relacionava ao equilíbrio, na concorrência comercial, entre os armazéns de secos e molhados da cidade e os locatários dos quartos do Mercado.

Em 1872, o censo demográfico do Império calculou em 26 mil habitantes a população da cidade de São Paulo. Em 1890, após quatro anos de execução da política de imigração em massa, que teve significativo impacto populacional na capital, o número de habitantes mais que dobrou atingindo a cifra de 69.934 habitantes. Na primeira década do regime republicano, a taxa de crescimento demográfico acelerou e a população da Capital saltou para 239.820 habitantes em 1900. Em 1910, marco temporal final da pesquisa, estima-se que a cidade de São Paulo abrigava 375.000 pessoas.²³

Por sua vez, a transferência do Matadouro do Bexiga para a Vila Mariana impactava diretamente a organização do abastecimento de carne na cidade, ao iniciar um processo de substituição dos marchantes na produção e transporte desse gênero de primeira necessidade. Segundo Maria Yedda Linhares, citando relatório da Câmara do Rio de Janeiro de 1869, o segmento dos marchantes consistia em: “oito ou dez indivíduos, quase todos estrangeiros, sem nenhuma instrução, e grande parte analfabetos, eis o que são os marchantes, os principais negociantes de gado da Corte (...) há casos em que o açougueiro é também marchante”²⁴

Kátia Matoso afirma que a produção e o comércio de carne verde em Salvador, no século XIX, encontravam-se submetidas a um monopólio informal de “alguns grandes capitalistas locais”.²⁵ Pedro Pedreira Campos, em estudo sobre o abastecimento da carne nas primeiras três décadas do século XIX, identificou os marchantes do Rio de Janeiro como proprietários de açougues, que já atuavam nesse segmento antes da chegada da Corte em

²³ PAULA, *Ibidem*, p. 174. PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. *Revista de História*, São Paulo, v. 10, n. 21-22, p. 127-170, jun., 1955, p. 142. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36445/39168>>. Acesso em: 21 nov. 2017. Doi:<<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v10i21-22p127-170>>.

²⁴ LINHARES, *Ibidem*, p. 195.

²⁵ MATOSO, Kátia Maria de Queiróz. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978, p. 257.

1808. Dessa forma, o comércio de gado e de carne demonstrou ser, no período, uma das modalidades de negócio mais lucrativas e que permitia, aos seus membros, influência nas decisões políticas relativas a esse segmento.²⁶

Em São Paulo, no mesmo período, Denise Moura considerou os marchantes como “os condutores dos animais [que] passaram a ser uma presença constante na cidade de São Paulo, conduzindo gado para várias regiões do sudeste, mas podendo negociar no caminho parte desses animais”.²⁷

Nas fontes documentais consultadas, os marchantes surgem como negociantes de gado e vendedores de carne para os açougueiros ou tripeiros. Era comum o marchante também ser proprietário de açougues. No Matadouro do Bexiga, inaugurado em 1853, era esse segmento comercial que realizava as atividades de abate do gado e preparo da carne. Com a inauguração do Matadouro da Vila Mariana, em 1887, os marchantes passaram a ser deslocados dessas funções. A Câmara Municipal visava instaurar um novo processo produtivo, por meio da utilização de novos equipamentos, como vagões metálicos para o transporte e ganchos de metal, sob o comando de profissionais contratados pela própria Câmara.

A partir de então, os marchantes pagariam uma taxa pela utilização dos serviços do Matadouro. Com o aumento da distância entre o Matadouro e os açougues da cidade, o novo estabelecimento contava com o transporte por bondes a vapor, em estrada de ferro que ligava São Paulo a Santo Amaro, em substituição ao transporte por carroças feito por marchantes e açougueiros.

As atas da câmara e a imprensa diária da cidade são os dois principais conjuntos de fontes que nos possibilitaram reconstituir a intervenção das autoridades municipais na organização do comércio de abastecimento, bem como a resistência dos segmentos sociais com interesses econômicos mobilizados na Praça do Mercado e no Matadouro às transformações urbanas e mudanças políticas na cidade.

A documentação da Câmara nos permitiu localizar os principais momentos de intervenção nos espaços institucionais de abastecimento, as mudanças ocorridas na organização do comércio e as disputas dos segmentos comerciais – tanto entre si, quanto em suas relações com as autoridades municipais.

²⁶ CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808-1835)*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 101-103.

²⁷ MOURA, Denise Soares de. *Relações de Poder e Interesses no Comércio da Carne na Cidade de São Paulo (1765-1822)*. In: MOURA, Denise; CARVALHO, Margarida Maria; LOPES, Maria Aparecida. *Consumo e Abastecimento na História*. São Paulo: Alameda, 2011, p. 233.

A imprensa diária da capital revela as opiniões e posições políticas assumidas pelos segmentos do comércio de abastecimento e pelas autoridades da Câmara. Os jornais também demonstraram como as questões relativas ao mercado e ao matadouro, assim como a organização da concorrência comercial, se alinhavam à correlação de forças políticas em disputa na cidade, entre conservadores, liberais e, também, republicanos.

Para explorar esses alinhamentos, foi realizada minuciosa pesquisa em jornais como *O Correio Paulistano*, *O Diário de S. Paulo*, *A Província de S. Paulo* (posteriormente, *O Estado de S. Paulo*) e *O Comércio de S. Paulo*. Nesses jornais, pudemos identificar os principais movimentos coletivos organizados pelos segmentos comerciais ligados ao mercado e ao matadouro: marchantes, locatários dos quartos, comerciantes de armazéns de secos e molhados, açougueiros. Essa imprensa diária representava, por sua vez, os interesses dos grupos políticos em disputa na Câmara. Em determinados momentos, os jornais assumiram campanhas para pressionar as autoridades a melhorarem o fornecimento dos gêneros de primeira necessidade.

A partir desse conjunto de fontes, pudemos depreender o posicionamento dos segmentos comerciais em defesa de seus interesses econômicos e as estratégias para a viabilização desses interesses, diante das mudanças em curso no período. Paralelamente, pudemos constatar a centralidade do papel da correlação de forças políticas, entre os segmentos do comércio de abastecimento e as elites cafeicultoras situadas na Câmara da Capital, bem como entre os grupos políticos para a compreensão desses processos.

Em relação ao Matadouro, o problema da concorrência comercial se associou com outras questões como, por exemplo, o transporte da carne, o arrendamento do fornecimento desse gênero alimentício e, principalmente, a instituição de um serviço de fiscalização sanitária nesse estabelecimento.

Os resultados da pesquisa serão apresentados em quatro capítulos. O primeiro, situa a construção da Praça do Mercado e a transferência do Matadouro no plano das transformações urbanas vigentes nas últimas décadas do Império em São Paulo. E analisa de que modo os novos espaços institucionais de abastecimento reorganizaram o comércio de gêneros de primeira necessidade, bem como o impacto dessas mudanças nos principais segmentos sociais tradicionalmente ligados ao comércio de abastecimento.

O segundo capítulo, aborda de que modo as transformações institucionais na transição do regime monárquico para o republicano influenciaram na administração dos espaços municipais de abastecimento. Nesse período, destacaremos a progressiva influência da higiene e da saúde pública na legislação e na organização de instâncias municipais de

poder que passaram a intermediar a relação entre a administração do mercado e do matadouro, bem como entre os segmentos sociais do abastecimento, e a Câmara Municipal. Abordaremos também de que modo estas mudanças institucionais reorganizaram o espaço físico do Mercado e o transporte, armazenagem e comércio de carne.

No terceiro capítulo, analisamos a configuração da prática de atravessamento de gêneros no Mercado, a partir do conflito entre os locatários dos quartos e os comerciantes com armazéns de secos e molhados na cidade. Durante a pesquisa, estabelecemos dois períodos cruciais para a compreensão deste conflito e sua ligação com as disputas políticas na Câmara. O primeiro entre 1876 e 1882, a partir da administração municipal do político conservador Antônio Prado até o momento de abertura de investigação pelos republicanos e liberais para avaliar a sua gestão, principalmente a administração da Praça do Mercado. O segundo entre 1898 e 1906, quando Antônio Prado retorna ao poder municipal como Prefeito e ocorre uma reconfiguração do conflito sobre o atravessamento de gêneros no Mercado, com destaque para as mudanças na atuação comercial e política do segmento dos locatários dos quartos.

Finalmente, no quarto capítulo, examinamos os momentos de conflito no abastecimento de carne, principalmente, entre os marchantes e as autoridades municipais e sanitárias. Esse segmento social possuía representantes na Câmara e conseguiu influenciar nas decisões políticas relativas ao funcionamento do Matadouro e ao comércio da carne. Dada a multiplicidade de interesses econômicos e políticos relacionados ao fornecimento desse gênero, após a proclamação da república, os marchantes da cidade se engajaram nas discussões sobre a carestia, o arrendamento do fornecimento da carne, a organização do serviço sanitário municipal para fiscalizar a produção no Matadouro e a concorrência dos frigoríficos e da carne resfriada. Abordamos também a disputa em torno dos produtos derivados do abate do gado, a preparação e o comércio do couro.

Capítulo 1 - EXPANSÃO URBANA E TRANSFORMAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS: O MERCADO E O MATADOURO PÚBLICOS DA CIDADE DE SÃO PAULO

Da Rua das Casinhas à Praça do Mercado da Rua 25 de Março

As transformações da cidade de São Paulo no decorrer da segunda metade do século XIX, atreladas à acumulação de capital derivada da exportação de café, não teriam como passar ao largo do comércio de gêneros alimentícios. Segmento da economia que conectava o rural ao urbano, o comércio de alimentos se insere no âmbito dessas transformações como um setor que passou a contar, mediante o crescimento populacional da cidade, com um mercado consumidor em expansão. E deveria oferecer respostas condizentes, portanto, com a diversificação econômica e social da cidade. Ao mesmo tempo, insere-se como um setor que, bem administrado, poderia se converter em fonte de receita para a municipalidade. Os primeiros passos nesse sentido consistiram na criação de uma Praça de Mercado na Rua 25 de Março em 1867 e na transferência do Matadouro Público da Rua Humaitá para o bairro da Vila Mariana em 1887.

Em linhas gerais, argumentamos que o estabelecimento do Mercado Público e a mudança de local e no serviço do Matadouro conjugam, no âmbito da produção e comércio de alimentos, as transformações urbanas, econômicas e sociais do período. A organização de espaços institucionais de abastecimento, controlados pela Câmara, se inseria em um contexto de expansão e modernização urbana no qual a presença de tropeiros e quitandeiras na Rua das Casinhas e na Rua da Quitanda tornava-se indesejada.²⁸

O traçado urbano da cidade de São Paulo sofreu poucas alterações no decorrer dos três primeiros séculos de sua existência. A vida social e cidadina se desenvolvia no interior do triângulo histórico. Em 1773, o governador da capitania determinou a construção de sete casinhas para abrigar os tropeiros que circulavam pela cidade, vindos das freguesias rurais e de outras vilas da região paulista, para vender os alimentos de “primeira necessidade” por eles produzidos: toucinho, farinha de milho, feijão, arroz, carne seca, entre outros.²⁹

²⁸ O Triângulo é uma expressão criada pelos historiadores para definir o perímetro urbano original da cidade colonial, formado pelas atuais ruas São Bento, Direita e XV de Novembro. As ruas das Casinhas e da Quitanda estavam próximas ao ângulo formado pela XV de Novembro com a São Bento.

²⁹ FREITAS, Affonso A. As Casinhas. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, vol. III, p. 23-26, 1934.

As Casinhas funcionaram como centro de abastecimento de alimentos na cidade por quase um século. A principal descrição sobre este local encontra-se nos escritos do viajante naturalista Saint-Hilaire, que esteve em São Paulo no contexto da Independência. Este local de compra e venda de alimentos lhe causou má impressão quando o compara aos mercados então existentes em Paris. O contraste assinalado se revelava na falta de asseio dos compartimentos e na pouca preocupação com o armazenamento e exposição dos produtos.³⁰

Segundo as informações contidas no artigo de Affonso de Freitas, a construção das Casinhas integrou um projeto de reorganização administrativa do poder colonial na capitania. E, em seus primeiros anos de funcionamento, os compartimentos deveriam ser destinados aos tropeiros e a renda fiscal oriunda do aluguel e da cobrança de impostos era recolhida tanto pelo poder municipal, quanto pelo poder real.

Na virada do século XVIII para o XIX, as Casinhas foram arrematadas por um particular que se tornou o responsável pela cobrança dos tributos. Após a Independência, a Câmara Municipal reassumiu o controle administrativo das Casinhas e os compartimentos passaram a ser ocupados por comerciantes que se tornaram intermediários entre os produtores e os consumidores da cidade.

Até meados do século XIX, o aumento no volume de compras e vendas transbordou o espaço dos compartimentos e levou à ocupação da Rua das Casinhas, bem como da Rua da Quitanda formando uma centralidade espacial de comércio e consumo de alimentos praticados na rua ao ar livre, no interior do Triângulo. De acordo com Saint-Hilaire, esta era a região mais “frequentada” da cidade.

A historiadora Denise Soares de Moura, em pesquisa recente sobre São Paulo na primeira metade do século XIX, afirma que a expansão do comércio de gêneros alimentícios progressivamente tornou as Casinhas um centro de controle do Fisco para os carregamentos de gêneros importados pelos tropeiros na cidade, pois as trocas comerciais realizadas por caipiras e quitandeiras se efetivavam majoritariamente de forma ambulante pelas ruas mais movimentadas da cidade.³¹

As mudanças econômicas da década de 1850 possibilitaram, no seu bojo, maiores investimentos na organização do espaço urbano. E foi, justamente, em meio à construção de

³⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1976, p. 132-133.

³¹ MOURA, Denise A. Soares de. *Sociedade Movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo – 1808 – 1850*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

diversas obras públicas, principalmente, durante a gestão de Rodrigues Torres, no governo imperial,³² que foi dado início à obra da Praça do Mercado da Rua 25 de Março.³³

Foram necessários oito anos para a construção da Praça do Mercado ser concluída (1859-1867). O longo período se justifica pelos problemas financeiros que acometeram a economia imperial no início da década de 1860, os quais foram agravados com a deflagração da Guerra no Paraguai, em 1864. Paralelamente, desde 1858, a população dos centros urbanos brasileiros passou a conviver com crises de abastecimento de alimentos cada vez mais agudas e periódicas, conforme avançava a economia agroexportadora do café no Vale do Paraíba e, posteriormente, no *Oeste* paulista. Um indicativo desta situação é a preocupação de administradores e médicos com o abastecimento urbano de gêneros alimentícios, consubstanciada em dois estudos que vieram a lume nesta década, de autoria de Sebastião José Ferreira e Antônio Ferreira Souza Costa.³⁴

Em livro clássico sobre o abastecimento dos centros urbanos brasileiros, Maria Yedda Linhares e Francisco Teixeira da Silva apontam para o final da década de 1850 o agravamento dos episódios de carestia e escassez de gêneros alimentícios. O avanço das relações de produção capitalistas na cidade e no campo impactava a produção e o comércio de alimentos, tornando-os mais vulneráveis às crises financeiras ou de saúde pública.³⁵

Dada essa situação, a construção da Praça do Mercado da Rua 25 de Março visava minorar os efeitos da carestia para a população paulistana, bem como aumentar o poder de intervenção e o controle das autoridades urbanas na organização do comércio de gêneros de primeira necessidade.

Em 1859, a Câmara Municipal lançou o edital para a construção de uma Praça de Mercado a ser localizada “no fim da Rua Municipal (atual General Carneiro), no terreno, que por um lado fica entre o porto de São Bento e a ponte do Carmo, e por outro, entre os muros do fundo do quintal do Palácio e o Rio Tamanduateí”.³⁶

Segundo as disposições do contrato, o empreiteiro das obras deveria construir o Pavilhão do Mercado com tijolos em alicerces de pedra. Em seu espaço interno, deveriam ser

³² SILVA, J. M. Pereira da. *Memórias do Meu Tempo pelo Conselheiro João Manuel Pereira da Silva*. Vol. 3. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.

³³ CAMPOS, Eudes de Mello. A cidade de São Paulo e a Era dos Melhoramentos Materiais. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, vol.15, nº1, p. 11-114, jan-jun, 2007.

³⁴ COSTA, Antônio Correa Souza. *Qual alimentação de que usa a classe pobre do Rio de Janeiro e sua influência sobre a mesma classe*. Rio de Janeiro: Typografia Esperança, 1865. SOARES, Sebastião José. *Notas Estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Typografia de J. Villeneuve & Cia, 1860.

³⁵ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Teixeira da. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.

³⁶ CORREIO PAULISTANO. 06.02.1859, p. 3.

estabelecidos quarenta quartos, medindo quinze palmos de largura cada um. A construção da Praça do Mercado significou a primeira tentativa de urbanizar a região alagada da Várzea do Carmo e integrá-la ao espaço urbano, até então restrito ao Triângulo no alto do sítio original da cidade.³⁷ Em face dessas condições topográficas, o empreiteiro da obra precisou aterrar a várzea “até a altura conveniente” para que o local pudesse comportar o edifício.³⁸

No entanto, mudanças na correlação de forças políticas na Câmara e na Província aliadas a problemas de execução dos termos do contrato postergaram essa construção. Em 1862, a Câmara decidiu executar a obra por conta própria, dispensando o concurso de empresários da construção civil.³⁹ Porém, não obteve sucesso e, novamente, a obra foi paralisada.

Entre 1862 e 1867, a opinião da população paulistana, revelada nos jornais da época, começa a se voltar contra a Praça do Mercado. Fosse pela demora na construção ou pelos embates políticos entre o poder local e o poder central, o primeiro jornal diário da cidade, o *Correio Paulistano*, reproduziu em suas páginas o que alegava ser opinião corrente entre os habitantes da capital.⁴⁰ Segundo o periódico, a construção da Praça do Mercado parecia interminável e consumia centenas de contos de réis em uma obra vista como dispensável.⁴¹

Três anos depois, em 1865, em novo arranjo das forças políticas no governo imperial levou ao Gabinete de Ministros o agrupamento político de radicais do partido liberal, os chamados “progressistas”, liderados por Zacarias de Góes.⁴² Na Província de São Paulo, essa alteração resultou na nomeação de José Tavares Bastos para a Presidência, que enfrentaria forte oposição das elites locais situadas, principalmente, na Assembleia Provincial.

³⁷ Maria Luiza Oliveira no primeiro capítulo de seu livro “Entre a casa e o armazém” analisa as formas como a Várzea do Carmo se modificava no imaginário da população paulista neste período de rápidas transformações. Baseando-se em aquarelas, fotos e textos, a autora demonstra como a região da Várzea deixa de ser vista como um local bucólico para se tornar um problema de salubridade e ordem públicas na virada do século XIX para o XX. Ver: OLIVEIRA, *Idem*.

³⁸ CORREIO, *Idem*, p. 4.

³⁹ CORREIO PAULISTANO. 22.01.1862, p. 3. Para tanto, a municipalidade criou um novo imposto sobre aguardentes e carnes verdes que teria o objetivo de financiar as obras da Praça do Mercado. CORREIO PAULISTANO. 16.02.1862, p. 3.

⁴⁰ O *Correio Paulistano* foi fundado em 26 de junho de 1854 pelo tenente coronel Joaquim Roberto de Azevedo Marques, o primeiro tipógrafo de São Paulo (MARTINS, Antônio Egydio. *São Paulo Antigo (1554-1910)*. Editora Paz e Terra, 2003, p. 345). Esse jornal passou a reproduzir os debates realizados na Assembleia Provincial, mediante contratos de divulgação oficial com o governo da província. Nessa época, em 1865, o partido conservador fundou um novo jornal, chamado *O Diário de São Paulo*. Ambos, *O Correio* e *O Diário*, vão se tornar os principais jornais diários da cidade nas décadas de 1860 e 1870 (MARTINS, *Ibidem*, p. 345).

⁴¹ CORREIO PAULISTANO. 01.02.1862, p. 1.

⁴² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Do Império à República. Tomo II, vol. 5. São Paulo: Difel, 1972.

Em meio a esse embate, a construção da Praça do Mercado seria retomada mediante um novo concurso público. A planta oferecida pelo engenheiro Newton Benaton foi escolhida para a obra e o empreiteiro José Maria de Andrade arrematou sua execução. A Câmara formou uma comissão especial composta pelo Barão de Itapetininga, Comendador Vicente Queiroz e Dr. Antônio Francisco de Aguiar e Castro para supervisionar a execução do contrato da Praça do Mercado.⁴³

Nos primeiros meses de 1867, o edifício do Mercado ficou pronto.⁴⁴ A imprensa ligada ao partido conservador, insatisfeita com a administração de Tavares Bastos, aproveitou a inauguração iminente para usar o tema do Mercado e o descontentamento da população com a demora na execução da obra, como forma de atacar politicamente a Presidência da Província. Desse modo, a Praça do Mercado foi envolvida, desde sua inauguração, em lutas políticas mais amplas, resultando, muitas vezes, em descrições pouco entusiastas do novo empreendimento na cidade.

Neste clima de animosidade política, em que, na visão dos conservadores, um Presidente “forasteiro” convocava paulistas para a Guerra no Paraguai, a conclusão das obras não implicou em abertura imediata da Praça. A necessidade de prover o Mercado de um Regulamento e de construir a infraestrutura urbana que garantisse o acesso da população à Praça ainda eram questões que precisavam ser equacionadas. A oposição conservadora, liderada por Antônio Prado, na Assembleia Provincial, escolheu os debates do Regulamento do Mercado da capital para confrontar e, eventualmente, desgastar o governo.

Entre as obras acessórias, se encontravam a construção de um poço, para o fornecimento de água, e de um pasto, para abrigar os animais negociados na Praça. Previa-se também o prolongamento do aterrado do Porto Geral até o Mercado e, deste, até a Ponte do Carmo. E, do outro lado do rio Tamanduateí, a construção de uma via de ligação direta do Mercado até o aterrado do Brás, que serviria tanto para os habitantes desta região, quanto para os caipiras e tropeiros que se dirigiam para São Paulo pela Estrada da Penha.⁴⁵

Enquanto as diversas obras acessórias eram executadas, o Regulamento do Mercado, redigido na Câmara, tramitava na Assembleia Provincial, em meio à intensa disputa política entre liberais e conservadores. Após idas e vindas em comissões da Casa e quatro discussões acaloradas em plenário, as novas regras para a organização do abastecimento de

⁴³ DIÁRIO DE S. PAULO. 23.08.1865, p. 1.

⁴⁴ CORREIO PAULISTANO. 31.01.1867, p. 2.

⁴⁵ DIÁRIO DE S. PAULO. 23.01.1867, p. 2. CORREIO PAULISTANO. 27.02.1867, p. 1. *Ibidem*. 04.07.1867, p. 1.

gêneros de primeira necessidade foram aprovadas. E, assim, a Praça do Mercado da Rua 25 de Março foi inaugurada em 25 de julho de 1867.

Nesse momento, as relações entre o governo provincial e a folha oficial, *O Correio Paulistano*, também se deterioraram.⁴⁶ E este órgão da imprensa se limitou a pontuar que, naquele dia, conforme estipulado em edital lançado pela Câmara, seria aberta a Praça do Mercado.⁴⁷ No mesmo dia, *O Diário de S. Paulo*, cujo redator chefe era Antônio Prado, realizou um curto relato no qual satirizou a baixa afluência de compradores e vendedores no Mercado, além de salientar o suposto estado deplorável do edifício recém-construído:

Encerrada que foi a Assembleia Provincial, o presidente da Câmara Municipal teve a honra de inaugurar a praça do mercado (...) esta cerimônia correu fria como a primeira inauguração da estrada de ferro. Os raros espectadores que ali compareceram olhavam receosos para aquelas ruínas, que de um momento para outro podiam desabar. O presidente da câmara, incumbido de fazer o primeiro papel, escondeu-se no quarto nº 1. Enfim, leitor, a festa da inauguração da praça do mercado foi digna da *grandeza e luxo* do edifício.⁴⁸

O *Correio*, após ter tido o contrato com o governo provincial rescindido naquele mesmo mês da inauguração, em seção intitulada *Folhetim*, ironizava que, mesmo após a abertura da Praça do Mercado, esta ainda se encontraria “virgem de balbúrdias”, pois nos primeiros dias de funcionamento não teria havido “concorrência de vendedores”. Afirmando, ainda, que ao invés dos gêneros alimentícios, o primeiro gênero negociado na Praça foi um cargueiro de carvão. A situação naquele mês de inauguração ainda teria o agravante de uma “copiosa chuva” na capital, que inundou a Praça do Mercado, transformando-a em um “grande lamaçal”.⁴⁹

Da perspectiva arquitetônica, igualmente, a aparência final do edifício do Mercado parece não ter agradado a população paulistana, conforme afirmou o arquiteto Eudes de Mello Campos, a despeito de:

⁴⁶ A folha oficial adotou postura crítica à política de recrutamento para a guerra do Paraguai, que o Presidente Tavares Bastos, nomeado pelo governo imperial, estava incumbido de implementar na Província de São Paulo. Em retaliação, o Presidente começou a convocar os próprios funcionários do jornal para o recrutamento militar, o que passou a prejudicar a sua publicação e a deteriorar as relações entre o jornal e o governo provincial (MARTINS, *Ibidem*, p. 348-349).

⁴⁷ Segundo Lafayette de Toledo, em meados de 1867, as desavenças entre o Presidente da Província Tavares Bastos e o *Correio Paulistano* levaram à transferência do contrato oficial do *Correio* para o jornal *O Ypiranga*. Composta pelos chefes liberais daquele tempo, a redação do *Ypiranga* contava com José Maria de Andrade, em sua gerência, o empresário responsável pelas obras de construção do Mercado (TOLEDO, Lafayette de. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 3, 1898, p. 492. CORREIO PAULISTANO. 25.07.1867, p. 2).

⁴⁸ DIÁRIO DE S. PAULO. 06.08.1867, p. 2, grifo no original.

⁴⁹ CORREIO PAULISTANO. 11.08.1867, p. 1-2. *Ibidem*. 22.08.1867, p. 1.

o empresário e o engenheiro autor do projeto terem se esforçado por conferir um ar de modernidade à construção, edificando-a, sem dúvida, com tijolos produzidos em máquinas a vapor na olaria do Bom Retiro, que pertencia ao empresário Andrade, e ornando-a com elementos arquitetônicos postos em moda pelo neoclassicismo que nos vinha da Corte.⁵⁰

Segundo estudos na área de arquitetura de edifícios públicos no século XIX, o traçado do edifício da Praça do Mercado foi inspirado nos modelos de mercado europeus da primeira metade do XIX. Os modelos europeus se caracterizavam pela utilização de tijolo de alvenaria na construção de pavilhões quadrados ou retangulares, com aberturas em arco, formando um pátio interno que se assemelhava aos antigos átrios romanos.⁵¹

Inspirado por esses padrões, edifício do Mercado era composto por um extenso pavilhão com diversas aberturas em formato de arcos com grande altura. Um observador que se postasse no jardim do palácio (atual pátio do colégio) e dirigisse o olhar para a Várzea do Carmo, poderia acompanhar a linha do edifício em paralelo ao trajeto do Rio Tamanduateí. Segundo Nestor Goulart Reis Filho, “na frente das aberturas em forma de arcos, havia uma grande praça destinada à comercialização de mercadorias. Daí o nome de primeira praça do mercado”.⁵²

A organização do comércio de gêneros alimentícios na Praça do Mercado

Como visto anteriormente, a aprovação de um Regulamento para a Praça do Mercado foi questão intensamente debatida na Assembleia Provincial e a maioria liberal progressista teve dificuldades para aprová-lo em vista da oposição do partido conservador, liderada por Antônio Prado. De todo o modo, o Regulamento foi aprovado conforme proposto pela Câmara Municipal da Capital. Em linhas gerais, se embasava no conjunto de regras estipulado para o Mercado Público de Campinas, inaugurado alguns anos antes.⁵³

Segundo um defensor do Regulamento na Assembleia, em São Paulo, desde os tempos coloniais, a Rua das Casinhas e a Rua da Quitanda centralizavam o comércio de abastecimento de gêneros alimentícios. Todavia, a maioria das compras e vendas neste

⁵⁰ CAMPOS JR., Eudes de Mello. Mercados Públicos da São Paulo Oitocentista. *Informativo Arquivo Histórico Municipal* 2 (10): jan/fev. 2007.

⁵¹ MURILHA, Douglas; SALGADO, Ivone. A arquitetura dos mercados públicos. Tipos, modelos e referências projetuais. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 138.02, Vitruvius, nov. 2011 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>>.

⁵² REIS FILHO, N. G. *São Paulo e outras cidades*: produção social e degradação dos espaços urbanos. São Paulo: Editora Hucitec, 1994, p. 119.

⁵³ MARTINS, Walter. História da Compra & Venda. Mercados e Abastecimento Urbano em Campinas, 1859-1908. 2001. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Departamento de História, Universidade de São Paulo – USP, 2001.

segmento se realizava de forma ambulante pelas ruas da cidade. Esta configuração favorecia os comerciantes de gêneros alimentícios que se deslocavam para as estradas e arrematavam os cargueiros dos caipiras com o propósito de revendê-los em suas tavernas e armazéns de secos e molhados na cidade.⁵⁴ Paralelamente, havia pouco controle sobre a circulação de caipiras e tropeiros pela cidade e sobre as transações comerciais por eles efetuadas, principalmente aquelas realizadas com os comerciantes da cidade.

O regulamento do mercado propunha uma alternativa a essa situação ao determinar que a Praça do Mercado concentrasse, em um único local, os produtores e os consumidores de alimentos de primeira necessidade. Dessa forma, buscava-se evitar que os comerciantes da cidade negociassem com os caipiras e tropeiros antes dos habitantes da capital. Na época, essas transações eram vistas, pelas autoridades, como formação de monopólios, sendo consideradas responsáveis pela promoção da carestia dos gêneros alimentícios aos consumidores finais. Em 05 de Julho de 1867, o Presidente da Província José Tavares de Bastos sancionou o Regulamento da Praça do Mercado.⁵⁵

O Mercado tinha como finalidade servir de centro de compra e venda de alimentos, considerados de primeira necessidade. Esse comércio era tradicionalmente realizado pelos pequenos produtores e tropeiros dos arrabaldes rurais da cidade e de vilas e cidades próximas à capital. Entre os meses de outubro e março, os portões do Mercado se abriam às cinco horas e meia da manhã; já entre os meses de abril e setembro, a abertura se realizava uma hora mais tarde, a partir das seis horas e meia da manhã.⁵⁶ O horário de fechamento do Mercado era o mesmo em todos os meses do ano e era determinado pelo toque da Ave-Maria.

O regulamento de 1867 não determinava claramente quais alimentos estavam sujeitos às regras do Mercado, apenas indicava aqueles que não estavam. O terceiro artigo proibía que os gêneros alimentícios conduzidos pelos caipiras e tropeiros fossem negociados fora do recinto da Praça, com exceção dos gêneros considerados então como de quitanda: hortaliças, frutas, pão, biscoito, doces e leite.⁵⁷

Os gêneros de quitanda eram considerados pelos legisladores como gêneros de *recreio* devido à percepção da impossibilidade de se realizar uma refeição baseada apenas nestes alimentos. No caso do fornecimento de pão, o costume arraigado dos padeiros

⁵⁴ Discurso do deputado Paula Leme na Assembleia Provincial. CORREIO PAULISTANO. 09.07.1867, p. 1-2.

⁵⁵ Lei nº 939 - Regulamento da Praça do Mercado.

⁵⁶ *Ibidem*. Arts. 1 e 2.

⁵⁷ *Ibidem*. Art.3.

distribuírem, entre quatro e cinco horas da manhã, os pães diretamente nas casas dos clientes permaneceu sem alterações.⁵⁸

As regras da Praça do Mercado não se aplicavam diretamente ao comércio realizado pelas quitandeiras. As hortaliças, frutas, verduras e legumes, até os quitutes e pastéis por elas ofertados, não necessitavam passar pelo Mercado antes de serem negociados de forma ambulante. De todo o modo, o Regulamento interditava a reunião de quitandeiras em outros pontos da cidade senão no Mercado.⁵⁹

Os artigos 1º e 3º incidiam diretamente sobre a organização do comércio de alimentos praticado por caipiras e tropeiros. Segundo o vocabulário empregado na época, estes segmentos sociais importavam gêneros alimentícios para a cidade considerados de primeira necessidade para a subsistência da população urbana: arroz, feijão, toucinho, carne seca, farinha de mandioca, farinha de milho, batatinha, milho, queijo, animais, entre outros.

O Regulamento do Mercado vedava apenas parcialmente o comércio destes gêneros pelas ruas da cidade. O artigo 4º enumerava os gêneros que não estavam obrigados à Praça do Mercado e, em seu inciso, estipulava o *sistema de alta*. De acordo com esse sistema, os alimentos de primeira necessidade conduzidos por caipiras e tropeiros deveriam ser negociados primeiramente na Praça do Mercado, diretamente à população. Em outras palavras, os consumidores poderiam se abastecer na seção de tropeiros do mercado em "primeira mão", isto é, sem a intermediação de taverneiros e comerciantes de secos e molhados da cidade.

A vigência do *sistema de alta* possuía a duração de seis horas, nas quais os gêneros de primeira necessidade seriam ofertados na Praça do Mercado diretamente aos consumidores. Nesse período, os comerciantes eram proibidos de comprar na seção de tropeiros com o objetivo de revenda. Depois de cumprida a vigência da *alta*, os caipiras e tropeiros poderiam negociar o excedente com os comerciantes, bem como deixar o Mercado e comerciar de forma ambulante pelas ruas da cidade.

Esta nova organização do abastecimento impactava indiretamente um tradicional segmento do comércio de alimentos na cidade, as quitandeiras. Diversas leguminosas, frutas e hortaliças, bem como as matérias-primas, como as farinhas de milho e mandioca, para os quitutes preparados e negociados pelas quitandeiras eram adquiridas junto aos caipiras e

⁵⁸ CORREIO PAULISTANO. 09/06/1867, p. 1.

⁵⁹ Regulamento de 1867 - Art.4 §5. O novo Regulamento de 1872 especificou quais as condições de circulação das quitandeiras pela cidade. No caso dos vendedores de galinhas, o Regulamento de 1867 os autorizava a vender os animais pelas ruas, sem a obrigatoriedade de comparecer antes ao Mercado. Esta permissão foi revogada pelo novo Regulamento de 1872.

tropeiros. E, com a introdução do *sistema de alta*, tanto as quitandeiras, quanto os taverneiros e comerciantes de secos e molhados passavam a ser incluídos na proibição de compra instituída no 7º artigo do Regulamento: “É proibido comprar gêneros alimentícios sujeitos à Praça do Mercado, e dentro dela para os revender, antes de haverem os ditos gêneros obtido a necessária alta”.

Desse modo, as regras instituídas pelo Regulamento do Mercado interferiam diretamente na importação de gêneros alimentícios de primeira necessidade produzidos nas freguesias rurais, vilas e cidades nos arredores da capital, bem como na circulação, pelo perímetro urbano, dos segmentos sociais dedicados ao seu abastecimento. A partir de então, a Câmara interviria no comércio de abastecimento por intermédio de funcionários lotados na administração do Mercado como o administrador, o ajudante, o fiscal, etc.

Os caipiras e tropeiros que se destinavam à capital não poderiam mais realizar vendas pelas estradas e arrabaldes, ou mesmo nas ruas da cidade, antes de comparecer à Praça do Mercado e, nas primeiras seis horas, vender farinha de milho, farinha de mandioca, feijão, arroz, batatinhas entre outros gêneros diretamente aos consumidores. Ao chegar ao Mercado, o caipira ou tropeiro passava as mercadorias pelo crivo do administrador, o qual supervisionava o manuseio da balança, os pesos e medidas. Instrumentos fornecidos e aferidos pela Câmara para pesar ou contar os gêneros e, assim, calcular a quantidade de imposto a ser pago.

Pago o imposto, o administrador ou seu ajudante registrava no livro do Mercado a quantidade e qualidade das mercadorias, o nome do produtor ou importador, bem como seu local de procedência. O caipira, por sua vez, recebia das autoridades um documento denominado de guia de conhecimentos, referido nas fontes oficiais como “conhecimentos”, nele eram lançadas as informações auferidas na pesagem e redigidas no livro do Mercado. Para finalizar o procedimento institucional da Praça, as guias eram assinadas pelo administrador.⁶⁰

Ao comércio entre caipiras, tropeiros e consumidores, destinava-se o espaço da Praça em frente ao Pavilhão com diversas aberturas em arco. Assim como na Rua das Casinhas e na Rua da Quitanda, este comércio de gêneros de primeira necessidade continuava sendo realizado predominantemente ao ar livre. O Edifício do Mercado possuía, inicialmente, vinte quartos, divididos pela Câmara entre: quartos de agasalho, destinados ao abrigo dos caipiras e tropeiros e, quartos para quitanda ou taverna, alugados para os comerciantes para a

⁶⁰ Neste momento de entrada no Mercado, o administrador deveria fiscalizar também a sanidade dos alimentos, se estes eram apropriados ou não para o consumo.

venda dos demais gêneros alimentícios não contemplados pela regulamentação da seção de tropeiros.

Os quartos de agasalho eram oferecidos gratuitamente pela Câmara aos caipiras e tropeiros pela primeira noite na Praça. Em caso de permanecerem por mais dias, deveriam pagar uma diária módica. Os preços desta diária e a quantidade de quartos destinados ao abrigo de caipiras e tropeiros eram determinados pela Câmara. A armazenagem de mercadorias era realizada conforme a ordem de entrada das tropas na Praça do Mercado, não podendo haver distinção de qualquer natureza.

Nas primeiras seis horas no Mercado, o caipira poderia negociar suas mercadorias no pátio ao ar livre em frente ao edifício, denominado de seção de tropeiros. Possuía a liberdade de determinar os preços de seus produtos. Depois de cumpridas as regras do *sistema de alta*, o caipira ou tropeiro apresentava a guia de conhecimentos para o administrador e este lhe concedia autorização para deixar o Mercado.

O décimo oitavo artigo do Regulamento da Praça do Mercado de 1867 proibia este corpo de funcionários da administração de realizar qualquer modalidade de negócio, devendo sua atuação se restringir à execução das funções a eles atribuídas pelos legisladores.

A maioria dos quartos do Mercado se destinava ao aluguel semestral para comerciantes de gêneros alimentícios não contemplados pelas regras dos gêneros destinados à seção de tropeiros. Principalmente quitandas e tavernas. Os locatários dos quartos, bem como os comerciantes com tavernas e armazéns de secos e molhados na cidade não podiam negociar com os caipiras durante a vigência da alta. Essas transações efetuadas com a intenção de revenda eram consideradas como atravessamento de gêneros.

Historicamente, o atravessamento de gênero se refere a uma prática comercial ilegal, realizada nas estradas e arrabaldes dos centros urbanos, desde os tempos da América Portuguesa. As Posturas Municipais regulavam esta conduta como uma negociação ilícita que acontecia nos limites do perímetro urbano, responsável pelo encarecimento dos gêneros de primeira necessidade. A criação da Praça do Mercado e a regulamentação nela consubstanciada produziram uma ressignificação do conteúdo deste delito que, a partir de então, se transformava em transgressão ao sistema de alta de gêneros.

Esta ressignificação do delito de atravessamento de gêneros teve impacto substancial na gravidade da transgressão, bem como na amplitude de segmentos comerciais passíveis de incidirem nesta prática ilegal. Até então, o atravessamento de gêneros era um crime praticado nos arrabaldes da cidade, na fronteira entre o rural e urbano. Com a criação da

Praça do Mercado, o atravessamento acontecia no interior de um espaço institucional administrado e vigiado pelas autoridades municipais.

O sistema de alta visava salvaguardar o interesse público, segundo a concepção dos políticos do partido liberal na Câmara e na Assembleia Provincial, entre 1865-1868. Todavia, os diversos segmentos comerciais da cidade que também dependiam da importação de gêneros alimentícios, realizada por caipiras e tropeiros, para o suprimento de seus negócios, se viram prejudicados com a nova organização do comércio de abastecimento.

As pressões políticas do partido conservador foram reforçadas pelo descontentamento dos proprietários de armazéns de secos e molhados. A vigência do período de seis horas da alta, alguns meses depois, foi reduzida pela metade. Em 1869, quando os conservadores retomam o controle da Câmara de São Paulo, inicia-se o processo político para alterar o Regulamento do Mercado, que levaria à aprovação de um novo regulamento para a Praça do Mercado da Rua 25 de Março em 1872.

Após a inauguração do Mercado, o primeiro administrador Jesuíno Mendes de Mello confidenciou em relatório à Câmara a dificuldade em discernir os gêneros que eram para consumo, daqueles para revenda. Ademais, outros problemas surgiam para a execução do Regulamento, demonstrando a resistência dos locatários dos quartos em seguir as normas de conduta prescritas pela nova legislação:

Solicito (...) permissão para exigir de alguns alugadores os quartos, cujos alugadores não se portarem como devem, porquanto há aqui alguns, como Isabel Joaquina da Conceição e outras que fazem ajuntamento de pessoas de todas as qualidades e até de escravos, e algazarra, gritaria, que muito incomoda a todos; como também Francisco Gregório Rodrigues e outros, que querem fazer da Praça do Mercado seu quintal, soltando aves e deitando no pátio, enchendo suas frentes de caixões, galinheiros, jacazes, barricas e outras muitas coisas que estorvam o trânsito no corredor da praça.⁶¹

É possível perceber, por meio do relatório do administrador do Mercado que, na visão das autoridades, o comportamento dos comerciantes ligados ao abastecimento de alimentos nas ruas das Casinhas e da Quitanda resultava em problemas para a circulação de pessoas na cidade. Entretanto, ainda que a Praça do Mercado tenha sido vista como possível solução, os problemas continuaram a se reproduzir em seu espaço, configurando entraves aos objetivos mais amplos de concentrar esses comerciantes em um só local, assim como, de normalizar atitudes e hábitos da população urbana.

⁶¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1867, p. 133-134.

O novo regulamento da Praça do Mercado da Rua 25 de março

A Praça do Mercado da Rua 25 de Março simbolizou o surgimento de uma nova ordem comercial para o abastecimento de gêneros alimentícios na capital. Ordem instituída por meio da intervenção das autoridades urbanas na organização das trocas comerciais entre o campo e a cidade, em um momento de expansão das relações capitalistas, promovidas pela marcha do café nas cidades do *Oeste* paulista. Neste contexto, o Mercado caracterizava-se por ser um local de concorrência comercial e disputas políticas.

Em 1872, após três anos de domínio conservador na Câmara de São Paulo, os vereadores conseguiram alterar, na Assembleia, o Regulamento do Mercado. O grupo político que se opôs à criação da Praça conseguiu que a Assembleia aprovasse a Resolução nº 4, de 07 de março de 1872, que instaurou um novo regulamento para o comércio de abastecimento de gêneros de primeira necessidade.⁶²

O novo Regulamento revogava o anterior e, na prática, alterava a ideia original dos legisladores, materializada pelo *sistema de alta* de gêneros. Esta mudança resultou no deslocamento da preocupação com o atravessamento de gêneros na seção de tropeiros da Praça do Mercado para, novamente, focalizar o alvo da fiscalização nos limites do perímetro urbano. A partir de então, o sistema de alta deixaria de existir para, em seu lugar, instituir-se a liberdade de comércio ao caipira e tropeiro para negociar seus gêneros indistintamente, sem restrições de volume.

A medida, na prática, beneficiava os comerciantes com armazéns de secos e molhados da cidade que, a partir de então, poderiam acessar a seção de tropeiros sem constrangimentos de horários ou simulando compras para consumo pessoal, como ocorria desde a fundação da Praça do Mercado. Segundo a ideia original dos legisladores liberais, esta reorganização prejudicaria o interesse público, pois os comerciantes passariam a estabelecer concorrência com os consumidores na aquisição de gêneros alimentícios de primeira necessidade.

O benefício com que os comerciantes de secos e molhados passaram a contar se materializava em uma nova definição de atravessamento de gêneros na Praça, instituída pelo Regulamento de 1872. Pelo 8º artigo do novo Regulamento, atravessavam gêneros no Mercado aqueles que, nele, alugassem quartos para servir de depósito de alimentos

⁶²ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Regulamento da Praça do Mercado a Capital* - Resolução nº4, de 07 de Março de 1872.

comprados na seção de tropeiros, assim como era proibida a venda, nos quartos, dos mesmos gêneros que costumeiramente eram oferecidos naquela seção.

Na prática, o Regulamento de 1872, redigido pelo partido conservador, vedava aos locatários dos quartos o acesso à seção de tropeiros e permitia aos demais comerciantes fixos da cidade que suprissem seus negócios junto aos caipiras. A nova legislação, implicitamente, solucionava um conflito suscitado pelo primeiro regulamento de 1867.

Na época, os comerciantes da cidade, que não podiam acessar a seção de tropeiros, reclamavam que o mesmo tratamento não era dispensado aos locatários dos quartos. Desde a inauguração do Mercado, os locatários supostamente se aproveitavam da convivência da administração e entabulavam negócios com os caipiras, formando os temíveis monopólios. O Regulamento de 1872 associou a prática de atravessamento no Mercado com a utilização dos quartos e, assim, passou a condenar *a priori* este segmento comercial.

Em contrapartida, os legisladores conservadores se dedicaram a regulamentar o comércio nos limites do perímetro urbano e, assim, a atualizar a concepção de atravessamento de gêneros nas fronteiras da cidade. Esta perspectiva implicava duas questões: a definição do próprio perímetro urbano e a regulamentação do comércio ambulante, especialmente das quitandeiras.

Desse modo, as zonas limítrofes do perímetro urbano da capital, em 1872, foram determinadas pelo Regulamento do Mercado. A partir de então:

considera-se como cidade (...) a área compreendida dos seguintes limites para dentro: na Luz, desde a ponte Pequena; no Brás, desde a ponte Preta; na Consolação, desde a Igreja; no Arouche, desde a Capela de Santa Cecília; na estrada de Santo Amaro, desde o antigo Matadouro; na Tabatinguera, desde a ponte sobre o rio Tamanduateí; na estrada de Santos. Desde o Lava-pés.⁶³

Os caipiras e tropeiros a caminho da capital poderiam negociar, fora destes limites impostos pela municipalidade, apenas um cargueiro para cada comprador. A partir do perímetro acima estabelecido, não poderiam vender os gêneros até chegar à Praça do Mercado. As pessoas que, eventualmente, adquirissem gêneros fora destes limites não poderiam revendê-los em seu interior.

Desse modo, as autoridades entendiam remediar a situação das pessoas que habitavam os arrabaldes da cidade e que, costumeiramente, adquiriam gêneros às tropas que transitavam por essas estradas e que cortavam muitas freguesias pertencentes à cidade, porém distantes do triângulo central. Para esta população, a obrigação de se dirigir à Praça do

⁶³ Regulamento – Art. 18 §1.

Mercado para adquirir os gêneros essenciais de alimentação poderia se tornar um empecilho para a rotina diária, colocando em risco a subsistência desta parcela dos habitantes da capital.

A nova regulamentação do comércio de gêneros alimentícios, ao criar um perímetro urbano com o objetivo de controlar os negócios realizados nos arrabaldes da cidade, também contemplava novos dispositivos restritivos à circulação das quitadeiras por suas ruas, sobretudo no triângulo.

Nesta época, iniciava-se o aceleração do processo de reformas urbanas planejadas com a intenção de transformar o espaço do triângulo, visando seu ordenamento e embelezamento. Ao concentrar os caipiras e tropeiros na Praça do Mercado e proibir o “ajuntamento” de quitandas pelas ruas e praças da cidade, o primeiro regulamento deu início à tentativa de forçar o estacionamento das quitadeiras na Praça do Mercado, retirando-as, progressivamente, da Rua das Casinhas e da Quitanda. O segundo regulamento de 1872 aprofundou esta iniciativa ao dedicar um capítulo exclusivo às quitadeiras. Em certos aspectos, a posição das autoridades em relação às quitadeiras se manteve ambíguo e este segmento comercial continuou a vender pelas ruas da cidade, mediante restrições.

A relação comercial existente entre a quitadeira e o caipira que, possivelmente, estimulava sua presença no Mercado foi reforçada com a inclusão dos ovos, das galinhas, das frutas, dos legumes e das verduras no escopo de gêneros alimentícios que deviam ser oferecidos primeiramente na seção de tropeiros.

O novo regulamento proibia as quitadeiras de vender legumes, hortaliças e frutas “sentadas ou paradas nas ruas e praças da Capital, devendo para esse fim dirigir-se à Praça do Mercado”. Assim, pretendia-se erradicar o hábito das quitadeiras de estacionar na Rua das Casinhas e na Rua da Quitanda. Todavia, permitia-se a venda em casas de quitanda e, principalmente, de forma ambulante pelas ruas desde que as quitadeiras mantivessem os tabuleiros sobre suas cabeças.

Os legisladores do partido conservador garantiram também outros locais para as quitadeiras estacionarem durante as manhãs até às onze horas. Todos, no entanto, situavam-se fora do triângulo e, alguns deles, nos bairros populares então em formação: Largo dos Curros (Praça da República), Largo da Liberdade, Largo da Memória (Piques/Consolação) e Rua do Brás.

Desse modo, a atuação dos políticos conservadores em relação às quitadeiras se demonstrou ambígua. Por um lado, criaram dispositivos para restringir a circulação destas vendedoras pelo triângulo e estimular sua presença na Praça do Mercado e, por outro, garantiram a viabilidade de interesses fundamentais deste segmento – como, por exemplo, a

forma ambulante de comércio e a possibilidade de estacionar em pontos movimentados da cidade.

Esta constatação vai ao encontro da afirmação dos memorialistas que, ao destacar as excentricidades do governador João Theodoro Xavier, o qual assumia a Presidência da Província em 1872, revelaram que, entre os notáveis que compunham o rol de conselheiros do afamado Presidente, se encontrava uma famosa quitandeira de São Paulo Nhá Maria Café.

A criação e funcionamento da Praça do Mercado da Rua 25 de março contemplava, em seus objetivos de reorganização do comércio de alimentos na cidade, o exercício de maior controle sobre a circulação e estacionamento dos caipiras e suas tropilhas pelas ruas, bem como a intervenção na compra e venda de gêneros nas vias públicas, com o fito de dificultar a formação de monopólios e evitar, assim, a carestia e a escassez de alimentos essenciais.

A construção de um novo Palácio de Governo na década de 1870 na antiga Rua das Casinhas ilustra as transformações urbanas pelas quais passava a capital com o avanço da economia cafeeira. Possivelmente, a influência do interesse das quitandeiras em permanecer no Triângulo se materializou na proposta de reservar o andar térreo do Palácio para a organização de um mercado de verduras para abrigá-las. Ideia polêmica que foi descartada com o embargo da obra, após a retomada do poder presidencial pelos liberais em São Paulo, em 1876.

Vinte dias após a entrada em vigor do novo Regulamento da Praça do Mercado, em 27 de março de 1872, o governador da Província de São Paulo, José Fernandes da Costa Pereira Jr, sancionou acréscimos ao seu texto, reunidos na Resolução nº 25. Na primeira versão, de 1872, os legisladores ensaiaram a proibição da venda de carne verde na Praça, mas em face do protesto dos marchantes da cidade e da importância deste gênero para o movimento comercial naquele espaço de abastecimento, revogou-se a proibição.

A resolução nº 25, todavia, visava inserir dispositivos que retomassem o espírito original do primeiro regulamento e ampliou o poder de intervenção do administrador na venda de gêneros na seção de tropeiros. A proposta de emenda demonstrava que o partido conservador não possuía uma posição consensual diante do tema, pois foi um de seus correligionários que propôs as mudanças adotadas, que restringiam a liberdade comercial de caipiras e consumidores na seção de tropeiros. Segundo este adendo, em caso de escassez de

um determinado alimento na Praça, os caipiras não usufruiriam desta liberdade, sendo obrigados, então, a vender “repartidamente pelos compradores”.⁶⁴

Para os momentos de escassez ou carestia prolongada, a Câmara de São Paulo teria autonomia para adotar medidas emergenciais, ou mesmo suspender temporariamente a aplicação de qualquer artigo do Regulamento, sem autorização prévia da Assembleia Provincial, conforme previa o art. 34 do mesmo.

Em momentos excepcionais, a resolução nº 25 concedia também ao administrador municipal o poder de intervir na seção de tropeiros com o objetivo de regular a venda aos consumidores: “no caso de carestia ou falta de algum gênero, não será permitido a pessoa alguma comprar mais de uma carga ou um cargueiro, e neste caso o vendedor será obrigado a vender a retalho”.⁶⁵

Ao estipular que a venda a retalho na seção de tropeiros só seria obrigatória em momentos excepcionais, este dispositivo do Regulamento de 1872 confirma que, em tempos de normalidade no abastecimento, os comerciantes de armazéns de secos e molhados da cidade e as quitandeiras poderiam, a partir de então, comprar mercadorias aos caipiras com o propósito de revendê-las, enfrentando poucas restrições legais. Os comerciantes locatários dos quartos foram os únicos a serem proibidos de acessar os caipiras ou vender, no Mercado, gêneros semelhantes àqueles vendidos na seção de tropeiros.

Sob a perspectiva da população de São Paulo, as mudanças na organização do comércio de abastecimento na Praça do Mercado, instauradas com o Regulamento de 1872, desvirtuaram a intenção original da criação da seção de tropeiros, ao permitir que os diversos segmentos comerciais da cidade – das quitandeiras aos proprietários de armazéns de secos e molhados – realizassem negócios com os caipiras e tropeiros. Conservadores e Liberais possuíam concepções distintas do significado do “interesse público”.

Sob a perspectiva da administração urbana, a nova organização do comércio de abastecimento potencializava o espaço da Praça do Mercado como local de fonte de renda para a municipalidade. A possibilidade aberta para transações comerciais em maiores volumes resultava em aumento dos impostos cobrados pela Câmara. Esta mudança no marco legal pode ter sido concebida no interior de um plano para ampliar a arrecadação dos cofres da Câmara, com o objetivo de financiar o processo de modernização e embelezamento do Triângulo, o que caracterizou a administração de João Theodoro Xavier, entre 1872 e 1875.

⁶⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Resolução nº 25*, de 27 de março de 1872.

⁶⁵ *Ibidem*.

Como afirmara no final de seu mandato, a Câmara de São Paulo fora fundamental para que os planos do Presidente da Província no tocante à capital fossem realizados a contento.⁶⁶ Além do interesse dos consumidores de adquirir gêneros essenciais à alimentação, por preços módicos, diretamente do produtor, os conservadores enxergavam, na Praça do Mercado, o potencial de gerar rendas à municipalidade. Neste mesmo sentido, outra medida fiscal foi adotada por esse grupo político em 1873.

Para auxiliar a empreitada do governo provincial de transformar a paisagem urbana do Triângulo, a Câmara de São Paulo recorreu a empréstimos considerados, por parte dos vereadores, como “avultados”. A municipalidade necessitava aumentar suas fontes de recurso para honrar os compromissos, tanto econômicos, com os credores, quanto políticos, com o governo provincial. Desse modo, decidiu-se pela criação do imposto de 40 réis sobre cada alqueire de gênero negociado na Praça do Mercado.

Pela unidade de medida empregada, é possível inferir que este tributo incidiu nos gêneros de primeira necessidade vendidos na seção de tropeiros: farinhas e cereais. Pela proposta, a intenção dos vereadores era aumentar, em três a quatro contos de réis, a arrecadação no Mercado.

É curioso notar que, diante das inúmeras transformações socioeconômicas e políticas em curso, que levaram às autoridades e elites políticas a buscar instaurar uma nova ordem urbana, os segmentos sociais ligados ao abastecimento, cujas práticas comerciais eram vistas como indesejáveis nessa nova ordem, caipiras e quitandeiras, eram justamente aqueles a quem a Câmara recorria para financiar a execução de um plano que tendia a excluí-los.

De todo o modo, a estratégia da Câmara para aumentar as rendas municipais foi bem sucedida. Nestes mesmos anos em que as mudanças na organização do comércio no Mercado foram implantadas, a arrecadação do Fisco Municipal também aumentou substancialmente, conforme demonstrado por Eurípedes Simões de Paula.⁶⁷

Para o ano fiscal de 1872-1873, a arrecadação da Câmara foi de 52:542\$000 réis (cinquenta e dois contos quinhentos e quarenta e dois mil réis). Entre os anos de 1873 e 1874, este montante mais que dobrou, atingindo a cifra de 129:758\$000 (cento e vinte e nove contos setecentos e cinquenta e oito mil réis). Este aumento coincidiu com as mudanças

⁶⁶ Em relatório presidencial, no final de seu mandato, João Teodoro Xavier exaltou o papel fundamental da Câmara da Capital ao dar suporte ao seu plano de modernização urbana: “É esta mais uma oportunidade que se me oferece, de consagrar um voto de gratidão pessoal e de reconhecimento oficial pela deferência com que sempre honraram-me o presidente da Câmara da Capital (...) e toda a corporação, e mais pelos assinalados benefícios com que promoveram eficazmente os melhoramentos do Município. Obras momentosas, de utilidade vivamente reclamadas, e de alto custo, foram por ela executadas ou empreendidas” (MARTINS, *Ibidem*, p. 203).

⁶⁷ PAULA, *Ibidem*, p. 176.

implementadas na Praça do Mercado, principalmente, com o imposto de 40 réis instituído em 1873.

Cumpre salientar que a Praça do Mercado foi um entre outros fatores que contribuíram para este aumento na capacidade financeira da Câmara, pois existiam outras fontes de renda. Outra fonte de recursos ligada ao abastecimento de gêneros alimentícios consistia no Matadouro Municipal, que abordamos a seguir.

O velho Matadouro do Bexiga

O abastecimento de carne na cidade de São Paulo se configurou, historicamente, em um campo de disputas e polêmicas que envolvia o cotidiano da população urbana. Nesta segunda parte do capítulo, analisaremos o processo de transferência do Matadouro Público do antigo local na Rua Humaitá para o novo edifício, em 1886, em região na qual se formaram os bairros da Vila Mariana e Vila Clementino.

Segundo observou Ernani Silva Bruno, o abastecimento de carnes verdes em São Paulo, desde as primeiras décadas de formação do “arraial de sertanistas”, foi precário e insuficiente, a despeito das descrições dos primeiros viajantes, que consignaram a abundância de recursos das terras de Piratininga. Baseando-se nas atas da câmara municipal, o autor ressalta a frequência das reclamações da população local em relação ao fornecimento e à qualidade deste alimento, afirmando que, somente as pessoas de maiores posses, teriam acesso à “carne farta e de boa qualidade”. Em 1599, a municipalidade instituiu a primeira casa de açougue, com o objetivo de aprimorar o suprimento da carne fresca, evitando, assim, que “fosse vendida pelas ruas de casa em casa, exposta às sujeiras”.⁶⁸

Na primeira metade do século XIX, o comércio de carne fresca ainda era praticado em um único açougue público. O corte das rezes e a preparação dos talhos de carne eram atividades desenvolvidas no Curral do Conselho, primeiro local criado pela Câmara Municipal, na virada do século XVIII para o XIX, com o objetivo de exercer um controle fiscal e sobre a circulação de produtos derivados do abate de animais na cidade. Essas atividades deixam transparecer pouca preocupação com as questões de higiene.

Segundo o depoimento de um contemporâneo quanto ao funcionamento deste primeiro local de produção de talhos de carne fresca, Francisco de Assis Vieira Bueno, o Curral do Conselho estava localizado no início da estrada de Santo Amaro, próximo ao Largo

⁶⁸ BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*. Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros, 1954, p. 256.

do Bexiga, em região historicamente constituída como a principal entrada, na cidade, das tropas provenientes do sul e também do interior da Província – em um circuito de comércio de animais para transporte e corte tributário da Feira de animais de Sorocaba⁶⁹. Nas memórias de Vieira Bueno, a proximidade do Curral ao triângulo central da cidade foi classificada como uma situação inconveniente, pois o mau cheiro exalado “ia longe, porque não havia a respeito dele preocupação alguma higiênica. As reses, atadas a um mourão, debaixo de um telheiro aberto, e derribadas sobre um chão de terra revolvida, aí eram sangradas”.⁷⁰

Nesta primeira metade do século XIX, locais de comércio de carne verde foram surgindo na cidade, conhecidos, então, como Talhos, pertencentes a negociantes denominados de marchantes, que controlavam desde o suprimento de animais para o Curral até a distribuição da carne no comércio a retalho. O poder econômico deste segmento social, no período, foi ilustrado por Vieira Bueno ao constatar que, o sobrado construído em frente ao Curral, no Largo do Bexiga, pertenceu a um marchante.

Em meados do século, as reclamações acerca da qualidade da carne de boi vendida em São Paulo eram constantes na Câmara Municipal. Bruno compilou estas reclamações que versavam sobre a “limpeza da carne vendida à população, por causa do desleixo em que vivia o matadouro, e da falta de higiene dos cepos nos açougues”.⁷¹

Neste contexto, a municipalidade estabeleceu medidas para aliviar a situação: o transporte da carne só poderia ser realizado por carros de boi; para o corte do produto, permitia-se o uso de facas e serrotes; os cepos de madeira empregados para o corte deveriam ser substituídos por balcões de tábuas limpas e lavadas diariamente; a carne exposta para a venda nas portas e paredes dos açougues necessitava da proteção de panos brancos de linho ou algodão.⁷²

O Curral do Conselho encerrava um modo de produção que, na percepção das autoridades e dos habitantes da cidade, suscitava problemas higiênicos durante o abate e corte das reses. Todavia, a preocupação central se relacionava à proximidade entre o Curral e o núcleo urbano, fator agravado pelo regime de ventos reinantes, que transportava as “exalações pútridas” do matadouro sobre a cidade.

A partir de 1850, a Câmara Municipal de São Paulo contratou um grupo de profissionais, sobretudo engenheiros e médicos, para instrumentalizar o poder local no sentido

⁶⁹ BRUNO, *Ibidem*, vol. II, p. 568.

⁷⁰ MOURA, Carlos Marcondes de (Org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX*. 1999, p. 161-162.

⁷¹ BRUNO, *op. cit.*, p. 632.

⁷² *Idem, Ibidem*.

de intervir na organização do espaço urbano. Neste contexto, o Curral do Conselho foi desativado para, em seu lugar, ser construído o Matadouro da Rua Humaitá.

A Rua Humaitá consistia em uma via, construída perpendicularmente, entre os dois principais caminhos que ligavam a cidade com o interior da Província e com a região Sul do Império, a estrada de Santos (depois batizada de Vergueiro) e a estrada de Santo Amaro. Desse modo, o Curral do Conselho, que se localizava no início da Estrada de Santo Amaro, próximo a um dos limites do perímetro do triângulo, foi transferido para outro estabelecimento, mais afastado da cidade, atrás dos campos do Bexiga e separado por uma região de vales e morros – entre os rios Saracura, Bexiga e Anhangabaú – e passou a ser denominado, a partir de então, de Matadouro.

A construção do Matadouro da Humaitá ficou sob a responsabilidade do engenheiro alemão Carlos Bresser. As obras foram realizadas entre os anos de 1849 e 1853 e, segundo Eudes de Campos, o edifício era uma “construção utilitária de aparência rústica e feita de taipa de pilão”.⁷³

O Matadouro do Bexiga, como também era conhecido,⁷⁴ trazia em sua concepção uma maior preocupação com a higiene e as condições sanitárias do local e do serviço nele realizado. O Regulamento prescrevia normas higiênicas mais rigorosas quanto às instalações do edifício e determinava a presença do médico da Câmara, para a realização do exame sanitário de cada animal abatido.⁷⁵

Todavia, é possível depreender, do Regulamento deste estabelecimento, que os serviços de abate e corte de rezes, preparo das carnes e das vísceras, eram realizados pelos marchantes, açougueiros e tripeiros, que desempenhavam estas atividades sob a vigilância dos funcionários da administração do Matadouro. Sobretudo, ao menos em tese, sob a observação do Médico da Câmara, que poderia rejeitar os animais ou as carnes consideradas impróprias para a venda e consumo da população. Entre os dispositivos do Regulamento que autorizam esta afirmação, encontra-se a regra que estipulava que todos aqueles que utilizassem o estabelecimento eram responsáveis pela manutenção da limpeza em suas oficinas, prevendo multas para aqueles que se recusassem.

O Regulamento também estipulava que os marchantes e outras pessoas que danificassem os utensílios fornecidos pela Câmara ou qualquer dependência deste

⁷³ CAMPOS, *Ibidem*, p.106.

⁷⁴ O memorialista Gabriel Marques afirma que o matadouro ficava no ponto central de uma região que viria abrigar o bairro do Bexiga. Ver: MARQUES, Gabriel. *Ruas e tradições de São Paulo*. 1966, p. 144.

⁷⁵ Para uma análise pormenorizada da transferência do Curral do Conselho para o Matadouro da Humaitá, bem como sobre seu Regulamento ver: GIORDANO, *Ibidem*.

estabelecimento público deveriam repará-los imediatamente, senão também seriam punidos com multas. Os funcionários municipais se limitavam ao caseiro, ao fiscal e ao médico da Câmara. Segundo a carta, era função do caseiro “fazer com que os marchantes [observassem] fielmente as disposições (...) comunicando ao Fiscal e a Câmara por escrito qualquer omissão ou recusa da parte deles a este respeito”.⁷⁶

O Matadouro da Humaitá se encontrava em local distante do triângulo, deixando de estar contíguo ao espaço urbano. O local escolhido, no entanto, desagradou os moradores de uma região ainda pouco habitada, pois o estabelecimento se encontrava em um sítio “baixo, úmido e cercado por montanhas”.⁷⁷ Affonso de Freitas corrobora esta afirmação ao considerar que esse estabelecimento estava “encravado nas baixadas do Humaitá”.⁷⁸

A transferência do Curral do Conselho para o Matadouro do Bexiga obedecia à implantação de uma nova lógica de gestão das cidades e de seu crescimento, na qual despontava a influência da medicina e da engenharia na gestão do espaço urbano. O paradigma científico e urbano da teoria dos miasmas postulava que o principal vetor de transmissão de doenças e epidemias, no ambiente das cidades, era o processo de decomposição orgânica que resultava na emissão de “exalações pútridas”, conhecidas como miasmas. O combate a estas exalações se tornou o principal foco de ação de uma política incipiente de saúde pública.

O novo local, distante do triângulo central, solucionava parcialmente o problema dos miasmas. Ainda que o Matadouro não estivesse mais contíguo à área urbana e separado espacialmente por uma topografia acidentada, a baixada da Humaitá se revelou inadequada, pois manteve este estabelecimento na direção dos ventos que continuavam a transportar as exalações e miasmas para a área urbana da cidade.⁷⁹

Em uma inspeção no Matadouro da Humaitá, em seus primeiros anos de funcionamento, o chefe de polícia reconheceu que o piso do estabelecimento não era adequado para escoar o sangue e a água que se acumulavam nos interstícios do pavimento, possibilitando a fermentação da matéria orgânica e a exalação dos miasmas.

O Matadouro do Bexiga foi reputado por Ernani Bruno como “cheio de sujeira”,⁸⁰ ao comparar os métodos empregados por marchantes e tripeiros relativamente ao que denominou de remodelação do sistema de abastecimento de carne, implantada com o novo

⁷⁶ GIORDANO, *Ibidem*, p. 102.

⁷⁷ *Idem*, *Ibidem*, p.99.

⁷⁸ FREITAS, *Ibidem*, p.30.

⁷⁹ SALGADO, Ivone. *Obras Públicas da cidade de São Paulo na metade do século XIX: o higienismo e a construção do cemitério público, do mercado público e do matadouro público*. ANPUH, 2007, p. 4.

⁸⁰ BRUNO, *Ibidem*, p.1109.

Matadouro da Vila Mariana. Todavia, Bruno não forneceu maiores informações acerca dos novos métodos, baseando suas assertivas nas informações legadas pelo memorialista Paulo Cursino de Moura, em uma passagem na qual exalta a influência positiva da imigração alemã em São Paulo, no século XIX, destacando a figura do engenheiro Alberto Kuhlman, responsável pelo projeto arquitetônico do Matadouro da Vila Mariana.⁸¹

Para além dos miasmas, o Matadouro da Humaitá encerrava outro problema sanitário, o despejo de detritos e rejeitos do processo de abate e corte de rezes no rio Anhangabaú. De acordo com o Regulamento, os serviços de abate e corte das rezes acontecia no período da tarde. Affonso de Freitas, ao descrever a fisionomia da cidade no último quartel do século XIX, salientou que o Rio Anhangabaú ao passar pelo Matadouro:

recebia aí todo o sangue das rezes abatidas de modo que os moradores do Piques, do Acu e da rua da Constituição, por onde fazia curso aquele ribeiro, assistiam diariamente, das duas horas da tarde em diante, ao deslizar de um verdadeiro rio de sangue.⁸²

Miguel Milano também salientou a existência de “mau cheiro” provocado na cidade pelos despejos do Matadouro. A água poluída que emanava deste estabelecimento encontrava o Anhangabaú na altura do Largo do Bexiga (Riachuelo, atual Praça da Bandeira) e, ao alcançar o Rio Tamanduateí, nas proximidades da Praça do Mercado, em local conhecido como sete voltas, produzia o mau cheiro insuportável que incomodava os habitantes. Para este memorialista, a posição do Matadouro em relação à cidade, desde a época do Curral do Conselho, se justificava pela proximidade das vias de acesso do gado à cidade, bem como dos principais locais de pasto, nas adjacências do triângulo, na região do Piques, entre o campo do bexiga e o Largo dos curros (atual Praça da República).⁸³

De acordo com Milano, a desativação do Matadouro da Humaitá e a construção de novo edifício na Vila Mariana se deveu à pressão exercida pela população contra a “fedentina provocada pelas águas do Matadouro”.

O Matadouro da Humaitá funcionou como local de estacionamento do gado e de corte dos talhos de carne para a distribuição no comércio a varejo e o consumo na cidade. Embora, desde sua fundação, em meados do século, tenha apresentado problemas estruturais relativos à higiene e localização, este estabelecimento funcionou por três décadas, até os anos finais do Império, e representou uma primeira tentativa da Câmara de melhorar as condições

⁸¹ MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de Outrora*. P. 282.

⁸² FREITAS, *Ibidem*, p.30-31.

⁸³ MILANO, Miguel. *Os Fantasma da São Paulo Antiga*. P. 149.

de salubridade no abastecimento de carnes verdes. Todavia, problemas que acometiam o Curral do Conselho também continuaram a ser associados ao Matadouro do Bexiga. Conforme a cidade se expandia e sua população aumentava, o estabelecimento de abate novamente se encontrava nas proximidades do núcleo urbano.

No ano de 1872, com a instituição do Regulamento da Praça do Mercado da Rua 25 de Março, o local de abate de rezes, na Rua Humaitá, configurava um dos limites do perímetro urbano na Rua de Santo Amaro, no interior do qual aplicava-se as regras do Mercado para o comércio de gêneros de primeira necessidade. Neste documento, as autoridades se referiam a ele como o “antigo matadouro”.

Todavia, esta percepção não impediu que o poder municipal, continuamente, fizesse aportes de recursos públicos para reformar ou *melhorar* as condições estruturais do antigo Matadouro. Na iminência da inauguração do novo Matadouro na Vila Mariana, em 1887, os trabalhos da Comissão do Matadouro na Câmara Municipal no ano anterior se ocuparam principalmente da construção de uma nova pocilga no Matadouro da Humaitá, em atenção a uma demanda dos marchantes de porcos que, naqueles anos, aumentaram substancialmente em números.⁸⁴

A transferência do Matadouro para a Vila Mariana

A transferência do Matadouro da Rua Humaitá para local mais distante, fora da região dos rios Anhangabaú, Bexiga e Saracura Grande, daria início à ocupação urbana dos bairros da Vila Mariana e Vila Clementino. As informações, legadas pelos memorialistas e compiladas pela historiografia, apontam que esta transferência simbolizou a reorganização do sistema de abastecimento de carne em São Paulo. Não oferecem, porém, maiores detalhes sobre o significado desta transferência para a produção e comércio deste gênero alimentício na capital.

O memorialista Paulo Cursino de Moura destacou o novo sistema de transportes, implantado para fazer a ligação ferroviária entre São Paulo e Santo Amaro. O Matadouro da Vila Mariana, inaugurado em janeiro de 1887, se localizava no trajeto entre as duas cidades. A partir de então, o transporte de carne, deste local até a cidade, seria realizado por meio de vagões especiais para armazenar as peças durante o trajeto. O transporte do antigo matadouro até o triângulo era feito por meio de carroças puxadas por animais. A empresa de transporte

⁸⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1886, p. 29.

construiu um depósito, em uma das estações do caminho de ferro, denominada de São Joaquim, na estrada do Vergueiro. A distribuição do depósito para os açougues continuaria sendo realizada mediante o emprego de carroças.

A obra de construção do edifício do Matadouro, conforme já apontado, e a instalação dos trilhos do bonde a vapor estiveram sob a responsabilidade do engenheiro alemão Alberto Kuhlman, um dos proprietários da empresa Estrada de Ferro Carris São Paulo a Santo Amaro. Tanto Paulo Cursino de Moura quanto Ernani Silva Bruno, afirmam que a nova organização do sistema de abastecimento de carne consistia na inovação do método de transporte, apenas aludindo que, com o novo estabelecimento, os antigos métodos do “sujo” Matadouro da Humaitá foram abolidos. O que os memorialistas não revelaram era a intenção da Câmara de substituir os marchantes e tripeiros, na linha de produção do Matadouro, por um corpo de funcionários públicos treinados para executar os serviços nas oficinas.

Analisamos a seguir de que modo a Câmara organizou o serviço de profissionais para as tarefas do Matadouro. No estabelecimento da Rua Humaitá, os marchantes e tripeiros eram os protagonistas na linha de produção. Desse modo, o Matadouro empregava poucos funcionários. O estabelecimento, na Vila Mariana, diferentemente, exigia uma maior estrutura administrativa, ampliando o seu escopo de funções, com a inclusão de um veterinário, chefes de matança, magarefes, carneadores, entre outros.

Além do problema de localização do Matadouro em relação ao espaço urbano, a transferência para a Vila Mariana, em 1887, visava intervir no controle dos marchantes sobre o processo produtivo da carne consumida em São Paulo. Esta intervenção se materializava na entrada da empresa Santo Amaro no ramo de transporte da carne, assim como na criação de um corpo de profissionais contratado pela Câmara para realizar as tarefas nas oficinas do Matadouro.

Sendo assim, mediante a análise do Regulamento do Matadouro da Vila Mariana, das atas da Câmara e dos principais veículos de imprensa da época, examinaremos a nova organização do sistema de abastecimento de carne em São Paulo em três momentos: os caminhos da decisão política sobre a transferência do local do Matadouro, a criação de um corpo de profissionais na linha de produção e o transporte da carne pelos bondes da ferrovia Santo Amaro. O fio condutor da análise é a interação entre os segmentos sociais do abastecimento de carne e as autoridades urbanas, na constituição deste novo sistema de produção e distribuição, que iniciava um processo mais amplo de tentativas de exclusão e resistência destes segmentos.

Desde a fundação do Matadouro da Rua Humaitá, em meados do século XIX, as autoridades urbanas, policiais e médicas, foram unânimes em condenar os problemas higiênicos deste estabelecimento, bem como a localização considerada imprópria em relação à topografia, o regime de ventos e dos rios.

No final da década de 1870, durante a presidência da Câmara de Antônio da Silva Prado, entre 1877 e 1880, o líder do partido conservador, em São Paulo, comunicou aos colegas a aquisição de um terreno no Morro das Perdizes, para servir à construção de um novo Matadouro para a cidade, em substituição ao estabelecimento da Humaitá. A Câmara, então, autorizou a abertura de licitação pública de orçamentos e plantas para a construção de um edifício que comportasse o abate diário de 50 rezes bovinas, 100 ovinas e 100 suínas, em um total de duzentos e cinquenta animais abatidos para o consumo de carne, e outros produtos, pela população.⁸⁵

A escolha do Morro das Perdizes não era aleatória. Distante do triângulo, em uma região de topografia elevada, conforme se julgava mais adequado para este tipo de indústria. Todavia, fator determinante era a existência de uma Fábrica de Curtume, fundada pelo imigrante alemão Alberto Kleeberg, em 1871, na Rua das Palmeiras. Quando, na virada do século, Antônio Bandeira realizou seu levantamento das principais indústrias da cidade, o estabelecimento de Kleeberg foi considerado um dos mais antigos e se caracterizava por ser “um dos melhores do Estado, não só pela perfeição do fabrico como pela ordem e direção”.⁸⁶

No entanto, a proposta gerou polêmica na Câmara. O motivo da querela era a localização do novo estabelecimento. Entre 1879 e 1883, cogitou-se construir o novo Matadouro nas Perdizes, em Pinheiros e no Rio Pequeno, todas as propostas eventualmente descartadas.

Em 15 de março de 1883, os marchantes da cidade se reuniram e apresentaram às autoridades municipais um abaixo-assinado para demonstrar sua preferência em relação ao novo local do Matadouro. O interesse dos marchantes era que o estabelecimento se mantivesse no mesmo vetor de expansão da cidade, a partir da Humaitá até os “campos realengos da Várzea de Santo Amaro, ou em terrenos do curtume da Boa Vista, pertencente a José Antônio Coelho”.⁸⁷

Os marchantes e tripeiros da cidade residiam, em sua maioria, nas adjacências do antigo Matadouro, nos bairros do Bexiga e da Glória (atual bairro da Liberdade). Para eles,

⁸⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1879, p. 33.

⁸⁶ BANDEIRA JR, Antônio. *A Indústria no Estado de S. Paulo em 1901*. P. 63.

⁸⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1883, p. 82.

além da facilidade de acesso ao novo estabelecimento, interessava a proximidade com a Fábrica de Curtume Boa Vista, situada em região que abrigaria os bairros da Vila Mariana e Vila Clementino. Nesta disputa pela localização do Matadouro, é possível depreender a pluralidade de interesses ligados ao comércio de rezes e fornecimento de produtos derivados, como o couro, o sebo, a banha, os chifres entre outros. Demonstrando a complexidade de interesses que envolvia a tarefa principal do Matadouro em fornecer carne para a população da cidade.

De todo o modo, o fator que determinou a escolha do novo local pela Câmara foi a possibilidade de incluir esta obra em um plano mais amplo de reestruturação urbana, com a construção da linha férrea de bondes a vapor para ligar a Capital até a Vila de Santo Amaro, encampada pelo engenheiro Alberto Kuhlman. Como a municipalidade não dispunha de recursos financeiros para executar as obras do Matadouro, a proposta do engenheiro alemão pareceu promissora aos vereadores. Desde 1881, com o fim da Presidência de Antônio Prado, os liberais e os republicanos começaram a exercer maior influência na Câmara e, por meio da atuação do republicano Rafael de Barros, o contrato do novo Matadouro foi concluído.

Segundo o engenheiro alemão, Alberto Kuhlman, a confluência com os interesses dos marchantes foi determinante para a definição do novo local, ponderando que a Companhia estava julgando o melhor terreno para o Matadouro, conforme a demanda deste segmento do comércio de abastecimento. Todavia, marchantes e vereadores questionavam a distância do novo estabelecimento.

O local determinado pelo engenheiro distava dez quilômetros da cidade. No entanto, por meio de artigo no *A Província de S. Paulo*, Kuhlman salientou que, com o novo meio de transporte por bondes, a carne poderia chegar à cidade dentro de uma hora, após a saída do Matadouro.

Após esclarecer que o Riacho do Sapateiro e o Ribeirão Jabaquara poderiam oferecer água em abundância para o novo Matadouro, a Câmara de São Paulo aprovou o local escolhido. No entanto, o médico da Câmara, Eulálio da Costa Carvalho se opôs à determinação do engenheiro. A autoridade sanitária da Câmara argumentou que as descobertas da medicina, paulatinamente, impugnavam a antiga noção de que os miasmas do Matadouro eram nocivos à saúde da população. Desse modo, não era necessário afastar o estabelecimento da cidade. Pelo contrário, este afastamento e a grande distância a ser percorrida pela carne até a cidade, em sua opinião, se configuravam em riscos maiores à saúde pública do que a presença do Matadouro em região mais próxima à cidade.

Em face do posicionamento do médico da Câmara, os marchantes se reuniram e, novamente, confeccionaram um abaixo-assinado para protestar contra o parecer do médico e defender a proposta do novo Matadouro na várzea do Ribeirão Jabaquara. O conteúdo desta representação foi publicado pelo jornal *A Província de S. Paulo*, em 30 de dezembro de 1883. Neste documento, os marchantes de gado e comerciantes de carne relataram os diversos motivos para o Matadouro ser construído na várzea de Santo Amaro.⁸⁸

Os marchantes consideravam “natural” o novo Matadouro estar próximo das pastagens por eles utilizadas na extensão da estrada de Santo Amaro. O médico partilhava a opinião de Antônio Prado que o melhor local era a chácara das Palmeiras. Todavia, os marchantes consideravam esta região inadequada, pois não possuía espaço suficiente para o descanso do gado, em face da rápida urbanização vigente naquele período. Ademais, reafirmavam que a chácara das Palmeiras estava muito distante de seus locais de moradia e trabalho.

A representação foi assinada por trinta e um marchantes, em sua maioria, possuidores de sobrenomes italianos. A conclusão do documento indicava que, se a Câmara adotasse o parecer do médico, no futuro, as novas condições do abastecimento de carne resultariam em aumento no preço do quilo da carne.⁸⁹

Em novo artigo, com o objetivo de se opor à posição do médico da Câmara, o engenheiro Kuhlman voltou a reforçar a ideia de que a comodidade dos marchantes era um fator crucial para a decisão e afirmou que a maioria deste segmento do comércio de carne habitava a região entre a estrada de Santo Amaro e a estrada do Vergueiro.⁹⁰

Na Câmara, a correlação de forças políticas se alterou, na década de 1880, com a presidência do conservador dissidente João Mendes de Almeida Jr. Entre 1881 e 1886, liberais e republicanos aumentaram sua presença em plenário. Esta reconfiguração das forças políticas facilitou a definição do novo local conforme a preferência da empresa de transportes e também dos marchantes da cidade. A comissão conjunta de justiça e obras, composta de maioria liberal/republicana, em 30 de Abril de 1884, decidiu a questão sobre o novo local:

Considerando que, de parte o que diz a higiene, a questão mais importante é atender na colocação de um matadouro é a comodidade dos marchantes. Considerando que os marchantes, quase unanimemente, reclamam contra a colocação do novo matadouro nos campos das Perdizes e dos Pinheiros, por falta de pasto e por haver erva nas poucas pastagens existentes. Considerando a importância desta alegação (...) propõe que fique definitivamente escolhido o lugar denominado – rincão do

⁸⁸ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 30/12/1883, p. 2.

⁸⁹ *Idem*, *Ibidem*, p.2.

⁹⁰ CORREIO PAULISTANO. 04/12/1883, p. 2-3.

sapateiro. Proporção para o corte de cem rezes, sessenta porcos e cinquenta carneiros, com todo aperfeiçoamento conhecido para esta sorte de construção, não só em relação ao asseio, como também em relação à facilidade da matança, do corte e ao aproveitamento do sebo, e couro.⁹¹

Como podemos ver, no excerto acima, as necessidades dos marchantes da cidade foram contempladas pela decisão dos vereadores em relação ao local onde deveria ser construído o novo Matadouro. Ao lado dos fatores de salubridade e higiene, a “comodidade dos marchantes” foi determinante para esta escolha, a qual, em última instância, determinava os vetores de expansão da própria cidade. Todavia, os motivos elencados pelos vereadores não contemplavam os principais motivos para os marchantes optarem pelo rincão do sapateiro: a proximidade com os locais de residência e trabalho e o posicionamento geográfico em relação à distribuição das fábricas de Curtume na cidade. Desse modo, os interesses deste segmento do comércio de abastecimento exerceram influência na determinação dos vetores de expansão urbana e na configuração de bairros como a Vila Mariana e a Vila Clementino.

Após a determinação do local do novo Matadouro, à revelia do médico da Câmara, os vereadores lançaram novo edital para confecção de planta e orçamento da obra para um edifício com “seus aparelhos”, no valor total de cento e cinquenta contos de réis. A Câmara recebeu, na última sessão do ano de 1884, três propostas de plantas e orçamentos. Entre elas, destacavam-se a proposta do escritório de engenharia de Francisco Ramos de Azevedo e da Companhia Carris de Ferro São Paulo e Santo Amaro, organizada por Alberto Kuhlman.⁹²

Nas primeiras sessões da legislatura de 1885, os vereadores nomearam a Comissão do Matadouro com as seguintes funções: inspecionar o antigo estabelecimento e a construção do novo; estudar as plantas apresentadas na licitação; e fiscalizar as obras⁹³. Esta comissão foi formada por seu proponente, o republicano Rafael Paes de Barros, seu correligionário e familiar Antônio Paes de Barros,⁹⁴ e o conservador Manoel Antônio Dutra Rodrigues.

O republicano Rafael Paes de Barros havia assumido a liderança na Câmara em relação à proposta de construção do novo Matadouro e também quanto à confecção do novo regulamento deste estabelecimento. O engenheiro da Câmara enviou à Comissão do

⁹¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1884, p. 99.

⁹² *Idem*, *Ibidem*, p. 203.

⁹³ *Idem*, 1885, p. 11.

⁹⁴ ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL. Os Pais de Barros e a Imperial Cidade de São Paulo. *Informativo Arquivo Histórico Municipal*. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info16/i-estudos.htm>>.

Matadouro um parecer sobre as plantas apresentadas em concurso, com direito a prêmio aos dois primeiros colocados. A comissão do Matadouro anunciou a escolha da proposta do engenheiro Alberto Kuhlman, com Ramos de Azevedo, em segundo lugar.⁹⁵

Por ocasião da abertura de novo concurso para a execução da obra, a Companhia de Carris de Ferro São Paulo e Santo Amaro, pertencente ao engenheiro Alberto Kuhlman, ficou em segundo lugar na disputa. No entanto, em sessão de 15 de abril de 1885, a Comissão do Matadouro anunciou que o contrato de construção do edifício seria concedido à empresa São Paulo e Santo Amaro. A escolha se deveu, principalmente, às condições de pagamento aceitas pela empresa, após negociações entabuladas com os membros da Comissão.⁹⁶

As condições exigidas por parte da municipalidade versavam sobre a duração da obra e as formas de pagamento. O edifício deveria ser entregue até 30 de Setembro de 1886 e a empresa teria, então, 17 meses para concluir a obra. A Câmara teria o prazo de dez anos para efetuar o pagamento, o qual se iniciaria seis meses antes da conclusão do edifício. Como forma de garantia do pagamento, a Câmara ofereceu os impostos recolhidos sobre os fatos e couros do Matadouro e o imposto sobre veículos. O que significava que os marchantes e tripeiros auxiliariam na construção do novo edifício.

Outras propostas eram mais baratas, entretanto estes proponentes exigiam o pagamento imediato, em dinheiro, enquanto a São Paulo e Santo Amaro aceitou o “pagamento pela forma e com os juros com que o Banco de Crédito Real que foi fundado para projetar a lavoura, [dava] aos lavradores; o que [queria] dizer – de uma forma cômoda para o devedor”.⁹⁷

Depreende-se que a Câmara não possuía recursos para investir nesta construção. A comissão argumentava que esta obra não poderia mais ser adiada, pois isto resultava também em grande ônus para o Fisco municipal. A comissão entendia que, somente com um novo Matadouro, se poderia sanar o problema estrutural da arrecadação de impostos sobre o abate de porcos e carneiros. A municipalidade deixava de arrecadar este imposto pela prática comum entre marchantes e a população de abater estes animais em locais particulares, sem qualquer fiscalização higiênica e tributária. Os membros da Comissão justificavam o contrato a prazo pelas “vantagens do gozo, desde logo, das comodidades de um matadouro feito pelo sistema moderno”.⁹⁸

⁹⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1885, p. 26.

⁹⁶ *Idem, Ibidem*, p. 62.

⁹⁷ *Idem, Ibidem, loc. cit.*

⁹⁸ *Idem, Ibidem*, p. 63.

Em 30 de Setembro de 1885, o presidente da companhia comunicou à Câmara que as obras de assentamento dos trilhos do ramal do Matadouro já estavam concluídas ⁹⁹. As comissões de Justiça e Obras incumbiram o Engenheiro da Câmara da medição da água necessária para abastecer o tanque do novo estabelecimento.¹⁰⁰

Neste ínterim, a oposição conservadora se rearticulava na Câmara. Um de seus representantes, Aquilino do Amaral, ensaiou uma tentativa de cancelar o contrato da São Paulo Santo Amaro, argumentando que o local escolhido era “imprestável” e que as águas do Sapateiro eram insuficientes para as necessidades deste estabelecimento. Para fortalecer sua posição, apareceu, na Câmara, um abaixo-assinado, supostamente organizado por marchantes, criticando a escolha deste local. Entretanto, a Comissão do Matadouro indeferiu a representação e Aquilino se tornou voto vencido.¹⁰¹

A transferência do Matadouro da Rua Humaitá para o Rincão do Sapateiro visava não apenas alterar o local deste estabelecimento em relação ao crescimento da cidade, mas também instaurar um novo sistema de abate e corte de rezes comumente referido pelas autoridades da Câmara como um sistema moderno e higiênico. Este novo sistema suplantava os marchantes e tripeiros no processo produtivo da carne e outros derivados de animais, substituindo-os por funcionários contratados e treinados pela municipalidade.

Para que fosse viável esta nova organização do trabalho no Matadouro, a Comissão responsável na Câmara incluiu, no orçamento municipal para o ano de 1886, uma verba no valor de vinte contos de réis, para ser empregada na composição dos empregados do novo estabelecimento. Em 14 de Abril de 1886, a Comissão comunicou aos vereadores que a previsão das obras estava correta, todavia, devido a “falsas informações”, o governo provincial cancelou a verba de vinte contos de réis destinada à formação do corpo de funcionários.¹⁰² Os conservadores dificultavam a implantação do novo sistema produtivo no Matadouro e, encastelados na Assembleia Provincial, conseguiram suspender a verba que a Câmara da Capital exigia para esse fim.

A despeito da resistência do partido conservador, a comissão do Matadouro continuou seus trabalhos e solicitou ao engenheiro que abrisse um novo caminho que comunicasse o estabelecimento no Rincão do Sapateiro com a Estrada do Vergueiro. Este

⁹⁹*Idem, Ibidem*, p. 143.

¹⁰⁰*Idem, Ibidem*, p. 171.

¹⁰¹*Idem, Ibidem*, p. 192.

¹⁰²*Idem. Atas. 1886*, p. 87.

seria uma alternativa ao transporte de pessoas e mercadorias, no caso de algum problema paralisar o transporte por bondes a vapor da empresa São Paulo e Santo Amaro.¹⁰³

Em dezembro de 1886, após a conclusão das obras, poucos dias antes da inauguração, a municipalidade iniciou o processo de ocupação urbana da região do novo Matadouro. A Comissão de Datas, responsável por conceder lotes de terra pública para os particulares ocuparem os arrabaldes e, assim, ampliarem a cidade, publicou a decisão de prover datas em frente ao novo Matadouro. Três famílias receberam os terrenos, duas delas de conhecidos marchantes da cidade, Carolina e Carlos Ablas, Isabel e Henrique Knippel.¹⁰⁴

Com o novo Matadouro prestes a ser inaugurado, na última sessão do ano de 1886, a Câmara discutiu e aprovou um novo Regulamento para esse estabelecimento, remetendo-o à Assembleia Provincial para análise e aprovação.¹⁰⁵

O novo Regulamento do Matadouro da Vila Mariana

Como visto anteriormente, a transferência do Matadouro para a Vila Mariana contemplou a implantação de um novo sistema de trabalho que passou a ser exercido por funcionários municipais, retirando da linha de produção os segmentos sociais dedicados ao comércio de carne, os marchantes e tripeiros. E, também, um novo sistema de transporte do produto, em substituição às carroças, por meio de bondes a vapor em uma estrada de ferro.

A inauguração do novo estabelecimento ocorreu em 05 de Janeiro de 1887. A Companhia São Paulo Santo Amaro publicou edital nos jornais da cidade, convocando os marchantes e açougueiros, para se entenderem com a empresa no tocante ao transporte da carne do Matadouro aos açougues.¹⁰⁶

A Comissão do Matadouro, formada por republicanos e liberais, que conduziu a contratação e execução da obra, bem como planejou o novo processo produtivo, estava prestes a deixar o poder e gostaria de inaugurá-la, como mais um dos símbolos de sua atuação política e administrativa. O desejo de Rafael Aguiar de Barros e Antônio Paes de Barros se intensificava com a constatação de que os conservadores foram os principais vitoriosos da eleição de 1886 e, se a obra não pudesse ser inaugurada até janeiro de 1887, caberia aos adversários políticos os louros da solenidade de inauguração.

¹⁰³ *Idem, Ibidem*, p. 247.

¹⁰⁴ *Idem, Ibidem*, p.250.

¹⁰⁵ *Idem, Ibidem*, p.255.

¹⁰⁶ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 24/12/1886, p. 4.

Adicionalmente, existia uma questão premente para a organização do fornecimento e abate de porcos na cidade, que pressionava as autoridades municipais a acelerarem a finalização do novo Matadouro e a inaugurarem o local rapidamente. A partir da década de 1880, o ritmo da expansão urbana da capital se intensificou com a abertura de novas ruas, em consonância com o crescimento demográfico e a expansão da lavoura cafeeira no *Oeste* paulista. O crescimento e a modernização do espaço urbano tornavam indesejáveis e incompatíveis a presença de gado bovino, suíno e caprino circulando pelo perímetro da cidade.

Desde 1875, com a promulgação do Código de Posturas Municipais da Capital, proibia-se, aos marchantes e tropeiros, conduzir “tropa solta ou carregada e manadas de gado vaccum, suíno, caprino e lanígero, pelo centro da Cidade”. Caberia à Câmara designar as ruas nas quais seria permitido o trânsito de gado, bem como os locais de estacionamento e comércio dos animais ¹⁰⁷. Em relação aos porcos, o Código visava extinguir sua criação no interior do perímetro urbano. Desse modo, proibiu-se que a população mantivesse animais suínos “dentro dos prédios da Cidade e de suas povoações por espaço maior de 24 horas”. Novamente, a Câmara se comprometia a estabelecer locais adequados para a criação e o estabelecimento de chiqueiros.

Os marchantes e a população em geral não acataram as novas medidas. A Câmara, por sua vez, não cumpriu a sua parte de criar locais específicos para a criação, estacionamento e comércio de porcos na cidade. As únicas disposições, então, vigentes eram o Regulamento do Mercado de 1872, o qual obrigava os produtores de animais e tropeiros a estacionarem na várzea da Praça do Mercado, ou levá-los ao Curral do Matadouro.

Em 1886, as Posturas Municipais serão recodificadas e as questões relativas à criação e circulação de porcos em São Paulo continuavam em aberto. No ano anterior, o problema da falta de fiscalização na criação, circulação e abate clandestino de porcos, em São Paulo, se intensificou. Surgiram, na imprensa, denúncias sobre a qualidade da carne de porco disponível no comércio da cidade.¹⁰⁸ E a municipalidade, a despeito do contrato de construção do novo Matadouro, em vigor, e as obras em andamento, decidiu melhorar as condições de abate de porcos no Matadouro do Bexiga e, assim, resolveu construir uma nova pocilga.¹⁰⁹

Em fins de 1885, outro republicano, Manoel Lopes de Oliveira, propôs a construção de um telheiro provisório no local de abate de porcos no Matadouro do Bexiga. O

¹⁰⁷ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. *Resolução n° 62*, de 31/05/1875. Código de Posturas Municipais da Capital.

¹⁰⁸ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 06/11/1885, n° 3187, p. 2.

¹⁰⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1885, vol. 71, p. 24.

plenário acatou a indicação e o Presidente da Câmara ordenou ao engenheiro que “[mandasse] fazer com toda a urgência”.¹¹⁰ A municipalidade decidiu também fazer um rancho para o abate de carneiros e cabritos. Estes investimentos em um estabelecimento que já possuía uma previsão para sua desativação indicam a premência da questão, naquele momento, demonstrando que o abate de gado suíno e caprino, animais de menor porte em comparação aos bovinos, se realizava fora do Matadouro, de forma clandestina.

O líder republicano na Comissão do Matadouro, Rafael de Barros, questionou os colegas sobre a decisão de despender mais recursos no antigo Matadouro:

[...] tendo sido deliberado fazer-se no Matadouro um telheiro provisório para a matança de porcos, está se entretanto construindo uma obra de maior dispêndio; e que, como brevemente tem de funcionar o novo matadouro, parece que ficará ali uma obra dispendiosa, sem prestar serviço.¹¹¹

A Comissão visitou o local e constatou que a obra da pocilga, no antigo Matadouro, havia consumido mais de seis contos de réis, o que era considerado uma soma vultosa. A Câmara havia proposto, inicialmente, fazer apenas uma obra provisória de pouco valor, segundo os membros da Comissão. Todavia, uma vez que já se havia gasto aquele montante, considerou-se mais adequado providenciar outro conto de réis e, assim, finalizar a obra o mais rápido possível.¹¹²

Com a previsão de inauguração da nova pocilga no Matadouro do Bexiga, a Câmara reforçou a fiscalização do cumprimento das Posturas sobre a criação e abate de porcos. A principal medida adotada era a obrigação aos marchantes de porcos, carneiros e cabritos de utilizar o Matadouro para a produção da carne. Em maio, a Câmara indeferiu uma representação dos marchantes de porcos, liderados por Emílio Golias, para continuarem o abate em suas pocilgas particulares. Em 13 de Agosto, *O Correio Paulistano* veiculou a publicação oficial do veterinário do Matadouro, comunicando os marchantes sobre a resolução da municipalidade:

visto achar-se pronto o aumento feito na pocilga junto ao matadouro, avisamos por este que 2º feira 16 do mês andante os srs. marchantes deverão fazer a recolhida de porcos, carneiros e cabritos [no matadouro] os que não o fizerem sofrerão as penas que a lei determina.¹¹³

¹¹⁰ *Idem, Ibidem*, p.181.

¹¹¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1886, vol.72, p.29.

¹¹² *Ibidem*. A utilização dos recursos públicos por parte do engenheiro da Câmara nesta obra da pocilga custou-lhe, finalmente, o emprego. P. 33 e 167.

¹¹³ BN, CORREIO PAULISTANO. 13/08/1886, nº 8990, p. 3.

Em 19 de Agosto, *A Província de S. Paulo* noticiou que os marchantes de porcos, cabritos e carneiros haviam entrado em greve em virtude de sua insatisfação com a nova pocilga.¹¹⁴ No dia seguinte, o jornal publicou novas informações sobre a greve. Segundo a reportagem, os marchantes consideravam que o novo local construído pela Câmara não comportava o número de marchantes desses segmentos de gado de pequeno porte. A Câmara subestimara esse número:

O local determinado pela Câmara para nele serem abatidos os porcos, só comporta seis pessoas, enquanto que os marchantes são em número de 80. Não é, pois, um simples descontentamento a causa da greve, porém a completa impossibilidade de no atual matadouro abaterem-se os porcos. Os marchantes já requereram ao presidente da Câmara, mas até o presente nenhuma providência foi tomada (...) esperam que lhes seja indicado um local apropriado para nele fazerem seu trabalho.¹¹⁵

Na percepção dos vereadores da Câmara, a municipalidade havia gasto mais recursos do que planejava com uma nova pocilga no Matadouro do Bexiga. Os marchantes, pelo terceiro dia consecutivo, se recusaram a fornecer porcos, cabritos e carneiros para o abate. *A Província* revelou que a Câmara havia aprovado um ato determinando que o abate de gado de menor porte deveria ser feito somente na nova pocilga do Matadouro. Os marchantes consideravam a infraestrutura do local insuficiente para atender a demanda. Os marchantes em greve encaminharam para a municipalidade um abaixo-assinado, em nome do movimento, reivindicando que o local fosse reformado ou que a permissão de abate nas pocilgas particulares continuasse em vigor.

A Província relatou que os marchantes haviam se recusado formalmente a se sujeitar à decisão da Câmara. A Edilidade demonstrava “tenacidade em não atender à queixa” dos marchantes. O jornal, em princípio favorável à demanda dos marchantes, em editorial no terceiro dia de greve, aventou a possibilidade de que a paralisação fosse uma estratégia contra o aumento na fiscalização no abate e preparo do porco:

Se [...] não tem razão os marchantes e se recusam levar o gado ao matadouro por não quererem sujeitar-se a uma reforma do serviço. Enquanto não conhecemos as condições em que se vai fazer a matança, entendemos que não é regular animar os marchantes na resistência à execução da medida legal do poder público que pode ter em seu favor razões de alta valia como são as que aconselham a proibição da

¹¹⁴ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 19/08/1886, nº 3419, p. 2.

¹¹⁵ *Ibidem*. 20/08/1886, nº 3420, p. 1.

matança de porcos sem o exame médico, sem verificação da qualidade da carne que vai ser posta à venda.¹¹⁶

A Província de S. Paulo se tornou, então, o mediador desta disputa entre o poder público municipal e os marchantes de porcos. No quarto dia de paralisação, a convite da redação do jornal, os marchantes compareceram à pocilga do Matadouro do Bexiga para comprovar a veracidade de suas reclamações. Em novo editorial, o jornal de doutrina republicana confirmou a procedência dos inconvenientes apontados pelos marchantes e da incapacidade da pocilga em comportar o serviço diário de abate de porcos para o consumo da população urbana.

Inicialmente, *A Província* constatou, junto aos marchantes, que o Engenheiro da Câmara era responsável por aquela situação por construir uma pocilga pequena em comparação ao volume de trabalho a que se destinava. Todavia, o jornal revelou que o problema se relacionava ao desconhecimento da Câmara sobre o número real de porcos abatidos em São Paulo, naquele momento.

Durante o planejamento da obra, com o objetivo de dimensionar as proporções adequadas à pocilga e ao telheiro, o engenheiro se baseou na arrecadação fiscal do segmento de porcos, no Matadouro, nos anos imediatamente anteriores a 1886. E chegou à conclusão de que o consumo de carne de porco, na cidade, equivalia ao abate diário de oito rezes. Os marchantes afirmavam que este número era dez vezes maior, o jornal considerava esta cifra exagerada. De todo o modo, opinava que o número não era menor do que quarenta porcos por dia, o consumo diário da população de São Paulo:

Pelo cálculo da cobrança do imposto eram abatidos 8 porcos por dia; mas esse não é o número exato e calcula-se em muito mais. Os próprios marchantes dizem ser de 80 atualmente. Dado que haja exageração, ainda aquele número, segundo o pagamento do imposto, não é o real, porque a cobrança era mal feita, sendo apenas regularmente realizada na praça do mercado. Devemos, pois, calcular em muito mais e nunca menos de 40 por dia.¹¹⁷

É possível depreender deste conflito que a municipalidade desconhecia o número real de marchantes de porcos e a quantidade de rezes consumida diariamente na cidade. O que demonstra que o comércio de abastecimento deste gênero alimentício fornecia carne proveniente do abate clandestino, sem fiscalização das autoridades.

¹¹⁶ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 21/08/1886, nº 3421, p. 1.

¹¹⁷ *Ibidem*. 22/08/1886, nº 3422, p. 1.

Em 25 de Agosto, quando a representação dos marchantes entrou na ordem de requerimentos no plenário da Câmara, um dos vereadores da Comissão do Matadouro, Antônio Paes de Barros, comentou a greve dos marchantes ao solicitar intervenção policial no Matadouro:

[...] o fato da relutância feita pelos marchantes de porcos, carneiros e cabritos, de irem abater os mesmos no matadouro, e bem assim consta-lhe que continuam a fazer em seus chiqueiros, procurando introduzi-los nos açougues às ocultas, e propõe que se requisite ao Dr. Chefe de Polícia o auxílio preciso para apreensão dos que forem encontrados e que não acompanhar guia de veterinário.¹¹⁸

A Câmara não acatou o abaixo-assinado dos marchantes. O segmento recorreu ao governo provincial. Os marchantes e a municipalidade estavam em aberto conflito. A *Província* se posicionou favoravelmente aos grevistas que haviam comprovado, diante da imprensa, a impossibilidade do serviço ser feito na pocilga recentemente construída.

O jornal afirmava que a Câmara havia preferido poupar recursos em obra provisória e, assim, colocava em risco a saúde da população e deixava de arrecadar os impostos sobre o abate e comércio de rezes de menor porte.

Os marchantes afirmavam que o novo espaço impossibilitava atender aos interesses de todos os comerciantes e se sentiam injustiçados com a atitude refratária da Câmara. Desse modo, redigiram duas representações, uma para o governo provincial e, outra, para a Inspetoria de Higiene, recentemente criada pela Junta de Higiene do Império, sob a direção do médico Marcos de Oliveira Arruda.

Em 14 de Setembro, o parecer do Inspetor de Higiene foi lido em plenário. A autoridade sanitária acolheu as reivindicações dos marchantes e solicitou à Câmara que realizasse novas reformas na pocilga do Matadouro. Os vereadores enviaram o parecer ao médico da Câmara, Eulálio da Costa Carvalho. A *Província* condenou este procedimento da Câmara e antecipou que a solução para o problema tardaria para vir:

[...] sabem todos que os marchantes representaram à Câmara no sentido de melhorar sua posição que no assunto é precária, tendo pedido antes o parecer do dr. inspetor de higiene, que lhes foi favorável (...) a câmara, nada querendo resolver mandou o ofício do inspetor de higiene ao médico da câmara que, segundo dizem, não *morre de amores* por aquela autoridade. Assim, em vez de resolver a questão que conforme o parecer daquela autoridade higiênica era tão fácil, usou a câmara de uma escapatória. Continuaremos a ficar ameaçados dos perigos que a péssima matança de porcos e o péssimo local onde é feita pode trazer, enquanto que a câmara ri-se do seu erro em vez de corrigi-lo.¹¹⁹

¹¹⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1886, p. 179.

¹¹⁹ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 17/09/1886, nº 3443, p. 2.

Confirmando o impasse a que se chegava, o governador da província respondeu à representação dos marchantes perguntando à Câmara se já era possível transferir o serviço de abate de gado miúdo para o novo Matadouro na Vila Mariana. Faltavam dois meses para a conclusão da obra. A municipalidade não estava disposta a alocar recursos no antigo Matadouro.¹²⁰

Os marchantes continuaram a utilizar estratégias para burlar a fiscalização. Abatiam porcos, cabritos e carneiros em pocilgas particulares. Resistiam à disposição de recolher o gado ao Matadouro, com um dia de antecedência. Quando os marchantes recorreram à Inspetoria de Higiene, visavam solucionar o impasse com o poder municipal. Todavia, o conflito se manteve com a discordância entre as autoridades sanitárias do Império e da Câmara no tocante à pocilga do Matadouro do Bexiga, que refletia, em grande medida, desavenças pessoais entre os médicos responsáveis.

Pelas indicações dos diversos abaixo-assinados dos marchantes oficiados à Câmara, muitas pocilgas particulares se situavam em imóveis que também abrigavam a família do marchante e o local de comércio da carne, o açougue. Reunindo, em um só local, a residência, o local de produção e de negócio no segmento de abastecimento de carne de porco. Quando a comissão do Matadouro indeferiu a primeira representação dos marchantes, se referiu aos peticionários como negociantes de carne de porco, com açougue, que contestavam a obrigatoriedade de abate no Matadouro.¹²¹

Desse modo, os problemas fiscais e sanitários que caracterizavam o abastecimento de carne suína, ovina e caprina em São Paulo continuaram até julho do ano de 1887, quando efetivamente o serviço de abate e preparo de carne e derivados foi transferido do Matadouro do Bexiga para o estabelecimento na Vila Mariana.

Em 05 de janeiro de 1887, o Matadouro da Vila Mariana foi inaugurado em uma solenidade em que estavam presentes a imprensa, vereadores da Câmara e o Presidente da Província de São Paulo, Barão de Parnaíba. Os órgãos de comunicação ofereceram descrições protocolares, como as do *O Correio*, ou irônicas, com as do *A Província*.

O documento oficial de inauguração do Matadouro foi reproduzido nas atas da Câmara. O evento encerrou os trabalhos da legislatura, entre 1883 e 1886, assim como desejavam os membros republicanos da Comissão do Matadouro. O presidente da Câmara conduziu a inauguração que contou com a presença da maioria dos vereadores, autoridades

¹²⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Atas, 1886, p. 199.

¹²¹ *Ibidem*, p. 107.

militares e civis, bem como de “pessoas gradas [da] capital”. Neste documento, o Presidente revela que a organização do serviço de abate de rezes ainda não fora concluída e que, todavia, haviam decidido iniciar as atividades do novo estabelecimento para que a legislatura responsável pela condução da obra pudesse também inaugurá-la.¹²² Bem como propiciar a transferência do serviço de abate, principalmente do gado de pequeno porte, para minimizar as perdas fiscais referentes ao abate clandestino e o perigo à saúde pública devido à fiscalização sanitária deficiente neste segmento.

O último ato da Comissão do Matadouro na Câmara, organizada pelos republicanos, foi conseguir aprovar o novo Regulamento e preencher os cargos criados com a nova estrutura produtiva e administrativa deste estabelecimento. A partir de 1887, o Matadouro contou com uma administração própria, subordinada à Câmara Municipal.

A administração se organizava por meio dos cargos de administrador, secretário, tesoureiro, médico, amanuense, arquivista e porteiro. O partido conservador na Câmara havia se posicionado contrariamente à criação deste corpo de funcionários que incluía, ainda, todos os operários da linha de produção. Como não fora possível derrotar esta proposta, o partido conseguiu assumir o comando do processo de constituição deste corpo de funcionários à revelia da bancada republicana. Esse movimento na Câmara pode ser auferido pela oposição que os republicanos e liberais demonstraram à escolha de um médico, e não de um veterinário, para o quadro administrativo do Matadouro, o que foi interpretado pela oposição como uma medida para acomodar interesses partidários.¹²³

A legislatura iniciada em 1887 foi dominada pelo partido conservador. E o novo presidente da casa, Frederico Abranches, atendeu à solicitação da maioria e intimou o administrador do Matadouro, nomeado pelos republicanos e liberais, Francisco Ignácio Xavier de Assis Moura, para prestar informações a respeito do estabelecimento.

Neste contexto, os novos vereadores ensaiaram, de formas diversas, impugnar os funcionários contratados pela legislatura anterior: com denúncias de recebimento indevido de ordenado e propostas para pagamento apenas para os dias que rezes fossem abatidas. Chegaram, inclusive, a cogitar que o Matadouro fosse declarado “não inaugurado”.

Uma das questões subjacente a este debate referia-se à necessidade de realização de testes e treinamentos junto aos funcionários contratados, para que o novo sistema proposto pelo Matadouro da Vila Mariana fosse implementado. Neste período inicial, o serviço de

¹²² CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Atas. 1887, p. 7-8.

¹²³ *Idem*. Atas. 1886, p. 257-258.

abate foi realizado de modo experimental, aumentando, em um primeiro momento, os gastos da Câmara com sua organização.¹²⁴

Quando o novo Diretor enviou um ofício para a Câmara relatando as experiências realizadas na primeira semana de funcionamento, o vereador Francisco Pennaforte Mendes de Almeida estranhou que, após a deliberação da Câmara, o Matadouro continuasse a funcionar.

O Matadouro continuou funcionando sob a proteção política do Presidente da Câmara, o conservador Frederico José Abranches, o qual defendeu a contratação do corpo de profissionais. Segundo ele, os funcionários haviam sido nomeados e haviam pago “os emolumentos de seus títulos”. Além disso, considerá-los provisórios seria, na opinião do Presidente da Câmara, uma desatenção à legislatura anterior que os havia nomeado.¹²⁵

Enquanto esta disputa acontecia, tramitava na Assembleia a aprovação do Regulamento. Nesta casa, os deputados Silveira da Motta e Evaristo Cruz comandavam a oposição à nova administração do Matadouro. Estes deputados se opunham ao novo regulamento pelo fato deste prever um aumento nos gastos da Câmara com os serviços do Matadouro. Todavia, a Assembleia esperava o desenlace do conflito na Câmara. Isto é, a indisposição entre o Presidente Abranches e Pennaforte, sendo que o último chegou até a propor a incompatibilidade do primeiro relativamente ao cargo exercido.¹²⁶

Neste ínterim, diante dos ataques da nova Câmara que ameaçavam o trabalho da legislatura anterior, o antigo membro da Comissão do Matadouro, Rafael Paes de Barros escreveu um artigo na Província para defender a organização do Matadouro da Vila Mariana. O republicano condenou o modo “desairoso” usado pelos deputados opositores para criticá-lo. E referiu-se aos impasses com os seguintes esclarecimentos:

Realmente o serviço do matadouro tem sido feito até aqui somente com a despesa de RS. 2:730\$000. Porém é porque até aqui todo o serviço da matança é feito pelos próprios marchantes que impingem ao público gato por lebre. No novo matadouro, como em todos os matadouros de cidades importantes, o serviço vai ser feito pela própria câmara, a fim de poder haver vigorosa fiscalização na qualidade do gado. No antigo regime o marchante só pagava os impostos que montam a 2\$460 a 2\$640 por cabeça e pelo novo regulamento pagará, além do imposto, o trabalho da matança. Sendo assim, é claro que nem o pessoal, nem as despesas podem ser as mesmas e que é erro dizer-se que a renda do novo matadouro vai ser absorvida pelos empregados. A câmara pagará o serviço de matança, recebendo dos marchantes a importância desse serviço.¹²⁷

¹²⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1887, p.23.

¹²⁵ *Idem*, *Ibidem*, loc. cit.

¹²⁶ *Idem*, *Ibidem*, p.27.

¹²⁷ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 03/03/1887, p. 1-2.

O antigo vereador denunciava que se os serviços do novo Matadouro ainda não tinham sido regularizados, isso ocorria, justamente, por conta da oposição que estes deputados exerciam na Assembleia e que postergava a aprovação do novo regulamento, “com grandes aplausos dos marchantes que [continuavam] a vender gato por lebre”.

A despeito da ferrenha oposição na Câmara Municipal e na Assembleia Provincial, o novo Regulamento foi aprovado segundo os preceitos estipulados pela Comissão do Matadouro na legislatura anterior. Esta aprovação resultou na promulgação de duas leis: a resolução nº 90, de 06 de Abril de 1887, que formalizou os empregados do estabelecimento e fixou os respectivos vencimentos e; a Resolução nº 103, de 12 de Abril do mesmo ano, que contemplou o novo Regulamento do Matadouro da capital.¹²⁸

Como visto anteriormente, o sentido da modernização do abastecimento de carne, materializada com a inauguração do Matadouro da Vila Mariana em 1887, consistia na intervenção do poder municipal na organização e execução do trabalho realizado neste estabelecimento. Para melhorar a qualidade da carne vendida e consumida na cidade e equiparar este serviço ao realizado nas principais cidades, naquele fim de século, a intervenção da Câmara de São Paulo visava substituir o trabalho até então executado pelos marchantes por funcionários públicos. Estes foram treinados e pagos pela municipalidade, a partir das rendas geradas com o novo imposto sobre o serviço impingido aos próprios marchantes.

A Resolução nº 90¹²⁹ sancionou a nova estrutura administrativa proposta pela Câmara Municipal. A administração do Matadouro era assim composta: Diretor, Médico, Secretário, Amanuense, Porteiro e Mestre de Matança nas Oficinas. A proposta original incluía um cargo de arquivista que acabou suprimida no texto final da Assembleia.

As referidas oficinas do Matadouro se dividiam nas seções de bovinos, suínos, ovinos e caprinos, fusão de sebo e preparo de tripas. No total, estas seções empregavam 47 funcionários. A maior delas, seção de bovinos, ocupava 26 profissionais.

Os funcionários dedicados à seção de bovinos estavam divididos nas seguintes tarefas: dois laçadores, um magarefe para abater, um ajudante, dois guardas para o guindaste, um magarefe sangrador, quatro condutores, sete magarefes, sete ajudantes e um pesador.

¹²⁸ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/alesp>>. Pesquisa realizada na base de dados de legislação estadual, a partir da palavra-chave “Matadouro”.

¹²⁹ *Idem. Resolução nº 90.* Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1887/resolucao-90-06.04.1887.html>>.

Na seção de suínos, trabalhavam dois magarefes, dois ajudantes, dois condutores, um ajudante para limpeza e um mestre de caldeira. A seção de ovinos e caprinos possuía um magarefe, um ajudante e, outro, para limpeza.

A oficina de fusão de sebos era a única entre elas que contava com um escriturário. Os demais funcionários eram um mestre de retorta, um pesador, um maquinista e dois trabalhadores. Dedicavam-se à seção de preparo de tripas um foguista, dois condutores e seis trabalhadores.

Uma semana após a legitimação institucional do novo quadro de funcionários do Matadouro de São Paulo, a Assembleia Legislativa Provincial aprovou o novo Regulamento proposto pela Câmara Municipal da capital. Este conjunto de regras especificava duas modalidades de funcionário. Aqueles dedicados ao trabalho administrativo eram denominados de empregados; por sua vez, os trabalhadores das oficinas foram qualificados de operários. O administrador, o médico, o escrivão, o amanuense, o porteiro e o mestre geral da matança e das oficinas compunham a categoria dos empregados. Estes eram nomeados pela Câmara. A escolha do médico dependeria de habilitação legalmente reconhecida. E cabia ao administrador selecionar os operários das oficinas.

O Regulamento estabeleceu condições para a admissão de trabalhadores no Matadouro. Para se candidatar a uma vaga nas oficinas, o operário deveria ter a idade mínima de 15 anos e a máxima de 50 anos. O fator idade era a única condição objetiva para orientar o Diretor no processo de admissão, pois as outras estabelecidas no regulamento versavam sobre a robustez e a aptidão do trabalhador, assim como o bom comportamento. O número de operários poderia ser alterado pelo Diretor, desde que solicitasse autorização à Câmara.

Em relação ao trabalho administrativo, o administrador era a principal autoridade no estabelecimento, estava subordinado à Câmara e “imediatamente ao presidente e à comissão do Matadouro”. Entre as prerrogativas de sua função, destacavam-se a comunicação com a Câmara sobre os acontecimentos naquele estabelecimento, devendo prestar quaisquer esclarecimentos solicitados pela Comissão.

O administrador era responsável pela manutenção da ordem e da disciplina do corpo de empregados e operários, devendo admoestar todos os funcionários que faltassem ao trabalho e aplicar as devidas penalidades previstas no regimento interno. Esta autoridade tinha sob sua responsabilidade a escrituração da contabilidade do estabelecimento. A contabilidade incluía a realização das compras efetuadas para o serviço na administração e oficinas e a

supervisão e assinatura dos seguintes documentos: “as folhas de pagamento, os mapas de movimento do gado, as contas de fornecimento e as de receita e despesa do Matadouro”.¹³⁰

O pagamento da folha do pessoal deveria ser submetido ao Presidente da Câmara e realizado pelo Diretor. Em relação às contas de fornecimento, também sob a responsabilidade do Diretor, deveriam as mesmas ser analisadas previamente pela Câmara para então serem quitadas.

Ao escrivão cumpria coletar os impostos e outras contribuições devidas pelos marchantes. Os valores deveriam ser entregues diariamente ao Diretor. Esta autoridade mantinha sob seu poder o cofre do Matadouro, no qual depositava as quantias arrecadadas pelo escrivão, devendo semanalmente entregar o dinheiro do Fisco ao Procurador da Câmara.

A execução do trabalho administrativo sob a supervisão do Diretor competia ao escrivão. Segundo o Regulamento, este funcionário necessitava

fazer toda a correspondência e escrituração do estabelecimento, escriturando em livro especial o número de cabeças de animais, que forem diariamente abatidos, com declaração do nome do dono de cada um (...) fazer trimestralmente um balancete do movimento do estabelecimento, e mensalmente um mapa do gado abatido, e do rejeitado por doente ou magro (...) fazer as férias dos operários (...) ter em sua guarda o livro de pontos dos empregados.¹³¹

O médico do Matadouro realizava o exame veterinário em todos os animais que entrassem no “curral da matança”, no momento da entrada e também antes do abate. A autoridade sanitária da Câmara deveria também fiscalizar o trabalho realizado pelos magarefes, nas diversas oficinas do estabelecimento e, ainda, examinar a carne e as vísceras imediatamente após sua extração.

Na seção de preparo das tripas, ao médico competia examinar os miúdos depois de preparados; na oficina de fusão de sebo, era necessário “verificar se [havia] sido empregados os processos estabelecidos e se [estavam] em estado de sair para o consumo”.¹³² De modo geral, o médico era o superintendente do asseio e higiene dos espaços do Matadouro.

O novo Regulamento do Matadouro possuía um capítulo específico sobre o serviço sanitário do estabelecimento. Em linhas gerais, as regras instituídas neste capítulo reiteravam as prerrogativas da função do médico. E especificava os modos de procedimento em caso de suspeita ou constatação de que um animal ou carne fossem inadequados ao abate

¹³⁰ Regulamento, artigo 6º §7.

¹³¹ Regulamento, seção III, art. 10º, § 3 a 6.

¹³² *Idem*, seção II, art. 8º §2 e 3.

ou consumo. Em outros termos, referia-se à questão da rejeição de rezes ou carnes no Matadouro.

Os animais rejeitados deveriam ser retirados imediatamente do curral do estabelecimento. O escrivão anotava na guia, recebida pelo marchante no momento de entrada do animal no curral, as condições da rejeição apontadas pelo médico, o qual deveria assinar este documento. Os animais suspeitos de conter enfermidades deveriam ser colocados em observação. Anexo a este documento, a Câmara formulou uma tabela com a indicação das doenças e outras circunstâncias que tornavam um animal, ou a carne, passível de rejeição pelo médico.

O último artigo do capítulo sobre o serviço sanitário do Matadouro designava as penalidades às quais o médico poderia incorrer no desempenho de sua função. Se este profissional autorizasse o abate de um animal, sem a realização do exame necessário, poderia incorrer em multa no valor de 10\$000 réis. Esta poderia ser aplicada pelo Diretor do Matadouro, pela Comissão responsável ou pelo Presidente da Câmara. Em caso de o médico permitir o corte de um animal doente ou excessivamente magro, a multa dobrava de valor, alcançando a quantia de 20\$000 réis.¹³³

O Regulamento determinava que o animal destinado ao corte no Matadouro ficasse por uma noite no curral e só poderia ser abatido no dia seguinte ao da entrada. O Regimento Interno designava um horário para a entrada das rezes no curral sob a supervisão do mestre de matança. Marcava-se o gado recolhido com “piche ou tinta de cor no lugar e do modo que [fossem] combinados com cada proprietário, tomando-se nota em livro especial destas combinações”.¹³⁴

O mestre de matança não poderia abater nenhum animal sem autorização do médico, falta que poderia lhe render uma multa entre 5\$000 e 10\$000 réis, tampouco poderia realizar este procedimento no mesmo dia em que o animal tivesse entrado no curral. Segundo o artigo 43 do Regulamento, era uma atribuição do médico ou do diretor encontrar o melhor método para a realização do abate pelo mestre de matança e pelos magarefes, assim como para o “processo de esfolamento, rachamento (sic) e a extração das vísceras”.

¹³³ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Regulamento do Matadouro da Capital*, cap. II, art. 35 a 38.

¹³⁴ *Idem. Ibidem*, Cap. III, art. 39.

Os couros, os chifres e o mocotó deveriam ser entregues aos marchantes logo após sua extração. O estrume tinha de ser armazenado, pois era comercializado pela própria Câmara. O destino do sangue também estava sob a responsabilidade do poder municipal.¹³⁵

As disposições gerais do Regulamento previam que todo o serviço do Matadouro fosse realizado pela Câmara Municipal. Aos marchantes era permitida a colocação de um ou mais funcionários para “tomar conta dos animais e miudezas, fazer sua escrituração e promover o que [fosse] a bem de seus interesses”.¹³⁶ Os marchantes deveriam comunicar ao diretor o nome de seus funcionários ou representantes para que estes pudessem circular pelo espaço do Matadouro.

Os marchantes e seus funcionários, assim como os empregados e operários do estabelecimento, estavam sujeitos às regras do Regulamento do Matadouro e de seu regimento interno. O artigo 66, última regra inscrita neste documento, resumia o novo sistema de abastecimento de carnes verdes instaurado com o novo Matadouro. Nele, designava-se que os marchantes pagariam pelo serviço feito no Matadouro pelos profissionais da Câmara Municipal.

Mudança importante no serviço do Matadouro, para além da contratação de profissionais e do transporte da carne por bondes a vapor, consistia na utilização de trilhos de ferro para conectar o estabelecimento e a via de transporte, bem como as diversas oficinas em seu interior, reduzindo-se, assim, o contato da carne com os trabalhadores, bem como com outras superfícies, ao manter as peças suspensas por ganchos:

Há uma viação interna de trilhos de aço com 39 giradores na extensão de 400 metros. Além destes, tem trilhos suspensos por onde correm ganchos e moitões em roldões para facilitar o serviço. Estes trilhos suspensos comunicam, por uma peça intercalada, com os trilhos suspensos dos vagões especiais para transporte de carne, de sorte que não há trabalho na carga e descarga. Os vagões são providos de um exaustor duplo, que extrai o ar do vagão expelindo-o por baixo do mesmo vagão, de sorte que a forte corrente de ar estabelecida desde que se põe o vagão em movimento refrigera a carne.¹³⁷

¹³⁵ *Idem. Ibidem*, arts. 41 a 45.

¹³⁶ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Regulamento do Matadouro da Capital*, cap. II, art. 60.

¹³⁷ BN, CORREIO PAULISTANO. 20/11/1886, nº 9071, p. 2.

Capítulo 2 – A ADMINISTRAÇÃO DOS ESPAÇOS DE ABASTECIMENTO EM SÃO PAULO ENTRE A MONARQUIA E A REPÚBLICA: DO CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS À POLÍCIA SANITÁRIA

No decorrer do ano de 1875, a Assembleia Provincial de São Paulo aprovou o Código de Posturas Municipais da capital, conjunto de medidas destinadas a organizar a vida urbana em sua ampla expressão. No que se refere à questão do abastecimento urbano, a promulgação do Código visava impor novas regras para a circulação, produção e comércio de animais e gêneros alimentícios, com o propósito de atualizar a legislação em face das transformações socioeconômicas vigentes no período.

No entanto, conforme abordamos no primeiro capítulo, em determinados aspectos, este primeiro código não foi implementado, como, por exemplo, no tocante à produção e comércio de carne de porco. Desse modo, em 1886, as Posturas Municipais seriam recodificadas, com pequenas alterações em relação ao Código elaborado em 1875.

Durante os primeiros anos da década de 1880, o crescimento urbano e demográfico, a intensificação da corrente imigratória e a expansão da lavoura cafeeira no interior da Província convergiam para fomentar o desenvolvimento econômico e social na capital. O memorialista Antônio Egydio Martins afirma que, somente durante a curta Presidência na Câmara de João Mendes de Almeida Júnior (1881-82), foram abertas mais de cinquenta ruas na cidade, exemplo pontual no que se refere à expansão de seu espaço urbano nesse momento.¹³⁸

O viajante Henrique Raffard, ao retornar à cidade em 1886, ficou deslumbrado com os sinais de cosmopolitismo e modernidade que despontavam pela capital, entusiasmando-se com as perspectivas econômicas futuras deste desenvolvimento urbano acelerado.¹³⁹ Com o crescimento da população e da área ocupada pelo perímetro urbano, multiplicava-se, na cidade, o número de pequenos comerciantes dedicados ao negócio de gêneros alimentícios em armazéns de secos e molhados, botequins, casas de pasto, restaurantes, tascas, entre outros. Por sua vez, o desenvolvimento da indústria de alimentos na cidade implicava em maior circulação e consumo de alimentos industrializados.

Neste contexto, tornou-se necessário, na visão das autoridades municipais e provinciais, diante da magnitude das transformações sociais e urbanas, normatizar as condutas

¹³⁸ MARTINS, *Ibidem*, p. 202.

¹³⁹ RAFFARD, Henrique. *Alguns dias na Paulicéia*. Vol. 4. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977.

e fiscalizar as atividades e circulação das pessoas pela cidade. O rápido crescimento das metrópoles na Europa já demonstrava o lado reverso do capitalismo industrial, com a pauperização das massas operárias nos grandes centros urbanos.¹⁴⁰

O medo da revolta proletária se somava ao medo das epidemias. Em face dessas questões, as elites cafeicultoras, com vistas à manutenção da legitimidade de seu status social, passaram a intervir na organização e saneamento do espaço urbano.

O crescimento da *urbe*, com o início do processo de imigração em massa, implicava a concentração de pessoas e atividades na cidade, colocando em novos termos antigas questões sanitárias, como os problemas referentes à proliferação de locais insalubres, possíveis focos de miasmas,¹⁴¹ que colocavam em risco a saúde pública. Ademais, o avanço da ciência médica possibilitava a consolidação da percepção de que as epidemias se alastravam via a contaminação por germens e bactérias, cujos vetores de transmissão poderiam ser a água ou os alimentos ingeridos.

O Código de Posturas Municipais (1886), a Lei do Serviço Sanitário (1892) e o Código Sanitário (1894) visavam criar um arcabouço legal e institucional, para esse novo contexto urbano que surgia na transição do regime, em que a organização do comércio de alimentos sob a perspectiva da saúde da população ganhará força.¹⁴²

A regulamentação da vida urbana, desde o Código de Posturas até a formação do Serviço Sanitário Municipal, em 1896, deixava transparecer maior preocupação com as condições sanitárias dos locais de comércio de gêneros alimentícios. Nesse sentido, a Praça do Mercado e o Matadouro, bem como os segmentos sociais que neles atuavam se tornaram foco privilegiado do poder público.

As mudanças no âmbito normativo acompanharam as demais transformações institucionais vigentes no período. A análise da incidência destas mudanças no espaço da Praça do Mercado e do Matadouro será examinada sob a perspectiva da criação de novas leis e regras, sobretudo em relação à higiene.

Em relação à praça do mercado, o Regulamento de 1872 estipulava o quadro de funcionários da administração e designava suas funções, submetendo-os ao poder dos

¹⁴⁰ ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*: segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

¹⁴¹ Os miasmas consistiam em exalações da matéria orgânica em decomposição, que acreditava-se ser o vetor de doenças contagiosas, originárias de locais com água estagnada e lixo acumulado, bem como locais estreitos e de concentração de pessoas, como nos cortiços, casas de pensão, becos, vielas, entre outros. A concepção miasmática da origem das doenças fora herdada dos séculos anteriores pela tradição hipocrática que reputava aos fatores físicos do ambiente a causa das enfermidades. Ver: ROSEN, George. *Uma História da Saúde Pública*. São Paulo, Editora Unesp, 1994, p. 64 *apud* GIORDANO, *Ibidem*, p. 21.

¹⁴² RIBEIRO, *Ibidem*, p. 44-45.

vereadores da Câmara; bem como definia as formas de compra, venda e armazenamento de gêneros no interior da mesma.

O Código de Posturas Municipais de 1886, ao dedicar um capítulo para o regramento do Mercado (e do comércio de alimentos por extensão), incluiu na esfera normativa regras voltadas para o melhoramento da higiene no espaço da Praça, contemplando também Posturas relativas à conservação de produtos, bem como à utilização e limpeza de utensílios. Neste sentido, a organização do Serviço Sanitário Estadual, em 1892 e, principalmente, a promulgação do Código Sanitário de 1894 avançaram na regulamentação dos “Mercados” e da “alimentação pública” de um ponto de vista intervencionista.

A partir do artigo 85, as questões relativas à higiene e salubridade dos alimentos comercializados na cidade são tratadas no escopo daquela legislação. Segundo o artigo em questão, a exposição e venda de “frutas verdes, mal sazoadas ou podres” estava sujeita a multa de cinco mil réis. Os comerciantes flagrados negociando gêneros alimentícios “de qualquer natureza, corrompidos ou falsificados” poderiam incorrer em penas mais severas.

O artigo 86 estipulava novos procedimentos legais e institucionais para as situações acima referidas. Os Fiscais da Câmara, ao suspeitar da qualidade de algum alimento exposto à venda, deveria apreendê-lo e submetê-lo à análise do Médico da Câmara. Em caso de confirmação do problema sanitário, o alimento deveria ser inutilizado. Nestes casos, o comerciante sofreria uma dupla penalidade: multa no valor de 30\$000 réis e prisão pelo prazo de oito dias, além do custeio das despesas de remoção das mercadorias falsificadas ou deterioradas pelas autoridades urbanas.¹⁴³

Para o caso específico do comércio de massas e doces “enfeitados com substâncias que (...) [fossem] consideradas nocivas à saúde”, após avaliação do médico da Câmara, a penalidade para os comerciantes ou fabricantes era mais branda, contemplando multa no valor de 5\$000 réis.¹⁴⁴

A legislação de higiene e saúde pública esboçada no Código de Posturas Municipais de 1886 também visava normatizar a qualidade dos materiais apropriados para a composição de vasilhas e balcões, utilizados no comércio de gêneros alimentícios. O artigo 88 autorizava o uso de vasilhas de ferro ou cobre na manipulação de alimentos, desde que estas fossem estanhadas. A medida visava, sobretudo, os locais de compra e venda de comidas preparadas, como nas casas de pasto, tavernas e botequins.

¹⁴³ Art. 86, p. 17.

¹⁴⁴ Art. 87, p. 19.

Para o comércio de bebidas ou a “venda dos líquidos”, obrigava-se aos comerciantes o emprego de vasilhas constituídas de metal inofensivo à saúde, conservando-as em bom estado de limpeza. Esta medida se estendia também ao material empregado na fabricação de balcões para as “casas de comestíveis”. Nesses casos, se o Fiscal verificasse a inadequação do balcão de algum comércio, o proprietário estaria sujeito à multa, e obrigado a substituí-lo por outro móvel feito de material que não apresentasse riscos à saúde pública.

Para os vendedores de leite de cabra ou de vaca, o transporte e comércio destes produtos somente poderiam ser realizados em vasilhas de louça ou folha de Flandres “fechadas com cadeado, devendo as mesmas vasilhas ter uma torneira, pela qual [fosse] tirado o leite”.¹⁴⁵

A preocupação com a higiene revelada no Código de Posturas Municipais estava também ligada à salubridade dos locais e imóveis nos quais se realizava o comércio de gêneros alimentícios. Segundo o art. 99, as casas de quitanda, tavernas, casas de pasto, armazéns de mantimentos, albergaria de vacas, cocheiras, “casas em que se [trabalhasse] com materiais animais ou vegetais, e em geral todo e qualquer estabelecimento em que se [aglomerasse] grande número de pessoas” deveriam ter as paredes caiadas duas vezes ao ano, nos meses de janeiro e julho.

Nos estabelecimentos de produção e comércio de gêneros alimentícios, incluindo-se nesta categoria as padarias, confeitarias, cafés e fábricas de refinação de açúcar, a manutenção da limpeza era uma prerrogativa estabelecida pelas Posturas, tanto para a estrutura física do imóvel, quanto para os utensílios empregados na indústria ou comércio.

As padarias estavam incumbidas de verificar a qualidade da farinha utilizada para o fabrico do pão, evitando o uso de farinha de “má qualidade ou estragada que [pudesse] ser nociva à saúde”. O Código estipulava que, na produção de massas para pães, se utilizasse apenas água potável. A supervisão dos locais de fabrico de pão se encontrava entre as prerrogativas do Fiscal da Câmara. Nos casos de suspeita de adulteração, o Fiscal deveria confiscar o pão para submetê-lo à análise realizada por “perito”. Se a análise do perito confirmasse a falsificação do pão, o Fiscal tinha que autuar o padeiro com multa no valor de 20\$000 réis.¹⁴⁶

Para os demais gêneros alimentícios, incluindo-se a produção e comércio de vinhos, o artigo 174 das Posturas discriminava a falsificação de alimentos em duas categorias relativas ao emprego de substâncias nocivas ou não à saúde pública. Se a análise comprovasse

¹⁴⁵ Art. 91

¹⁴⁶ Art. 100 §1, p. 20.

a falsificação por meio de substâncias não nocivas, a multa aos infratores alcançava o valor de dez mil réis; por outro lado, se a falsificação detectada fosse por meio de produtos tóxicos à saúde do consumidor, o produtor ou comerciante responsável por aquela mercadoria poderia ser autuado em trinta mil réis e preso pelo período de oito dias.¹⁴⁷

O Código de Posturas Municipais de 1886 possuía um capítulo específico sobre os mercados e o comércio de alimentos na cidade. Assim como o Regulamento de 1872, este conjunto de leis estabelecia que a Praça do Mercado existente na capital se destinava a centralizar a compra e venda de gêneros alimentícios na cidade.

Em relação ao Mercado, o artigo 152 do Código de Posturas reforçava as disposições do artigo 22 do Regulamento de 1872. O Regulamento do Mercado determinou que, na seção de tropeiros da Praça, o caipira poderia negociar suas mercadorias com quaisquer pessoas, sem restrições de quantidade ou fixação de preços.¹⁴⁸ O citado artigo condicionava a autonomia do produtor ou tropeiro, sua liberdade de comércio, à conveniência do “comprador”.¹⁴⁹

O artigo 153 funcionava como um complemento do anterior e fixava a punição, para os atravessadores de gêneros de primeira necessidade, em vinte mil réis e oito dias de prisão. O atravessador era definido, simplesmente, como aquele que comprava com o objetivo de estabelecer monopólio e vender aos consumidores por preços maiores.

O Código de Posturas de 1886 estabelecia que, todos os comerciantes da cidade, fixos ou ambulantes, só poderiam negociar no interior do perímetro urbano mediante a obtenção de licença da Câmara. A municipalidade, anualmente, discutia e fixava o orçamento da Câmara. A confecção de uma tabela de impostos se encontrava entre as atividades inerentes à elaboração do orçamento municipal. Em relação às atividades econômicas na cidade, esta tabela discriminava as profissões e os respectivos encargos que incidiam em cada uma delas. A partir desta tabela, a Câmara fixava o valor da licença que autorizava uma pessoa a produzir ou comerciar na cidade.

Esta licença deveria ser solicitada pelo requerente por meio de petição ao Presidente da Câmara. Os requerentes tinham que declarar os gêneros que seriam negociados para, desse modo, serem classificados em uma das categorias da tabela de impostos.

Além dos emolumentos de cada profissão ou “indústria”, os requerentes necessitavam pagar o valor do selo. Este selo legitimava o alvará por meio do qual as licenças

¹⁴⁷ Art. 174, p. 32.

¹⁴⁸ Esta regra era válida após o cumprimento de outros procedimentos que garantiam ao consumidor a possibilidade de adquirir os gêneros diretamente aos produtores.

¹⁴⁹ Posturas, art.152, p. 29.

eram concedidas. As licenças eram válidas por um ano e expiravam no dia 30 de junho. Após o pagamento do selo e a expedição do alvará, os requerentes se dirigiam ao Procurador da Câmara, a autoridade responsável pela coleta dos impostos.¹⁵⁰

O Código de Posturas determinava em quais situações um comerciante poderia ter a licença cassada pela Câmara. Se fosse constatada a omissão de algum gênero na lista de mercadorias a serem vendidas, indicando possível fraude ao Fisco, o comerciante teria que pagar multa no valor de vinte mil réis e iniciar, novamente, o processo de obtenção de licença mediante novo pagamento de impostos e selo.

Os comerciantes que negociavam com gêneros a serem pesados ou medidos deveriam possuir balanças e demais instrumentos, os quais seriam aferidos pela municipalidade anualmente. Se fosse constatado algum tipo de falsificação destes utensílios, após o aferimento pelo Fiscal, o comerciante estava sujeito à multa no valor de trinta mil réis e mais oito dias de reclusão à prisão.

Cabia ao Fiscal da Câmara supervisionar as compras e vendas efetuadas no comércio da cidade para avaliar se os “gêneros secos ou líquidos [correspondiam] perfeitamente no preço à quantidade das medidas em uso”. Nos casos em que o consumidor julgasse ter sido enganado por algum comerciante, poderia solicitar a presença do Fiscal para averiguar a situação.¹⁵¹

O primeiro Regulamento da Praça do Mercado de 1867 se referia à presença de escravos de forma circunstancial, todavia repressiva, proibindo que se reunissem no interior do Mercado. O novo Regulamento de 1872 retirou esta referência ao modificar a regra, tornando-a mais abrangente, e instituir o veto à reunião de quaisquer pessoas que não estivessem comprando ou vendendo na Praça. O Código de Posturas de 1886, promulgado às vésperas da abolição total da escravidão, abordava a questão da escravidão no âmbito das casas comerciais da cidade.

Nos estabelecimentos comerciais, os proprietários não poderiam empregar escravos como caixeiros ou administradores. Proibia-se também “o ajuntamento de escravos, ou de outras pessoas fazendo vozerias e incomodando a vizinhança”.¹⁵² Para os casos específicos de negociantes com tavernas, hospedarias, botequins e casas de pasto, o artigo 170 penalizava aqueles que abrigassem escravos suspeitos de serem fugitivos, ou que estivessem em companhia de algum hóspede, desde que não estivesse “a seu serviço”.

¹⁵⁰ *Idem.* Art. 158-161, p. 31.

¹⁵¹ CÓDIGO DE POSTURAS. Art. 166, p. 31.

¹⁵² *Idem.* Art. 168-169, p. 31.

Em linhas gerais, até o fim do regime imperial, a administração e fiscalização da Praça do Mercado e do Matadouro se mantiveram sob as mesmas bases institucionais até aqui relatadas. Cada um destes espaços de abastecimento possuía sua respectiva administração e estava subordinado aos vereadores na Câmara. Com o advento da república, a Câmara foi dissolvida e, em seu lugar, criou-se o Conselho de Intendência com representantes nomeados pelo governo central, durante os anos de 1890-1892.

Neste período de transição, a administração dos espaços de abastecimento da capital foi subordinada à Comissão de Saúde Pública, Matadouro, Mercados e Cemitérios. A medida em questão traduz a importância conferida pelo novo regime à saúde pública e, nesse sentido, sua preocupação com a higiene no que se refere aos alimentos. É indicativa, portanto, de que seriam estas as premissas que passariam a conduzir a administração dos mercados, matadouro e açougues.

A Constituição Republicana de 1891 restituiu o poder legislativo às Câmaras Municipais, por meio da figura do vereador, extinguindo assim o Conselho de Intendência, vigente entre 1890-1892. Em seu lugar, foram criadas diversas Intendências com a função de exercer o poder executivo da municipalidade, centralizado na Intendência Municipal. Os ocupantes das Intendências deveriam ser escolhidos entre os vereadores eleitos da Câmara. A legislatura municipal republicana teria a duração de três anos.

A primeira Câmara e suas Intendências foram eleitas em 1892 e governaram a capital de São Paulo até o fim de 1895. A segunda Câmara assumiu em 1896 e encerrou suas atividades em janeiro de 1899. Em 1899, as Intendências foram reunidas sob o comando da Prefeitura Municipal e as esferas de atuação dos poderes legislativo e executivo municipais começaram a se distinguir e a se tornarem autônomas, ainda que o Prefeito continuasse a ser escolhido entre os vereadores eleitos.

Em 1892, a nova Câmara eleita da capital assumiu sua função no mês de setembro. Os novos legisladores escolheram por voto Pedro Vicente de Azevedo¹⁵³ para ocupar a Presidência da Câmara e também quais, entre eles, ocupariam as funções executivas

¹⁵³ Bacharel em Direito, Pedro Vicente de Azevedo governou as províncias do Pará, de Minas Gerais, de Pernambuco e de São Paulo entre os anos de 1874 e 1889. Filiado ao partido conservador no Império, durante seu governo em São Paulo, nos anos de 1888 e 1889, iniciou-se os combates às epidemias de cólera no interior. Político atuante na república exerceu a presidência da câmara de São Paulo, entre 1892-1895, sendo o responsável por organizar e redigir seu regimento interno. Ver: ALVES, Odair Rodrigues. *Os Homens que governaram São Paulo*. São Paulo: Editora Nobel/EDUSP, 1986, p. 106-107. ATAS da Câmara de São Paulo, 1893, São Paulo: Typografia Espíndola & Comp., 1909, p. 10.

nas quatro Intendências. Para a Intendência de Higiene e Saúde Pública, foi eleito o médico Bráulio Gomes.¹⁵⁴

Os outros vereadores se distribuíram nas Comissões da Câmara responsáveis por deliberar e orientar a execução dos trabalhos nas Intendências. Desse modo, a Câmara possuía quatro comissões relacionadas às quatro Intendências. O Intendente Dr. Bráulio Gomes trabalhava em diálogo com a Comissão de Saúde Pública e Higiene na Câmara.

Segundo a Lei nº 7, de 28 de novembro de 1892, proposta pelo Intendente de Polícia e Justiça, João Bueno, os dois poderes municipais, Câmara e Intendência, eram poderes distintos, relacionados às funções Legislativa e Executiva, respectivamente:

A Câmara, em sessão, delibera por meio de leis e resoluções, referindo-se a coletividades e individualidades; os Intendentes governam e administram nos limites dessas leis e resoluções (...) por meio de leis quando se tratar de estabelecer regras gerais sobre polícia e economia do município.¹⁵⁵

Nesta nova configuração do poder local republicano, os espaços institucionais dos mercados e matadouro da capital estiveram subordinados à Intendência de Higiene e Saúde Pública. Os espaços de abastecimento da capital se constituíam também em locais de arrecadação de impostos do Fisco. Desse modo, as decisões políticas para os mercados e matadouro, no âmbito da Intendência e Comissão de Higiene e Saúde Pública, dependiam da sanção da Intendência e Comissão de Finanças.

Em face desta nova divisão do poder político e administrativo, o Intendente de Finanças solicitou à Câmara informações a respeito das competências relativas a cada Intendência, Higiene e Finanças, no tocante à administração do mercado e do matadouro.¹⁵⁶

A questão foi esclarecida pelo Intendente de Justiça e Polícia. Segundo João Bueno, competia à Intendência de Higiene, no tocante aos mercados, fiscalizar a exposição de gêneros alimentícios, com especial atenção para a sua qualidade e conservação. Os alimentos considerados “perniciosos à saúde pública” deveriam ser apreendidos e submetidos à análise por “profissionais competentes”. Além da proposição de novos meios de transporte e conservação, com o objetivo de aprimorar “os serviços (...) que [poderiam] ser

¹⁵⁴ O médico Bráulio Gomes, em 1894, promoveu a fundação da Maternidade de São Paulo, primeiro estabelecimento desse porte na capital. Segundo Ernani Bruno, “até esse tempo a cidade não contava com qualquer estabelecimento onde fossem atendidas as parturientes sem recursos”. BRUNO, *Ibidem*, vol. 3. O médico também integrou a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo e foi um dos fundadores da Escola de Farmácia, e seu diretor em 1904. TEIXEIRA, Luiz Antônio. *Na Arena de Esculápio: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895-1913)*. São Paulo: Editora UNESP, 2007, p. 50.

¹⁵⁵ SECRETARIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL. Lei nº 7 de 28/11/1892 – Pesquisa site da Câmara.

¹⁵⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1892, p. 31.

regulamentados de modo minucioso e perfeito pela Comissão de Higiene, escolhida com tanta felicidade”.¹⁵⁷ O Intendente de Finanças se tornava responsável pelo exame da cobrança de impostos, locação de quartos e demais compartimentos nos Mercados.¹⁵⁸ No Matadouro, o Intendente de Higiene fiscalizaria o abate do gado

para o fim de verificar se as rezes abatidas tem alguma moléstia contagiosa, se o processo de matança é o mais conveniente, sob o ponto de vista da saúde dos consumidores se a hora escolhida é a mais apropriada, se são observadas as necessárias prescrições sobre o repouso do gado (...) devendo cuidadosamente estudar as medidas que convenha adotar permanentemente e também as que aconselham circunstâncias anormais, como: epidemias, grandes secas, etc.¹⁵⁹

Esta nova organização institucional do abastecimento de gêneros alimentícios, com a subordinação da administração dos mercados e matadouro à Intendência de Higiene e Saúde Pública, estava relacionada à criação do Serviço Sanitário Estadual de São Paulo, naquele mesmo ano de 1892. Com a promulgação da Lei nº 43, em 18 de junho de 1892,¹⁶⁰ esta nova instituição de Saúde Pública do Estado de São Paulo contemplava, entre suas prerrogativas, a fiscalização dos mercados e do matadouro da capital e nas cidades do interior. Todavia, os espaços de abastecimento consistiam em instrumentos do poder municipal. E as formas e periodicidade da intervenção das autoridades sanitárias estaduais nestes locais administrados pela Intendência municipal estarão sujeitas a negociações e tensões entre as duas esferas de poder.

O Serviço Sanitário Estadual inicialmente se estruturou em três seções: o Conselho de Saúde Pública, a Diretoria de Higiene e a Engenharia Sanitária. Segundo Maria Alice Rosa Ribeiro, a principal tarefa da Diretoria de Higiene era “o estudo das questões de saúde pública, o saneamento das localidades e das habitações e a adoção de meios para prevenir, combater e atenuar as moléstias transmissíveis, endêmicas e epidêmicas”.¹⁶¹ A organização do Serviço Sanitário se caracterizou por uma política de saúde pública de cunho repressivo, voltada a debelar e a prevenir epidemias por meio do policiamento sanitário.

A Diretoria de Higiene, por meio de seus delegados, eram oito deles na capital, também estava incumbida da fiscalização de locais de concentração de pessoas, como nos mercados e matadouros, e da alimentação pública. Os delegados de Higiene tinham poder

¹⁵⁷ *Idem, Ibidem*, p. 37.

¹⁵⁸ *Idem, Ibidem*.

¹⁵⁹ *Idem, Ibidem*, p. 36.

¹⁶⁰ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 43. 18/07/1892. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64128>>.

¹⁶¹ RIBEIRO, *Ibidem*, p. 27.

para impor multas “aos proprietários de estabelecimentos que [fabricassem] ou [fornecessem] ao consumo, gêneros alimentícios deteriorados ou condenados, pela análise química, como nocivos à saúde pública”. Por outro lado, esta autoridade sanitária também estava autorizada a confiscar e destruir os gêneros deteriorados ou nocivos à saúde pública.¹⁶²

No entanto, em 1893, o governo estadual reorganizaria o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, por meio da lei nº 240, de 04 de setembro, daquele ano. A medida reforçou a atribuição das Câmaras Municipais para fiscalizar os estabelecimentos públicos e particulares que “mediata ou imediatamente concorressem para modificar as condições sanitárias do meio”, bem como a alimentação pública. Dessa forma, a fiscalização relativa ao abastecimento de gêneros alimentícios permanecia sob a responsabilidade do poder municipal, sendo que o Serviço Sanitário do Estado só poderia “chamar a si os encargos e atribuições que [fossem] de competência das municipalidades (...) enquanto não [estivessem] definitivamente organizados os serviços de higiene municipal, e em épocas excepcionais”¹⁶³. No entanto, a diferenciação nas esferas de atuação das autoridades estaduais e municipais de saúde ficaria mais evidente a partir de 1896, com a criação da Intendência de Polícia e Higiene, que organizou o serviço sanitário municipal.

Nesta nova organização institucional do Serviço Sanitário Estadual, a Diretoria de Higiene foi incorporada à Diretoria do Serviço Sanitário. Entre as repartições criadas, destaca-se o Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas, responsável por executar as análises nos alimentos e bebidas suspeitos de colocar em risco a saúde pública. A realização de exames microscópicos, neste laboratório, dependia de autorização do Diretor do Serviço Sanitário. Segundo o artigo 33 desta lei, o Laboratório deveria realizar as análises solicitadas pelas municipalidades ao Governo do Estado. Todavia, a Diretoria era composta por inspetores sanitários que também ficavam encarregados de proceder à fiscalização da alimentação pública e, eventualmente, apreender gêneros deteriorados ou suspeitos de contaminação e/ou falsificação.

Em 1892, com a organização da Intendência de Higiene e Saúde Pública, novos cargos para a fiscalização sanitária foram criados sob a denominação de guardas-fiscais. De acordo com o artigo 11 da lei que organizou o serviço das Intendências, competia a estes funcionários: “visitar os mercados, tendo em vista o asseio em geral e o dos negócios em

¹⁶² ASSEMBLEIA, *Ibidem*. Art. 7 parágrafos 1, 2 e 3 e Art. 8 par. 1.

¹⁶³ *Idem*. Lei nº 240, de 04 de setembro de 1893. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-240-04.09.1893.html>>.

particular, examinando com todo o cuidado, os gêneros alimentícios, bebidas, aves, frutas, etc”.¹⁶⁴

Aos guardas-fiscais cabia apreender os gêneros deteriorados ou falsificados, as frutas verdes ou podres, e encaminhá-los para a respectiva Intendência. Nesta repartição, o vereador responsável deveria dar o “conveniente destino”. Com a promulgação do Código Sanitário em 1894, as municipalidades deveriam se equipar com laboratórios e profissionais capacitados para analisar os alimentos considerados potencialmente nocivos à saúde pública e, excepcionalmente, poderiam enviá-los para o Serviço Sanitário Estadual para a realização de análises adicionais.

A reorganização do Serviço Sanitário Estadual, em 1893, e a promulgação do Código Sanitário, em 1894, pressionaram as autoridades municipais no sentido de organizar um serviço sanitário local, conforme prescrito pelo novo código. A Intendência Municipal, no ano de 1894, elaborou um regulamento criando, na capital, a Polícia Sanitária. Esta nova instância do poder municipal foi oficializada por meio da lei nº 134, de 23 de Janeiro de 1895.¹⁶⁵

A polícia sanitária deveria ser exercida pelo Intendente Municipal e por fiscais sanitários contratados pela Câmara, com a formação profissional necessária em higiene e saúde pública. Em linhas gerais, seu caráter interventor e repressivo se revelava nos objetivos consignados a esta instituição pela legislação, a saber, de “corrigir e reprimir tudo aquilo que possa direta ou indiretamente influir sobre a saúde pública”.¹⁶⁶

Como o próprio nome revela, a função desta instituição consistia em intervir no espaço urbano, pois detinha poder para inspecionar residências, estabelecimentos comerciais, industriais, locais de concentração de pessoas, tais como escolas, hospitais, quartéis, mercados etc. Estes fiscais poderiam condenar um imóvel por considerá-lo insalubre, intimar os proprietários para realizar reformas e confiscar mercadorias para análise, entre outras prerrogativas.

No que diz respeito à salubridade dos mercados e dos espaços de abastecimento de alimentos em geral, o terceiro parágrafo do primeiro artigo do regulamento da polícia sanitária consignou aos fiscais sanitários a tarefa de:

¹⁶⁴ CÂMARA. *Ibidem*, p. 84.

¹⁶⁵ *Idem*. Lei nº 134, de 23 de janeiro de 1895. Disponível em: <<http://www.camara.sp.gov.br/memoria/leis/>>.

¹⁶⁶ *Idem*. Lei nº 134. Quando em fase de discussão na Câmara, o texto original contemplava, também, o aspecto preventivo, mas este não foi incorporado à letra da lei. *Idem*. Atas, 1894, p. 156.

visitar os mercados, matadouro, casas de quitanda, açougues, botequins, armazéns de víveres e bebidas, fábricas de conservas, de águas minerais e vinhos artificiais, verificando se estão em boas condições higiênicas e no caso contrário, determinando os melhoramentos convenientes, examinado o estado dos gêneros expostos à venda, mandando inutilizar os manifestamente deteriorados ou imprestáveis e apreendendo a fim de submeter à análise os suspeitos de conter substâncias nocivas à saúde.¹⁶⁷

Em caso de suspeita de deterioração ou falsificação de algum gênero, o fiscal sanitário deveria interditar a venda e recolher amostras para submeter à análise científica. O comerciante, proprietário da mercadoria, receberia um certificado, lavrado e assinado pelo Intendente Municipal. Esse documento deveria conter as principais informações sobre a apreensão: a qualidade do gênero alimentício, quantidades e marcas, para os casos de alimentos industrializados. Por sua vez, o Intendente lançava “iguais dizeres no talão do certificado que [ficaria] em seu poder, assinado pelo dono da mercadoria”.¹⁶⁸

O comerciante de gêneros alimentícios que vendesse a mercadoria interdita, no decorrer desse processo, ou a retirasse do estabelecimento, sem autorização prévia do Intendente, estaria sujeito a multa, com valor variável entre 20 e 50\$ mil réis, segundo a quantidade e importância do “gênero interdito” negociado ilegalmente.

Os comerciantes da cidade que fossem flagrados vendendo gêneros alimentícios deteriorados perderiam as respectivas mercadorias, pois eram apreendidas e inutilizadas. Procedimento que resultava em multa no valor de 30\$ mil réis. Para os casos de reincidência, o valor da multa se elevava a 50\$ mil réis. Segundo o artigo 4º deste regulamento da polícia sanitária municipal, os habitantes da cidade que resistissem à ação dos fiscais sanitários se sujeitavam a multa no valor entre 20\$ e 50\$ mil réis.¹⁶⁹

A regulamentação municipal da polícia sanitária da capital, em suas disposições transitórias, deixava transparecer a relação de dependência entre as esferas de poder municipal e estadual no tocante ao estabelecimento de um serviço sanitário na capital. O Código Sanitário estabelecia as prerrogativas de ação para cada esfera de poder, em relação ao abastecimento de gêneros alimentícios, e previa a intervenção do serviço estadual nas áreas de atuação de fiscalização dos mercados, matadouro e comércio de alimentos, além da apreensão e encaminhamento para a análise de alimentos falsificados ou suspeitos de contaminação. Sobretudo, neste último aspecto, os municípios poderiam recorrer ao Serviço Sanitário Estadual até que montassem seus próprios laboratórios e contratassem os respectivos profissionais.

¹⁶⁷ CÂMARA. *Lei nº 134*, Art.1 §3, p. 1.

¹⁶⁸ *Idem*, *Ibidem*, p. 4.

¹⁶⁹ *Idem*, *Ibidem*, p. 6.

O artigo 12 consolidava esta relação entre as esferas de poder e demonstrava o modo de organização do serviço sanitário municipal da capital:

Enquanto não forem criados os lugares de fiscais sanitários, que deverão ser médicos, e que faltar ao Intendente auxiliar profissional para o desempenho das atribuições que lhe são confiadas, e nem tiver a Câmara organizado a sua força de Polícia Municipal, poderá o Intendente entrar em acordo com as autoridades sanitárias e policiais do Estado, passando-lhes em parte, ou no todo, as incumbências desta lei, mas sempre com caráter temporário, e enquanto não puder desempenhar por si ou seus agentes esse serviço.

Esta regra legitimava a ação do poder estadual sobre o municipal no tocante às questões de higiene e saúde pública, reforçada pelo Código Sanitário de 1894. Quanto à higiene e salubridade dos mercados e Matadouro da capital, os embaraços para a formação de um serviço sanitário municipal acabaram induzindo as autoridades estaduais a pressionar a Intendência e a Câmara da Capital para realizar os melhoramentos necessários nestes espaços de abastecimento.

Em 1896, findou-se a legislatura sob a presidência na Câmara de Pedro Vicente de Azevedo. Com a posse da nova legislatura, a posição de Presidente da Câmara coube a um antigo correligionário do partido conservador, Antônio Proost Rodovalho. Neste ano, ocorreram mudanças na administração municipal, no tocante à organização das Intendências, influenciando na administração dos mercados e do matadouro. Por meio da lei nº 203, de 27 de fevereiro de 1896, a Câmara decretou uma nova divisão das repartições municipais.

O poder executivo se manteve dividido em quatro Intendências, porém foi reorganizado, surgindo assim a Intendência de Polícia e Higiene. As outras três eram de Finanças, Justiça e Obras. A Intendência de Polícia e Higiene possuía o objetivo de coordenar a atuação da polícia sanitária da cidade. Seu corpo administrativo se constituía em um diretor, um oficial, dois amanuenses, um contínuo servente, um fiscal de viação, função exclusiva a engenheiro com diploma, um inspetor de fiscalização, um fiscal sanitário, um fiscal de rios, um ajudante de fiscal de rios e trinta guardas-fiscais.

O inspetor de fiscalização e o fiscal sanitário comandavam os trabalhos dos guardas-fiscais. Estes recebiam diariamente as instruções da Intendência para a execução das diligências. Com o advento da Intendência de Polícia e Higiene, em 1896, a Câmara organizou um Posto Fiscal com o objetivo de centralizar o recebimento de denúncias e reclamações dos habitantes da cidade em relação às questões de saúde pública. Neste novo

quadro organizativo da Intendência Municipal, a seção de Polícia e Higiene se destacava pelo maior número de funcionários.¹⁷⁰

A esfera de poder da Intendência de Polícia e Higiene se inseria no âmbito da execução de leis e posturas municipais e fiscalização dos contratos públicos. O campo de ação desta Intendência era amplo e envolvia a limpeza pública, a fiscalização de estradas e caminhos, o aferimento de pesos e medidas no comércio, a salubridade dos gêneros alimentícios expostos à venda, a higiene de mercados, matadouro, açougues e outros locais de produção e comércio de gêneros perecíveis ou inflamáveis, entre outros. Em resumo, a Câmara definiu este amplo campo de atuação com as seguintes palavras:

Sobre tudo quanto interessar a higiene do município, tomando todas as medidas e providências que forem a bem da salubridade pública e da saúde do município, reclamando o auxílio dos poderes do Estado e auxiliando as competentes autoridades sanitárias.¹⁷¹

Com todas estas mudanças em curso na cidade, uma das primeiras medidas da nova Intendência de Polícia e Higiene foi expedir um novo Regulamento para os Mercados da Capital e assim institucionalizar o poder administrativo desta Intendência sobre os espaços municipais de abastecimento.

Até a transição do regime monárquico para o republicano, a Praça do Mercado se subordinava diretamente à Câmara. Com o surgimento do Conselho de Intendência e a construção de novos mercados na cidade, nos primeiros anos da República, os espaços de abastecimento passaram à administração da Intendência de Saúde Pública e Higiene. Em 1896, com a nova divisão do poder executivo municipal, a administração dos Mercados e Matadouro foi transferida para a Intendência de Polícia e Higiene.

O novo Regulamento para os mercados da capital foi promulgado mediante a aprovação do Ato nº 11, de 23 de Setembro de 1896.¹⁷² Assim como na formação do Conselho de Intendência em 1890, quando se modificou o regulamento da Praça do Mercado, estendendo-o ao novo mercado de verduras da Rua São João, o novo Regulamento de 1896 se aplicava aos dois mercados da capital.¹⁷³

¹⁷⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Lei nº 203*, de 27 de fevereiro de 1896.

¹⁷¹ *Idem. Atas*, 1896, p. 223-224.

¹⁷² *Idem. Centro de memória*, Ato nº 11, de 23 de setembro de 1896.

¹⁷³ Desde a década de 1870, durante a presidência de João Teodoro Xavier, discutia-se na Câmara e na imprensa da capital sobre a necessidade de um mercado de verduras para concentrar as quitandeiras. No bojo dos investimentos em obras públicas da década de 1880, entre elas o matadouro, iniciou-se a construção de um mercado de verduras na Rua de São João. Em 1890, o mercado foi inaugurado e, até sua desativação no decorrer da década de 1910, abrigou uma variedade de comerciantes que o igualou em oferta de gêneros

Em linhas gerais, o Regulamento de 1896 alterou o procedimento de aluguel dos compartimentos, estabeleceu novas regras para definir o que se entendia como atravessamento de gêneros, no espaço dos Mercados, e reforçou as leis sanitárias instituídas pelo Código de Posturas Municipais de 1886 e pelo Código Sanitário de 1894.

O Regulamento da Polícia e Higiene discriminava as diferentes modalidades de espaço nos Mercados possíveis de serem locadas pelos comerciantes. Estas se distribuíam em quartos, compartimentos, barracas e bancas. Os quartos, compartimentos e barracas se relacionavam principalmente ao Mercado Grande; enquanto bancas e compartimentos eram citados, geralmente, em referência ao Mercado de Verduras da Rua São João. Todos estes espaços poderiam ser locados por comerciantes, com exceção daqueles voltados para o escritório da administração e para os guardas-fiscais.

Sob a gestão da Intendência de Polícia e Higiene, os guardas-fiscais da polícia sanitária deveriam permanecer diariamente nos Mercados, durante todo o período de funcionamento, enquanto o regulamento anterior previa apenas visitas diárias de um dos Fiscais da Câmara.

Os espaços de aluguel não eram mais oferecidos em leilão, anualmente, aos comerciantes interessados. Estes deveriam solicitar, por meio de requerimento, a concessão de licença diretamente à Intendência para iniciar “qualquer negócio, mudança ou transferência de firma, de local, de ramo de ocupação, etc., nas praças de mercado”.¹⁷⁴

No tocante à venda de quitandas, o novo Regulamento reforçou as disposições do antigo e as regras se mantiveram as mesmas. Durante a República, somente os vendedores de frutas, hortaliças e legumes que obtivessem uma licença especial da Câmara poderiam realizar este comércio “sentados ou parados”, em pontos determinados da cidade.

Em geral, os vendedores de quitandas deveriam se dirigir aos mercados. Em caso de preferirem negociar pelas ruas, somente poderiam fazê-lo mediante utilização de tabuleiros e cestas que os permitissem circular e manter-se em movimento, não podendo estacionar nos largos ou praças. Entretanto, a regra que os obrigava, durante suas diligências, a manter cestos e tabuleiros sobre suas cabeças foi extinta do Regulamento.

O Regulamento de 1896 determinava no que concerne à relação entre o comércio de gêneros alimentícios e a saúde pública que o Código de Posturas de 1886 e as demais leis

alimentícios a Praça do Mercado da Rua 25 de março. Todavia, seu tamanho reduzido em comparação à praça lhe conferiu o apelido de “mercadinho” (BRUNO, *Ibidem*, p. 1132).

¹⁷⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, *Centro de Memória*, Ato nº 11 de 23 de Setembro de 1896, p. 1.

da Câmara deveriam ser estritamente observados em consonância com os atos e instruções do Intendente de Polícia e Higiene.

As mercadorias suspeitas de deterioração ou falsificação seriam apreendidas e inutilizadas pelos guardas-fiscais. Reiterava-se a proibição à “venda de frutas verdes, mal sazoadas ou podres, bem como massas e doces enfeitados com substâncias que, pelos fiscais de higiene, [fossem] consideradas nocivas à saúde”. Os produtos classificados como “úmidos” não poderiam entrar em contato com materiais permeáveis ou serem conservados em vasilhas de cobre, zinco, chumbo ou ferro galvanizado. Estas três regras foram atualizadas do Código de Posturas.

Além das questões referentes à saúde pública, os funcionários da administração e os guardas-fiscais da Intendência de Polícia e Higiene estavam encarregados de supervisionar as transações comerciais efetuadas nos mercados com o fito de garantir a equivalência entre os preços cobrados e as quantidades oferecidas pelas medidas então vigentes. Os pesos e medidas utilizados nos mercados eram oferecidos pela Câmara e ficavam sob a guarda dos administradores.

No bojo das mudanças institucionais e normativas na administração pública e na regulamentação do comércio de abastecimento, entre a promulgação do Código de Posturas Municipais de 1886 e a organização da Intendência de Polícia e Higiene em 1896, a Praça do Mercado da Rua 25 de Março se transformou progressivamente no Mercado Grande. A organização do abastecimento de carne se caracterizou pela intervenção no espaço dos açougues e na mudança do local de depósito da carne entre o matadouro e os açougues. Processos que abordaremos a seguir.

A transformação da Praça do Mercado em Mercado Grande

Desde a fundação da Praça do Mercado da Rua 25 de março, em 1867, a Câmara de São Paulo investia recursos em melhoramentos que se faziam necessários ao bom funcionamento deste espaço comercial. Periodicamente, o mercado necessitava de reparos nas cercas, consertos nos quartos de aluguel ou na pavimentação. Em diversos casos, as obras na Praça do Mercado, durante o regime imperial, visavam garantir as mínimas condições de uso daquele espaço para o fim a que era destinado ou assegurar o acesso de caipiras, comerciantes e consumidores, visto que o mesmo se situava nos limites da várzea do Carmo, local sujeito a inundações periódicas do Rio Tamanduateí.

Em uma tentativa de equacionar estes problemas estruturais do Mercado, no ano de 1882, a Câmara Municipal despendeu o montante de 7:388\$200 (sete contos trezentos e oitenta e oito mil e duzentos réis) em consertos, caiação e calçamento da Praça do Mercado¹⁷⁵. Neste mesmo ano, as empresas de transporte público sobre trilhos estabelecidas na capital disputavam a concessão da linha que, partindo do Mercado, atravessava e conectava os bairros do Brás e da Mooca.¹⁷⁶

Quinze anos após sua inauguração, a Praça do Mercado passou por reformas que visavam melhorar a infraestrutura física do pavilhão de quartos e da seção de tropeiros. Nos últimos anos do regime imperial, o perímetro urbano de São Paulo se ampliara tanto em consequência do crescimento demográfico, quanto da expansão das atividades econômicas. Em decorrência, as autoridades municipais perceberam a importância de adequar o espaço do mercado à nova dinâmica da economia urbana.

Na Câmara, a influência desta expansão urbana no espaço do Mercado da Rua 25 de Março foi relatada em depoimentos de autoridades, como o do administrador do Mercado. Em 1883, ao prestar contas à nova Câmara recém-eleita, esta autoridade comunicou os vereadores sobre a necessidade de modificações no Regulamento de 1872, pois tendo sido feito “em tempo que a população era muito menor” gerava cotidianamente muitas “ocorrências”.¹⁷⁷

As reformas no mercado foram realizadas durante a Presidência de João Mendes de Almeida Júnior e lideradas pelo vereador liberal João Bueno. Com a formação da nova Câmara, em 1883, o partido conservador reassumiu o comando da municipalidade. A Comissão de Obras desta legislatura, no entanto, foi composta pelos republicanos, Antônio Paes de Barros e Rafael Aguiar de Barros, que continuaram as reformas na Praça do Mercado. Entre os melhoramentos, destaca-se a construção de barracas no interior da Praça para o comércio de verduras e outras quitandas.¹⁷⁸

Esta medida foi bem sucedida e Rafael de Barros propôs aos colegas que o contratante da obra, pelo mesmo preço, levantasse “outras barracas na praça do mercado, iguais as que [estavam] em construção”, proposta que foi aprovada.¹⁷⁹

A criação de uma nova seção no Mercado, composta por barracas para quitandas e hortaliças, possuía duas funções. A primeira, se relacionava à intenção da Câmara, observada

¹⁷⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1882, p. 145.

¹⁷⁶ *Idem*. *Atas*, 1882, p. 153-154.

¹⁷⁷ *Idem*. *Atas*, 1883, p. 99;

¹⁷⁸ *Idem*. *Atas*, 1883, p. 160. *Idem*. *Atas*, 1884, p. 18-19.

¹⁷⁹ *Idem*, *Ibidem*, p. 100.

já na década de 1870 e continuamente postergada, de construir um mercado de verduras e restringir a circulação das quitandeiras pelo triângulo. A segunda função era regularizar muitos comerciantes que passaram a atuar na Praça do Mercado e que não se encaixavam nas duas categorias criadas pelo Regulamento de 1872: o caipira da seção de tropeiros e o locatário de quarto no Pavilhão do Mercado.

O crescimento urbano e demográfico da capital estimulava os negócios no segmento de abastecimento de gêneros alimentícios. Os pequenos comerciantes da cidade enxergavam no mercado uma oportunidade de garantir os meios de subsistência. A seção de tropeiros consistia no local de maior afluência de consumidores e, desse modo, os próprios locatários de quartos montavam bancas nesta área externa para, assim, impulsionar as vendas de modo informal.

A situação irregular destes comerciantes de gêneros alimentícios vinha se estendendo desde a década anterior, o que resultava em atrito com a administração do mercado e com os outros comerciantes com armazéns de secos e molhados na cidade, pois a presença deste segmento do pequeno comércio colocava em xeque algumas regras da Praça, tais como: a proibição, sobretudo, de revender, no Mercado, gêneros nele adquiridos, assim como o estabelecimento de concorrência com os caipiras pela oferta dos mesmos gêneros.

João Bueno, durante a gestão de João Mendes Jr, em 1882, solicitou ao administrador do mercado informações acerca do modo pelo qual eram cobrados os impostos e quais eram aplicados em relação aos comerciantes “estacionados nos corredores da Praça”.¹⁸⁰

Após a construção das barracas para quitandas na Praça do Mercado, o administrador, em ofício para a Comissão de Orçamento, liderada pelo republicano Rafael de Aguiar Barros, solicitava instruções de como proceder à aplicação de penalidades ao atravessamento de gêneros, na nova configuração do Mercado.

A Comissão de Orçamento decidiu que os comerciantes situados nas barracas deveriam observar as mesmas regras do Regulamento aplicadas aos comerciantes locatários dos quartos do Pavilhão do Mercado. Especificamente, autorizava-se o administrador a expulsar comerciantes das barracas que incorressem nos artigos 8º e 9º sobre o atravessamento de gêneros. Salientavam, ainda, que a única diferença entre os comerciantes dos quartos e os das barracas se relacionava ao valor de locação pago por cada um deles, pois o aluguel das barracas era mais barato em comparação ao valor cobrado pelos quartos.¹⁸¹

¹⁸⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1882, p. 63.

¹⁸¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1886, p. 27.

Nestes últimos anos do Império, A Praça do Mercado da Rua 25 de Março tornara-se central para o comércio de gêneros alimentícios na cidade que se expandira para além de seu espaço e contemplava casas de quitanda e armazéns de secos e molhados nos seus arredores. O pátio do Mercado, onde se localizava a seção de tropeiros, foi calçado e, o Pavilhão, reformado. Além dos locatários dos quartos e dos caipiras da seção de tropeiros, a Praça do Mercado abrigava uma infinidade de pequenos comerciantes, estacionados nas áreas comuns e corredores, que passaram a ser alocados em barracas no pátio, ampliando o comércio efetuado no local. Como exemplo desta centralidade, a afluência de consumidores incentivava comerciantes dos arredores da Praça a enviarem empregados para vender gêneros no Mercado.¹⁸²

Além destes segmentos comerciais, o mercado também contava, nessa época, com um grupo de açougueiros que se instalou nos quartos do Pavilhão e criou uma nova seção de carnes verdes, composta por nove compartimentos.¹⁸³

Entre 1887 e 1889, sob a presidência da Câmara de Vicente Ferreira da Silva, o movimento comercial na Praça do Mercado cresceu em sintonia com as transformações que a cidade apresentava naquela quadra. Muitas obras iniciadas na gestão anterior foram concluídas: a colocação de um chafariz na Praça, o calçamento com paralelepípedos nos arredores e ruas de acesso ao Mercado, como a Lourenço Gnecco.¹⁸⁴

Um indicador do crescimento no movimento comercial da Praça do Mercado transpõe nos anos de 1888 e 1889. A multiplicação dos comerciantes colocava em xeque a sua função primeva de aproximar o produtor de alimentos do consumidor. Em abril de 1888, o administrador informou à Câmara sobre a necessidade de melhorar as condições para os caipiras e tropeiros e solicitou a construção de: “uma plataforma, para a comodidade dos gêneros que ali afluem, para melhor acomodação, visto o pequeno espaço que atualmente tem, e que em dias de chuva os tropeiros sofrem prejuízos por não ter lugar para resguardar”.¹⁸⁵

A ocupação dos quartos do Pavilhão do Mercado por comerciantes de gêneros alimentícios, quitandas e açougues, os quais pagavam o aluguel mensalmente, resultava na falta de espaço para os tropeiros e caipiras armazenarem suas mercadorias nos quartos de agasalho. Desse modo, o objetivo principal do Mercado de aproximar o produtor rural do consumidor urbano se desvirtuava em meio à expansão dos negócios efetuados na Praça.

¹⁸² *Idem. Atas*, 1888, p. 126

¹⁸³ *Idem. Atas*, 1885, p. 169.

¹⁸⁴ *Idem. Atas*, 1889, p. 276-277.

¹⁸⁵ *Idem. Atas*, 1888, p. 126.

Além de um novo local para o armazenamento dos gêneros trazidos pelos tropeiros, o vereador João Augusto Garcia chamou atenção dos colegas para a “necessidade imprescindível” da Câmara em prover o calçamento de paralelepípedos na seção de tropeiros do Mercado. Segundo ele, este melhoramento era uma demanda dos “fornecedores de víveres” que consideravam o “local impróprio para receber os animais e cargueiros de mantimentos”.¹⁸⁶

Depreende-se da análise das atas da Câmara que a prioridade do calçamento, nos últimos anos da década de 1880, foi dada ao Pavilhão dos quartos do mercado e nos arredores e ruas de acesso à Praça. Nesta mesma época, a Câmara expandia a ocupação das barracas dos mercadores de verduras na Praça, iniciada na administração anterior, incentivando a concorrência por espaço em sua área externa, na seção de tropeiros.

As propostas de intervenção e reforma na estrutura física da Praça do Mercado, todavia, se estendiam por meses e, até anos, para serem aprovadas e executadas. Em relação à construção de barracas, a solução encontrada para equilibrar as necessidades do comércio e a demora da burocracia municipal, no tocante à elaboração de contratos para obras públicas, foi encontrada pelos próprios comerciantes: eles próprios as construíram e, quando prontas, as ocuparam.

Segundo o administrador, este foi o caso de Antônio Albanese, que obteve permissão para construir uma barraca para seu negócio na Praça. No entanto, o comerciante a construiu fora do padrão utilizado para as demais. O administrador resolveu embargar a obra, o comerciante, então, se ofereceu para aumentar o valor da cobrança do aluguel. Todavia, a Câmara embargou a barraca de Antônio Albanese por construir sem a devida licença.¹⁸⁷

Tendo em vista melhorar as condições da Praça do Mercado para os caipiras e tropeiros que importavam gêneros para a cidade, a última Câmara do regime imperial aprovou a contratação da obra de um armazém para depósito. No entanto, não chegou a dar prosseguimento à construção, pois foi surpreendida pelo advento do regime republicano e acabou sendo dissolvida, no início de 1890.

O regime republicano herdou a Praça do Mercado transformada pelas obras efetuadas nos últimos anos do Império. Em linhas gerais, a última administração municipal imperial havia dado prosseguimento às intervenções iniciadas entre 1881 e 1886. Com o estabelecimento de uma seção com barracas, na área externa, para quitandas e verduras, desenvolveu-se nova centralidade para o comércio de gêneros alimentícios conhecida, na

¹⁸⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1888, p. 368.

¹⁸⁷ *Idem*, *Ibidem*, p. 294.

última década do XIX, como o “mercado de hortaliças e verduras” da Praça do Mercado da Rua 25 de Março.

Destacou-se, nesta última administração, a finalização de obras contratadas na administração anterior, como a instalação de um chafariz e o calçamento da Praça do Mercado e das ruas dos arredores. A necessidade do calçamento se configurou como uma medida sanitária para evitar a formação de poças com lama, por ocasião das chuvas, o que colocava em risco o asseio do local e dos gêneros alimentícios.¹⁸⁸

Em 13 de janeiro de 1890, foi nomeado pelo novo governo federal o Conselho de Intendência Municipal para substituir as Câmaras Municipais do Império. Este conselho foi presidido por Clementino de Souza Castro, o qual também integrava a comissão de saúde pública, mercado, matadouro e cemitérios.¹⁸⁹ A primeira medida adotada por esta comissão foi criar um novo posto de varredor na administração da Praça do Mercado e suprimir uma latrina pública diante dos portões da mesma.¹⁹⁰ Neste período de transição política, os arredores da Praça do Mercado expandiram suas funções urbanas e a centralidade criada para o comércio de gêneros alimentícios passou a compartilhar o espaço da Rua 25 de Março e da Várzea do Carmo com o Teatro Politeama e a Fábrica de Chitas.

A própria Várzea do Carmo, que se caracterizava pelo ambiente bucólico e rural nas décadas de 1860-1870 foi, então, ocupada com a construção de cortiços, realizada a partir de uma concessão feita para o estabelecimento de uma quermesse. Por outro lado, a Várzea também se constituía em local visado pelo poder público para a construção de um Palácio, com o objetivo de abrigar a Exposição Continental de 1892, que finalmente não ocorreu. Desse modo, a Várzea do Carmo seguia como um local de contrastes, que se acentuavam com o rápido crescimento econômico, urbano e demográfico.

Em 05 de Fevereiro de 1890, o Teatro Politeama recebeu intimação para desocupar o prédio da Rua 25 de Março. O Conselho da Intendência, em face da proposta do Presidente, transformou a propriedade em área de utilidade pública para a construção de um novo Mercado em substituição ao então existente. Clementino de Souza e Castro deliberou sobre a necessidade de expandir a superfície disponível na Rua 25 de Março para um novo Mercado e para isso, além da demolição do prédio do teatro, propôs o afastamento do Rio Tamanduateí, mediante o aterramento da rua, para se constituir uma linha reta de terreno,

¹⁸⁸ A última legislatura sob as duas presidências de Vicente Ferreira da Silva e Domingos Sertório aplicou a quantia de quinze contos e meio de réis com o calçamento da Praça do Mercado entre 1887-1889 (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1889, p. 295).

¹⁸⁹ *Idem. Atas*, 1890, p. 8-9.

¹⁹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 16.

desde a ponte do Mercado até a Fábrica de Chitas. O financiamento desta obra deveria ser feito com empréstimo de recursos mediante a realização da hipoteca do mercado, acrescida da penhora de seus rendimentos.¹⁹¹

Por sua vez, às margens do Rio Anhangabaú, em abril de 1890, a construção iniciada anos antes do novo Mercado de Verduras da Rua São João foi concluída. Antes de sua abertura ao público, o Conselho determinou que o Regulamento da Praça do Mercado da Rua 25 de Março fosse estendido à organização e administração deste novo mercado. Todavia, o Conselho decidiu atualizar o Regulamento, elaborado em 1872, por meio da formulação de nova legislação.

As novas regras editadas em 1890 extinguiram os principais artigos, 8º e 9º, do Regulamento de 1872, que dispunham sobre o atravessamento de gêneros, e que proibiam os comerciantes situados nos quartos do Pavilhão ou nas barracas do pátio de negociarem os mesmos gêneros comumente vendidos por tropeiros e caipiras. Pela nova regra, tornava-se “franca a venda de gêneros destinados aos Mercados, quer nos quartos, quer nas áreas dos mesmos”. Todavia, para coibir o monopólio e a carestia, a proibição de comprar produtos nos Mercados com o objetivo de revendê-los no mesmo local foi mantida.¹⁹²

Com o acelerado incremento da população a partir de 1886 e a contínua expansão do perímetro urbano, as autoridades republicanas revisaram os limites geográficos da região considerada como a “Cidade”, no interior da qual, as regras da Praça do Mercado para o comércio de gêneros alimentícios de primeira necessidade se aplicavam.

Na Luz, o limite traçado em 1872 na ponte pequena foi ampliado até a Igreja de Santana. A Igreja da Consolação, fronteira urbana da estrada de Pinheiros, nos termos do regulamento de 1872, foi, em 1890, ampliada até o “Alto do Cemitério”. No bairro do Arouche, o perímetro foi estendido da Igreja de Santa Cecília para a Capela das Perdizes.

Na Estrada de Santo Amaro, o perímetro foi ampliado do antigo Matadouro do Bexiga para o Ribeirão da Traição. Na Tabatinguera, passou da ponte sobre o Rio Tamanduateí para o Hospital dos Contagiados. Na Estrada de Santos, o limite do perímetro urbano se estendeu do Lava-Pés para o Ribeirão do Ipiranga. E no Bairro do Brás, as pontes mantiveram esta função limítrofe, deslocando-se da Ponte Preta para a Ponte do Maranhão.¹⁹³

Com a inauguração do novo Mercado de Verduras da Rua São João, o Conselho de Intendência proibiu a venda pelas ruas da cidade de gêneros, tais como hortaliças, frutas,

¹⁹¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1890, p. 42.

¹⁹² *Idem*, *Ibidem*, p. 116.

¹⁹³ *Idem*, *Ibidem*, p. 117.

flores, galinhas, entre outros. A partir de então, essa atividade comercial só poderia ser realizada pelos vendedores de quitanda com licença especial para a venda ambulante.¹⁹⁴

Em relação à Praça do Mercado da Rua 25 de Março, o novo Regulamento interditou os locatários dos quartos de pernoitarem neste espaço. Desde a inauguração da Praça, a possibilidade de residir e comerciar no mesmo local se tornou um dos principais atrativos para os comerciantes se estabelecerem no Pavilhão do Mercado. Esta proibição foi contestada pelos locatários, porém não obteve êxito.¹⁹⁵

O primeiro Presidente do Conselho, Clementino de Souza Castro, deixou clara sua intenção, nestes dois anos, de aprovar a construção de um novo Mercado para substituir a antiga Praça na Rua 25 de Março. Entretanto, não obteve êxito. As duas propostas iniciais apresentadas por escritórios de engenharia da cidade não foram aceitas pelos outros intendententes por considerá-las “deficientes”, o que resultou em sua anulação.¹⁹⁶

O Presidente não aceitou esta recusa e abriu novamente concorrência para a obra. A Comissão de Justiça, no entanto, novamente embargou a decisão, alegando insuficiência de verbas disponíveis para as obras. Todavia, esta comissão também apontou outra justificativa para embasar sua decisão, relacionando-a à situação da organização político-administrativa do novo regime:

(...) acresce além disso que achando-se em discussão no Congresso o projeto de Reforma Municipal, que autonomiza as municipalidades; e achando-nos também em vésperas de eleição que tem de dar origem popular à nova intendência, não devemos construir agora esta importante obra, cujo orçamento cifrou-se em quantia considerável, comprometendo assim o futuro das rendas municipais.¹⁹⁷

O Presidente do Conselho se manteve inabalável diante da impugnação dos colegas e decidiu pela abertura de novas propostas para análise das Comissões de Obras e de Justiça, o que manteve o tema na pauta de discussões do Conselho de Intendência.¹⁹⁸

Com a eleição para Câmara em 1892, o administrador do Mercado da Rua 25 de Março, José Augusto de Souza Lima, escreveu um *Memorandum* dirigido aos vereadores notificando a situação atual do comércio de gêneros alimentícios na Praça do Mercado. O documento visava convencer a municipalidade sobre a necessidade de melhorar as condições

¹⁹⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1890, p. 145-146.

¹⁹⁵ *Idem. Ibidem*, p. 52 e 117.

¹⁹⁶ *Idem. Atas*, 1891, p. 28.

¹⁹⁷ *Idem. Ibidem*, p. 131.

¹⁹⁸ *Idem. Ibidem*.

estruturais da Praça com o objetivo de ampliar o espaço para os comerciantes, bem como aprimorar o estado sanitário do local.

O administrador iniciou sua exposição solicitando a ampliação da área da Praça do Mercado, pois com o aumento da ocupação por comerciantes não havia mais espaço para receber os caipiras e tropeiros. Esta questão vinha sendo eventualmente discutida desde fins da década de 1880, mas diante dos acontecimentos políticos, ainda não havia sido equacionada. Esta autoridade acreditava que naquele momento bastava derrubar um dos muros da Praça e estendê-la até a cocheira dos bondes da Companhia Viação Paulista. Por outro lado, seria necessário desapropriar a área de um armazém situado na saída da Rua Lourenço Gnecco.

Em relação à abertura de espaço na Praça do Mercado em consonância com a necessidade de sanear este local, convinha à municipalidade construir “capoeiras” para acolher as aves negociadas na Praça. Segundo sua descrição, estas capoeiras se assemelhavam a gaiolas com abertura na parte inferior, onde seriam depositados os excrementos em gavetas com areia para facilitar a limpeza:

este melhoramento, considero de necessidade, porque as centenares de cestas de aves que hoje oferecem uma vista desagradável ao visitante, ocupando quase que metade da área da praça, e sendo impossível a sua perfeita limpeza, desaparecerão, ficando livre essa parte do terreno para o movimento (sem perigo) de carroças na sua carga e descarga de gêneros, e lucrando muitíssimo o estado higiênico da praça¹⁹⁹

A Câmara poderia obter retorno financeiro com este investimento por meio do aluguel cobrado pela utilização destas “capoeiras” pelos comerciantes de aves. Além da questão sanitária, um fator importante para a execução desta obra consistia em liberar espaço na Praça do Mercado tanto para o trânsito de carroças quanto para expandir e melhorar as condições de outras seções da Praça do Mercado, como a de peixes.

Em seu relato, o administrador considerava que removendo as aves das cestas pelo chão da Praça, o espaço liberado por este procedimento poderia ser destinado à construção de uma barraca para acomodar os vendedores de peixe. Este comércio era praticado sem condições mínimas de higiene, sendo o peixe “vendido no chão, para vexame dos importadores e dos consumidores”.²⁰⁰

Construídas no final do regime imperial, as barraquinhas para a venda de quitandas e frutas não se adequavam às novas normas de higiene do regime republicano.

¹⁹⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1892, p. 30.

²⁰⁰ *Idem. Ibidem.*

Segundo o administrador, este local era insalubre. O calçamento feito com tijolos (paralelepípedos) acumulava em seus interstícios a umidade. Para sanar este problema, recomendava que o calçamento fosse cimentado e, para melhorar o arejamento desta seção, propôs a construção de telhado de metal que cobrisse toda área das barracas,

evitando-se assim o telheiro de zinco hoje existente, muito baixo, tanto que os particulares precisam às vezes contrariar-se para passar, e conseguindo-se neste verão melhor estar para seus inquilinos, para os particulares que ali se abastecem e para que os gêneros não estejam tão sujeitos à fácil deterioração.²⁰¹

Nas primeiras duas décadas de funcionamento da Praça do Mercado, o único local coberto era o Pavilhão, onde se encontravam os quartos de agasalho para os caipiras e os quartos dos comerciantes locatários mensalistas. Neste contexto republicano, o administrador considerava importante cobrir com telhados as diversas seções criadas na Praça, a partir de 1882, para incrementar as condições comerciais e sanitárias do Mercado.

Prosseguindo em sua exposição, afirmava que no centro da Praça estavam situados diversos comerciantes de secos e molhados “estabelecidos ao relento, obrigados a nos dias de chuvas consecutivas, terem os mesmos cobertos com encerados, e forçados a não fazer vendas de gêneros tantos dias, quantos dure o mau tempo”. Para tanto, sugeria a construção de um telheiro nos moldes daquele proposto para a seção de barracas de quitandas e de frutas.²⁰²

Os caipiras e tropeiros também estavam sujeitos às intempéries. Com o aumento no número de comerciantes na Praça situados tanto na área externa, quanto nos quartos do Pavilhão, aos importadores restava apenas expor suas “cargas a chuva e lama da praça”. Propunha então a construção de “uma espécie de um rancho para que os [abrigasse] do Sol ou mau tempo, ficando este rancho, única e exclusivamente pertencendo” aos caipiras e tropeiros.²⁰³

A Praça do Mercado contava ainda com uma seção de negociantes de cereais que ocupava as “pilastras do lado de fora da praça”. Assim como as barraquinhas de frutas e verduras, estes comerciantes já desfrutavam de uma cobertura, no entanto feita de zinco, considerada inadequada nas mesmas condições estabelecidas para as primeiras. O administrador finalizava seu *Memorandum* expressando a opinião de que toda a área externa da Praça do Mercado deveria ter uma “coberta geral, na mesma altura em que forem

²⁰¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1892.

²⁰² *Idem*. *Atas*, 1892, vol. 78, p. 30.

²⁰³ *Idem*. *Ibidem*.

ordenadas as outras, e a semelhança das cobertas das plataformas de estação de estrada de ferro”.²⁰⁴

O administrador José Augusto de Souza Lima considerava que estas obras poderiam ser custeadas com o rendimento da própria Praça do Mercado que deveria “acompanhar a grandeza e embelezamento da Capital”. As reformas propostas pelo administrador foram bem recebidas pela Comissão de Higiene e Saúde Pública e, pela primeira vez, a Praça foi referida pelos vereadores como sendo o “Mercado Grande”, em 21 de Outubro de 1892.

Por sua vez, em 12 de Novembro do mesmo ano, durante a apresentação da tabela de vencimentos dos empregados da Intendência de Higiene e Saúde Pública, a referência à Praça do Mercado como o “Mercado Velho” surge na documentação da Câmara.

As reformas propostas foram iniciadas com a seção de venda de peixes. Em 23 de Agosto de 1893, o Intendente Municipal, Cesário Ramalho da Silva,²⁰⁵ apresentou um projeto para a construção de um “edifício” para o comércio de peixe fresco na Praça do Mercado da Rua 25 de Março. O projeto se justificava pela falta de espaço para estes vendedores que se aglomeravam “em limitado espaço sem nenhuma das condições de asseio indispensáveis”. Em atenção ao pedido do administrador, o vereador propunha que se utilizasse o terreno em frente ao Mercado, próximo a antiga ilha dos Amores.²⁰⁶

O Presidente da Câmara Pedro Vicente de Azevedo julgou que o projeto de lei para a construção de “um pequeno mercado de peixe anexo ao da rua 25 de março” era uma necessidade premente, que não deveria ser postergada. Ademais, com a renda proveniente do aluguel dos compartimentos do edifício, a Câmara recuperaria os investimentos realizados. Em 07 de Novembro de 1893, o projeto de construção do Mercado de Peixes foi aprovado no plenário da Câmara.²⁰⁷

Ainda neste ano de 1893, Cesário Ramalho colocou novamente em pauta a construção de um novo mercado para a Praça da Rua 25 de Março. Para vislumbrarmos as dimensões da proposta, o mercado de peixe foi orçado em sete contos e quinhentos mil réis. Em contrapartida, nesta proposta, um novo Mercado foi projetado com orçamento inicial de

²⁰⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1892, vol. 78, p. 31.

²⁰⁵ Neste ano de 1893 foi criada a Intendência Municipal como órgão executivo municipal ao qual foram subordinadas as quatro intendenças originais.

²⁰⁶ *Idem. Atas*, 1893, p. 356.

²⁰⁷ *Idem. Ibidem*, p. 491.

454:258\$305 (quatrocentos e cinquenta e quatro contos duzentos e cinquenta e oito mil trezentos e cinco réis).²⁰⁸

Em 1894, no entanto, a Câmara se encontrava em dificuldades financeiras para arcar com a dívida municipal. Os vereadores decidiram contrair um empréstimo no valor de trezentos mil libras esterlinas. Este seria destinado para a consolidação da dívida da Câmara e para outros serviços necessários. Em discurso sobre o tema, Henrique Schaumann, membro da Comissão de Higiene e Saúde Pública, propôs que com esta verba, a Câmara optasse pelo calçamento das ruas da cidade e a construção de um novo mercado na Rua 25 de Março. Além das questões sanitárias relativas a estes dois empreendimentos, o vereador justificava esta preferência, pois ambos “[davam] uma renda certa e muito suficiente, tanto para o pagamento dos juros, como bem assim para amortização do capital empregado”. O novo mercado poderia auxiliar a Câmara a recompor o orçamento.

Neste discurso, transparece a mudança de percepção das autoridades em relação à utilidade e o significado da Praça do Mercado para a cidade de São Paulo. Nos primeiros anos de sua existência, o propósito do Mercado era centralizar o abastecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade com o objetivo de aproximar o produtor do consumidor. Em seus desdobramentos, visava também aumentar o controle do poder público sobre a organização do comércio de alimentos para coibir a prática de monopólios constituída pelos atravessadores, ao mesmo tempo em que retirava gradualmente este comércio das ruas da cidade, principalmente do triângulo central, pois este local voltava-se então para o usufruto das camadas mais altas da sociedade e o comércio refinado.

Na virada do século, o próprio espaço do Mercado se transformava em um local que deveria refletir a modernidade, se tornar um símbolo do progresso da civilização “paulista”. Segundo Henrique Schaumann, era dispensável elencar os motivos que justificavam este empreendimento, pois aqueles que conhecessem o “antigo mercado” sabiam da necessidade de se reformar aquele estabelecimento repleto de inúmeras barracas cobertas com folhas de zinco. O vereador e também farmacêutico esboçava um plano de reformas que visava “dotar” a capital de uma Praça de Mercado que reunisse “em si a utilidade, a comodidade e a higiene, elevando um edifício que seja um ornamento da capital e um monumento arquitetônico da atividade dos seus habitantes”.²⁰⁹

O projeto obteve o apoio do Presidente da Câmara Pedro Vicente de Azevedo e foi aprovado em plenário pelos demais vereadores. Todavia, esta discussão não se encerrou aí

²⁰⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1893, p. 497.

²⁰⁹ *Idem*. *Atas*, 1894, p. 47-48.

e o empréstimo se tornou uma querela com o governo estadual, postergando a execução do plano.

Em 1894, um novo espaço para os tropeiros e caipiras armazenarem e negociarem os gêneros de primeira necessidade foi finalmente construído e denominado de Mercado dos Caipiras. Em 09 de janeiro, o administrador do mercado grande Souza Lima publicou anúncio no *Correio* divulgando a data prevista para inauguração, no dia 11 daquele mês, de um “pequeno mercado na rua 25 de março, em frente ao mercado velho e anexo ao mesmo (...) para nele estacionarem os gêneros importados pelos tropeiros”.²¹⁰

A progressiva ocupação da seção de tropeiros na Praça do Mercado pelos comerciantes de frutas, aves, quitandas, hortaliças e secos e molhados, afetou a centralidade exercida pelos caipiras e tropeiros, prevista na concepção do mercado, para o abastecimento de gêneros de primeira necessidade. O aumento no número de comerciantes relacionado à utilização intensiva do espaço do mercado, bem como a transformação desse estabelecimento em um local que deveria refletir a modernidade e o progresso da capital de São Paulo, implicava na perda do protagonismo dos produtores na organização do comércio de abastecimento. O novo espaço para o comércio dos caipiras e tropeiros deixava de ser a praça do mercado para ser transferido para o lado exterior da praça, deslocando-o para as fronteiras do mercado com a várzea do Carmo, no local da antiga Ilha dos Amores. Em 1895, contíguo ao mercado dos caipiras, o barracão para o comércio de peixes foi finalizado e assim outro mercado surgiu na Praça, o mercado de peixes.²¹¹

Nestes dois anos, 1894-95, a discussão sobre a necessidade da Câmara de construir um novo pavilhão para a Praça do Mercado foi colocada em pauta diversas vezes. A polêmica residia em duas posições contrárias sobre a forma de expansão dos Mercados na capital. Por um lado, havia vereadores que defendiam a construção de vários pequenos mercados em diversos pontos da cidade. Por outro, estavam os defensores da ideia de ampliar a Praça do Mercado da Rua 25 de Março, transformando-a em um grande mercado que espelhasse a própria “grandiosidade” e “embelezamento” da capital.

Em 1895, a Câmara aprovou a lei nº 131 que autorizava a despesa de vinte contos de réis para o “melhoramento” da Praça do Mercado. Esta reforma visava melhorar as

²¹⁰ CORREIO PAULISTANO. 09/01/1894, nº 11159, p. 3.

²¹¹ Ernani Bruno reproduz uma gravura da Várzea do Carmo e da Praça do Mercado, em 1898, na qual é possível distinguir a entrada e os muros que cercavam o Mercado dos Caipiras entre a Várzea e o Pavilhão do Mercado. Ver: BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*. Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros, 1954, p. 1067. Antônio Egydio Martins afirma que o mercado de peixe se situava na antiga Ilha dos Amores. Ver: MARTINS, *Ibidem*, p. 96-97.

condições sanitárias do Mercado, conforme solicitado pelo Serviço Sanitário Estadual. De acordo com o parágrafo único da lei:

os melhoramentos indispensáveis e de maior urgência no mercado da rua 25 de março (eram) o calçamento (...) da área interna e externa ocupada por barraquinhas, o aumento da parte murada destinada a abrigo dos tropeiros, escoamento das águas pluviais e mais obras de comodidade, asseio e higiene.²¹²

A despeito da resistência dos vereadores em construir um novo pavilhão para o Mercado da Rua 25 de Março, o Mercado Grande era uma realidade nesta época. O crescimento no volume comercial na Praça do Mercado justificava estes investimentos que depois seriam convertidos em renda para a municipalidade pelo aluguel dos compartimentos e espaços disponíveis, ampliados com estas reformas.

As reformas necessárias como a proposta de calçamento e cobertura da área externa da Praça do Mercado e a construção de um novo espaço para abrigar os caipiras e tropeiros, medidas desde o fim do regime imperial discutidas na Câmara, foram encaminhadas mediante intervenção do serviço sanitário estadual.

Em janeiro de 1895, o Intendente Municipal, Cesário Ramalho, solicitou autorização à Câmara para realizar o calçamento da Praça do Mercado na área das barraquinhas de frutas e verduras. O Intendente recordou os colegas sobre a intenção da municipalidade em realizar a referida obra em 1894, o que não fora possível, sendo que desta vez recolocava-a em pauta devido à pressão do Serviço Sanitário Estadual.²¹³

De todo o modo, o novo edifício da Praça do Mercado só se tornaria realidade em 1903, na gestão da Prefeitura de Antônio Prado,²¹⁴ mesmo que as razões para alterarem a denominação de Praça do Mercado para Mercado Grande já estivessem esboçadas desde a década anterior. Na virada do século, a municipalidade equacionou um problema crônico relativo à falta de recursos financeiros. O desenvolvimento econômico e urbano da capital elevou o orçamento do município de 2.700 contos de réis para 6.362 entre 1899 e 1910.²¹⁵ A obra do mercado se inseriu no bojo de reformas urbanas que visavam embelezar

²¹² CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Lei n° 131*, 23 de janeiro de 1895.

²¹³ *Idem. Atas*, 1895, p. 3.

²¹⁴ Cafeicultor e industrial paulista, liderança política do partido conservador, presidente da Câmara da capital entre 1877 e 1881, Antônio Prado foi o articulador da política de imigração em massa e ocupou os principais cargos políticos do Império, entre eles o de senador, ministro da agricultura e dos estrangeiros. Após a mudança do regime, retornou à política como Prefeito da Capital, em 1899, exercendo o poder executivo municipal até o ano de 1910. Ver: RIBEIRO, Antônio Sérgio. *Verbetes CPDOC*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRADO,%20Ant%C3%B4nio.pdf>>.

²¹⁵ RIBEIRO, *Ibidem*, p. 107.

principalmente os espaços centrais da cidade, o que lhe rendeu críticas por abandonar a infraestrutura nos bairros operários.²¹⁶

Em agosto de 1903, a Prefeitura abriu concorrência para a construção de um novo mercado na Rua 25 de Março mediante contrato público no valor de 191:615\$780 réis.²¹⁷ Em março de 1904, a Comissão de Justiça na Câmara informou que as obras de reconstrução do mercado estavam em andamento.²¹⁸ Em 1905, por solicitação de Antônio Prado, a Câmara autorizou o investimento de mais 64:397\$128 réis em obras complementares no mercado da Rua 25 de Março.²¹⁹

No decorrer de 1905, o novo edifício do mercado foi inaugurado. A principal distinção em relação ao “mercado velho” era a cobertura de telhas de alvenaria que passou a proteger todo o espaço da praça. A cobertura do mercado foi objeto de indicações na Câmara desde o início da república como uma demanda em prol da higiene e salubridade do mercado. Transformando-o assim, na visão das elites cafeicultoras, em espaço digno da modernidade e grandiosidade vividas na capital de São Paulo na virada do século. O mercado dos caipiras e os vendedores de peixe, no entanto, continuaram expostos ao ar livre, abrigados parcialmente pelo velho telheiro de zinco.

Em junho de 1905, o jornal fundado pela família Prado, *O Comércio de S. Paulo*, sob o título de “Great Attraction!”, realizou laudatória e colorida descrição do Mercado Grande da Rua 25 de Março. Após a reconstrução, a Praça foi inteiramente cimentada e três novos galpões foram construídos, com colunas e armação de ferro, e cobertos por telhas francesas. Cada um possuía duzentos metros de comprimento por dez de largura, revestidos com madeira peroba, paralelamente separados por um intervalo de três a quatro metros:

Conhece a leitora, ou o leitor, “o mercado de S. Paulo”? Referimo-nos ao Mercado da rua 25 de março, também conhecido por “Mercado Grande” ou por “Mercado Velho”, apesar de não ser muito justificado este apelido. É possível que não o conheça (...) Há ali muito que ver, muito que apreciar e também algo que admirar, especialmente uma extrema variedade de espécimes humanos, desde o preto velho e o hirsuto caipira, até a mais elegante dama e a mais distinta do *high-life* paulistano, ou um ou outro congressista e o vulto elevado de um popularíssimo e honrado chefe político (...) No centro da praça, em plano superior, fica um pavilhão octogonal com paredes envidraçadas, destinado à administração, e do qual se divisa a praça toda inteira e se pode exercer sobre ela completa fiscalização (...) A metade de um dos galpões, a que fica além do pavilhão central, está desprovida de compartimentos. É uma vasto quadrilátero de 100 metros sobre dez, todo cimentado e com pavimento superior ao do chão apenas uns 30 centímetros. É este o lugar destinado aos roceiros (...) Aí se encontram todos os cereais do nosso fertilíssimo solo, a saber: feijão,

²¹⁶ RIBEIRO, *Ibidem*, p. 106.

²¹⁷ O ESTADO DE S. PAULO. 02/09/1903, nº 9042, p. 2.

²¹⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1904, p. 85.

²¹⁹ *Idem. Atas*, 1905, p. 41.

arroz, milho, fubá, cangica, farinhas de milho e de mandioca, trigo, batatas, em grande quantidade e de diversas qualidades, cará, mandioca, mangaritos, frutas do país, cebolas, alhos, favas, ervilhas em grão e em vagens, legumes nacionais; e também aves, galináceos, ovos, leitões, cabritos etc. etc. Os municípios que mais contribuem para o abastecimento do nosso mercado, além dos subúrbios da capital, são os de Santo Amaro, Itapecerica, Unaí, Cotia, Juquery, Santa Isabel, Nazareth e Conceição de Guarulhos. É curiosa e profusa a variedade de tipos que nos oferece o ‘mercado dos caipiras’. Ali se acotovelam característicos exemplares de raças diferentes procedentes de quatro partes do mundo. Em primeiro lugar, o caipira. Em geral, é feio, pouco asseado, barba inculta. Nada expansivo. Não oferece o gêneros nem dele faz reclame. Não tem agrado para ofreguês, nem mesmo pressa em servi-lo. Não divide a atenção: quando está aplicado a negociar com um, nem dá ouvido a outro que o interpele. Anda descalço, pouco vestido, mas tem sobre os ombros a indefectível pala de cor duvidosa, pela diuturnidade do uso. É geralmente desconfiado, mas homem de bem. O italiano, que tem avassalado todos os ramos de negócios e da indústria, está já fazendo concorrência ao caipira na quitanda de gêneros do país. Em geral nesta seção vendem eles – batatas, frangos, ovos e repolhos. Os pretos, geralmente acompanhados de suas metades, também pretas, vendem feijão verde, abóbora, cangica, canas, hortaliças e, sobretudo, raízes, folhas e frutas secas, cascas de árvores, mel e azeite e outras substâncias terapêuticas para as mesinhas; e também, cascas de tatu.²²⁰

O Comércio continuava a exposição sobre o Mercado Grande como uma “grande atração” para os moradores e visitantes da cidade de São Paulo na virada do século. A descrição dos tipos do mercado continuou, mas sem os recursos literários empregados na descrição do Mercado dos Caipiras. As bancas de peixe, as quitandas da Cantareira, as vendas de miúdos, a venda de cereais por portuguesas, “umas mulheraças da praça da Figueira, ou do anjo” destacando a solicitude destas vendedoras. Os negociantes italianos e portugueses de queijo, os armarinhos de mulheres sírias. Pela descrição do artigo, é possível depreender que as mulheres eram em número significativo no Mercado Grande tanto como comerciantes quanto consumidoras.

O antigo pavilhão caracterizado por suas longas arcadas “construídas há quarenta anos, e que [davam] frente a rua 25 de março” estava ocupado pelos marchantes e açougueiros e, também, por comerciantes de secos e molhados. Nessa época, projetava-se sua demolição para o ano de 1907, como informado por Ernani Bruno.²²¹

A organização do comércio no Mercado Grande afastou os caipiras do centro da praça para suas adjacências. Pela caracterização do jornal, a despeito da percepção de incompatibilidade desse segmento social do comércio de abastecimento, no que se refere aos elementos caracterizadores do “progresso paulista”, o mercado dos caipiras figura no artigo como o principal elemento da narrativa para instigar a curiosidade do leitor em visitar o estabelecimento.

²²⁰ O COMÉRCIO DE S. PAULO. 25/06/1905, nº 04368, p. 1.

²²¹ BRUNO, *Ibidem*, vol. 3, p. 1144.

A expansão dos Mercados no regime republicano

Para além das tentativas de ampliar a Praça do Mercado, é possível discernir nas atuações do Conselho de Intendência e da Câmara Municipal a intenção de expandir o número de mercados na capital em vista do crescimento demográfico e urbano da cidade. Um exemplo elucidativo foi a rapidez com que foi efetivada a construção de um mercado no Largo do Riachuelo.

Entre os intendentes do Conselho, figurava o engenheiro Fernando Prestes de Albuquerque.²²² Esta autoridade visava obter uma autorização para a construção de uma nova linha de bondes que partiria do Mercado de Verduras da Rua São João pela Rua do Seminário, atravessaria o Rio Anhangabaú pela Ponte do Piques, atingiria o Largo do Riachuelo com destino à Rua de Santo Amaro, por onde subiria o Morro do Caguassu até atingir a Avenida Paulista.

No bojo deste projeto, Fernando de Albuquerque expressava a opinião de que o Largo do Riachuelo era um local de trânsito intenso na cidade. Ali se realizava uma antiga feira de madeiras que, segundo o intendente, deveria ser transferida pra a Rua de Santo Amaro, com o propósito de “desobstruir” o local para a passagem do bonde. Em contrapartida, propôs a construção pela municipalidade de um novo mercado no Largo do Riachuelo. A proposta acompanhava uma planta para a construção de um “pequeno mercado econômico” que se justificava pela “absoluta necessidade” em vista da afluência de pessoas naquele local, ponto irradiador para os bairros em desenvolvimento do Bexiga, Glória, Liberdade. Segundo ele, esta comodidade era reclamada pelos moradores daquela região da cidade.²²³

A Comissão de Justiça, no entanto, embargou esta proposta. Para seus membros, as formalidades legais da concorrência pública não haviam sido cumpridas. Ademais, antes de tomar qualquer decisão que onerasse os cofres municipais, a Comissão reforçava a ideia de

²²² Em 1891, Fernando Prestes de Albuquerque iniciava na Câmara de São Paulo sua bem sucedida trajetória política. Em 1892, seria eleito deputado estadual, no ano seguinte, fora incumbido do abastecimento das tropas paulistas que lutavam na revolta federalista no Paraná. Em reconhecimento aos esforços prestados, recebeu o título de coronel da Guarda Nacional. Deputado federal até 1898, assumiu o governo do Estado de 1898 a 1900. Entre 1912 e 1924, ocupou assento no Senado Estadual de São Paulo. Pai de Júlio Prestes de Albuquerque, o último presidente eleito na república velha, impedido de tomar posse pela Revolução de 1930. ALVES, *Ibidem*, p.126-127.

²²³ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1891, p. 43 e 116.

que era preferível esperar o resultado da Reforma Municipal e a eleição de uma nova intendência pelo sufrágio popular.²²⁴

Independente do parecer da comissão, as obras foram realizadas pelo Conselho de Intendência. Em 31 de dezembro de 1891, o empreiteiro Pedro Gullo solicitou o pagamento da quantia de 19:950\$000 réis relativa à construção do Mercado do Riachuelo, pois este havia sido finalizado.²²⁵

Simultaneamente, chegava à Câmara uma má notícia vinda do Congresso Estadual de São Paulo, o qual encerrava seus trabalhos. A Reforma Municipal traduziu-se na promulgação da Lei nº16, em 13 de Novembro de 1891, a qual instituiu a nova organização política e administrativa dos municípios do Estado de São Paulo para que se iniciasse o processo eleitoral republicano.

A nova organização político-administrativa do município trouxe uma mudança fundamental para o abastecimento de gêneros alimentícios em relação à política de expansão dos mercados na cidade de São Paulo. O Congresso Legislativo extinguiu dois tributos diretamente relacionados ao funcionamento dos mercados. A partir de então, as municipalidades não poderiam mais cobrar o direito de entrada de alimentos na cidade e também não poderiam mais recolher tributos sobre os gêneros de primeira necessidade produzidos no município para o consumo de seus habitantes.²²⁶

Ao lado dos aluguéis dos quartos e espaços nos Mercados da capital, os direitos da Câmara sobre a entrada de gêneros alimentícios na cidade, fosse por meio dos tropeiros ou das estradas de ferro, assim como o imposto sobre os gêneros de primeira necessidade produzidos no município eram importantes fontes de renda da Municipalidade relativas ao comércio de gêneros alimentícios. Além disso, a política de abastecimento materializada na construção de mercados possuía como fator determinante a possibilidade de aumentar as rendas da municipalidade.

Esta nova organização do Fisco teve como principal impacto na gestão dos Mercados da capital uma mudança de perspectiva do poder municipal. A redução dos impostos sobre os gêneros alimentícios impactava a relação custo-benefício da Câmara na construção de novos estabelecimentos. As vultosas somas exigidas para sua construção não seriam compensadas, ou demorariam mais tempo para o serem, uma vez que a municipalidade teria apenas o valor dos aluguéis como contrapartida financeira. Por outro lado, esta nova

²²⁴ *Idem, Ibidem*, p. 134.

²²⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1891, p. 235.

²²⁶ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Lei nº 16 de 13/11/1891*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1891/lei-16-13.11.1891.html>>.

configuração estimulava a utilização intensiva dos espaços dos atuais mercados da Rua 25 de março e da Rua São João como única forma de aumentar seu rendimento.

O Mercado Riachuelo não completou um ano de funcionamento, após sua inauguração em 1891. Com a reorganização da Câmara Municipal, o Intendente de Higiene e Saúde Pública, Dr. Bráulio Gomes, recomendava à Câmara o arrendamento do Mercado do Riachuelo por meio de concorrência pública, como um meio de recuperar os investimentos realizados naquele empreendimento. Solicitava também autorização para redigir um Regulamento para aquele mercado “de modo a conseguir fazer com que [este preenchesse] os fins que então a Intendência teve em vista, isto é, ser útil ao povo, sem advir prejuízos à municipalidade”.²²⁷

No que se refere à administração dos Mercados, especificamente do Riachuelo, o Intendente de Finanças se pronunciou contrariamente ao projeto de arrendamento apresentado pelo Intendente de Higiene. Segundo Álvaro Carvalho, devido à reorganização do serviço administrativo do poder municipal, as estações de arrecadação do Tesouro nos Mercados estavam ainda em processo de constituição.²²⁸

Quando a proposta do arrendamento chegou ao plenário da Casa, o vereador, antigo correligionário do partido conservador, Francisco Pennaforte Mendes de Almeida, se posicionou contra o projeto por entender que este extrapolava as prerrogativas da municipalidade. Diante da oposição, o Intendente retirou o projeto da pauta de votações.²²⁹

De todo o modo, por ocasião do estabelecimento da tabela de pagamentos dos funcionários municipais pelo Tesouro da Câmara, o Mercado do Riachuelo foi considerado “suprimido”.²³⁰

Em novembro de 1892, em discussão sobre as rendas da municipalidade que compunham o Tesouro, no que concerne aos mercados, foram considerados existentes apenas dois: o da Rua 25 de Março e da São João. Na discussão do orçamento para o ano de 1893, o mercado Riachuelo foi considerado extinto.²³¹

No ano seguinte, o vereador Pennaforte foi alçado à posição de Intendente de Finanças. Em discussão na Câmara sobre o Tesouro Municipal, o Intendente esclareceu o que motivou a desativação do Mercado do Riachuelo:

²²⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1892, p. 17.

²²⁸ *Idem, Ibidem*, p. 48.

²²⁹ *Idem, Ibidem*, p. 96.

²³⁰ *Idem, Ibidem*, p. 164.

²³¹ *Idem, Ibidem*, p. 184.

a Câmara (...) teve necessidade de acabar com o mercado do largo Riachuelo, por onerar os cofres municipais, sem proveito algum para a população, que toda em regra afluí aos mercados o da rua de S. João e o da rua 25 de março (...) ocorre mais que não existindo impostos de entrada, não vale a pena a Câmara estabelecer mercados para cobrar somente locações salvo indiscutível necessidade pública, que no presente caso não está reconhecida.²³²

Neste período, o fim do imposto municipal sobre entrada de gêneros que impactou a política inicial da Intendência de expandir o número de mercados na cidade, com o exemplo do fracasso do mercado do Largo Riachuelo, foi compensado pela expansão no comércio de gêneros alimentícios nos primeiros anos da República, principalmente em face da explosão demográfica verificada entre os anos de 1890-1895, durante o auge do processo de imigração em massa para São Paulo.

Desse modo, além da expansão da Praça do Mercado, que a converteu em Mercado Grande, surgiram na Câmara diversas propostas para a construção de novos mercados na cidade, a despeito do fracasso do estabelecimento no Largo do Riachuelo. Propostas de administradores públicos que possuíam interesses particulares vinculados à construção de novos mercados, notadamente interesses ligados à expansão das linhas do transporte público urbano.

Assim como Fernando Albuquerque em 1891, o vereador Guilherme Rudge, em 1895, indicou a construção de um mercado no Largo São Paulo (antigo Largo da Glória e atual Praça Almeida Júnior) para atender aos moradores dos bairros da Glória, Liberdade e Cambuci. O proponente justificava a indicação em vista da distância que separava os bairros supracitados tanto do Mercado Grande quanto do Mercado da Rua São João.²³³ Rudge também indicou a construção de outro mercado no Largo da Concórdia para atender aos moradores do bairro do Brás.²³⁴

Desde o fim do Império, o vereador Guilherme Rudge investia no setor de transporte público na cidade, pois arrematara o contrato público para a linha de bondes de São Paulo até a Penha. Segundo Ernani Bruno, após a proclamação da República, adquiriu mais duas linhas.²³⁵ Para além das necessidades de suprimento dos bairros em expansão, os interesses econômicos dos administradores públicos ligados às companhias de transporte urbano influenciavam na decisão de construir novos mercados, principalmente no que se

²³² CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1893, p. 64.

²³³ *Idem. Atas*, 1895, p. 60 e 80.

²³⁴ *Idem, Ibidem*, p. 100.

²³⁵ BRUNO, *Ibidem*, p. 1075.

refere à localização dos novos mercados. Evidenciando uma ligação entre a dinâmica do setor de transportes com aquela do abastecimento de gêneros alimentícios.

Na década de 1890, a municipalidade construiu mais dois mercados além do Riachuelo, no Largo São Paulo e no Largo da Concórdia, situados respectivamente nos bairros da Liberdade e do Brás. Apesar da potencialidade para o consumo de gêneros básicos nesses bairros populares, ambos os mercados tiveram curta existência em face da baixa afluência de consumidores em comparação aos custos de manutenção gerados ao poder municipal.

Segundo as autoridades municipais, o Mercado Grande exercia uma centralidade para o comércio de abastecimento, por se constituir no único mercado no qual os consumidores poderiam negociar alimentos diretamente aos produtores, o que afetava o movimento comercial nos outros mercados. É possível também que a presença dos armazéns de secos e molhados no comércio de abastecimento dos bairros populares, como concorrentes aos novos mercados, também se configurasse em impedimento ao sucesso dos novos mercados. De todo o modo, a municipalidade continuou promovendo construções de mercados nos bairros populares em expansão, alcançando resultados semelhantes.

O mercado do Largo São Paulo, como será analisado a seguir, após alguns anos de funcionamento, seria transformado no Tendal de carne, em 1898. O mercado do Largo da Concórdia, inaugurado em 1897, foi considerado por Alfredo Moreira Pinto como o “mais elegante da cidade”, em 1900. Segundo sua descrição, esse local de abastecimento no Brás possuía um edifício “quadrangular, tendo no centro um pátio com um chafariz e aos lados diferentes casas de negócio. [Era] todo rodeado por duas galerias anteriores, com o madeiramento em forma de xadrez. [Tinha] quatro portas de entrada e quarenta e oito janelas”.²³⁶

Embora atendesse o bairro mais populoso da cidade, foi considerado pelo viajante como o menos concorrido entre os mercados da capital. Segundo o vereador Carlos Garcia, representante dos interesses da população do Brás, em 1905, a Câmara deveria encerrar as atividades naquele estabelecimento, pois

Ao princípio, parecia que esse mercado seria uma fonte de renda para a municipalidade; no entanto, tem sido o contrário: há um decréscimo constante na arrecadação das rendas. Fui visitar esse estabelecimento e notei que é preciso fazer certas reformas nesse edifício, mas fazer concertos será empregar inutilmente toda a despesa que se fizer, por isso que não será melhorada a arrecadação das rendas.²³⁷

²³⁶ PINTO, *Ibidem*, p. 166.

²³⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1905, p.129.

A ausência de uma seção de tropeiros ou caipiras nos mercados dos bairros populares, todavia, deve ter sido o principal motivo para a falta de movimento comercial nesses estabelecimentos. Como exemplo, destacamos a criação do Mercado dos Pinheiros, em 1910, que se voltava exclusivamente ao comércio de caipiras e tropeiros, que chegavam à cidade, vindos das regiões de Cotia e Jundiaí, e que, logo nos primeiros anos de funcionamento, precisou ser ampliado para abrigar o movimento de tropas que para ele afluíam.²³⁸

O Matadouro da capital: das Posturas à Polícia Sanitária

Nos meses que antecederam a transferência do Matadouro do bairro do Bexiga para a Vila Mariana foi instituído o Código de Posturas Municipais em São Paulo, no mês de Outubro de 1886. Este conjunto de leis visava incutir novas formas de viver e de se comportar aos habitantes da cidade, e coibir práticas e hábitos da população considerados pelas autoridades como incompatíveis com o padrão de civilidade de uma cidade que se transformava rapidamente em metrópole.

Em linhas gerais, o Código de 1886 traduzia no âmbito normativo duas questões prementes às elites da cidade: a apropriação e uso do espaço urbano e a higiene e salubridade deste mesmo espaço. Neste contexto, as Posturas codificadas reuniam em capítulo específico as regras para o abastecimento de carnes verdes na cidade. O décimo segundo “Título” deste documento se intitula “Do Matadouro Público, Seu Asseio e Economia, Açougues Públicos e Condução de Carnes Verdes”.²³⁹

Este capítulo do Código elenca em seu título as etapas do processo de abastecimento de carnes verdes na cidade. Nele, é reforçada a centralidade do Matadouro Público para o abate de rezes que forneciam a carne consumida na cidade. O primeiro artigo deste capítulo, art. 133 do Código, proibia “fora do Matadouro público matar e esquartejar rezes, porcos, cabras e carneiros”. Com esta regra, as autoridades visavam extinguir o abate clandestino em locais particulares, sem a fiscalização sanitária vigente no Matadouro. Esta questão se tornaria particularmente sensível para a produção e comércio de carne de porco,

²³⁸ Logo após sua inauguração, o mercado de Pinheiros passou por nova ampliação de espaço, considerado insuficiente para contemplar o movimento comercial verificado (PINTO, 1910, p. 29).

²³⁹ CÓDIGO DE POSTURAS MUNICIPAIS, *op. cit.*, p. 29, versão digital.

pois este segmento era o mais refratário ao controle dos Fiscais da Câmara, como visto no primeiro capítulo.

As Posturas Municipais proibiam o abate das rezes consideradas “doentes” e vedavam o corte para consumo de animais encontrados mortos. O Código determinava que fossem realizadas três inspeções durante o processo produtivo no Matadouro. Estas deveriam ser realizadas pelo Médico da Câmara, enquanto a municipalidade não disponibilizasse um profissional Veterinário.²⁴⁰

Os marchantes de gado da capital deveriam ingressar as rezes no curral do Matadouro com um dia de antecedência. Neste momento de entrada, o Veterinário examinava os animais com o objetivo de verificar suas condições de sanidade para o posterior consumo. As Posturas estabeleciam um intervalo mínimo de seis horas do primeiro exame até o abate. A autoridade médica realizava novo exame no animal no momento imediatamente anterior ao corte. Um terceiro exame deveria ser feito nas carnes antes delas saírem do Matadouro e distribuídas nos açougues e pelos vendedores ambulantes.

O médico possuía autonomia para recusar o corte de um animal ou rejeitar a carne, nos casos em que julgasse a configuração de risco à saúde pública. O veterinário deveria proceder ao enterramento das carnes rejeitadas. O marchante poderia recorrer da decisão da autoridade médica ao “provedor de saúde”. Assim como na Praça do Mercado, cabia aos Fiscais da Câmara comparecer diariamente ao Matadouro e auxiliar o médico nesta tarefa de controle sanitário dos serviços deste estabelecimento. Os Fiscais também possuíam autoridade para rejeitar rezes ou carnes por impróprias ao consumo, em ocasiões em que substituíssem o veterinário. Nestes casos, o recurso seria feito primeiro à autoridade médica, para em seguida ser julgado pelo provedor de saúde.

As Posturas instituíam que as carcaças das rezes necessitavam ser removidas no mesmo dia em que ocorresse o abate, para evitar que ficassem “amontoadas (...) de um dia para o outro”. O Código determinava os horários para que as carnes fossem transportadas do Matadouro para a cidade. Durante o inverno, marchantes, carroceiros e tripeiros poderiam iniciar o transporte a partir das quatorze horas; no verão, somente após as dezesseis horas. Sobre o transporte, o artigo 141º determinava que as carnes verdes fossem conduzidas em “carros cobertos e fechados com venezianas por todas as suas faces laterais, afim de se tornarem bem arejados, sendo a construção dos mesmos feita de modo a impedir no seu trajeto a introdução de água, lama, etc”.

²⁴⁰ O que estava entre os principais objetivos para o remodelamento do serviço com a inauguração do novo Matadouro.

Durante o trajeto do Matadouro ao centro da cidade, os marchantes e carroceiros deveriam se valer de ganchos presos ao teto ou nas laterais do carro para manter os “quartos de carne” suspensos, evitando-se assim o “choque recíproco” e o contato com as superfícies do veículo. A utilização destes carros de tração animal para o transporte das carnes verdes requeria lavagem diária. E seus condutores também deveriam se manter no “maior asseio possível”.

Nos açougues, ou talhos, como então eram conhecidos os locais de venda de carnes verdes, as Posturas codificadas também indicavam a necessidade de ganchos de ferro para suspender os quartos de carne. Estes deveriam ser mantidos envoltos em panos “brancos e asseados” para impedir o contato com as paredes. Os açougueiros ou carniceiros necessitavam trocar estes panos diariamente, bem como os aventais que estavam obrigados a utilizar.

Esta peça de indumentária visava encobrir “a parte anterior do corpo, desde o pescoço até os joelhos”. Os serrotes utilizados para retalhar as peças de carne com ossos, bem como as balanças, necessitavam ser de metal inofensivo à saúde dos consumidores. Os balcões com tampo de mármore e o local de corte de carnes deveriam ser mantidos limpos. Proibiam-se pessoas com “moléstias contagiosas” de trabalhar na venda de carne ou de qualquer outro comestível.

O marchante ou açougueiro poderia abrir um talho para a venda de carnes verdes em qualquer local da cidade, desde que este fosse inspecionado e aprovado pela Câmara. A aprovação do local de açougue, segundo a legislação, se circunscrevia à facilidade do Fiscal da Câmara em se deslocar até o ponto de venda com o propósito de “fiscalizar, não só a limpeza e a salubridade dos talhos e da carne que se vender, como a exatidão dos pesos”.

Estes locais de comércio de carnes frescas deveriam ser mantidos no “maior asseio possível” e para tanto necessitavam de lavagem diária. A exalação de mau cheiro poderia render uma multa ao proprietário. Com o intuito de manter a circulação constante do ar neste espaço, tornava-se necessário a instalação de portas com “bandeiras de grades de ferro”.

Com a criação do Serviço Sanitário Estadual em 1892, o Matadouro da capital foi incluído no rol de estabelecimentos públicos coletivos que estavam sujeitos à fiscalização sanitária sob a responsabilidade dos delegados de higiene, submetidos à orientação da Diretoria de Higiene.

Em 1892, com a primeira eleição republicana para a Câmara e a criação de quatro Intendências, representativas do poder executivo, a administração do Matadouro da capital

ficou sob a competência da Intendência de Higiene e Saúde Pública. O auxílio e a supervisão do trabalho veterinário no diagnóstico de possíveis “moléstias contagiosas” presentes no Matadouro foi transferida para esta repartição do poder municipal. Ademais, o Intendente de Higiene analisava o cumprimento de regras como o repouso necessário do gado antes do corte, a eficiência dos métodos de abate e a conveniência nos horários desta atividade do ponto de vista da saúde pública.

Entre estas novas prerrogativas do Intendente, destacava-se também o estudo de medidas para melhorar o abastecimento de carnes verdes e propor soluções em períodos de “circunstâncias anormais” classificadas pelo legislador como em caso de epidemia e grandes secas.²⁴¹

Em Setembro de 1893, o Serviço Sanitário Estadual foi reorganizado e subordinado à Secretaria de Estado do Interior. No bojo desta mudança institucional, a Diretoria de Higiene foi transformada em Diretoria do Serviço Sanitário, e os delegados de higiene em inspetores sanitários. Por meio da lei nº 240, instituíram-se as repartições do Serviço Sanitário como o Instituto Bacteriológico, o Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas e o Instituto Vacinogênico.

Como visto na primeira seção deste capítulo, as prerrogativas legais de ação do poder público no tocante à higiene e sanidade da alimentação pública e estabelecimentos municipais se mantiveram sob a jurisdição do poder municipal das Intendências.

Do ponto de vista do poder municipal e quanto ao abastecimento de carnes verdes na cidade, a influência normativa da organização do Serviço Sanitário Estadual resultou na promulgação da lei nº 63, que regulamentava a construção e o funcionamento dos açougues na capital. Esta regulamentação contemplava novos requisitos de higiene para o comércio de carnes verdes.²⁴²

A partir de setembro de 1893, os açougues da cidade de São Paulo deveriam cumprir determinadas regras de construção do imóvel, especialmente os cômodos destinados ao negócio. Ademais, a legislação estipulava regras para organizar e padronizar o serviço de corte e venda de carnes. Em comparação ao disposto no Código de Posturas Municipais, a Lei nº 63 legitimou a existência de dois modelos de estabelecimentos para açougues, que estavam diretamente vinculados a sua distribuição pelo perímetro urbano.

²⁴¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1892, p. 36-37.

²⁴² *Idem*. Lei nº 63, de 28 de setembro de 1893. “Regula a construção de açougues”.

O art. 18 da lei dos açougues apontava a extensão do perímetro urbano, na qual, a Câmara obrigou marchantes e açougueiros a adotarem o primeiro modelo de açougue formulado pelas autoridades urbanas:

entre a Ponte Grande, bairro do Bom Retiro, Barra Funda, até o córrego que vem do curtume, Palmeiras, Cemitério, Avenida Paulista, Cambuci, Móoca, até a estrada de ferro, Brás até o Marco da Meia-Légua e todo o bairro do Brás compreendido entre a Avenida da Intendência e Rangel Pestana até a margem do Tietê a encontrar na Ponte Grande.²⁴³

No interior deste perímetro da cidade, os marchantes e açougueiros com talhos de carne assumiam o compromisso de reformar seus estabelecimentos para se adequar às novas regras de construção, e asseio, impostas por esta lei. Para a abertura de um talho de carne, estes comerciantes necessitavam de autorização da Intendência de Higiene e Saúde Pública por meio da expedição de Licença de funcionamento. Esta só era concedida após a avaliação do Engenheiro da Câmara do local onde se pretendia estabelecer o negócio.

Para adequar os açougues às normas inscritas pela Câmara, os estabelecimentos deveriam ter no mínimo duas portas de entrada, voltadas diretamente para a rua ou praça. Em imóveis com uma altura mínima de quatro metros “contados da soleira à grande cornija de coroamento”. Por sua vez, a altura mínima aceitável para as portas foi definida em três metros e vinte centímetros por um metro e vinte centímetros de largura.

Reforçando as Posturas Municipais de 1886, as portas de entrada dos açougues ou talhos foram alvo de medidas de higiene com a prescrição do revestimento com grades de ferro, com a função de renovar constantemente o ar. O compartimento utilizado para depósito, exposição e comércio das carnes exigia uma área mínima de dezesseis metros quadrados. As paredes internas não poderiam ser menores que quatro metros de largura ou altura, e necessitavam de forração com ladrilho vidrado ou mármore até a altura mínima de dois metros e cinquenta centímetros. A partir desta altura, as paredes poderiam ser pintadas com tinta a óleo.

Os açougues ou talhos localizados no interior do perímetro urbano supracitado estavam obrigados a se conectar com o sistema de abastecimento de águas e esgotos da Companhia Cantareira. Com este propósito, o artigo nº5 da Lei nº 63 instituiu que:

os pavimentos serão de cimento, mosaico ou mármore, providos de ralo de ferro, com lugar apropriado para dar fácil escoamento às águas e comunicando o encanamento geral de esgotos por um sifão, e onde ainda não houver esse

²⁴³ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Lei nº 43*, de 28 de setembro de 1893, p. 3.

melhoramento, com fossas suficientemente profundas, mas por intermédio da caixa automática liquefadora, sistema Scoarre ou outro melhor.

Por sua vez, toda a ferragem empregada no comércio de carnes, fosse para pendurar, expor, pesar ou expedir os produtos, deveria ser constituída de aço “perfeitamente limpo e sem pintura”. Com a alternativa de utilização do ferro niquelado. O balcão e as mesas também deveriam ser de ferro, apenas com a forragem de mármore. Esta estrutura de trabalho não poderia “além dos pés e da tampa ter guarnição alguma que [impedisse] a fácil verificação do estado de limpeza do açougue”.

Em relação à limpeza e asseio dos açougues e talhos, a lei de 1893 instituiu novas prerrogativas para a lavagem diária, prevista desde as Posturas Municipais. Pela legislação republicana, estes estabelecimentos necessitavam da instalação de “grandes pias de lavagem com torneiras de recepção e esgoto da água, que deveria ser abundante permitindo ampla e diária lavagem”. Para tanto, os açougues precisavam dispor, além de água encanada, de um reservatório com água de capacidade mínima de duzentos litros. Para os estabelecimentos que ainda não estivessem servidos de água encanada, tornava-se necessário o abastecimento de água de poços ou fontes, reconhecidamente de qualidade, por meio do emprego de bombas hidráulicas para a elevação necessária ao fornecimento em abundância.

O segundo modelo de açougue se destinava à regulamentação destes estabelecimentos instalados em imóveis situados no exterior do perímetro urbano supracitado. Nestes locais, permitia-se que o pavimento fosse assoalhado e as paredes pintadas a óleo. Como o fornecimento de água pela Companhia Cantareira não acompanhava o ritmo de crescimento da capital, os açougueiros dos arrabaldes da cidade estavam dispensados da obrigação de se conectar com a rede de águas e esgotos.

Em todos os açougues e talhos de carnes verdes, exigia-se o emprego de panos brancos para a limpeza de balcões, mesas e utensílios. Estes também necessitavam ser limpos e asseados cotidianamente. Em relação à higiene pessoal de marchantes, açougueiros e funcionários, a lei nº 63 incorporou os artigos do Código de Posturas Municipais de 1886 sobre a utilização de aventais e a proibição às pessoas portadoras de “moléstias contagiosas” de trabalharem neste segmento do comércio de gêneros alimentícios.

A partir da promulgação desta lei, em Setembro de 1893, as solicitações de alvará de licença para açougue apenas seriam concedidas após a satisfação das exigências contidas nesta legislação e atestadas pela Intendência de Obras. As autoridades da Câmara concederam o prazo de três meses para os marchantes e açougueiros realizarem os serviços necessários para adequar seus negócios às determinações exaradas. Estas reformas precisavam ser

iniciadas dentro do prazo de sessenta dias. Após este período de três meses, nenhum açougue poderia funcionar sem cumprir as prescrições instituídas nesta lei. Ademais aqueles que não se adaptassem à lei teriam:

cassada a licença dos açougues (...) apreendendo-se a carne existente que será remetida a qualquer estabelecimento de beneficência, bem como os pesos, medidas e mais utensílios que serão remetidos ao depósito municipal e levados em hasta pública, cujo produto será recolhido ao Depósito Municipal.

Seis meses após a reorganização do Serviço Sanitário Estadual, e da promulgação da lei municipal dos açougues, em dois de março de 1894, o governo estadual instituiu o Código Sanitário do Estado por meio do decreto nº 233. Em seu décimo segundo capítulo, as autoridades sanitárias elaboraram regras específicas para a construção e funcionamento dos açougues em todo o território do Estado de São Paulo.

Devido à abrangência geográfica desta legislação, a maioria das regras instituídas versava sobre temas elaborados pelo Código de Posturas de 1886, o Regulamento do Matadouro de 1887 e a lei dos açougues de 1893.²⁴⁴

Segundo a legislação sanitária de 1894, a qual deveria orientar a fiscalização dos inspetores sanitários, os açougues só poderiam negociar com carnes verdes, proibindo-se o comércio de carnes salgadas ou conservadas nestes estabelecimentos. Os compartimentos dos açougues não poderiam ser utilizados como dormitórios, ainda que temporários, e competia às municipalidades estabelecer o horário de funcionamento da venda de carnes frescas.

Quanto à construção, funcionamento e limpeza dos açougues, o Código Sanitário consignava regras semelhantes àsquelas vigentes na capital do Estado. Desse modo, o pavimento e as paredes necessitavam ser revestidos de material impermeável até a altura de dois metros acima do nível do solo. O nivelamento do chão do açougue deveria incluir “ligeira declividade para facilitar as lavagens e o fácil escoamento dos líquidos”, os quais eram direcionados para o esgoto por meio de encanamentos separados por interceptor hidráulico.

O acesso à água em abundância nestes locais de comércio de carnes verdes estava entre os requisitos do Código Sanitário. Os utensílios deveriam ser mantidos com o maior asseio possível. O mármore era o material escolhido para a composição de mesas e balcões nos açougues “e a sua lavagem, bem como a do chão e paredes, deveria ser feita diariamente, e a jorro largo, logo que terminar a distribuição da carne”. O Código generalizou a regra de instalar portas gradeadas nos açougues e talhos para facilitar a circulação do ar.

²⁴⁴ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Código Sanitário do Estado de São Paulo*. Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=137356> >.

O Código Sanitário de 1894 possuía um capítulo específico para tratar da salubridade e higiene dos Matadouros do Estado de São Paulo. Este conjunto de disposições impunha aos municípios a concentração em um único estabelecimento da produção de carne fresca em cada cidade. Os Matadouros deveriam ser construídos fora do perímetro urbano, distante de seus limites, “na direção oposta àquela em que os povoados [tivessem] mais tendência a se desenvolverem”.

Em vista do funcionamento regular do Matadouro, o Código preconizava que a escolha do local ainda deveria considerar a facilidade para o transporte das boiadas e varas de porcos, bem como a “rápida comunicação com o centro do povoado”. Para a definição do local, considerava-se também o “trajeto dos ventos reinantes”, pois o Matadouro precisava estar fora do mesmo para evitar a transposição dos resíduos pelo ar em direção aos centros urbanos.

Neste sentido, postulava-se que este estabelecimento estaria mais bem situado nas encostas de montanhas, nas localidades em que isso fosse possível, e que estivesse protegido por muros altos ou espessos arvoredos. Indicava-se também que fosse próximo a algum curso d'água que pudesse abastecê-lo com fartura, de preferência em rios que corressem em direção oposta à cidade. Os resíduos líquidos poderiam ser despejados nos rios, desde que fossem “depurados” e o lançamento fosse realizado no centro da correnteza, local “onde as águas têm maior velocidade”.

Para os casos dos rios que não possuíssem uma correnteza suficientemente caudalosa para transportar estes resíduos, as municipalidades deveriam providenciar um local, “um campo previamente preparado”, para recebê-los. O processo de depuração citado no Código para os resíduos incluía a construção de galerias subterrâneas, um sistema de esgotos para facilitar a limpeza dos recintos e a eliminação dos resíduos. A construção deste sistema de esgotos deveria se pautar pelos preceitos estabelecidos na época, todavia observando a especificidade dos despejos do Matadouro que tornavam estes sistemas “facilmente obstrutíveis”.

Assim como prescrito para os açougues, os pavimentos e paredes dos Matadouros municipais necessitavam ser submetidos ao processo de impermeabilização. O chão deveria ser liso com a inclinação necessária para mantê-lo seco. E as paredes, impermeáveis até a altura de dois metros acima do chão.

Após a realização do serviço diário nesta indústria, as oficinas, utensílios e instrumentos necessitavam de lavagem com água em abundância e “a fortes jatos”. O local de depósito dos excrementos das rezes deveria ser “murado e perfeitamente estanque”. Proibia-se

expressamente a entrada de cães no recinto do Matadouro. E previa-se a edificação em madeira para os currais de entrada do gado e sua manutenção observaria o “mais rigoroso asseio”.

Para além de disposições sobre o Matadouro, as autoridades estaduais de saúde pública recomendavam aos municípios a construção de um Tendal, para armazenar as peças de carne saídas das oficinas, no qual fosse realizado o necessário “enxugo” em espaço contíguo ao local de produção. Este processo visava garantir a conservação do produto e aprimorar o controle sanitário no sistema de abastecimento de carnes verdes. Segundo o Código Sanitário, esses locais de “enxugo” deveriam cumprir as regras de higiene e ser “ampla e escrupulosamente ventilados, espaçosos e abastecidos de água limpa e abundante”. Sugeria-se que o Tendal fosse localizado em espaços contíguos aos Matadouros, desde que se evitasse a transposição dos resíduos líquidos da produção para este espaço de depósito e fiscalização sanitária.

Para o caso das vísceras e dos resíduos sólidos, após a extração no local de abate, estes deveriam ser encaminhados rapidamente para as oficinas de preparo. A realização deste transporte dos produtos no interior do Matadouro necessitava do emprego de “vagonetes metálicos”.

O Código Sanitário determinava que a localização das oficinas de preparo fosse idealizada a partir da posição destes locais em relação à oficina de abate, facilitando assim a comunicação entre si. Além da produção de carnes frescas, os Matadouros eram locais de produção de matérias-primas para outras indústrias. Fábricas de velas, banhas, curtumes, calçados, eram exemplos de produção industrial dependente do funcionamento do Matadouro.

Estes estabelecimentos industriais também estavam proibidos de se instalar no interior ou nas proximidades dos centros urbanos. O Código, neste sentido, indicava que as fábricas de fusão de sebo e outras manufaturas ligadas ao abate de rezes se situassem em locais contíguos ao Matadouro e observassem os mesmos preceitos higiênicos a ele aplicados.

A nova legislação sanitária generalizou para todos os estabelecimentos no Estado a obrigatoriedade da presença de um profissional veterinário para supervisionar os animais e os produtos derivados. Como visto no Regulamento do Matadouro da Capital e no Código de Posturas do município, as autoridades da capital reconheciam a necessidade da presença deste profissional neste segmento produtivo, inclusive determinando em quais momentos do processo de produção a fiscalização sanitária ocorreria.

O Código Estadual sancionava a contratação do veterinário, estabelecendo dois momentos de atuação deste profissional: o exame do gado quando este entrasse no Curral e o

exame das carnes e vísceras após o abate, antes de serem enviadas para as oficinas de preparo. As leis sanitárias legitimavam o poder do veterinário para rejeitar os animais. Este procedimento se aplicava no caso da rês não apresentar as condições ideais para fornecer carne de boa qualidade, ou por ser muito magra, ou para os casos em que existia a suspeita ou a constatação da presença de alguma moléstia transmissível, colocando em risco a saúde dos outros animais e dos operários do Matadouro. Nestes casos, o animal doente precisava ser removido do Curral.

O veterinário se encarregava também de examinar as carnes e vísceras. O Código determinava que este procedimento fosse realizado com cautela. Este profissional estava autorizado a rejeitar as carnes contaminadas. Todavia, suscitava-se a questão de que modo diagnosticar uma possível contaminação sem o auxílio de aparelhos técnicos laboratoriais. Nestas condições, criava-se a categoria das carnes suspeitas de contaminação. Diante desta situação, o veterinário poderia recorrer ao Serviço Sanitário, coletando amostras e enviando-as para a realização de “exames micrográficos e elucidação de diagnóstico”. Pela lei nº 240 de 1893,²⁴⁵ este serviço de exames microscópicos em alimentos era prerrogativa do Laboratório de Análises Químicas e Bromatológicas.

Os produtos do Matadouro aprovados pelo exame veterinário eram marcados com um sinal para indicar a passagem pelo controle sanitário. Por sua vez, exigia-se que os produtos rejeitados fossem inutilizados, “se não [prestassem] a misteres industriais, conforme a natureza da indústria ou moléstia”.

Com a promulgação do Código Sanitário em 1894, a fiscalização da qualidade das carnes também seria realizada com o concurso dos inspetores de higiene que se tornavam responsáveis pelos “açougues e ambulâncias, proibindo-se neles a venda das carnes que não [estivessem] em perfeito estado”.

O Serviço Sanitário Municipal e a criação do Tendal de Carnes

Como visto anteriormente, a primeira medida da Câmara da Capital após a reorganização do Serviço Sanitário Estadual em 1893 e a promulgação do Código Sanitário em 1894 foi a instituição de uma polícia sanitária. Esta se configurou como um embrião da

²⁴⁵ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Lei nº 240*, 04 de setembro de 1893. Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado de S. Paulo. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-240-04.09.1893.html>>.

organização do Serviço Sanitário Municipal. A polícia sanitária estava submetida à administração da Intendência de Polícia, Justiça e Higiene.

O Matadouro da Capital possuía um Veterinário contratado pela Câmara Municipal desde a transferência do antigo local na Rua Humaitá para o novo estabelecimento no bairro da Vila Mariana em 1887. O Código de Posturas previa que a fiscalização do abastecimento de carnes verdes também seria realizada pelos Fiscais da Câmara. A formação do Serviço Sanitário Estadual resultou em uma nova instância de fiscalização com os inspetores sanitários. Com a criação da polícia sanitária municipal, surgia outra autoridade dedicada à vigilância da saúde pública no espaço do Matadouro, os guardas-fiscais.

Entre as atribuições destes guardas-fiscais da polícia sanitária, estava a visita periódica ao Matadouro e aos açougues para examinar as condições de higiene nestes locais. Atribuições estas que foram reforçadas em 1896, pela lei municipal nº 237, a qual separou a pasta da Justiça e constituiu a Intendência de Polícia e Higiene.

O principal instrumento executivo da Intendência de Polícia e Higiene foi a criação da Diretoria de Polícia e Higiene. Pela Lei nº 344 de 12 de maio de 1898 é possível depreender a composição de profissionais lotados nesta Diretoria. A partir deste ano, esta instância administrativa foi transformada no Serviço Sanitário Municipal e era composta por quatro médicos e quatro veterinários.²⁴⁶

Estes profissionais poderiam ser nomeados pela Intendência de Polícia e Higiene, dispensando-os da necessidade de concurso público. Um dos médicos era designado especialmente para a supervisão do Matadouro. Esta autoridade tinha a função tanto de inspecionar a produção de carne quanto a “fiscalização do serviço a cargo dos veterinários daquele estabelecimento”.

Com a criação do Serviço Sanitário Municipal, a apreensão de carnes nos mercados e comércio da capital, provenientes do abate clandestino, realizado fora do Matadouro, passava a ser encaminhada para exame pelos médicos e veterinários da Intendência de Polícia e Higiene. Pela lei nº 344, as carnes apreendidas que fossem consideradas adequadas ao consumo teriam como destino os estabelecimentos de caridade da cidade. Em caso contrário, precisavam ser descartadas. As carnes ou vísceras rejeitadas no Matadouro

como imprestáveis para o consumo [seriam] inutilizadas pela cremação ou por qualquer outro processo mais conveniente, fornecendo-se ao dono delas um boletim

²⁴⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Lei nº 344*, de 1898.

assinado pelo médico fiscal, no qual [seriam] especificadas a causa da rejeição e as partes rejeitadas.

Para as carnes rejeitadas no Matadouro que não fossem consideradas impróprias para o consumo, a lei de 1898 não consignava o mesmo destino das apreendidas no comércio. A lei estabelecia que essas carnes rejeitadas no local de produção seriam “passadas por esterilizadores ou câmaras frigoríficas que de futuro [fossem] estabelecidas”.

A lei nº 344, ao mesmo tempo em que preparava as condições administrativas para a constituição do serviço sanitário municipal, autorizou o estabelecimento de um novo posto de controle sanitário e de distribuição de carnes na cidade, o Tendal ou Depósito de Carnes do Largo São Paulo.

Com esta medida, a Câmara pretendia formar neste local um mercado para o comércio entre os marchantes e os açougueiros. Neste local, as carnes novamente passariam pela inspeção dos médicos do serviço sanitário municipal. O transporte do Matadouro para o Tendal seria realizado mediante contrato da Câmara com uma das empresas do transporte público urbano de bondes.

Com o objetivo de subsidiar o pagamento pelo transporte, a Intendência de Polícia e Higiene instaurou novo imposto no Matadouro de dois mil réis para cada bovino, mil réis de cada vitelo ou suíno e quinhentos réis para cada caprino.

O Largo de São Paulo se situava na região da antiga chácara dos Ingleses. Esta chácara, no último quartel do século XIX, deu origem às ruas da Glória, Conselheiro Furtado e Rua Bonita. A denominação deste largo ocorreu em substituição ao nome de Largo da Glória. Foi nesta chácara, na primeira metade do XIX, que se instalou a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia com seu respectivo hospital.²⁴⁷

Em meados do século, com a transferência do hospital da Santa Casa de Misericórdia, o prédio na chácara dos Ingleses foi ocupado por Repúblicas de estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco.²⁴⁸ Nas últimas décadas do regime imperial, passou a abrigar escolas, como o Colégio Ipiranga e o Colégio da Glória.²⁴⁹

Na última década do século XIX, o vereador João Bueno propôs a construção de um Mercado no Largo São Paulo. Segundo a proposta, a Câmara poderia construir um Mercado naquele local ou “qualquer outra obra de aproveitamento e ajardinamento do mesmo

²⁴⁷ MARTINS, *Ibidem*, p. 121.

²⁴⁸ FREITAS, *Ibidem*, p. 22.

²⁴⁹ MARTINS, *op.cit.*, p. 309.

lugar”.²⁵⁰ Dez dias após esta indicação, o vereador Guilherme Rudge apresentou um requerimento para a Intendência de Obras solicitando a confecção de orçamento para a construção de um Mercado para o Largo São Paulo.

Guilherme Rudge justificava este requerimento alegando que era “difícil aos moradores da Glória e adjacências proverem-se de mantimentos pela grande distância em que se [achava] o mercado da rua 25 de março”.²⁵¹

O requerimento foi enviado para a Comissão de Obras e de Finanças. Estas se pronunciaram favoravelmente à proposta, corroborando a necessidade de um Mercado para atender aos habitantes dos bairros da Liberdade, Glória e Cambuci. Os vereadores também justificavam esta proposta salientando que os Mercados se constituíam em uma fonte de renda para a municipalidade. Em 25 de Abril de 1895, a Câmara autorizou à Intendência de Obras construir o Mercado no Largo São Paulo, estabelecendo um limite de gastos na quantia de 95:144\$511 (noventa e cinco contos cento e quarenta e quatro mil quinhentos e onze réis).²⁵²

A construção do Mercado exigiu maiores somas de dinheiro que o previsto. Com a posse da nova Câmara no ano de 1896, o novo Intendente de Obras Firmiano Pinto contestou o que qualificou de “excesso da verba orçada para a construção daquele mercado”. Ainda que se suspeitasse de irregularidades na liberação de verbas complementares para aquela obra, a nova Câmara decidiu arcar com as despesas e finalizar a obra, o que ocorreu em março de 1896.²⁵³

Em maio daquele ano, a Câmara aprovou a proposta da Comissão de Finanças para a criação da administração do Mercado do Largo São Paulo. Não foi possível encontrar referências nas atas da Câmara ou na imprensa sobre a inauguração deste Mercado. Ernani Bruno registrou apenas que este mercado foi construído no final do século XIX, e consistia em “um grande barracão destinado a princípio para mercado, mas logo em seguida transformado em depósito de carne verde”.²⁵⁴

É possível que o destino deste mercado do Largo São Paulo tenha chegado ao mesmo desfecho do Mercado do Largo Riachuelo. A baixa afluência de consumidores, os custos de manutenção pela municipalidade, o hábito da população de se abastecer na Praça do Mercado da Rua 25 de Março e no Mercado da Rua São João, todas estas condições

²⁵⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1895, p. 48.

²⁵¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Ibidem*, p. 60.

²⁵² *Idem*, *Ibidem*, p. 80.

²⁵³ *Idem*, 1896, p. 214-215.

²⁵⁴ BRUNO, *Ibidem*, vol. III, p. 1144.

concorreram para rapidamente torná-los obsoletos. O barracão do Largo do Riachuelo foi demolido em 1897 poucos anos após sua inauguração.

O Mercado do Largo São Paulo funcionou por quase dois anos. Em março de 1898, durante as discussões sobre a formação do Serviço Sanitário Municipal, o Intendente de Polícia e Higiene, João Bueno, indicou o aproveitamento deste mercado para o estabelecimento de um Tendal de Carnes, no qual se realizaria o último exame nas carnes trazidas do Matadouro e também “a venda e distribuição para os açougues”.²⁵⁵

O Tendal de carnes aproveitaria não apenas o edifício do mercado, como também os funcionários municipais lotados em sua administração: o administrador, o porteiro e o servente. Segundo esta nova disposição sobre o abastecimento de carnes verdes, estas seriam transportadas pela Companhia Carris de Ferro de São Paulo a Santo Amaro, desde o Matadouro da Vila Mariana até a Estação de São Joaquim. Deste local até o Tendal, a Câmara contratou os serviços da Companhia Viação Paulista.²⁵⁶

²⁵⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1898, p. 19-20.

²⁵⁶ CORREIO PAULISTANO, nº 12762, 07/03/1899, p. 2. CORREIO PAULISTANO nº 12845, 08/06/1899, p. 2.

Capítulo 3 - A CONCORRÊNCIA COMERCIAL NA PRAÇA DO MERCADO: POLÍTICA E ABASTECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Vimos, no início do primeiro capítulo, como a construção e a abertura da Praça do Mercado da cidade de São Paulo, em 1867, estiveram intimamente ligadas às disputas e ao debate político veiculado na imprensa da capital, visando instaurar uma nova organização socioeconômica para o abastecimento urbano de gêneros alimentícios. Neste capítulo, propomos a investigação dos conflitos, entre os comerciantes e junto às autoridades, suscitados pela execução do Regulamento do Mercado.

Os conflitos na Praça do Mercado da Rua 25 de Março se estruturaram, no decorrer do período, em torno da prática ilegal de atravessamento de gêneros. Tradicionalmente, os atravessadores se caracterizam por intermediarem o fornecimento de gêneros alimentícios, entre o campo e a cidade. E podem provocar a carestia ou a escassez seja por desviarem carregamentos de gêneros para outras cidades, seja por manipularem este suprimento com o objetivo de aumentarem os lucros.

Em linhas gerais, neste capítulo, investigamos de que modo se constituiu o problema do atravessamento de gêneros com a inauguração da Praça do Mercado e como evoluiu no decorrer do período, em vista do aumento das atividades comerciais. Em torno da questão do atravessamento, encontravam-se dois segmentos comerciais que disputavam o acesso aos gêneros de primeira necessidade vendidos, no Mercado, por caipiras e tropeiros: os locatários dos quartos e os comerciantes com armazéns de secos e molhados na cidade.

Inicia-se a análise com a implementação do primeiro Regulamento do Mercado, que proibiu aos comerciantes o acesso à seção de tropeiros com o objetivo de comprar para revender. Cinco anos depois, em 1872, com o novo Regulamento, os comerciantes de secos e molhados da cidade obtiveram uma vantagem ao conseguirem legalizar seu acesso à seção de tropeiros. Em contrapartida, aos locatários dos quartos manteve-se a proibição.

Focalizamos como esses segmentos comerciais se posicionaram para defender seus interesses, por um lado. E as relações entre os conflitos políticos na Câmara, entre 1876 e 1882, e o tema da Praça do Mercado e do atravessamento de gêneros, por outro. Destacando, a partir dessa análise, como estes segmentos comerciais se alinharam com os grupos políticos da cidade.

Neste período inicial, das duas últimas décadas da Monarquia, os locatários dos quartos estiveram em desvantagem no que se refere a esta concorrência. No entanto, se

valiam de estratégias de negócio para burlar a fiscalização e manter, ilicitamente, relações comerciais com caipiras e tropeiros. E passaram a ser acusados de atravessar gêneros no Mercado.

Com as mudanças institucionais e políticas do regime republicano, os locatários de quartos do Mercado vão deixar de ser acusados de atravessamento na seção de tropeiros para se tornarem os principais vigilantes quanto à presença de atravessadores no Mercado dos Caipiras. A Câmara republicana os autorizou a negociar com cereais e gêneros de primeira necessidade, desde que se mantivessem em local específico do Mercado. Nesta nova configuração, a presença de outros comerciantes no Mercado dos Caipiras suscitou a organização de um movimento associativo desses locatários para defender os seus interesses.

Os comerciantes de secos e molhados vão, gradativamente, deixando o cenário da luta contra os atravessadores na República. A despeito de seu protagonismo e das vantagens obtidas durante o regime imperial, começam a sair de cena após liderarem um amplo movimento, em 1882, para pressionar as autoridades a reprimir o atravessamento no Mercado.

A análise focaliza os processos que levaram a um deslocamento do problema do atravessamento associado à atuação dos locatários do mercado. Nessa nova configuração republicana, a questão do atravessamento deixava de se relacionar apenas com a compra e revenda de gêneros no Mercado para se associar à presença de comerciantes que negociavam gêneros de outras cidades e países no Mercado dos Caipiras.

As mudanças na abordagem do atravessamento refletem mudanças no posicionamento dos locatários do mercado no novo contexto. Iniciando com a promoção da Greve de 1900, o movimento associativo dos locatários do Mercado, emergente em meio a essas disputas, irá se consolidar ao longo do processo, formando, no final do período considerado, em 1907, a União Comercial dos Negociantes de Cereais e Gêneros Alimentícios do Mercado Grande.

A Praça do Mercado como arma eleitoral

Durante as eleições de 1876, as questões referentes ao regulamento e à administração do mercado adquirem centralidade no debate eleitoral. E acabam contrapondo, por um lado, o grupo apoiador do candidato do partido conservador à presidência da Câmara, Antônio Prado e, por outro, os defensores da gestão anterior de Ernesto Mariano da Silva Ramos, do mesmo partido.

Nesse período, as cisões internas no partido conservador nos remetem à implementação da política de investimento em obras públicas pela Assembleia Provincial, com auxílio político e financeiro da Câmara da Capital, durante a gestão de João Teodoro Xavier do partido conservador. Essa política alterou de fato a configuração urbana da cidade, intensificando um processo de modernização e embelezamento que transformaria São Paulo na metrópole cafeeira.

No entanto, gerou uma série de dívidas. No último relatório presidencial, da Província de São Paulo, de João Teodoro Xavier, referente ao período de dezembro de 1872 e maio de 1875, encontramos referências aos críticos dessa política localizados na Assembleia Provincial. Aquela Assembleia, inclusive, teria criado, de acordo com João Teodoro, uma comissão de contas para supervisionar de que modo o orçamento estava sendo empregado.²⁵⁷

No período eleitoral de 1876, o principal tema veiculado na imprensa, no âmbito da polêmica sobre a gestão conservadora que chegava ao fim, referia-se à administração da Praça do Mercado e à execução de seu regulamento.

Antônio Prado, o candidato do partido conservador à Câmara Municipal, era proprietário e redator do *Diário de S. Paulo*. Jornal que se tornou, naquele período, o principal crítico às gestões de Ernesto Mariano Ramos da Silva, na Câmara, e de João Teodoro Xavier, na Presidência da Província. O que traz novas evidências para a cisão interna no partido conservador.

Durante todo o período da campanha eleitoral, foi publicada no *Diário* uma série de artigos sobre a administração do Mercado, na coluna “seção livre”, assinados por pseudônimos diversos. No entanto, a despeito dos inúmeros autores, é possível identificar semelhanças marcantes entre os textos, em termos de composição e de argumento. Preocupações e argumentos reiterados pelo jornal em outros artigos e nos editoriais do período. Destacando-se o seu posicionamento como representante da voz do povo.

Nesse sentido, em novembro de 1876, o *Diário* publicou um artigo nomeado “A Praça do Mercado”, sob o pseudônimo de “Uma Vítima”. O texto começa com a seguinte frase de efeito:

Não há mais regulamento na praça do mercado. Os atravessadores tem ali quartos alugados para guardar os gêneros que são os únicos a comprar. Não se vende mais um ou dois alqueires de farinha, feijão, arroz ou milho: vendem-se só cargueiros ainda assim se o protegido atravessador permitir. O administrador interino é um velho cansado e nada mais pode fazer: não tem nem a energia nem a força física para arcar contra a tal praga que infestou o Mercado (...) qual pessoa é capaz de

²⁵⁷MARTINS, *Idem*, p. 298.

conseguir comprar uma, duas ou quatro galinhas dos caipiras? Há de comprar esse número sim, porém da mão do atravessador, estrangeiro, que compra a porção toda, e vende já com grande lucro (...) *Tantos impostos, tantas despesas e o público a sofrer por causa de uma dúzia de homens sem alma, sem moralidade, que põem e dispõem do Mercado à sua vontade* (grifo meu).²⁵⁸

O mesmo artigo foi reproduzido mais duas vezes naquela semana, nos dias 17 e 18. Na última parte deste excerto, o redator explicita a relação direta entre a crítica à administração do Mercado e a condução da política municipal, esboçando a avaliação do próprio *Diário* acerca da Presidência da Câmara que, então, se encerrava.

As questões levantadas sobre a Praça do Mercado remontam a críticas elaboradas pelos conservadores e comerciantes de secos e molhados, desde a sua fundação. Especialmente no que se refere às vantagens comerciais dos locatários de quartos que, após a promulgação do Regulamento de 1872, se tornaram os principais acusados de atravessamento de gêneros alimentícios na seção de tropeiros.

O jornal insinuava que a desorganização administrativa da Praça favoreceu os negócios dos atravessadores que alugavam quartos para armazenar gêneros comprados no próprio Mercado. Devido à ausência de uma autoridade “enérgica” e com “força física” na administração, os próprios locatários dos quartos se revestiam do poder de “organizar” o abastecimento na seção de tropeiros. Dessa forma, retomava-se a ideia de que os comerciantes do Mercado formavam monopólios ao intermediarem a compra e a venda de gêneros de primeira necessidade entre produtores e consumidores.

A campanha no *Diário* reverberou em outros veículos da imprensa, principalmente no jornal *A Província de S. Paulo*. Após reproduzir a denúncia do *Diário*, o referido jornal publicou uma carta do suposto “atravessador estrangeiro”. Nesse artigo, o autor se defendia das acusações, argumentando que “os gêneros alimentícios vendidos nos quartos [eram] comprados fora do município e [pagavam] os respectivos direitos, bem como as licenças para lá poderem vender-se”.²⁵⁹

Essa afirmação do locatário do quarto demonstra o entendimento de que o Regulamento proibia revender nos quartos gêneros comprados na seção de tropeiros. Todavia, o Regulamento de 1872, em seu artigo 9º, vedava aos locatários comerciar “gêneros alimentícios (...) que costumam ser vendidos pelos importadores (caipiras e tropeiros), embora estes gêneros não tenham sido comprados na praça”.²⁶⁰

²⁵⁸ DIÁRIO DE S. PAULO. 15/11/1876, nº 3280, p. 2.

²⁵⁹ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 16/11/1876, nº 540, p. 2.

²⁶⁰ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Resolução nº 4*, de 07/03/1872. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1872/resolucao-4-07.03.1872.html>>.

A “vítima” do *Diário*, em tom de desagravo, comentou a defesa do *A Província* se posicionando como representante da opinião popular:

Só hoje (...) que me deparei com artigete publicado na Província de 16 do corrente. Só algum *interessado despeitado* poderia qualificar de – asneiras – o quanto avançamos sobre o que se dá na praça do Mercado, e *que tem por testemunha a população toda* (bem entendido: menos os atravessadores, que ali compram e ali revendem) (...) Muitas pessoas do povo, que vão ali comprar alguma quantidade de gêneros, voltam *in albis*, porque os caipiras não querem *picar*, visto que já tem *ajustado* o cargueiro ou cargueiros, os quais permanecem no estabelecimento *pró formula* alguns momentos apenas, quando não vão direitinho para o ponto convencionado... às vezes, uma taverna próxima” (grifo original).²⁶¹

A resposta ao “interessado despeitado” reforçava a denúncia de que os principais atravessadores no Mercado eram os próprios locatários dos quartos. No entanto, indica também que, entre os atravessadores, se encontravam funcionários ou proprietários de armazéns e botequins, localizados nas imediações da Praça, responsáveis pelo atravessamento de cargueiros diretamente para seus negócios, antes mesmo de entrarem no Mercado ou recolherem o imposto de 40 réis.

A “Vítima” denunciava também a participação ativa dos caipiras e tropeiros para a efetivação dessas transações ilícitas. Essa participação se revelava, de acordo com as denúncias, em uma série de estratégias para burlar o Regulamento e a Fiscalização da Câmara, bem como os consumidores que desejavam adquirir gêneros de primeira necessidade em pequenas porções.

Os locatários de quartos e os proprietários de armazéns de secos e molhados na cidade negociavam com os produtores antes mesmo dos carregamentos aportarem no Mercado, pois, muitas vezes, iam “direto para o ponto convencionado”. Uma vez na Praça, para efetivar os negócios entre produtores e comerciantes, havia caipiras que simulavam oferecer os produtos aos consumidores, mas apenas como estratégia para burlar a administração do Mercado. Afinal, se o consumidor demonstrasse interesse em comprar, aqueles se recusavam a “picar” o carregamento e vendê-lo em pequenas porções.

A propósito de expor os problemas na execução do regulamento do Mercado, o jornal publicava acusações graves contra a administração municipal. A série de artigos no *Diário* não poderia passar despercebida na Câmara, pois tornava público o conflito político no seio do partido conservador.

²⁶¹ DIÁRIO DE S. PAULO. 19/11/1876, nº 3286, p. 2.

Note-se, conforme salienta Sérgio Buarque de Holanda que, durante o segundo reinado e no período de transição da monarquia para a república, as disputas políticas estavam intimamente ligadas aos editoriais e posições políticas adotadas pelos veículos da imprensa. Era comum a utilização de uma seção, presente em todos os jornais, sob denominações distintas, como espaço aberto para a participação dos leitores. No *Diário*, a “seção livre” era uma das mais lidas pelo público, cumprindo importante papel na condução destas disputas políticas ao possibilitar o anonimato.²⁶²

Na sessão seguinte, nos últimos dias da legislatura de 1873-76, o conservador Capitão Portilho aconselhou a Câmara que ordenasse aos Fiscais para supervisionarem a execução do Regulamento do Mercado, enviando relatórios à municipalidade sobre a situação da Praça em cada sessão. A proposta do vereador incluía também oficial ao administrador para que este informasse de que modo os quartos de agasalho, destinados a abrigar os caipiras e tropeiros, estavam sendo distribuídos.²⁶³

Após o envio das informações solicitadas, o administrador foi incumbido da tarefa de cumprir o previsto no art. 9 do Regulamento da Praça, tivessem “ou não licença os alugadores dos quartos”.²⁶⁴

A adoção dessa medida autorizava o administrador interino, Caetano José de Moraes, e os Fiscais da Câmara a intervirem na Praça do Mercado para examinar a veracidade das acusações proferidas pelo *Diário*.

No espaço da seção livre, o *Diário* ofereceu suporte à decisão da Câmara. Por meio de novo pseudônimo, mas com a utilização de palavras-chaves que se repetiam, conferindo certa unidade a todos estes textos anônimos, sobretudo a palavra “energia” e seus derivados, a intervenção na Praça do Mercado foi assim avaliada:

nos últimos dias passados, fomos testemunhas das acertadas medidas com que o Fiscal Azevedo providenciou, expulsando daquela praça a malta de atravessadores que ali existia. Honra a esse digno empregado, que com *tanta energia*, ao mesmo tempo atencioso e delicado, pôde fazer respeitar o regulamento daquela praça.²⁶⁵

O texto mencionava o Fiscal e silenciava quanto à atuação do administrador. Esta trégua entre o jornal e a administração conservadora foi passageira e cessou em dez de dezembro daquele ano, após o período eleitoral. Em tom de confronto, comparando o combate

²⁶² HOLANDA, *Ibidem*, p. 18.

²⁶³ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1876, p. 104-105.

²⁶⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 107.

²⁶⁵ DIÁRIO DE S. PAULO. 28/11/1876, nº 3293, p. 2.

aos atravessadores no Mercado com a guerra conflagrada então na Turquia, o “Homem do Capote” assim se exprimiu nesta data:

O espalhafato do general... Fiscal Azevedo, para que serviu? Os atravessadores ali continuam melhor do que dantes, prontos para o que der e vier; declarando em alto e bom som que dali não se retiram, estando resolvidos a pagar quantas multas quiserem, até que chegue o dia da declaração de guerra, precedida da intimação à própria câmara municipal, que, *sem um encouraçado e prestes a largar o poder, não tem mais força contra eles...* que tem força, dinheiro e prestígio, apesar de não serem câmara municipal, fiscal ou polícia.²⁶⁶

No período de transição do poder político na Câmara, particularmente na semana de transmissão dos cargos de vereadores, entre 04 e 10 de Janeiro de 1877, o *Diário* voltou a criticar a administração anterior no tocante à Praça do Mercado. Estas críticas se tornaram o principal exemplo prático que ilustrava a posição política do grupo conservador de Antônio Prado, que assumia então a Presidência da Câmara, externada de forma mais ampla nos editoriais deste jornal. Os textos sobre a Praça do Mercado revelam o intuito de preparar as condições políticas necessárias e a opinião pública para as mudanças que o novo grupo político eleito tinha a intenção de realizar no Mercado e na cidade.

Em 04 de janeiro, sob o pseudônimo de “um chinês”, o *Diário* criticava a presença de dois administradores na direção do Mercado. Crítica que se referia ao suposto gasto excessivo da gestão anterior com a administração pública, especialmente no período do governo de João Teodoro. Novamente, os artigos vinham todos sob o título de “Praça do Mercado”:

continuam os abusos de atravessamento. Só os atravessadores tem o direito de por e dispor naquela praça. É um escândalo. Para que existem ali um administrador e um ajudante, ganhando aquele 1:400\$000 por ano? E não é certo que a Câmara abusivamente paga a dois administradores? Em virtude de que lei se paga o segundo administrador, homem velho e cansado, empregado aposentado já por impestável (...) É nessas coisas que se consomem o suor do povo (...) o Regulamento (...) atualmente é letra morta (...) Para a atual a Câmara não devemos mais pedir providências, pois está a largar o posto, e tirando alguns bons caracteres que fazem parte da municipalidade, e que não podem fazer tudo que desejam, os outros... estão arranjando as contas finais... para deixarem à nova, que encontrará o cofre abarrotado... de dívidas antigas e de contas para pagar. Uma delas é a obra do Largo do Pelourinho (...).²⁶⁷

Neste artigo, percebe-se que os problemas da Praça do Mercado são um pretexto para criticar a administração da Câmara que encerrava seu mandato. Considerando que

²⁶⁶DIÁRIO DE S. PAULO. 10/12/1876, nº 3303, p. 2.

²⁶⁷*Idem*. 04/01/1877, nº 3322, p. 2.

Antônio Prado tinha vencido, naquele pleito eleitoral, para se tornar a nova liderança do partido conservador na Câmara, a publicação de texto de forma anônima, em jornal do qual era proprietário, criava as condições ideais para que o novo Presidente pudesse partilhar a sua verdadeira opinião. Tanto em relação ao grupo político do seu próprio partido que deixava o poder, quanto em relação ao governo por eles executado, sem arcar com os custos sociais e políticos de se associar diretamente com aquela opinião.

Outros indícios de que todos estes textos são provenientes da mesma lavra encontram-se na recorrência da denúncia de que o regulamento não era aplicado; a utilização da oposição entre “energia” e “cansaço”, como metáfora para as diferenças entre as duas administrações, a que se encerrava e a que estava por vir; bem como a identificação com a suposta opinião ou demandas do “povo”

No dia seguinte, 05 de Janeiro, é publicado novo texto intitulado a “Praça do Mercado”, sob o pseudônimo de “outro chinês”. Este visava reforçar e ampliar as críticas feitas por seu homônimo no dia anterior, em relação aos locatários dos quartos e aos caipiras. Completando, assim, o quadro de críticas que os conservadores lançavam desde a fundação do Mercado, inclusive retomando a ideia da “inutilidade” deste espaço público de abastecimento para o “povo”. Este texto concomitantemente depositava sua esperança na nova Câmara, congratulando-a pela eleição:

Os abusos que ali se dão são inúmeros: a Praça do Mercado é uma inutilidade para o povo; mas a *mina* dos monopolistas e atravessadores que ali vão dar o preço dos gêneros aos caipiras, que os preferem a vender picado a qualquer particular. E como não ser assim, se a câmara, burlando os fins da instituição, dá licença para ali se montarem lojas e tavernas? Pois isto não é admitir atravessadores *fixos* na praça, os quais são senhores absolutos de tudo? (...) Vale a pena pagar uma ninharia por um ou dois quartos, como acontece, e ficar com carta branca para atravessar os gêneros e revendê-los, o que é contra o regulamento (...) Graças, porém, que ainda temos confiança na futura câmara, que por certo não pactuará com tal estado de coisas com semelhante imoralidade.

O autor finalizava o texto acusando implicitamente a antiga Câmara de pactuar com “tal estado de coisas”. No dia seguinte, 06 de janeiro de 1877, o *Diário* publicou um editorial que marcava o encerramento da campanha eleitoral com a posse da nova Câmara para o dia seguinte. Nesse editorial, em linhas gerais, o jornal apresentava o programa de governo do grupo conservador que assumia o governo da municipalidade, baseado em uma política de contenção de gastos no orçamento. Nele, é possível discernir palavras comumente utilizadas nos textos anônimos sobre a praça do mercado, principalmente *energia*, palavra

associada como característica do novo presidente da Câmara, Antônio Prado. E também contém citações sobre a aspiração do “povo” por “progresso” e “bem estar”:

Presta amanhã juramento e toma posse a nova câmara municipal eleita para o quadriênio de 1877-1881. Composta em sua totalidade de cidadãos vantajosamente conhecidos por seu amor ao bem público, o povo, ávido de progresso e de bem-estar, deposita em seus novos eleitos a mais fundada confiança. Muito e muito reclama o município em prol de sua prosperidade, muitos e muitos melhoramentos estão aí a espera de pronta realização: enumerá-los seria impossível; eles vivem na consciência pública (...) Os encargos da nova câmara são, pois, gravíssimos; sobre ela pesa uma tarefa penosa, para cujo desempenho é mister muita energia, perseverança e abnegação. A marcha de uma corporação política ou administrativa depende, porém, em máxima parte do seu governo interno, da sua economia doméstica (...) Uma direção refletida, madura, mas sempre enérgica (...) é a garantia do bom êxito das corporações públicas. Felizmente a nova câmara conta como primeiro de seus pares um cidadão ilustre, que, por seus talentos (...) saberá colocar na altura de sua missão a corporação, que é chamado a dirigir como seu presidente (...) Não nos iludamos, porém. A posição da nova câmara, cumpre dizê-lo, é mais espinhosa que brilhante. Ao passo que para satisfazer as obras e melhoramentos que reclama o município, dispõe ela de uma receita não superior a cem contos, assoberba-a de outro lado uma dívida enorme, três vezes superior ao seu orçamento, que há de legar-lhe sua antecessora, e a está já transmitida pelas câmaras transactas (sic). Eternizar a dívida ou agravá-la, embora com o louvável fim de promover úteis melhoramentos, é o maior e o mais funesto dos erros. Convém, sobretudo, observar uma severa fiscalização na arrecadação da receita municipal, diminuir o exército de funcionários públicos, guardar a mais rigorosa parcimônia na despesa e, enfim, por em prática uma série de medidas, que tendam a atenuar a situação financeira do município.²⁶⁸

As últimas medidas propostas no editorial, o qual consignava o programa de governo da nova legislatura da Câmara, dialogavam diretamente com as críticas exaradas nos textos intitulados a “Praça do Mercado”. O mercado era um dos principais locais para arrecadação de impostos da Câmara. O atravessamento prejudicava tanto os consumidores, devido a sua influência no aumento dos preços dos gêneros de primeira necessidade, quanto a administração pública, devido ao desfalque dos cofres municipais com a sonegação de impostos nessa transação ilícita.

A questão do pagamento de dois salários para os administradores, Caetano de Moraes, o interino, e Antônio Praxedes Guimarães, o titular licenciado, encontra ressonância na afirmação de existir no município um “exército de funcionários públicos”. O editorial também dialoga com as afirmações do antigo Presidente da Província, João Teodoro Xavier, quando assinala que havia pessoas e meios de comunicação influentes que não reconheciam as transformações urbanas por ele lideradas.

²⁶⁸ DIÁRIO DE S. PAULO. 06/01/1877, nº 3324, p. 2.

A propósito, a polêmica levantada nos textos da seção livre foi encerrada nesta mesma semana em que a nova Câmara assumiu seu mandato. Os atravessadores continuavam na Praça do Mercado. Aparentemente, a ação repressiva ensaiada pela Câmara, que deixava o poder em 1876, não surtiu o efeito esperado e a punição aos atravessadores dos quartos se restringiu ao pagamento de multas, que o *Diário* reputava insuficiente para coibir a prática ilegal diante do poder que, supostamente, ostentavam os atravessadores. Após assumir a Presidência, Antônio Prado articulou a formação de uma comissão permanente para avaliar a situação dos locatários dos quartos.

Os locatários dos quartos denunciaram como “arbitrário” o processo investigativo em curso e contestaram as ações da nova Câmara por meio de artigo no *A Província*, sob o pseudônimo de “Justus”. Este segmento rechaçava a aplicação de multas e a tentativa de expulsão que recaía sobre alguns deles. Argumentavam que, ao optar por se estabelecer no mercado, o segmento arcava não só com o valor dos aluguéis, mas com o da licença necessária para exercer qualquer profissão na cidade²⁶⁹. Caso emblemático do período foi o processo de expulsão do locatário Antônio de Camargo Vieira Sobrinho, que representou individualmente à Câmara contra esta medida. O locatário foi autuado por violar os artigos 8º e 9º do Regulamento de 1872. O oitavo interditava a utilização dos quartos como depósito para gêneros comprados na seção de tropeiros.²⁷⁰

Antônio de Camargo Vieira Sobrinho alegou em sua defesa que era locatário no Mercado mediante pagamento de aluguel. Além deste tributo, havia obtido licença da Procuradoria da Câmara para negociar gêneros alimentícios o que, em seu entendimento, o autorizava a vender qualquer gênero independente de ser ou não de primeira necessidade. Ademais, os gêneros por ele vendidos eram provenientes de “municipalidade diversa”, ou seja, não haviam sido comprados na seção de tropeiros, tampouco no interior do perímetro urbano. Afirmava ainda que legislaturas anteriores na Câmara haviam tolerado essa modalidade de comércio, ou seja, que os locatários dos quartos negociassem com gêneros de primeira necessidade. Os argumentos utilizados pelo comerciante seguem a mesma lógica do artigo publicado pelo “atravessador estrangeiro” e por “Justus”, no jornal *A Província*.

A comissão que analisou o caso não aceitou as alegações do locatário e sancionou sua expulsão do quarto na Praça do Mercado. Esse processo transcorreu na nova legislatura da Câmara sob a presidência de Antônio Prado, sendo conduzido por outro político pertencente à família, Eleutério Prado. O parecer elaborado pela comissão refutou os argumentos de

²⁶⁹ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 13/01/1877, nº 586, p. 2.

²⁷⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1877, p. 16, 27-28.

Antônio Camargo Sobrinho ao considerar que a observância do art. 9º do Regulamento era um pré-requisito para a obtenção da licença, especialmente, para negociar nos quartos do Mercado.

Quanto à suposta autorização conferida aos locatários em legislaturas anteriores, a nova Câmara, sob a presidência de Antônio Prado, utilizou a indicação dos vereadores da Câmara anterior, de 22 de dezembro, para comprovar que o administrador fora ordenado em legislaturas anteriores a aplicar estritamente o art. 9º do Regulamento²⁷¹. Todavia, esta ordem fora emitida pela Câmara após a insistente campanha do *Diário de S. Paulo* sobre o suposto descalabro na Praça do Mercado.

A administração do Mercado durante a gestão de Antônio Prado (1877-1881)

Com a posse da nova Câmara, as críticas à administração da Praça do Mercado deixaram de ser peça publicitária do grupo político de Antônio Prado para se tornarem a orientação política para intervir no Mercado. Como vimos anteriormente, a primeira medida da legislatura de 1877-1881 foi nomear uma comissão para investigar a administração do Mercado e também para debelar a resistência dos locatários de quartos às medidas de punição da municipalidade, como no caso da representação de Antônio Camargo Sobrinho.

Em meio a um contexto de mudanças, a Câmara obteve, do chefe de polícia, o destacamento de dois guardas urbanos para vigiar a Praça do Mercado diariamente. Segundo a autoridade provincial, em ofício à Câmara:

o guarda do posto da rua Vinte e Cinco de Março tem instruções para permanecer ali das seis horas da manhã ao meio dia, tendo igualmente providenciado no sentido de apresentar naquela praça mais um guarda, das 9 até as 12 horas da manhã.²⁷²

Além das medidas de policiamento que visavam, principalmente, impedir os locatários dos quartos de negociar na seção de tropeiros do Mercado, a Câmara aumentou os encargos sobre esses comerciantes, ao elevar o valor do aluguel para quinze mil réis mensais.²⁷³

Paralelamente, empregaram, pela primeira vez, um dispositivo do Regulamento de 1872 que permitia aos vereadores redefinir o número disponível de quartos de agasalho para

²⁷¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1876, p. 107.

²⁷² *Idem*. *Atas*. 1877, p. 31.

²⁷³ *Idem*, *Ibidem*, p. 46.

caipiras e tropeiros. Desse modo, os quartos “reservados para acomodação dos condutores de gêneros ficam elevados ao nº de 8 pagando os mesmos condutores 100 réis de aluguel de quarto, quando pernitem e por cada noite”.²⁷⁴ A medida consistia em uma contrapartida à repressão ao comércio de gêneros de primeira necessidade nos quartos do Mercado, pois visava criar melhores condições de acomodação aos caipiras e tropeiros.

Após essa intervenção, a Câmara de 1877 voltou suas energias para o suposto “exército de funcionários públicos”. Nesse ínterim, da troca de Presidência na Câmara, o ajudante Manoel José Carneiro tentava comprovar o fim dos processos criminais que sofreu, por meio de representações à Câmara e artigos na imprensa, com o objetivo de recuperar sua posição no Mercado. Solicitando à Comissão Permanente, em duas ocasiões, a reintegração no emprego. Coube ao plenário da Câmara decidir sobre a questão. Todavia, o Presidente se adiantou à decisão dos colegas e propôs a exoneração de Manoel Carneiro do cargo de Ajudante. E, para substituí-lo, indicou o nome do Capitão Marcelino José do Nascimento. As propostas foram aprovadas pelos colegas.²⁷⁵

Por sua vez, o administrador Antônio Praxedes Guimarães completava um ano e meio de licença. A Comissão Permanente formada, nessa legislatura, se compunha de dois conservadores, Eleutério Prado e Luís Pacheco de Toledo, e um liberal, João Álvares de Siqueira Bueno. As questões relativas à administração do Mercado eram examinadas e deliberadas nessa comissão, antes de serem sancionadas ou rejeitadas em plenário.

A Comissão Permanente analisou o caso do administrador. Em seu parecer, considerou ilegal a manutenção de dois salários para a posição de administrador do Mercado, pois esta despesa não constava na lei de orçamento vigente. Ainda que a licença de Antônio Praxedes Guimarães tivesse expirado há mais de um ano:

tendo sido porém mantido no cargo em atenção a falta de meios a que ficaria reduzido se perdesse o lugar (...) continuando o empregado a receber a gratificação (...) sem que nada justifique esta condescendência da Câmara a não ser vista filantrópica (...) a Câmara não pode exercer esta virtude à custa dos Cofres Municipais.²⁷⁶

O redator do parecer, Eleutério Prado, propôs a demissão imediata de Praxedes. O liberal João Bueno endossou o parecer com restrições e, em plenário, os vereadores decidiram suspender os pagamentos ao administrador licenciado. A pressão sobre Praxedes, no entanto,

²⁷⁴*Idem, Ibidem*, p.46.

²⁷⁵*Idem, Ibidem*, p.54.

²⁷⁶*Idem, Ibidem*, p.76.

deve ter contribuído para que o próprio solicitasse sua exoneração do cargo, um mês após o parecer da Comissão Permanente.²⁷⁷ Eleutério Prado conduziu, então, a votação para contratarem Antero Justiniano Pinto de Saes para ocupar a vaga de administrador da Praça do Mercado.²⁷⁸

A nova administração da Praça do Mercado iniciou seu mandato solicitando aos vereadores novo reforço do policiamento e a liberação de verbas para reformas. O próprio administrador prendeu dois desertores do 12º Batalhão de Linha que, segundo o *Correio*, “disfarçadamente andavam passeando pela Praça do Mercado”. Nesse jornal, a ação do administrador foi enaltecida, pois que deveria ser “louvada pela perícia com que foi levada a efeito”.²⁷⁹

Entretanto, o jornal opositor *A Província*, dois meses após Antônio Prado assumir a Câmara, denunciava que o problema do atravessamento de gêneros persistia e que o novo administrador não se mostrava mais determinado que os anteriores a encontrar uma solução:

Conquanto tenha havido repetidas reclamações quanto ao regulamento da Praça do Mercado, as coisas continuam na mesma. Chusmas de atravessadores ali se encontram; os caipiras acostumados a encontrar quem os iluda e arremate tudo em porção, já não querem vender picado. Se se leva ao conhecimento do administrador, ele aponta os negociantes a varejo, para lá ir comprar, de modo que o indivíduo que não dispõe de meios, sujeitar-se-á aos exorbitantes preços (...) Na verdade o que poderá fazer a atual administração daquela Praça?²⁸⁰

O artigo terminava em provocação à nova administração, ironizando sua incapacidade de coibir os abusos que tanto denunciara durante a campanha eleitoral. A alusão as “repetidas reclamações” se referia aos textos anônimos do *Diário*.

Em 1878, após uma década de domínio do partido conservador no Conselho de Gabinete do Império, um escândalo na cobrança de impostos na Alfândega da Corte, envolvendo um funcionário indicado pelo Barão de Cotegipe, membro do gabinete conservador no poder, precipitou os conservadores do poder imperial sob o comando do Duque de Caxias. Este processo reconduziu os liberais ao gabinete ministerial em um episódio conhecido na historiografia como a “Reação Liberal de 1878”.²⁸¹

O impacto desta alternância de grupo político, no poder executivo do Império, no âmbito da política provincial reconfigurou a correlação entre os grupos políticos e a imprensa

²⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p. 88.

²⁷⁸ *Idem, Ibidem*, p. 89 e 91.

²⁷⁹ CORREIO PAULISTANO. 05/05/1877, nº 6151, p. 2.

²⁸⁰ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 28/03/1877, nº 643, p. 2.

²⁸¹ AGUIAR, Pinto de. *Um Episódio da Reação Liberal de 1878*. Livraria Histórica, 1983.

na capital de São Paulo. O *Diário de S. Paulo* fechou sua redação com a rescisão do contrato “para a publicação dos atos oficiais e debates da Assembleia Provincial”. Sem os dividendos do contrato oficial, a empresa ficou sem recursos para manter o jornal.²⁸²

Por outro lado, a antiga *Tribuna Liberal* teve a publicação retomada e, em companhia da nova folha diária, o *Jornal da Tarde*, compôs a imprensa ligada ao partido liberal. Em sua primeira semana de publicação, no mês de Novembro de 1878, o *Jornal da Tarde* veiculou o primeiro artigo sobre a Praça do Mercado o qual tratava de denúncia contra supostos abusos da administração de Antero Justiniano. Como de costume, desde a fundação do Mercado, as disputas políticas vinculadas a ele ou transmitidas por meio deste tema eram publicadas nos jornais sob a proteção de pseudônimos.

O narrador deste texto estabelece uma comparação entre a Várzea do Carmo e a administração da Praça do Mercado, pois ambos estavam sob o regime das águas do Tamanduateí, no entanto, em seu aspecto metafórico, as inundações periódicas na várzea se equiparavam simbolicamente aos desvios de conduta na administração do Mercado. O texto do *Jornal da Tarde* fazia também uma aproximação entre o escândalo na alfândega do Rio de Janeiro comandada pelos conservadores com a suposta corrupção de Antero Justiniano, à frente do mercado de São Paulo, pela indicação do chefe conservador local, Antônio Prado:

esse edifício está nas *águas*; e que, portanto, nas *águas* vivem os respectivos empregados; que, ali, compra-se, vende-se, mede-se, paga-se, recebe-se - nas *águas*; estudam os empregados, consultam, impõem multas, executam a lei, cobram impostos, dão e recebem ordens - nas *águas*; fazem conchavos, com os compadres, *cotegipam* com os impostos municipais, *popilinam* com as cobranças, perseguem os desafetos, e cometem os mais grosseiros absurdos - nas *águas*; abrem os olhos para ver o que não existe, fecham-nos para não ver o que é mau, o que é feio, o que é detestável, deixam de praticar o que devem, porque é bom, fazem o que não devem, porque é ruim, e deste modo, tão irregular, procedem - por causa das *águas*; tudo no mercado são *águas*.²⁸³

O jornal acusava a administração de Antero Justiniano de desviar recursos da cobrança de impostos e utilizar o Regulamento com finalidade persecutória. Além de ser conivente com transgressões. Os adversários políticos insinuavam desse modo que a aplicação das regras no Mercado dependia do grau de relação interpessoal entre o consumidor ou comerciante com o administrador e seu ajudante. Estes são denunciados por formar “conchavos”. Circunstância que indicava, por sua vez, que os empregados se beneficiavam

²⁸² MARTINS, *Ibidem*, p. 354.

²⁸³ JORNAL DA TARDE. 12/11/1878, nº 07, p. 2.

financeiramente das ilegalidades cometidas pelos locatários de quartos, caipiras, tropeiros e quitandeiras.

Ao sentenciar que “*tudo no mercado são águas*”, o jornal implicitamente envolvia os vereadores que, em última instância, haviam indicado o nome de Antero Justiniano para aquela função. Desse modo, também eram coniventes com as irregularidades praticadas.

Ainda que os liberais chegassem ao poder executivo imperial em 1878, no âmbito da câmara municipal de São Paulo, a influência desta mudança só se fará sentir em 1880, quando o partido elegeu diversos correligionários para a Câmara. Incluindo, entre eles, o retorno de Antônio Francisco de Aguiar e Castro, filho da Marquesa de Santos, e “patrono” da construção do Mercado.²⁸⁴ Desse modo, durante a gestão de Prado, a administração de Antero esteve a salvo de qualquer inquérito da Câmara.

Com o fim da presidência de Antônio da Silva Prado na Câmara em 1880, a legislatura seguinte se estabeleceu sobre uma “arquitetura de poder” *sui generis* na cidade. Com a nova Presidência sendo exercida por um político de família conservadora dissidente do grupo de Antônio Prado, que havia se aproximado dos republicanos, e contou com o apoio dos liberais na Câmara, o jurista João Mendes de Almeida Júnior. João Mendes Jr governou a cidade pelo curto período de dois anos, devido às mudanças nas regras eleitorais com a promulgação da Lei Saraiva em 1881, tendo sido, todavia, bem avaliado por memorialistas como Antônio Egydio Martins e o historiador Ernani Bruno.

Entre 1881 e 1883, a correlação de forças no interior do partido conservador na cidade de São Paulo se alterou e a vitória eleitoral de João Mendes de Almeida Júnior, rendendo-lhe a Presidência da Câmara, demonstrou que o resultado das “lutas eleitorais” se inverteu com a derrota parcial do grupo de Antônio Prado.²⁸⁵ Este, em reação a essa disputa no interior do partido, criou a União Conservadora, que arrebatou as outras cadeiras na Câmara, passando, todavia, para a oposição. Adicionalmente, Prado comprou o jornal *Correio Paulistano* para divulgar o novo agrupamento político e manter a influência de suas ideias na opinião pública.

²⁸⁴ MARTINS, *Ibidem*, p.98.

²⁸⁵ O biógrafo do político João Mendes de Almeida, eminente figura do partido conservador, afirmou que as eleições, em São Paulo, em 1876 e 1880, se transformaram em verdadeiras “lutas eleitorais” para o partido, que ficou dividido entre, por um lado, o grupo de Antônio Prado e, por outro, o de João Mendes de Almeida. Ver: AZEVEDO, AC de Miranda. Necrologia de João Mendes de Almeida. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*, vol. III, ano de 1898, São Paulo: Typografia de El Diário Espanõl, 1898, p.595-602 (livro citado no primeiro capítulo). Aureliano Leite considera que a cisão entre os dois grupos no interior do partido se iniciou em 1874, quando ambos disputaram a vaga da legenda para deputado geral e Prado saiu vitorioso, elevando-o ao comando dos conservadores de São Paulo. Ver: LEITE, Aureliano. *Subsídios para a História da Civilização Paulista, enriquecida de vasta bibliografia sobre coisas e pessoas de São Paulo*. São Paulo, Editora Martins, 1954, p. 238.

O partido liberal, por sua vez, elegeu outros representantes, além de Antônio Francisco de Aguiar e Castro. Entre eles, João Álvares da Siqueira Bueno e Nicolau de Souza Queiroz. O partido republicano era representado por Américo Brasiliense,²⁸⁶ que tendia a apoiar o presidente. Elias Pacheco Chaves, genro de Antônio Prado, e o Coronel Sertório lideravam a oposição da “União” em companhia de Rodrigo Monteiro de Barros. Sob esta correlação de forças políticas, a Presidência formalmente pertencia aos conservadores, entretanto, era exercida por um político dissidente com uma base aliada formada entre liberais e republicanos. Situação que fica patente com a análise do processo investigativo lançado pela nova câmara para apurar denúncias contra o administrador do Mercado veiculadas em representação pelos comerciantes de armazéns de secos e molhados da cidade.

O movimento dos comerciantes de secos e molhados da cidade e o inquérito da administração da Praça do Mercado sob a gestão de Antônio Prado

Durante a legislatura chefiada por João Mendes de Almeida Júnior, a Câmara abriu um amplo processo para averiguar as despesas orçamentárias da gestão de Antônio Prado (1877-1881). Um indício de que os problemas fiscais dessa gestão não se restringiam a Praça do Mercado encontra-se na tabela de arrecadação de recursos municipais compilada por Eurípedes Simões de Paula. Nesse documento, o orçamento da Câmara para os anos de 1877 e 1879 não possui as referidas informações.²⁸⁷ Para esse fim, foi criada, inclusive, a Comissão de Contas, sob o comando de Antônio Francisco de Aguiar e Castro, que investigou as diversas instâncias da Procuradoria da Câmara. E foi, justamente, na investigação da Praça do Mercado que o inquérito suscitou processos criminais, demissões na administração e expulsão de locatários de quartos.

Entre outras autoridades do Fisco, o administrador do Mercado, Antero Justiniano Pinto de Saes enviou à Comissão informações sobre a cobrança de impostos e de aluguéis na Praça. O liberal Antônio de Souza Queiróz, membro da Comissão de Contas, anunciou em plenário a constatação de supostas irregularidades no Mercado sob a convivência da administração. Entre elas, destacavam-se a utilização dos quartos para depósito de gêneros

²⁸⁶ Segundo Egydio Martins, Américo Brasiliense era lente da Faculdade de Direito do Largo S. Francisco, um dos fundadores do Partido Republicano Paulista, abolicionista e maçom. Segundo governador nomeado do Estado de S. Paulo, em março de 1891. Em junho, é eleito Presidente do Estado pelo Congresso Constituinte (MARTINS, *Ibidem*, p.177).

²⁸⁷ PAULA, 1954, p.176.

comprados na seção de tropeiros e diferenças no lançamento da arrecadação de aluguéis dos quartos, nos primeiros meses de 1881.²⁸⁸

Essa comissão ajuizou que Antero não cumpria os critérios estabelecidos para a cobrança de impostos e aluguéis na Praça do Mercado. Além disso, as informações prestadas à comissão pelo administrador se mostraram insuficientes para esclarecer a real situação do mercado.

O vereador Nicolau de Queiroz realizou uma visita para examinar a contabilidade da Praça do Mercado. Em auditoria no livro e nos talões de conhecimentos sobre o imposto, que nesta época era de cem réis por alqueire, o vereador constatou que “a escrituração (dos livros e talões) não [ofereciam] a necessária clareza pelo que deu ao Administrador instruções verbais que, cumpridas, [deviam] fazer desaparecer as irregularidades notadas”.²⁸⁹

Após a reprovação das contas do administrador e a constatação, no local, de irregularidades na escrituração dos impostos, a comissão optou por repreendê-lo verbalmente e fornecer instruções para aprimorar a contabilidade da administração. Além da questão financeira, Nicolau Queiróz destacou outras irregularidades na atuação do administrador Antero Justiniano: a locação de quartos para comerciantes de roupas e tecidos e a cobrança do imposto especial sobre aguardente.²⁹⁰

Em 24 de Janeiro de 1882, a conduta de Antero foi novamente colocada em debate quando o *Correio Paulistano* noticiou a reunião, em assembleia, dos comerciantes com armazéns de secos e molhados na cidade. Este movimento associativo foi anunciado no jornal como uma “reunião dos negociantes de retalho” e foi promovido, no *Clube Gymnastico Português*, por três firmas comerciais: José de Souza Macedo & Cia, Araújo & Cia e Andrade & Barroso.²⁹¹

Segundo o repórter presente na reunião, a assunto em pauta era a presença de atravessadores na Praça do Mercado e a organização de um abaixo-assinado à Câmara:

pedindo providências contra os prejuízos que tem sofrido os negociantes de retalho da capital, em consequência do crescido número de atravessadores de gêneros alimentícios que se apresentam diariamente na Praça do Mercado, o que também importa grande desfalque na cobrança dos impostos lançados sobre a venda a retalho daqueles gêneros.²⁹²

²⁸⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1881, p.73.

²⁸⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1881, p. 85.

²⁹⁰ Para a cobrança deste imposto, a Câmara designava um funcionário especial com os respectivos livros de lançamentos e conhecimentos.

²⁹¹ CORREIO PAULISTANO. 24.01.1882, nº 7542, p. 2.

²⁹² *Ibidem*.

O jornal afirmou que a reunião foi muito concorrida e que contava com grande número de comerciantes e também “muitas outras pessoas interessadas no assunto”. O problema dos atravessadores suscitava duas questões: uma comercial e outra política. Nesse primeiro aspecto, os locatários dos quartos do Mercado eram identificados como os atravessadores por negociarem com gêneros de primeira necessidade na seção de tropeiros, revendendo-os nos quartos. Em face da ilegalidade dessa troca comercial, a transação ocorria à margem da tributação, o que impactava os cofres municipais e gerava um desequilíbrio na concorrência comercial nesse segmento em relação aos comerciantes com armazéns de secos e molhados na cidade. Os últimos se viam obrigados a pagar os mesmos tributos, além de terem que se submeter a comprar com os locatários dos quartos, quando não encontravam os gêneros necessários para abastecer seus armazéns na seção de tropeiros.

A dimensão política da questão se relacionava ao fato da transação irregular se realizar no interior de um espaço institucional administrado pelo poder municipal. Em outro artigo nesta mesma edição do *Correio*, os comerciantes de secos e molhados da cidade divulgaram a decisão de organizar comissões distritais para colher assinaturas em apoio à causa. Com um representante em cada bairro da cidade, o movimento visava angariar apoio da opinião pública para endossar a representação política à Câmara.

Desse modo, reproduzimos a denominação das freguesias e o nome do respectivo comerciante encarregado da comissão distrital: bairro da Luz, Lucas Ferreira do Ó; Largo Municipal (entrada da Praça do Mercado), Manoel J. de Andrade Jr; Santa Ifigênia, Manoel Antônio de Machado Netto; Campo Mauá, Jeronymo José Mendes; Brás, João Baptista da Silva; Consolação, Quirino A. Pinto de Andrade; Morro do Chá, José Fernandes da Costa Guimarães; Piques, José H. Foster & Comp.; Lavapés, José Joaquim da Silva; Estrada do Vergueiro, Emílio Long; Largo Sete de Setembro, Narciso Ferreira Nunes.²⁹³

Estas comissões distritais se subordinavam à Comissão Central, formada pelas três firmas comerciais que organizaram a assembleia. Em 08 de Fevereiro de 1882, a representação dos comerciantes de secos e molhados contra a presença dos atravessadores no Mercado foi acolhida pela Câmara como um requerimento, em que se denunciava a falta de cumprimento da Resolução nº 25 de 27 de março de 1872, que alterou os termos da liberdade comercial ao produtor na Praça, incluídos no segundo regulamento de 1872. Esta resolução restituía o poder de intervenção do administrador na compra e venda de gêneros de primeira necessidade, na seção de tropeiros, em momentos de escassez ou carestia.

²⁹³ CORREIO PAULISTANO. 24.01.1882, nº 7542, p. 3.

Decorrido pouco mais de um mês da assembleia, em 05 de março, o movimento associativo dos comerciantes expressou sua insatisfação com o poder municipal pela lentidão em apreciar o documento abaixo-assinado. Protegidos pelo pseudônimo que reforçava o caráter coletivo do movimento, *Um por Todos*, os comerciantes se identificavam em artigo na *Província* como negociantes de gêneros da terra:

À Câmara Municipal confiaram os negociantes de *gêneros da terra* a importante causa da contravenção das posturas referentes a venda de tais gêneros na Praça do Mercado (...) tem havido demora ao estudo e decisão dos fatos. Esta demora, sobre ser prejudicial aos negociantes honestos, desfalca os cofres municipais. Os escândalos, isto é, as arrojadas contravenções; a venda irregular de gêneros, com infração do Regulamento; o vexame do povo, das classes oprimidas; a fraude ostensiva, campeiam sem reboço, sem estorvo, sem temor a Praça do Mercado é o empório da pirataria.²⁹⁴

Os armazéns de secos e molhados eram o principal local de fornecimento de *gêneros da terra* para a população urbana nas diversas freguesias da cidade. Como abasteciam regiões, muitas vezes, afastadas do triângulo ou do Mercado da Rua 25 de março, estes armazéns se caracterizavam por reunir uma diversidade de mercadorias voltadas para o consumo pessoal ou domiciliar, principalmente gêneros alimentícios.

Estes estabelecimentos também ofertavam aos clientes alimentos industrializados, importados e, progressivamente, conforme o avanço da indústria na cidade, de origem local, notadamente produtos enlatados ou bebidas em garrafas.²⁹⁵ Maria Luiza Oliveira destacou, em sua pesquisa, a influência social dos comerciantes de armazéns em São Paulo, na segunda metade do século XIX.²⁹⁶ Sobretudo nas últimas décadas e virada do século, com a redução da oferta de modalidades tradicionais de crédito, a possibilidade de abrir uma conta e obter produtos de primeira necessidade, para pagar a prazo, aumentava o poder econômico e social daqueles comerciantes. E, naquele momento, buscavam traduzir esse poder em influência política.

No excerto supracitado, os comerciantes destacaram que a organização do abastecimento de gêneros de primeira necessidade no Mercado prejudicava tanto os “negociantes honestos”, quanto constituía uma evasão de divisas do Fisco. Nesse último caso, o problema se constituía uma questão de investigação criminal relativa à conduta de agentes públicos no desempenho da função. Segundo o artigo, os atravessadores de gêneros agiam

²⁹⁴ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 05.03.1882, nº 2093, p. 2.

²⁹⁵ SILVA, 2012.

²⁹⁶ OLIVEIRA, 2005.

“sem estorvo, sem temor”, o que implicava o administrador Antero diretamente nas acusações por prevaricação ou conivência com o comércio ilegal.

No artigo, os comerciantes ressaltam o impacto das irregularidades sobre o consumo da população, referindo-se às “classes oprimidas” e relacionando o atravessamento de gêneros com o “vexame do povo”. A referência à Resolução nº 25 de 27 de março de 1872,²⁹⁷ vigente para momentos excepcionais que, no entanto, poderiam acontecer com frequência, indicava que esses comerciantes de armazéns também se abasteciam no Mercado e lá enfrentavam a concorrência dos locatários dos quartos, ainda que de maneira irregular.

Pela presença constante na Praça do Mercado, os locatários dos quartos (que, muitas vezes, residiam aí também) levavam vantagem sobre os comerciantes de armazéns no acesso aos produtos negociados pelos caipiras. E, nos momentos de escassez, inclusive, os próprios comerciantes da cidade se viam na contingência de comprar os gêneros de primeira necessidade junto aos locatários dos quartos.

Não raramente escasseava algum gênero na seção de tropeiros e, mais do que os comerciantes de armazéns, os habitantes da cidade igualmente recorriam aos locatários dos quartos para adquirir os alimentos necessários. Pela recorrência desse tipo de denúncia, é plausível deduzir que, a despeito da proibição do Regulamento, este comércio entre o locatário do quarto e o caipira da seção de tropeiros vigorou desde a fundação da Praça do Mercado. No entanto, a partir de 1872, quando o novo Regulamento praticamente autorizava seus concorrentes, os comerciantes da cidade, a se abastecerem na seção de tropeiros, ao mesmo tempo em que os proibiu de fazê-lo, as autoridades criaram um impasse na concorrência comercial neste segmento que favorecia os comerciantes da cidade.

O artigo veiculado pelos proprietários de armazéns no *A Província* provocou o efeito desejado e o processo de análise da representação seguiu na pauta da Câmara. Em sessão de 06 de março de 1882, o vereador liberal João Bueno solicitou ao Presidente que a Câmara investigasse: “A cerca do modo por que é executado o Regulamento da Praça do Mercado, quantos quartos são alugados na mesma Praça e quanto se tem pago de imposto, pois que há constantes reclamações contra atravessadores que ali negociam impunemente”.²⁹⁸

Na sessão seguinte, em 13 de março, João Bueno propôs a inclusão de outra questão ao administrador do Mercado acerca da modalidade de imposto cobrada aos “negociantes estacionados nos corredores da Praça”.²⁹⁹ Essa informação indica uma nova

²⁹⁷ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Resolução nº 25*, de 27 de março de 1872.

²⁹⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1882, p. 62.

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 63.

realidade na dinâmica de comércio na Praça do Mercado. Refletindo o aumento e a diversificação dos pontos comerciais no início da década de 1880.

A preocupação com a disponibilidade de quartos e a informação de que havia comerciantes situados fora dos quartos, pelos “corredores da Praça”, indicam que existia concorrência pelo aluguel de um quarto no Mercado. E, adicionalmente, que essa situação levava à locação de outros espaços na Praça, nos quais os comerciantes “estacionavam” para negociar. Espaços que, até então, eram áreas de passagem, foram ocupados por comerciantes que ali estacionavam, com licença para vender quitandas.

No entanto, nessas duas sessões, o abaixo-assinado dos comerciantes não entrou na pauta. O movimento associativo, receoso de que sua demanda caísse no esquecimento, reeditou no *A Província*, nas edições de 16 e 17 daquele mês, o artigo publicado no dia 05. Na sessão seguinte, em 20 de março, o assunto não foi debatido, todavia, o relator do inquérito na Comissão de Contas, Antônio Francisco de Aguiar e Castro, comunicou que o parecer já se encontrava pronto. E, para discuti-lo, convocou-se uma sessão extraordinária.

Antero Justiniano Pinto de Saes, o administrador do Mercado, era um correligionário do partido conservador e signatário da carta de formação da *União Conservadora*, publicada no *Correio*, apoiador, portanto, do grupo político de Antônio Prado na direção do partido. A investigação conduzida pelos vereadores liberais, sob o comando de um Presidente dissidente do partido conservador, começou a sofrer resistências da bancada conservadora capitaneada pelo genro de Antônio Prado, Elias Antônio Pacheco Chaves. Dessa forma, os partidários da *União* na Câmara conseguiram impedir a realização de duas sessões extraordinárias para avaliar a conduta do administrador, nos dias 27 e 28 de março de 1882, por faltarem em grupo às sessões, resultando na falta do quórum necessário para realizá-las.³⁰⁰

No entanto, em terceira sessão extraordinária, a comissão iniciou a leitura do parecer sobre a representação dos comerciantes de secos e molhados contra o administrador do mercado, em 29 de março de 1882. Nesta sessão, o quórum estava equilibrado. Os conservadores contavam com Elias Chaves, Rodrigo Monteiro de Barros e o Coronel Sertório. Os liberais, com João Bueno e o relator da comissão, Aguiar e Castro. Américo Brasiliense do partido republicano formava a coligação do Presidente João Mendes de Almeida Júnior com a bancada liberal. O voto do Presidente seria crucial para resolver a questão quando colocada em votação no plenário.

³⁰⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1882, p. 70.

Os membros da *União* iniciaram o debate explicando os motivos por não terem comparecido às convocações anteriores. A necessidade de fornecer explicações demonstra que pairava sobre estes vereadores a suspeita de embargar deliberadamente as sessões extraordinárias com o propósito de evitar ou retardar o julgamento de um correligionário pelos adversários políticos. Nestes momentos iniciais, as atas da câmara e os jornais da capital não revelaram os motivos alegados pelos vereadores para as seguidas ausências. No entanto, *A Província*, jornal republicano, destacou um trecho da fala de Américo Brasiliense em que defendia a necessidade de a Câmara julgar a representação, pois em vista da percepção da opinião pública, naquele momento: “achava urgente não continuarem os vereadores a carregar com suspeitas de patronato”.³⁰¹

O parecer foi lido por Aguiar e Castro. Este vereador possuía uma relação íntima com a Praça do Mercado. Pertencia à Câmara de 1867, quando a Praça foi inaugurada, sendo o líder da comissão encarregada do objetivo de finalizar uma obra de longos anos e colocar o Mercado em funcionamento, conduzindo pessoalmente os trabalhos naquela tormentosa quadra para a política provincial. Além disso, havia sido um dos idealizadores do sistema de alta de gêneros vigente no primeiro Regulamento de 1867, e suprimido pelo segundo, implementado em 1872 pelos conservadores.

Aguiar e Castro iniciou sua exposição retomando o processo que fora instaurado no ano anterior, sobre a arrecadação dos impostos pela administração de Antero Justiniano, que terminou apenas com uma advertência verbal. Possivelmente, por não contar, então, com a pressão sociopolítica exercida, agora, pelos comerciantes de armazéns de secos e molhados.

A análise do discurso do vereador indica que o respaldo social e político que a representação dos comerciantes conferiu ao inquérito da comissão contribuíram para alterar o desfecho em relação ao ano anterior.

Em 1882, a Comissão de Contas não realizou nova diligência para examinar a contabilidade do Mercado, as provas e argumentos utilizados para condenar o administrador e seu ajudante se basearam apenas na investigação do ano anterior e no abaixo-assinado dos comerciantes. Esse último documento impulsionou o processo, mas foi o flagrante realizado por um fiscal da Câmara que confirmou as denúncias dos comerciantes contra a administração do Mercado. Desse modo, Aguiar e Castro inicia a leitura do parecer descrevendo os eventos do ano anterior:

³⁰¹ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 30/03/1882, p. 1.

Em sessão de 2 de maio do ano findo (...) a comissão não julgou satisfatórias as contas apresentadas por lhes faltarem detalhes necessários para uma exata apreciação; por isso exigiu informações que foram prestadas pelo administrador em ofício de 17 passado. Mas, não sendo ainda satisfatórias, dirigiu-se a praça para examinar os livros e verificou que a escrituração destes não oferecia a necessária clareza. Em consequência, a vista da requisição do vereador abaixo-assinado, o Sr. Dr. Presidente desta Câmara ordenou a exibição dos talões, sendo que esta ordem foi cumprida com muita dificuldade, depois de reiteradas instâncias do mesmo abaixo-assinado. Entretanto, o trabalho de conferência dos talões, apesar de útil para constatar a exatidão dos balancetes, não dava ainda bastante luz para esclarecer as constantes queixas dos Comerciantes e dos contribuintes, contra aquele estado de coisas. O abaixo-assinado por tanto, nada podia adiantar além do que disse no citado parecer apresentado na sessão de 2 de maio do ano passado. As suspeitas da Comissão porém foram infelizmente realizadas, e os Cofres municipais puderam cessar de sofrer os golpes da fraude, graças a vigilância do Fiscal Alferes Joaquim Leite Penteado, o qual não pôde resistir ao imperioso dever de denunciar ao Sr. Presidente o que pôde observar no dia de 16 de março do corrente: o inaudito escândalo de um empregado da praça deixar de lançar nos talões os gêneros impostos e constantes dos conhecimentos, lesando a Câmara nos respectivos impostos! (...) O certo é que o Sr. Presidente querendo examinar o fato por si mesmo, foi à Praça, pediu um conhecimento ao primeiro contribuinte que encontrou e aí surpreendeu o estelionato.³⁰²

A Câmara não havia instaurado nova sindicância sobre a administração do Mercado, no entanto, a constatação do Fiscal motivou uma inspeção realizada pelo próprio Presidente da Câmara. Pelo modo como é descrita, transparece a ideia de que as práticas irregulares eram generalizadas, pois o Presidente constatou problemas logo no “primeiro contribuinte que encontrou”. O escândalo a que se refere o vereador se relacionava ao fato de o funcionário do Mercado emitir conhecimentos e deixar de lançar nos talões a cobrança destes impostos. E era, justamente, com base nesses talões que os livros de contabilidade eram redigidos, o que indicava desvio de recursos do Fisco pela administração do Mercado.

O Presidente da Câmara ordenou aos Fiscais que recolhessem todos os conhecimentos possíveis. Em quatro deles, a Comissão verificou:

o mais revoltante estelionato (...) esses conhecimentos e talões deixaram todos de ser assinados pelo administrador da Praça, que entretanto é quem arrecada os impostos respectivos. Esse fato por tanto, quando não pudesse ser considerado a consequência de um conluio criminoso entre os dois empregados o administrador e seu ajudante, seria um estelionato praticado por este, e uma criminosa negligência daquele, que aliás é o único responsável para com os cofres municipais. Acresce que, além daqueles talões, foram arrecadados dois de modelos desconhecidos, um de 25 de Dezembro de 1880, e outro de 26 de março de 1881, assim como muitos outros escritos à mão.³⁰³

³⁰² CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1882, p. 74.

³⁰³ *Idem, Ibidem*, p. 75.

Este trecho do parecer sinaliza que o administrador mantinha precário controle sobre a cobrança de impostos no Mercado, efetuada de forma irregular pelo Ajudante. O relator afirmava que a situação perdurava desde anos anteriores e considerou que as denúncias contidas no abaixo-assinado dos comerciantes de secos e molhados da cidade eram verdadeiras. A seguir a transcrição de um trecho desta representação extraído do parecer da comissão:

Entronizou-se a irregularidade, reina o abuso; governa o desmando; a fraude incumbiu-se da administração! (...) os negociantes tributados sofrem, sem defesa, os ataques do contrabando! Os cofres da municipalidade sentem, sem que se saiba a causa, da diminuição de suas rendas! O monopólio esmaga o comércio e ameaça as rendas do município. Hoje o prejuízo talvez seja de algumas dezenas de contos de réis; alguns anos depois é possível que se eleve a centenas.³⁰⁴

Segundo Aguiar e Castro, os proprietários de armazéns denunciavam a existência de um acordo ilegal entre o administrador Antero Justiniano e alguns comerciantes, situados nos quartos e corredores, para a aquisição de gêneros alimentícios comprados na seção de tropeiros e “revendidos aí mesmo pelo excessivo importe da convenção”. Desse modo, a solução proposta pelo relator para reordenar o comércio na Praça do Mercado era reforçar a execução do art. 9 do Regulamento de 1872 e proibir, novamente, os locatários dos quartos de negociar na seção de tropeiros.

A segunda conclusão do relator Aguiar e Castro referia-se à impossibilidade de continuarem o administrador Antero Justiniano Saes e o ajudante, Marcelino José do Nascimento no desempenho de suas funções. Ademais, os indícios levantados no inquérito demonstravam que as irregularidades notadas deveriam ser alvo de investigação criminal devido à gravidade do delito cometido por esses funcionários públicos.

A terceira conclusão recomendava que o Presidente da Câmara convocasse os caipiras, tropeiros e comerciantes, possuidores de *conhecimentos*, documento que confirmou as irregularidades, para enviá-los à Câmara e “assim verificar-se a importância do alcance”. Uma vez que, além da falta de assinatura, descobriram-se *conhecimentos* falsos utilizados em anos anteriores.³⁰⁵

Encerrada a leitura, a matéria entrou em discussão no plenário. O líder conservador, Elias Chaves, assumiu a palavra com o objetivo de garantir a oportunidade para

³⁰⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1882, p. 75.

³⁰⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 76.

os acusados se defenderem e, ao mesmo tempo, debelar qualquer suspeita de proteção partidária aos acusados:

uma questão grave como esta em que são acusados dois empregados, e em que deve a Câmara ter toda a prudência para o descobrimento da verdade (...) indico que sejam suspensos o administrador e o ajudante deste, do exercício de seus empregos, e que se lhes marque o prazo de 24 horas para responderem as acusações constantes do parecer da Comissão de Contas.³⁰⁶

O líder da *União* propôs então que a Câmara designasse um Fiscal para exercer a administração durante o afastamento dos funcionários. A suspensão e o direito à defesa dos funcionários foram preferidos, inicialmente, pela maioria da Câmara em detrimento da adoção imediata da resolução do parecer. Todavia, a proposta de substituir os afastados por um Fiscal não foi aceita. Os liberais já possuíam dois nomes para substituir a administração do mercado, indicando a inclinação da maioria para solucionar o problema. Os nomes dos substitutos foram anunciados pelo próprio relator do inquérito, Aguiar e Castro: para a função de Administrador, João Baptista de Castro e Souza, e para Ajudante, José Augusto de Souza Lima. Essa indicação passou em plenário contra os votos dos três vereadores da *União Conservadora*: Elias Chaves, Rodrigo Monteiro de Barros e Coronel Sertório.

No encerramento dos trabalhos da sessão, convocou-se nova sessão extraordinária para o dia seguinte, 31 de março, para ouvir a defesa dos funcionários do Mercado. No dia 30, uma publicação anônima em *A Província* comentava as disputas políticas envolvidas neste inquérito da administração do Mercado. O artigo representava a opinião dos comerciantes de secos e molhados da cidade que temiam a intervenção dos conservadores no sentido de atrapalhar o andamento do processo. Em face desta preocupação, os comerciantes de armazéns utilizavam a imprensa para pressionar os conservadores da *União* na Câmara, expondo as conexões políticas entre os vereadores e os funcionários do Mercado:

O espírito público indignado com o que se descobriu no Mercado, espera que os srs. Elias Pacheco e Rodrigo Monteiro de Barros, sejam ,a vista da realidade dos fatos, aquilo que aparentam ser ante fantasmagorias. O administrador do mercado é protegido, do sábio e ilustrado juriconsulto, o dr, Eleutério Prado, e afiançado pelo honestíssimo dr. Rodrigo Silva. O público espera que o Sr. Elias, sem estrondo e nem descalabro, proceda com consciência do dever, e o sapientíssimo e escrupuloso sr. Rodrigo Monteiro de Barros, de forma que a população desta capital se convença que eles pensam com sua cabeça e andam com seus dois pés. A população honesta da capital quer ver fatos, realidades e sisudez; e nada de parolices e nem futilidades.³⁰⁷

³⁰⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1882, p. 76.

³⁰⁷ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 30/03/1882, p. 2.

Eleutério Prado era vereador na gestão anterior de Antônio Prado e comandou a intervenção no Mercado realizada no início daquele mandato, que resultou na nomeação de Antero Justiniano para o cargo de administrador. Rodrigo Silva era outro importante correligionário conservador e compunha, com Prado, a redação do *Diário*, no decorrer da década de 1870. A propósito, o ajudante Marcelino Nascimento foi indicado pelo próprio Presidente da legislatura anterior.

Neste dia, o administrador e o ajudante se defenderam das acusações da representação dos comerciantes e do relatório da Comissão de Contas. As atas da Câmara retiveram apenas a informação de que, naquela sessão, haviam se pronunciado os vereadores: o conservador Elias Chaves, o Presidente João Mendes Jr, o republicano Américo Brasiliense e o liberal, João Bueno. E que, novamente, a decisão sobre a exoneração dos funcionários foi postergada, desta vez, para uma sessão ordinária da Câmara.

Os conservadores queriam manter a suspensão dos funcionários até que a situação política se normalizasse e possivelmente reconduzi-los aos respectivos cargos. A coligação liberal-republicana era favorável à demissão imediata. Diante do impasse, a coligação cedeu aos anseios dos conservadores e João Bueno indicou que o secretário da Câmara verificasse, nas atas, se a legislatura anterior havia dispensado o administrador de assinar os conhecimentos e os talões de impostos sobre gêneros alimentícios.³⁰⁸ Esta última sessão extraordinária transformou-se em notícia nos dois principais jornais da época.

O *Correio Paulistano* e *A Província de São Paulo* retrataram a referida sessão da Câmara conforme as orientações políticas de suas respectivas redações. O *Correio*, em 1881, havia sido adquirido, conforme vimos acima, por Antônio Prado, quando este deixou o cargo de Presidente da Câmara para promover a *União Conservadora* (beneficiando-se da reputação adquirida por este veículo da imprensa paulistana). Desse modo, a matéria do *Correio* conferiu destaque à defesa do administrador, proferida por Elias Chaves, e à oposição exercida pelo Presidente da Câmara, inimigo político da *União*.

Antero Justiniano alegou, em sua defesa, que a Câmara Municipal o havia dispensado de assinar os conhecimentos e talões na Praça do Mercado, deixando seu ajudante encarregado desta função. A alegada dispensa visava possibilitar que o administrador realizasse “a fiscalização fora do escritório para evitar que os vendedores de gêneros se esquivassem ao pagamento dos respectivos impostos”.³⁰⁹

³⁰⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1882, p. 77.

³⁰⁹ CORREIO PAULISTANO. 31/03/1882, nº 7607, p. 2.

O ajudante, por sua vez, afirmou que, se ocorrera diferença nos lançamentos da cobrança, isto se devia à “avançada idade e ao meio em que se desempenhava de suas obrigações, cercado de mil elementos de perturbação; e nunca a má fé e com o fim de defraudar os cofres municipais”.

Aberta novamente a discussão em plenário, após a leitura do ofício da administração do Mercado, Elias Chaves afirmou a inocência do administrador. Congratulando-se pela indicação de suspendê-lo, ao invés de demiti-lo sumariamente, como propunha a Comissão. Para o vereador, a suspensão havia se demonstrado oportuna para que ficasse comprovada a isenção de culpa do administrador.

Dessa forma, com a intenção de livrar seu correligionário do inquérito, Elias Chaves corroborou a versão de Antero, que dizia agir em consonância às ordens da legislatura anterior de Antônio Prado. E, conseqüentemente, imputava a culpa pela irregularidade na cobrança dos impostos ao Ajudante, Marcelino José do Nascimento, pois este:

entregava o conhecimento ao contribuinte e os talões ao administrador para o lançamento no livro de despesas e receitas, a única fiscalização que podia exercer este empregado era verificação de que o imposto lançado estava de acordo com a quantidade e a natureza dos gêneros vendidos.³¹⁰

Sob esta justificativa, a liderança conservadora declarou que não votaria pela demissão do administrador. Quem deveria ser responsabilizado pelo controle da emissão de conhecimentos, a cobrança do imposto e o lançamento nos talões que, posteriormente, serviriam de base para a inscrição no livro de receitas e despesas, era o ajudante.

Todavia, o Presidente discordava dessa argumentação. João Mendes Jr assinalou que desconhecia qualquer deliberação da Câmara que isentasse o administrador de assinar tanto os conhecimentos, quanto os talões. E acrescentou que se alguma ordem fora dada nesse sentido, ela não poderia ser aplicada porque constituía uma ilegalidade.

Nesse contexto, o liberal João Bueno recorreu ao Secretário da Câmara e o questionou se este se lembrava de qualquer deliberação anterior que corroborasse as afirmações do administrador e do líder conservador. Em face da negativa do Secretário, Bueno propôs, então, o adiamento da decisão até que o Secretário encontrasse nas Atas da Câmara qualquer indicação ou documento comprobatório de tais alegações.

O republicano Américo Brasiliense externou a opinião de que existiam indícios suficientes para demitir ambos os funcionários. O vereador entendia que o administrador era,

³¹⁰*Ibidem.*

no mínimo, culpado de negligência. Todavia, declarava aceitar a proposta de Bueno, por “espírito de tolerância”. E, assim, a decisão foi adiada.

O desfecho dos acontecimentos representou uma vitória parcial dos conservadores porque conseguiram, novamente, postergar a demissão dos funcionários. E, principalmente, por lograrem transferir a decisão da matéria para as sessões ordinárias da Casa, o que beneficiava os acusados ao mitigar o foco que as sessões extraordinárias conferiam ao processo na imprensa e na Câmara.

Por sua vez, no *A Província*, o relato desta sessão extraordinária para a defesa da administração também privilegiou a disputa entre Elias Chaves e o Presidente João Mendes Jr, no entanto proporcionando maiores detalhes sobre a posição de João Bueno e Américo Brasiliense.

Segundo esta reportagem, João Mendes Jr rebateu as afirmações de Elias Chaves do seguinte modo:

O sr. Presidente diz que não afirma, porque não tem provas, que houve conluio entre o administrador e o seu ajudante. Mas que, entretanto, o administrador é criminoso de negligência, pois que ele é o único responsável, perante à Câmara, de todos os extravios que se dão na Praça e que a ele compete fiscalizar todo o serviço na mesma. E que ao ajudante deve pesar agora a responsabilidade pelos desfalques havidos e constantes de papéis por ele assinados.³¹¹

Em resposta, Elias Chaves, além de reafirmar a autorização dada pela Câmara para o administrador, teria ressuscitado um antigo argumento dos conservadores, para justificar os problemas no Mercado, atacando as imprecisões e defeitos contidos no próprio Regulamento daquela Praça. Esquecendo-se de mencionar que as regras vigentes haviam sido elaboradas no decorrer de três administrações sucessivas de seu próprio partido na Câmara Municipal, de 1869 a 1881.

João Bueno justificou sua posição, momentaneamente conciliatória, por se tratar de questão grave que envolvia o crime de concussão e que o administrador era o responsável pela escrituração da Praça do Mercado, indo ao encontro da posição do Presidente.

Com a possibilidade aberta por Bueno de adiar a decisão, Elias Chaves percebeu a oportunidade de avançar a pauta conservadora de acabar com as sessões extraordinárias e levar este processo para as sessões ordinárias da Câmara.

A transferência foi possível graças à nova posição conciliadora de Américo Brasiliense, o republicano, que aceitou a proposta de Bueno e, também, de Elias Chaves.

³¹¹ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 31/03/1882, nº 2114, p. 2.

Desse modo, a questão seria decidida após o levantamento de informações pelo Secretário da Câmara, para ser concluída no decorrer das sessões ordinárias seguintes. No entanto, percebia-se o alinhamento das forças políticas. Após estas duas sessões extraordinárias: Américo Brasiliense também se colocava ao lado da posição do Presidente João Mendes de Almeida Jr:

Acha que sendo o caso muito grave, desde que há desfalque, a responsabilidade deve cair sobre os dois empregados. Sobre um porque teve ação direta no ato e sobre outro porque não fiscalizou o ato do primeiro. A Câmara deve tomar informações sobre os atos dos fiscais no exercício de seus cargos. Acha que não só viu caso de estelionato naquela Praça, como também de peculato, isto é, desfalque ou desvio do dinheiro público, e que, por isso, na sua opinião, a demissão dos empregados está decretada.³¹²

A coligação liberal-republicana na Câmara indicava que a posição do Presidente, favorável à exoneração, deveria ser adotada. Em 03 de Abril, o Secretário informou aos vereadores que não encontrou, nos documentos da Câmara, qualquer resolução, acerca da cobrança de impostos na Praça do Mercado, dispensando o administrador de assinar os conhecimentos e talões, desde sua admissão em 30 de Abril de 1877.³¹³ Nesta ocasião, um ofício dos Fiscais também foi lido com informações sobre a conferência de talões no Mercado.

Em posse dessas informações, os vereadores retomaram novamente a discussão. Elias Chaves reiterou a veracidade da afirmação do administrador, isto é, a dispensa seria uma prática consentida pela municipalidade há mais de cinco anos, mesmo que nenhum registro oficial tivesse sido lavrado. O Presidente, por sua vez, prontamente refutou essa posição. Curiosamente, justo nessa sessão em que se decidiu o processo da administração do Mercado, o republicano Américo Brasiliense, após se posicionar veementemente em discussões anteriores, se absteve de votar.

João Bueno votou a favor do relatório da Comissão e os três conservadores, Elias Chaves, Monteiro de Barros e Coronel Sertório, votaram contra a demissão. Com a abstenção de Américo Brasiliense, os conservadores venceriam por um voto. No entanto, disputa deveria ser decidida pelo Presidente da Câmara, que desfrutava do “voto de qualidade”, como denominou o *Correio*. João Mendes Jr, o inimigo da *União Conservadora*, votou a favor do relatório. Dessa forma, o parecer pela demissão de ambos os funcionários e a abertura de processo criminal para julgá-los foram aprovados em plenário.

³¹² A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 31/03/1882, nº 2114, p. 2.

³¹³ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1882, p. 79-80.

Com esta decisão, a Câmara atendia também a demanda dos comerciantes com armazéns de secos e molhados na cidade, que se sentiam prejudicados pelo procedimento da administração da Praça do Mercado. João Mendes de Almeida Jr, por sua vez, impingiu uma veemente derrota aos seus adversários da *União Conservadora* na Câmara. Contribuindo para mitigar, conseqüentemente, sua influência sobre o partido conservador. Essa decisão de João Mendes Jr parece ser, de certo modo, uma retaliação ao isolamento que o grupo político de sua família passara a sofrer a partir das eleições de 1876.

Os impactos da conclusão do inquérito não se resumiram à administração do Mercado. Os comerciantes da Praça, locatários dos quartos e aqueles estacionados nos corredores também sentiram os efeitos de todo esse processo. Uma vez que uma das principais acusações dos comerciantes da cidade se referia à permissividade e ao possível conluio da administração com os comerciantes do Mercado que negociavam na seção de tropeiros. No decorrer do processo de exoneração da administração do mercado, estes comerciantes estacionários foram considerados envolvidos diretamente.

Para reorganizar a administração do Mercado e a execução de seu regulamento, um dos pontos do parecer, o único aprovado de forma unânime, apresentava a seguinte disposição: “resolveu-se mandar por em execução o art. 9º do Regulamento nº 4 de 7 de março de 1872 devendo ser extensa a disposição deste artigo não só aos negociantes dos quartos como aos estacionados nas colunas da Praça”.³¹⁴ Por indicação do Presidente, o valor da locação mensal do quarto subiu de 20 para 30 mil réis.³¹⁵ E o valor da diária passou de oitocentos para mil réis.

Dessa forma, o art. 9º do regulamento passava a ser aplicado a todos os comerciantes, fossem locatários de quartos ou estacionários de corredores, colunas e adro. E esses comerciantes não poderiam negociar na seção de tropeiros, ou mesmo ofertar a mesma qualidade de gêneros que comumente era vendida pelos caipiras.³¹⁶

Esse reforço do art. 9º atingia diretamente a operação comercial dos locatários do Mercado. Paralelamente, o aumento do valor dos aluguéis se configurava em outra punição a eles direcionada. E nem mesmo os caipiras escaparam destas medidas com o aumento do valor da diária nos quartos de agasalho.

Após a intervenção da Câmara na administração do Mercado, encontramos algumas notícias que indicam a aplicação de medidas de repressão aos que desrespeitavam o

³¹⁴CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1882, p.80.

³¹⁵CORREIO PAULISTANO. 31/03/1882, nº 7607, p. 2.

³¹⁶A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 31/03/1882, nº 2117.

Regulamento. Segundo o redator do *A Província*, houvera uma expulsão de um grupo de comerciantes estacionados no Adro do Mercado, liderados pelo quitandeiro Cristovão Galopi. O motivo era o não pagamento de impostos: como não arrecadavam “renda alguma para à Câmara, e, pelo contrário, [impediam] o movimento regular das transações, [foram] intimados a remover as suas quitandas”.³¹⁷ Diante da expulsão, Galopi e outros comerciantes se reuniram para solicitar à Câmara, por meio de abaixo-assinado, sua permanência no Mercado em local que “não embaraçasse o trânsito no estabelecimento”.³¹⁸

O aparente líder do movimento era um locatário do quarto nº 14 que, no entanto, em companhia de outros comerciantes, montava banca no Adro do Mercado, designada de “quitandas de café e frutas”, visando melhorar a localização do seu negócio no interior da Praça. O caso de Galopi indica que, parte dos comerciantes estacionados pelos adros e corredores, poderiam ser os próprios locatários dos quartos em busca de melhorar as estratégias de venda ao separar o quarto de moradia do local de negócio.

Nesse período, outro grupo de comerciantes, por meio de abaixo-assinado, identificado como “negociantes estacionários da Praça do Mercado”, também pleiteava a revogação de uma medida que os proibia de comprar e vender gêneros no interior do mesmo. Solicitação prontamente negada pela Câmara.³¹⁹

Outras medidas propostas no parecer da comissão e adotadas pela Câmara incidiam na dinâmica econômica dos locatários do Mercado. Como, por exemplo: proibição ao mesmo comerciante de alugar dois quartos na Praça, como era o caso de Francisco Guedes, locatário dos quartos 14 e 21. E a extinção da prática de *Luvás*, que consistia em sublocar os quartos para outros comerciantes, o que constituía, nas palavras da comissão, uma “fonte de muitos abusos e imoralidades”.

Pelos jornais, o movimento dos comerciantes do Mercado, que apenas começava a se organizar, recorria ao mesmo artigo do regulamento para se defender das acusações feitas pelos proprietários de armazéns de secos e molhados da cidade. No artigo referido, permitia-se aos locatários negociar com os caipiras. Adicionalmente, citava-se também o art. 22º, que concedia liberdade aos caipiras de negociar com quem e nas quantidades que quisessem, após estacionar na seção de tropeiros, com exceção dos locatários do Mercado.

Nesse sentido, argumentava que o art.9 do Regulamento deveria se harmonizar com o art. 22, pois a suposta liberdade de comércio concedida ao produtor contrariava o

³¹⁷ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 04/04/1882, nº 2117, p. 2.

³¹⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*. 1882, p. 132.

³¹⁹ *Ibidem*, p. 86.

estabelecido pelo art. 9º. O que também se configurava uma injustiça, em seu entender, ao desequilibrar a concorrência em favor dos comerciantes da cidade, que podiam acessar legalmente a seção de tropeiros. Em sua opinião, a representação dos comerciantes da cidade que motivou a demissão do administrador não poderia ser utilizada como prova, pois eram “inteiramente suspeitos os denunciante interessados em afastar da Praça do Mercado os dezoito ou vinte negociantes que lhes faziam sombra”.³²⁰

Como os locatários dos quartos estavam recorrendo da sentença da Câmara, os comerciantes de secos e molhados da cidade retomaram seu posicionamento na imprensa para rebater os argumentos dos comerciantes do mercado. Para tanto, invocavam a ideia fundadora da Praça, de que o Mercado servia de ponto de encontro entre o produtor e o consumidor particular, para garantir o acesso da população urbana aos gêneros alimentícios de primeira necessidade com qualidade e preços baixos.

Os comerciantes da cidade afirmavam que, com este propósito de harmonizar o interesse público com a pressão comercial sobre os alimentos essenciais, o Regulamento não admitia que os locatários dos quartos estabelecessem concorrência aos agricultores. Para além do art.22, os comerciantes do mercado deveriam lembrar-se da Resolução nº 25, de 27 de março de 1872, que reforçava as medidas contra o atravessamento e instituíam as bases para o poder municipal evitar o monopólio de gêneros no interior do Mercado.

Os próprios comerciantes da cidade reconheciam que, com o fim do sistema de *alta* e a instituição do Regulamento de 1872, proibia-se o acesso à seção de tropeiros apenas aos locatários dos quartos, favorecendo os comerciantes da cidade. Os últimos passaram a se abastecer na seção de tropeiros, sem a concorrência daquele segmento:

O comerciante é um mediador ou intermediário entre o produtor e o consumidor, com um fim de lucro. Compra para “revender”, tendo em vista um interesse pela mediação. Atendendo a que tais gêneros são de primeira necessidade e essenciais à vida, o Regulamento quis evitar a carestia proveniente da especulação do intermediário, e estabeleceu garantias para que chegassem à capital, livres da ganância dos atravessadores. A intenção do legislador foi colocar o consumidor em frente do agricultor, para tratar “diretamente” (...) com tais intuitos, não podia o regulamento abrir margem, para que, depois de salvos os gêneros dos assaltos dos atravessadores, caíssem comodamente na rede de especulações dos negociantes estabelecidos nos quartos da Praça do Mercado (...) o regulamento não vedou somente o atravessamento de gêneros nas entradas da cidade; impediu também o “monopólio” no lugar de sua afluência e depósito, proibindo que aí se pudessem estabelecer comerciantes deste ramo de negócio (...) entretanto, o regulamento não proibiu a liberdade de comércio de gêneros de primeira necessidade; para que tal acontecesse, seria preciso que houvesse uma disposição proibindo a venda desses gêneros, a não ser pelo agricultor (...) *todos indistintamente podem ir ao mercado suprir-se de víveres: particulares e comerciantes. Todos podem revender seus*

³²⁰ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 06.04.1882, nº 2119, p. 1. *Ibidem*, 09.04.1882, nº 2120, p. 1.

*gêneros. O que a lei não admite são estabelecimentos de gêneros alimentícios dentro da Praça.*³²¹

Dessa forma, os comerciantes de secos e molhados da cidade resumiam a questão subjacente a este conflito de interesses. A intenção dos legisladores era evitar a intermediação do comerciante no abastecimento de gêneros essenciais para a população urbana e, para isso, instituiu a Praça do Mercado, como o local da cidade para a troca comercial entre o produtor e o consumidor. No entanto, o Regulamento de 1872, ao mesmo tempo em que proibiu os comerciantes locatários de quartos de intermediar aquele comércio, autorizou o comerciante da cidade a negociar na seção de tropeiros e adquirir gêneros para revender em seus armazéns e tavernas.

Neste contexto, os locatários do Mercado foram à imprensa para se desvencilhar das acusações de atravessamento e, também, defender a continuação dos negócios com gêneros de primeira necessidade. Em artigo no *A Província*, os locatários dos quartos afirmaram que o art. 9º do Regulamento de 1872 havia caído em desuso há “quatro longos anos”. Data que coincide com o primeiro ano da Presidência de Antônio Prado e o apontamento de Antero Justiniano para a administração da Praça do Mercado. O que pode corroborar a afirmação do administrador de que aquela legislatura o havia dispensado da assinatura dos conhecimentos e talões sobre os gêneros negociados no Mercado.³²²

É interessante reproduzir passagens do documento dos locatários do Mercado, em reação às medidas da Câmara:

A Câmara Municipal acaba de proibir expressamente a compra e venda de gêneros alimentícios aos negociantes estacionários na Praça do Mercado e que alugam da mesma Câmara quartos e servem-se das bancas para aquele fim. A Câmara foi levada a tomar semelhante resolução, em vista da representação de alguns taberneiros que se julgam lesados em seus interesses com a faculdade que até o presente tiveram os negociantes da Praça de comprarem e venderem os gêneros alimentícios. Não sabemos que razões alegaram os tais representantes, mas é certo que tomados repentinamente de um grande zelo pela fiel execução do Regulamento da Praça, reclamaram e conseguiram que a Câmara colocasse em vigor o art. 9 do dito Regulamento, que há cerca de quatro longos anos caíra em exercício findo. A medida tomada pela Câmara em nada favorece ao povo e muito menos aos cofres municipais, com é fácil de demonstrar. Até o presente os negociantes estacionários na Praça, autorizados a comprar e vender gêneros alimentícios dentro da mesma Praça, pagaram 100 réis de imposto sobre cada um alqueire de farinha, milho, feijão, arroz, etc. Não há, ali, negociante que não compre, uns dias pelos outros, no mínimo dez alqueires de tais gêneros, pagando assim 1\$000 réis por dia, ou 30\$000 réis por mês, ou 360\$000 réis por ano, de imposto a municipalidade. Qual a casa de negócio, fora da Praça, que jamais pagou um imposto tão elevado? Nenhuma, absolutamente que nos conste. E nem se diga que o imposto de 100 réis não era cobrado à risca,

³²¹ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 12/04/1882, nº 2122, p. 2.

³²² A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 05/04/1882, nº 2118.

porque este argumento não procede com os negociantes da Praça, que sempre pagaram ou estiveram dispostos a pagar, mas contra a fiscalização dos empregados da Câmara Municipal, que não cumprem seus deveres. Cessando, pois, a faculdade de poderem os negociantes da Praça comprarem e venderem os gêneros alimentícios, como fizeram até o presente, cessa, *ipso facto*, o avultado rendimento que disso auferiam os cofres municipais. O argumento invocado, de que os roceiros, em igualdade de preço, querem antes vender o gêneros aos negociantes da Praça de preferência aos negociantes da cidade, não tem importância alguma: primeiro, porque o vendedor pode vender o gênero a quem melhor lhe convier, e segundo, porque lhe é mais cômodo deixá-lo na Praça, onde o descarregou, do que carregá-lo ou transportá-lo para outro ponto. Os negociantes que não moram na Praça obviariam este inconveniente munindo-se de carroças para conduzir os gêneros que comprassem, como acontece em todos os mercados. Dissemos que a medida adotada pela Câmara não era favorável ao povo e a prova passamos a dá-la. A Praça do Mercado é concorrida pelas famílias que ali vão escolher os gêneros e prover-se do necessário, o que não acontece nos armazéns fora da Praça; de sorte que a compra e venda dos gêneros alimentícios ali, oferecem outras vantagens, que não se encontram nos armazéns. Na Praça, as famílias escolhem livremente, assistem ao peso ou medida dos gêneros, e tem plena certeza de que não são logradas, porque podem fiscalizar por si mesmo a qualidade do gênero, seu preço e transporte, o que não se dá nos armazéns, aos quais somente concorrem os fâmulos que, as mais das vezes, são logrados no preço, na qualidade, no peso ou na medida dos gêneros que compram. Acresce ainda que o custo dos gêneros nos armazéns é muito mais caro do que na Praça. Aqui os negociantes se contentam com um pequeno lucro, que não excede de 1\$000 réis em alqueire de mantimento, enquanto que fora da Praça um gênero que pode custar 6\$000 ou 7\$000 rs. custa 9\$000 ou 10\$000 rs. Ao povo, portanto, não aproveita, de modo algum, a resolução tomada pela Câmara Municipal de mandar por em vigor o art.9 do Regulamento, que estava posto à margem, com pleno assentimento da mesma Câmara. Quem lucra apenas são os negociantes de tabernas, que, destarte, monopolizam a compra e venda de gêneros alimentícios, eles que se queixavam do monopólio exercido na Praça do Mercado, quando, aliás, tinham inteira liberdade de negociar quando e como lhes aprouvesse! *De sorte que a Câmara decidiu entre o monopólio suposto dos negociantes da Praça e o monopólio real dos taberneiros signatários da representação, e preferiu estes àqueles* (grifos meus).

Os locatários dos quartos se defendiam da acusação de atravessar gêneros ao afirmar que negociavam na seção de tropeiros com o assentimento da Câmara e que, inclusive, a administração do mercado arrecadava o imposto de cem réis por alqueire nestas transações. Salientavam que o rendimento do Mercado diminuiria com a decisão. E também que se tratava de uma resolução unilateral, benéfica apenas para os comerciantes da cidade, denominados de taverneiros. Os últimos continuariam a negociar na seção de tropeiros, livres da concorrência dos locatários, formando assim o “verdadeiro monopólio”. Reconheciam, no entanto, a preferência dos produtores em negociar com os locatários devido a questões estratégicas, relativas às dificuldades do transporte de cargas pela cidade.

De todo modo, ao menos enquanto a coligação liberal-republicana se mantivesse no poder, o movimento associativo dos comerciantes de secos e molhados da cidade era o lado vitorioso da contenda. Inicialmente, opunha-se à administração do Mercado, logrando sua demissão, a figura de seu oponente transferiu-se para os locatários dos quartos e a questão

da concorrência comercial em torno do acesso aos gêneros de primeira necessidade na seção de tropeiros. Novamente, o movimento dos comerciantes da cidade sobrepujou a reação dos locatários dos quartos que foram derrotados e tiveram que aceitar a reorganização do comércio na Praça. Reorganização que, conforme vimos, onerava sua operação.

O administrador Antero Justiniano e os locatários dos quartos do Mercado afirmavam que, durante a administração de Antônio Prado, a Câmara alterou, na prática, o Regulamento do Mercado, sem, no entanto, modificar a letra da lei.

O que explicaria este processo de reorganização da Praça, quando o poder trocou de mãos na Câmara? Se admitirmos que os locatários dos quartos haviam fornecido uma versão verídica de sua posição no conflito, será possível que o administrador Antero Justiniano também estivesse sendo razoável em sua defesa?

É possível encontrar indícios na documentação acerca de sua atuação, fora do Mercado, na perseguição aos vendedores de gêneros que se esquivavam do Fisco, mesmo aqueles que negociavam em outras modalidades de comércio. Atividade que justificaria a sua dispensa da cobrança de impostos no Mercado.

Esses indícios são encontrados, por exemplo, em uma convocação do Cobrador da Câmara, Cândido Leonardo do Espírito Santo pela Comissão de Contas, em julho de 1879. Essa convocação visava obter explicações acerca da redução do valor recebido pelo imposto sobre aguardente.

O funcionário especial da Câmara, munido de livros próprios para esta cobrança alegou, entre outras coisas, que a redução do valor devia-se a interferência do administrador Antero Justiniano, que cobrava irregularmente o imposto sobre os porcos estacionados na Várzea do Carmo. E, também, sobre o toucinho e os queijos vendidos à consignação nos armazéns de secos e molhados, nos arredores do Mercado.³²³

Outro indício é a advertência a Antero realizada pelo vereador conservador Luiz Pacheco de Toledo, em outubro de 1879, que afirmou ser “abusiva a prática de passar recibos de impostos de gêneros importados para consumo da cidade sem que eles [tivessem] entrado na mesma Praça”.³²⁴

Quando a reação liberal se organizou na Província, durante a presidência da Câmara de Antônio Prado (1877-1881), e a arma política que o Mercado simbolizava nas contendas partidárias e eleitorais foi reavivada, o *Jornal da Tarde*, em 15 de Agosto de 1879,

³²³ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1879, p. 127.

³²⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 148.

sob o pseudônimo de “Barradas”, publicava matéria sobre a arrecadação de impostos na seção de tropeiros:

os importadores de gêneros, em observância da lei, levam-nos ao empório do sr. Antero dos Saes. Ali chegados, para que os vendam licitamente, pagam impostos, que nem sempre são licitamente cobrados (...) se não conseguem vender os gêneros, precisam retirá-los; e voltando no dia seguinte, ou ainda no mesmo, pela reentrada repetirão o pagamento do imposto, e mais tantas vezes quantas sejam as voltas; ou guardarão os gêneros em um quarto do mercado, sob pagamento de aluguel diário; aluguel que é cobrado, pelo mesmo quarto, tantas vezes quantos são os guardadores, ficando a chave em poder da administração, que, sem título especial, nem pagamento de imposto, faz extrajudicialmente as vezes de *carcereira*: desde que Antero entrou no mercado, o mercado converteu-se em cadeia... E, outras vezes, mesmo sem que os gêneros saiam do mercado, só pelo fato da transferência de domínio, pagam os transmissores *repetidos impostos*. Eis o caso: José das Beterrabas levou ao mercado oitocentos queijos, e pagou o imposto; Marcos, que os comprou, pelo fato de vendê-los, repetiu o pagamento do imposto; e Lucas, que os três vendeu, por esse fato, também pagou terceiro imposto. Quem paga o imposto recebe um conhecimento impresso, de talão; às vezes, por comodidade ou pressa, o recebido é manuscrito; e já se tem dado o caso, por maior brevidade, de escrever-se o recibo em simples tira de papel sujo... coisas singulares do empório da Parvónia.³²⁵

A denúncia versava sobre ilegalidades cometidas pela administração e, depois, comprovadas pela comissão na Câmara: a cobrança ilícita dos impostos e a convivência com o atravessamento de gêneros na Praça. Neste último caso, o artigo confirma a alegação dos locatários dos quartos que disseram pagar o imposto de 100 réis sobre o alqueire de gênero negociado. No entanto, transparece neste artigo uma visão da cobrança de impostos que, por um lado, demonstrava sinais de desvio de recursos e desorganização, mas por outro, revela o ímpeto da administração em arrecadar tributos no Mercado, que a levava a cometer irregularidades pelo excesso de tributação.

Nesta denúncia, estas negociações entre comerciantes e caipiras na seção de tropeiros são interpretadas como operações corriqueiras, ainda que irregulares. E a administração tolerava esta troca comercial ilícita com o objetivo de aumentar os valores arrecadados, ainda que não legalmente contabilizados. É importante frisar que o contexto da administração de Antero, no Mercado, coincidiu com a gestão de Antônio Prado na Câmara Municipal. E em sua plataforma política previa aumentar os recursos públicos com o objetivo de reduzir a dívida da Câmara que, naquele momento, alcançava três vezes o montante disponível em seu orçamento.

No âmbito da concorrência comercial na Praça do Mercado da Rua 25 de Março, os comerciantes de secos e molhados da cidade retomaram a vantagem sobre os locatários dos

³²⁵ JORNAL DA TARDE. 15/08/1879, nº 282, p. 3.

quartos do Mercado, após a demissão de Antero Justiniano, em 1882. A Câmara reinstituiu o art.9º do Regulamento que, desde 1872, beneficiava os comerciantes da cidade ao proibir os locatários do Mercado de negociarem na seção de tropeiros. No entanto, a partir de 1877, durante a administração de Antônio Prado, este equilíbrio comercial foi, na prática, de forma ilícita, alterado em favor dos locatários, segundo constatação da legislatura seguinte da Câmara.

Esta configuração do comércio de gêneros alimentícios de primeira necessidade vigorou, todavia, por curto período, pois em 1884 os conservadores da *União* retomaram o controle político da Câmara. E, possivelmente, os locatários dos quartos voltaram a negociar na seção de tropeiros, ou a vender nos quartos e bancas os gêneros de primeira necessidade, adquiridos em outras localidades e transportados pelas estradas de ferro. Um indício neste sentido se encontra na autorização expedida a um locatário para vender galinhas nos quartos, em 1886.

A administração de Castro e Souza, substituto de Antero Justiniano, reforçou a aplicação do art.9º do Regulamento de 1872, o que suscitou o debate e a resistência analisados anteriormente, pois locatários foram autuados e expulsos do Mercado.

Nos anos finais do Império, a aparente convivência dos políticos conservadores em relação à compra e revenda de gêneros alimentícios de primeira necessidade pelos comerciantes do Mercado progressivamente desgastou as medidas reestabelecidas pelos liberais, para conter o atravessamento e monopólio no Mercado, em 1882. A principal indicação neste sentido foi a permissão concedida, anos depois, aos comerciantes do Mercado para adquirem gêneros de primeira necessidade, transportados pelas estradas de ferro, para vendê-los nos quartos, barracas e bancas do Mercado.

O advento da república se tornou uma oportunidade para os comerciantes com armazéns de secos e molhados na cidade retomarem a campanha política contra os atravessadores do Mercado. Subjacente a este tema, e justificando seu posicionamento, não se colocava mais a questão da sonegação de impostos pelos locatários do Mercado, e sim, o aumento da carga tributária para diversos segmentos comerciais na cidade, determinado pelo Conselho de Intendência no alvorecer do regime.

Se o governo estadual extinguiu impostos que incidiam sobre a importação de gêneros alimentícios para as cidades, a Intendência Municipal aumentou as taxas para obtenção de licença para o comércio, bem como o imposto de indústrias e profissões, estabelecido com base no Código de Posturas Municipais de 1886. O aumento na cobrança de tributos era realizado em um contexto no qual aumentava também o número de vendedores

ambulantes de alimentos na capital, muitos dos quais atuando à margem de qualquer Regulamento. Em meio a intensificação da imigração em massa, a expansão urbana e a proletarianização das camadas empobrecidas.

É neste contexto que a representação dos comerciantes de secos e molhados da cidade, destarte estabelecidos nas imediações do Mercado, solicita à Intendência o controle deste comércio ilegal praticado tanto no Mercado quanto pelas ruas da cidade por vendedores não licenciados pela municipalidade. Os comerciantes de secos e molhados publicaram dois artigos no *O Estado* entre 12 e 13 de Julho de 1890. Era justamente o período em que as licenças para os comerciantes eram pagas para que fossem renovadas, segundo as disposições estabelecidas na lei de orçamento municipal.

Os comerciantes de secos e molhados continuavam a abastecer seus armazéns com cereais e outros gêneros de quitanda na Praça do Mercado. Relatavam se sentir prejudicados pelos comerciantes que negociavam com cereais na Praça, sem alvará de licença e sem pagar o imposto de indústria e profissão conforme determinavam o Regulamento e as Posturas Municipais:

Se é proibido depositar nesses quartos os gêneros comprados na Praça, também é vedado nos termos do art.8º neles vender gêneros da espécie dos que se vendem na Praça, embora tivessem sido comprados em outra parte (...) esta disposição é todos os dias violada, acrescentando que, indivíduos que não tiraram alvará de licença formam quitandas junto às colunas fronteiras aos quartos da Praça e aí (...) concorrem a são e salvo, com o comércio que paga impostos para exercer legalmente sua indústria.³²⁶

Denunciavam, então, que era admitido aos comerciantes do Mercado negociar em concorrência com os caipiras, comprando gêneros de outras localidades para vender no Mercado. Reclamavam, no artigo citado, que havia seis meses que um abaixo-assinado reivindicando medidas do poder municipal se encontrava no Conselho de Intendência sem qualquer deliberação. Na transcrição do abaixo-assinado, estes comerciantes se identificavam como negociantes de secos e molhados e em artigo, publicado no dia seguinte, se denominaram “negociantes que comprem cereais no Mercado para os revenderem em seus estabelecimentos”. Neste segundo texto,³²⁷ os comerciantes relembaram o êxito da campanha de 1882:

³²⁶ O ESTADO DE S. PAULO. 12/07/1890, nº 4611, p. 2.

³²⁷ O ESTADO DE S. PAULO. 13/07/1890, nº 4612, p. 3.

Há anos passados a imprensa registrou reclamações neste sentido, e os que negociavam em quartos da praça, vendendo gêneros ali comprados, foram todos eles despedidos. A providência tomada pela extinta câmara foi porém de pouca duração, porquanto muitos daqueles que de lá foram despedidos, viram entrar, mais tarde e para os quartos que haviam deixado outros que foram continuar o que lhes havia sido proibido (...) é sabido que para a comodidade pública criou-se um novo mercado de verduras, ao qual afluem também cereais (...) [e] o que se passa nos quartos da Praça do Mercado está se reproduzindo também nos repartimentos que se estabeleceram no novo mercado de verduras da Ladeira de S. João.

Os proprietários de armazéns confirmam a hipótese de que a medida da Câmara de 1882 não perdurou e as transgressões ao art. 9º do Regulamento voltaram a ser praticadas. Este segmento comercial denunciava igualmente a venda ilegal de cereais na cidade realizada também por vendedores ambulantes munidos de “carrocinhas” para o transporte. O conjunto de queixas demonstra indiretamente como o crescimento demográfico e urbano da capital neste período entre 1886 e 1890, nos primeiros anos da política de imigração subsidiada, abriu oportunidades para o comércio de gêneros básicos à alimentação diária do habitante da capital. Pelas referências esparsas na documentação, é possível deduzir que os cereais eram os gêneros de primeira necessidade: feijão, arroz, milho, farinha de mandioca e de milho entre outros.

Segundo estes artigos na imprensa, o local de reunião deste segmento comercial era o mesmo utilizado pelo movimento em 1882, o Clube Gymnastico Português. Todavia, naquele ano, o movimento possuía um representante em cada bairro da capital e, em 1890, o movimento era composto pelos comerciantes situados nas imediações da Praça do Mercado, principalmente na Rua 25 de Março e adjacências.

A campanha na imprensa surtiu efeito e na sessão seguinte do Conselho de Intendência, em 16 de Julho de 1890, a representação dos comerciantes de secos e molhados entrou na pauta de discussão e foi remetida à análise do Procurador do Conselho e à Comissão de Justiça. As informações nas atas da Câmara indicam que este abaixo-assinado era subscrito por mais de três centenas de comerciantes, demonstrando a centralidade para o comércio de gêneros alimentícios na cidade instalada pelo Mercado da Rua 25 de Março: “Representação de 311 negociantes de secos e molhados estabelecidos nesta capital, contra a venda de mantimentos e outros gêneros nas praças de mercado existentes na cidade”.³²⁸

Se considerarmos que cada assinatura corresponde a um comerciante diferente, é possível afirmar que este movimento contava com o apoio da maioria dos proprietários de armazéns existentes na cidade, o que indica a possível pressão política desse segmento

³²⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1890, p. 171.

comercial que contemplava o maior número de comerciantes na cidade no alvorecer da República.³²⁹ Segundo Flávio Saes, nesta época, São Paulo contava com 593 armazéns de secos e molhados. Ou seja, mais da metade destes foram signatários da representação e se localizavam, em sua maioria, nas imediações do Mercado Grande.

A despeito da magnitude deste movimento, as atas da Câmara não legaram maiores informações sobre o destino deste abaixo-assinado, que foi enviado à Procuradoria e à Comissão de Justiça e não retornou mais ao plenário. Os comerciantes do mercado, por sua vez, lançaram campanha contra a resolução do Conselho de Intendência que proibiu qualquer pessoa de pernoitar na Praça do Mercado, incluindo os locatários. Como estes estabeleciam moradias nos quartos alugados, esta decisão impactava diretamente a vida destes comerciantes e a dinâmica operacional de seus negócios. De todo o modo, o Conselho rejeitou o abaixo-assinado dos locatários do Mercado, sem passar por qualquer escrutínio das comissões.³³⁰

O movimento dos locatários do Mercado e a reconfiguração dos conflitos na República

Com o advento da República, a questão do atravessamento de gêneros no Mercado será reconfigurada pelas transformações socioeconômicas e institucionais em curso. O rápido crescimento populacional do Estado de São Paulo, o aumento da extensão das lavouras de café, que avançavam em áreas até então dedicadas à lavoura de subsistência e a dependência, cada vez maior, da importação de gêneros alimentícios favoreciam a carestia e a ameaça constante de escassez de alimentos.

A nova configuração do poder estadual extinguiu o poder das Câmaras de tributar a produção e circulação dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, o imposto de cem réis. Essa medida, que visava baratear o custo dos alimentos, reduziu a capacidade de arrecadação de tributos na Praça do Mercado. A municipalidade encontrou na expansão do Mercado da Rua 25 de Março, com a construção de diversos anexos conhecidos também como mercados, uma saída para potencializar o rendimento da Praça, até então baseado nas transações comerciais.

A intensificação no uso e ocupação do espaço do Mercado reconfigurou o conflito em torno do atravessamento de gêneros. Até então, a questão central para a organização do

³²⁹ SAES, Flávio Azevedo Marques de. “São Paulo Republicana: A vida econômica” In: PORTA, Paula (Org.) *História da Cidade de São Paulo – A cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Editoria Paz e Terra, 2004, p. 218.

³³⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Ibidem*, p. 52.

abastecimento no Mercado esteve diretamente relacionada ao acesso dos compradores à seção de tropeiros. Com a criação de novos mercados na Praça, o cerne do conflito sobre os atravessadores se deslocou para o acesso de vendedores ao Mercado dos Caipiras, ou seja, quem teria permissão para vender gêneros nesse mercado, e não mais quem poderia comprá-los.

Esta nova configuração do abastecimento de gêneros alimentícios foi regulamentada com a criação da Intendência de Polícia e Higiene em 1896, que sancionou um novo regulamento no mesmo ano.

O oitavo artigo do Regulamento de 1896 substituiu a disposição anterior que proibia os locatários de quartos e barracas de negociarem na seção de tropeiros. E instituiu, alternativamente, que “a venda de gêneros nas praças fora dos lugares que lhes [fossem] destinados” estava proibida. O primeiro parágrafo do artigo especificava esta nova abordagem do espaço do Mercado: “as diversas espécies de gêneros [deveriam] ser expostas em seções distintas”.³³¹

Em seu artigo 14, o Regulamento incluiu uma tentativa de retorno ao sistema de *alta* de gêneros, criado pelo primeiro regulamento e vigente nos anos iniciais de funcionamento da Praça do Mercado, entre 1867 e 1872. Segundo a disposição do sistema de *alta*, proibia-se “antes das onze horas da manhã, dentro ou fora das praças, a compra ou venda de gêneros para revendas, em grosso ou a varejo, incorrendo os infratores na multa de 20\$000”.³³²

Em relação aos locatários do Mercado, a Intendência de Polícia e Higiene alterou a disposição executada pelo Conselho de Intendência, em 1890, e novamente autorizou os locatários, ou seus funcionários, de pernoitarem na Praça do Mercado. Segundo o artigo 38 do Regulamento de 1896, “ninguém [poderia] pernoitar nas casas e barracas, senão os locatários, seus sócios ou caixeiros, devendo aqueles dar ao administrador uma relação dos que [pernoitassem]”.³³³

Nesta nova organização do abastecimento na Praça do Mercado, os antigos locatários dos quartos assumem o protagonismo da luta contra o atravessamento de gêneros. E foi, justamente, no bojo da campanha eleitoral para eleger o primeiro Prefeito da Capital, que as denúncias contra os atravessadores ganharam as páginas da grande imprensa na cidade. A vitória coube, novamente, a Antônio Prado.

³³¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Leis*, Ato nº 11 de 23 de Setembro de 1896, p. 1-2.

³³² *Idem*, *Ibidem*, p. 3.

³³³ *Idem*, *Ibidem*, p. 7.

Na última semana da corrida eleitoral, entre os dias 23 e 25 de Outubro de 1898, sob o pseudônimo de *Os prejudicados*, o jornal *O Estado de S. Paulo* veiculou a seguinte reclamação: “Pede-se atenção do ilustre intendente de polícia e higiene para o mercado dos caipiras que se acha infestado de atravessadores, que muitíssimo prejudicam os interesses dos comerciantes do mercado grande”.³³⁴

Este artigo, reproduzido mais duas vezes naquela semana, visava inserir no debate eleitoral as demandas dos comerciantes do Mercado, sinalizando aos futuros administradores as necessidades deste segmento comercial.

Em janeiro de 1899, após a posse da nova Câmara, Antônio Prado foi eleito entre seus pares para ocupar o cargo de Prefeito. Prado e os locatários do Mercado possuíam uma relação ambígua quando supostamente, durante sua administração, este segmento comercial obteve vantagens comerciais indevidas, com a anuência do poder municipal.

Os locatários do Mercado, no início desta legislatura, se reorganizaram em torno de nova pauta, a presença dos atravessadores no Mercado dos Caipiras. Assim, os comerciantes locatários do Mercado deixavam de adotar uma postura defensiva em face da acusação de serem os atravessadores da seção de tropeiros para assumir uma postura de protesto por direitos supostamente violados por comerciantes que ocupavam ilegalmente o Mercado dos Caipiras.

Neste novo contexto político e econômico, este segmento comercial formulou uma representação coletiva à Câmara, um abaixo-assinado cobrando providências quanto à concorrência irregular dos atravessadores. O movimento esperava contar com o apoio do administrador do Mercado para ser o fiador do documento durante o trâmite burocrático pelos domínios do poder municipal: a Intendência de Polícia e Higiene, a Prefeitura e, em última instância, a Câmara.

Em 13 de março de 1899, os locatários do Mercado publicaram no *O Estado* artigo em que descreviam o andamento destas negociações com as autoridades municipais. A representação de 30 de janeiro foi negada pela Prefeitura após parecer contrário do administrador do Mercado Grande, para surpresa dos comerciantes.

Em face da derrota na Prefeitura, os comerciantes do Mercado decidiram se reunir em Assembleia. Esta reunião aconteceu em um imóvel da Rua 25 de Março. O líder aclamado pelos participantes era Francisco de Azevedo Guerra. Os secretários, Balthazar Ribeiro e Antônio Cocossi. A Assembleia transcorreu por uma hora e meia sob a vigilância do

³³⁴ O ESTADO DE S. PAULO. 23/10/1898, nº 7278, p. 3.

Delegado da 1ª circunscrição, J. A. Pereira de Queiróz, e do escrivão Gonzaga. Segundo o repórter do *O Estado*, os comerciantes do Mercado discutiram e aprovaram as seguintes resoluções:

dirigir uma nova representação a respeito dos atravessadores à municipalidade, mostrando os abusos ali cometidos e os prejuízos que advém desse fato, visto que se consideram fortemente tributados, pedindo que a municipalidade decrete leis que regulem o Mercado dos Caipiras, para que se torne realidade o fim a que foi destinado aquele mercado. Pedem mais os negociantes do mercado que os atravessadores paguem, como eles, os impostos aos cofres municipais, ou lhes seja permitido, como os atravessadores, negociar no Mercado dos Caipiras. Os reclamantes resolveram mais dirigir uma petição ao dr. Prefeito Municipal solicitando a substituição do administrador e mais empregados do escritório do mercado, a bem da regularidade do serviço e da ordem, que dizem, facilmente poderá ser alterada, se se der a permanência dos atuais empregados.³³⁵

Assim como os comerciantes com armazéns de secos e molhados em 1882, após a mudança do regime, os locatários do Mercado percebiam um aumento do peso da tributação em suas operações comerciais e dele se valiam como argumento contra os comerciantes que não pagavam corretamente os impostos. O parecer contrário do administrador rendeu-lhe a oposição do movimento associativo que requisitava sua demissão. O texto encerrava duas ameaças para o caso de suas demandas não serem atendidas: a possibilidade deste segmento comercial também negociar no Mercado dos Caipiras, reeditando as posições do conflito no Império; e a possibilidade de protestos que alterassem a ordem se o administrador fosse mantido na função.

Nesta nova configuração do conflito, os comerciantes de armazéns de secos e molhados da cidade saíram de cena e, em seu lugar, os comerciantes de cereais e outros gêneros alimentícios, situados no interior do Mercado Grande, assumiram a posição de combate ao atravessamento no Mercado dos Caipiras. Nesta virada do século, o suprimento de gêneros via estradas de ferro suplantava gradativamente a importância dos tropeiros e caipiras para o abastecimento de gêneros de primeira necessidade para a capital.

Os comerciantes do Mercado, assim como os da cidade, passavam a depender mais das firmas atacadistas de cereais e secos e molhados, que então se estabeleciam na cidade, para suprirem os estoques de seus armazéns. No entanto, o Mercado dos Caipiras desempenhava um importante papel para o abastecimento urbano, pois ainda era considerado o local de aquisição de produtos baratos e com qualidade e a seção do Mercado Grande com maior afluência de consumidores no período da manhã.

³³⁵ O ESTADO DE S. PAULO. 13/03/1899, nº 7418, p. 1.

Por sua vez, o comércio de gêneros alimentícios nesta virada do século oferecia possibilidades de emprego e subsistência aos imigrantes que alcançavam a capital ao abandonarem as condições de trabalho precárias da lavoura de café. O mercado de trabalho na capital, em face da abundância de força de trabalho resultante da política de imigração em massa, não absorvia todo este contingente nas atividades fabris e o comércio de alimentos oferecia uma oportunidade de baixo investimento e alta demanda em uma cidade em expansão, ainda que, inicialmente, a inserção neste setor da economia se desse no circuito ilegal de comércio de alimentos.

Os locatários do Mercado, por sua vez, se sentiam “fortemente tributados” e acreditavam sofrer concorrência desleal de outros comerciantes que, sem pagar licença à Prefeitura, tampouco aluguel de espaço, estacionavam no Mercado dos Caipiras e aí compravam e também revendiam produtos, sem fiscalização, desequilibrando a concorrência comercial no segmento de gêneros de primeira necessidade.

O administrador, após posicionar-se de forma contrária aos interesses dos locatários do Mercado, se tornou também alvo de uma petição à Prefeitura para que esta o removesse da administração do Mercado. A ruptura da ordem estava em xeque como instrumento de pressão do movimento e a assembleia foi acompanhada de perto pelas autoridades policiais. Nesta assembleia, decidiu-se nomear uma comissão, composta por 17 membros, com o objetivo de “defender os direitos de seus companheiros, e para contratar o advogado se tanto [fosse] necessário”.

Os comerciantes do mercado se preparavam para prosseguir com sua demanda. Dez dias depois, em 23 de março, pelas páginas do *O Estado*, o movimento informou a Câmara Municipal e a opinião pública sobre a representação de outro abaixo-assinado à Prefeitura. O título do artigo era “Mercado Grande”:

Os comerciantes estabelecidos no Mercado Grande (...) chamam a atenção dos dignos vereadores para a aludida representação e para que essa digna corporação possa bem julgar, pede-se uma visita àquele estabelecimento municipal, porque só assim os srs. vereadores verificarão de *visu* a verdade e justiça do que se alegou na representação.³³⁶

A primeira representação não havia alcançado o plenário da Câmara, pois fora indeferida no âmbito da Intendência de Polícia e Higiene e da Prefeitura Municipal. Desta vez, o Prefeito Antônio Prado enviou à Câmara a representação dos comerciantes do Mercado Grande acompanhada do parecer do poder executivo a respeito. Dois dias antes, em 06 de

³³⁶ O ESTADO DE S. PAULO. 23/03/1898, nº 7428, p. 3.

Abril, *O Estado* adiantou a decisão da Prefeitura e afirmou que o despacho desta segunda representação seguiu os termos daquele que fora proferido por ocasião da primeira, em março daquele ano, pois ambas eram idênticas e assim “a Prefeitura já havia resolvido o assunto”.³³⁷

A reunião em Assembleia, os artigos no jornal e as representações coletivas em abaixo-assinados, suscitaram, todavia, ações da municipalidade de caráter repressivo no Mercado dos Caipiras e fora dele. Em 08 de Abril de 1899, uma operação da 2ª Subdelegacia de Polícia da Consolação resultou na prisão de oito pessoas, acusadas de atravessamento de gêneros.³³⁸

A subdelegacia da Consolação era responsável pelo policiamento da estrada dos Pinheiros, caminho importante para a condução de gêneros alimentícios pelas tropas. Esta ocorrência, todavia, era atípica. A repressão aos atravessadores era tarefa dos Fiscais da Câmara e mesmo que as Posturas Municipais incluíssem a prisão como punição aos atravessadores de gêneros, esta foi a primeira ocorrência, com esta implicação, encontrada nas fontes.

Conquanto a representação dos locatários do Mercado tenha sido indeferida na Prefeitura, e se encontrava sob a análise dos vereadores da Câmara, a Intendência de Polícia e Higiene realizou diligências no Mercado dos Caipiras que resultaram na expulsão de um grupo de comerciantes identificado pelo nome de “Luiz Maria Telles e Outros” na documentação oficial.

Este grupo de comerciantes, expulsos do Mercado dos Caipiras, recorreu à Câmara desta decisão do poder executivo municipal com a anuência da administração do Mercado Grande. Esta representação dos comerciantes expulsos do Mercado dos Caipiras alcançou a Comissão de Justiça da Câmara que, nesta legislatura, abrigava um inimigo político do Prefeito, o fabricante e comerciante de calçados, Abílio Soares.

Esta comissão deu provimento somente à causa do comerciante Luiz Maria Telles, pois este comprovava com documentos a legalidade do negócio estabelecido no Mercado. Luiz Maria Telles era comerciante de milho, feijão, ovos, limão, entre outros gêneros, que eram enviados por um funcionário postado na cidade de Cerquilho, provavelmente transportados para a capital pelas estradas de ferro.

Os documentos apresentados pelo comerciante, segundo a comissão, comprovavam a legalidade da operação, pois alguns eram lavrados em repartições públicas. Por outro lado, a Prefeitura ao decidir pela expulsão do comerciante se baseou em “simples

³³⁷ *Idem*. 06/04/1899, nº 7441, p. 1.

³³⁸ CORREIO PAULISTANO. 16/04/1899, nº 12796, p. 2.

alegação de um empregado da Câmara desacompanhada de provas de demonstração do mesmo fato, ou certidão de auto de multa e infração das posturas”.³³⁹ A Comissão assim decidiu acatar o recurso de Luiz Maria Telles, e negá-lo aos outros comerciantes não identificados, pois estes não apresentaram os documentos comprobatórios necessários.

A ordem da Prefeitura os relacionava ao ato de comprar e revender no interior do Mercado dos Caipiras. O recurso e o parecer da comissão de Justiça entraram em pauta no plenário. Após duas rodadas de discussão, o recurso de Luiz Maria Telles, bem como dos outros comerciantes foram negados pela maioria na Câmara e manteve-se, assim, a proibição deste grupo de negociar no Mercado dos Caipiras.³⁴⁰

Simultaneamente a esta decisão, em novembro de 1899, a Prefeitura decidiu proibir novamente os locatários do Mercado Grande e dos outros mercados da capital de residirem ou pernovernarem no interior do Mercado. Antônio Prado justificou a medida em respeito ao pedido da Repartição Central de Polícia. Por outro lado, é possível que esta decisão se inserisse entre as medidas sanitárias adotadas neste período diante da ameaça de epidemia de peste bubônica deflagrada em Santos naquela quadra. Em contrapartida, o Prefeito solicitou ao chefe de polícia que designasse 3 ou 4 “rondantes” para patrulhar as imediações do Mercado que, a partir de então, estaria somente sob a vigilância do Porteiro.³⁴¹

As medidas de repressão aos atravessadores, instauradas pelo primeiro Prefeito Municipal, que em tese beneficiariam os comerciantes do Mercado, não foram capazes, todavia, de atender aos interesses dos locatários. Porque estas mesmas medidas também os afetavam, como a proibição à residência no interior do Mercado e a rejeição aos abaixo-assinados pelas autoridades municipais. Os locatários, aparentemente, cumpriram a promessa, feita em artigo no *O Estado*, de começar a negociar também no Mercado dos Caipiras.

Em maio de 1900, a Prefeitura emitiu uma Portaria que interditava o acesso dos locatários do Mercado Grande ao Mercado dos Caipiras. Sua proibição incitou a retomada do movimento associativo de protesto e os locatários se declararam em greve. Estes avanços e recuos foram registrados pelo repórter do *O Estado*:

Em consequência de uma portaria do dr. Prefeito municipal, vedando a entrada, no Mercado dos Caipiras, aos vendedores de cereais e outros gêneros alimentícios, que negociam em barracas no interior do mercado da rua Vinte e Cinco de março, aqueles negociantes ontem, às 8 horas da manhã, declararam-se em greve, alegando

³³⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1899, p. 554.

³⁴⁰ *Idem*, p. 564 e 573.

³⁴¹ O ESTADO DE S. PAULO. 17/11/1899, nº 7666, p. 1. Esta nova disposição de proibir os locatários dos quartos de dividir o espaço de comércio com o espaço de residência no Mercado estava incluída entre as medidas para evitar o alastramento da epidemia de peste bubônica deflagrada em Santos, no mês anterior.

sentirem-se prejudicados com a medida da autoridade municipal. Os srs. F. Lima, José Ferreira Leão Sobrinho e major Álvaro Ramos, administrador, e escrivão do mercado e diretor da seção de polícia e higiene da prefeitura, ouviram os paredistas, influndo de modo a evitar que se dessem distúrbios. Os negociantes de cereais constituíram advogado para representar contra o ato do dr. prefeito municipal, sendo provável que hoje se reabram as barracas, esperando a resolução do caso.³⁴²

Os grevistas eram comerciantes de cereais do Mercado Grande e a paralisação se realizou mediante o fechamento das barracas onde negociavam no átrio principal. A decisão da Prefeitura de proibi-los de acessar o Mercado dos Caipiras aliada ao desgaste nas relações político-administrativas entre os locatários e as autoridades municipais deflagraram o protesto. A Prefeitura incumbiu os funcionários da administração do Mercado e o Diretor de Polícia e Higiene, Major Álvaro Ramos, para dialogar com os grevistas e encontrar uma solução para este impasse.

No dia seguinte, 18 de maio de 1900, a expectativa da imprensa era pela retomada das atividades no Mercado. Todavia, a conversa com as autoridades no dia anterior não tiveram o resultado esperado e os locatários se mantiveram em greve. No dia seguinte, não só os grevistas se mantiveram paralisados como tentaram persuadir os demais locatários a aderirem ao movimento. Segundo o repórter do *O Estado*, os grevistas se depararam com a relutância dos outros comerciantes e responderam com novas ameaças de promoção de “desordens”.³⁴³

Diante desta possibilidade de conflito iminente, após a radicalização do movimento, a Prefeitura adotou medidas de caráter repressivo ao suspender as negociações e convocar o regimento policial para “pacificar” o Mercado da Rua 25 de Março:

No intuito de evitar conflitos, foi dado aviso do fato ao dr. Oliveira Ribeiro, chefe de polícia, que mandou o dr. Saraiva Júnior, 2º delegado auxiliar, seguir para o local, acompanhado do capitão Fonseca Ozorio, ajudante de ordens e 50 praças da Brigada. A autoridade e a força durante todo o dia garantiram as barracas abertas do mercado e ali se mantiveram até às 6 ½ horas da tarde. Hoje, às 6 horas da manhã, a força voltará ao local, afim de assistir à abertura do mercado. O dr. Pedro Vicente de Azevedo, vice-prefeito municipal em exercício, mandou afixar editais intimando os negociantes grevistas a voltar ao negócio dentro de 24 horas, sob pena de se proceder ao despejo dos quartos por eles ocupados, incorrendo nas penas do regulamento do mercado.

De maneira contraditória, supostamente para evitar o conflito, a municipalidade fez aumentar as tensões no Mercado ao solicitar a presença policial em tropa numerosa, com dezenas de soldados. O aparato policial coagiu os locatários a reabrirem suas barracas neste

³⁴² O ESTADO DE S. PAULO. 17/05/1900, nº 7845, p. 2.

³⁴³ *Idem*. 19/05/1900, nº 7847, p. 2.

segundo dia de protestos e paralisação. A reportagem do *O Estado* indicava que a Prefeitura manteria a ocupação policial do Mercado enquanto o movimento grevista não fosse debelado. Por outro lado, o vice-prefeito em exercício, Pedro Vicente de Azevedo, limitava o campo de ação dos grevistas ao ameaçar os militantes de expulsão do Mercado Grande.

A partir de então, a ação do poder público se concentrou na figura desta autoridade que ocupava a cadeira do poder executivo temporariamente, pois Antônio Prado se encontrava licenciado. Pedro Vicente de Azevedo ocupou a cadeira da Presidência da Câmara após a primeira eleição republicana de 1892. Nesta primeira legislatura da Câmara reinstituída, Pedro Vicente demonstrou a intenção de construir um novo mercado para a Rua 25 de Março, mas encontrou oposição na Comissão de Justiça, liderada pelo advogado Francisco Pennaforte Mendes de Almeida.

O advogado contratado pelos locatários do Mercado, para representá-los neste conflito, era justamente o Dr. Pennaforte. Sob sua orientação, o movimento grevista adotou novas formas coletivas de resistência ao poder executivo municipal: a publicação de artigos na imprensa, a confecção de abaixo-assinados à Câmara, e, diante da ameaça de expulsão, Pennaforte obteve uma liminar judicial suspendendo a ação de despejo contra os militantes do movimento.

O *Correio* também noticiou a evolução destes acontecimentos. Segundo este jornal, os locatários do Mercado insistentemente demandaram providências da Prefeitura contra a presença de atravessadores no Mercado dos Caipiras. Todavia, as autoridades municipais se recusaram a atendê-los. Desse modo: “constituíram-se em greve, abandonando seus lugares”,³⁴⁴ em reação à ameaça de expulsão da Prefeitura:

na iminência da perda dos seus lugares, os negociantes requereram então ao dr. Thomaz Alves, juiz da 1ª vara, que lhes fosse concedida manutenção de posse, o que aquele juiz deferiu (...) os oficiais de justiça cumpriram o mandado do juiz, sendo igualmente intimado o dr. Procurador judicial da câmara a falar na primeira audiência aos termos da ação. Apesar do mandado judicial, o dr. Pedro Vicente manteve o edital que expediu.

O movimento grevista dos locatários levou o conflito à esfera do Poder Judiciário. Nesta, Pedro Vicente de Azevedo era acusado pelos comerciantes de ameaçar expulsá-los sumariamente alegando perseguição política. O juiz acatou a solicitação dos locatários e os manteve de posse de suas barracas no Mercado Grande, enquanto procediam-se as investigações.

³⁴⁴ CORREIO PAULISTANO. 20/05/1900, nº 13187, p. 1.

Em 21 de Maio de 1900, o Prefeito interino defendeu sua posição pelas mesmas páginas do *Correio*. Informava aos leitores que ocupava o cargo no executivo municipal há poucos dias e que, em breve, o devolveria ao Prefeito Antônio Prado.

De todo o modo, Pedro Azevedo alegava que nenhuma reclamação contra a Portaria havia sido feita. Somente após a conflagração da greve, foi a Secretaria informada da existência de uma representação contra um ato executivo da Prefeitura. Todavia, este ato, expedido há mais de um ano, visava justamente atender uma demanda dos locatários do Mercado e coibir a presença de atravessadores no Mercado dos Caipiras.³⁴⁵

O Prefeito interino condenou a decisão judicial, considerando-a precipitada, pois a ação de despejo da Prefeitura não fora motivada com fins de perseguição política, mas ao contrário, visava reforçar a aplicação do art. 44 do Regulamento dos Mercados de 23 de Setembro de 1896, segundo o qual:

Os inquilinos ou locatários que faltarem ao respeito à administração e que não se portarem com a devida decência, *ou perturbarem a ordem*, serão punidos a primeira vez com a multa de 10\$000 a 30\$000 (...) Parágrafo Único – Caso continuem a proceder mal, serão intimados a desocuparem o repartimento ou local que tenham alugado, em prazo curto, à juízo dos administradores.³⁴⁶

Segundo Pedro Vicente de Azevedo, a insistência dos grevistas em prolongar o movimento por três dias e a tentativa de aliciar outros comerciantes para a “perturbação da ordem” justificavam a aplicação do citado artigo. Afirmava também que havia entre os participantes do movimento locatários que utilizavam os compartimentos do Mercado “como simples depósito ou guarda de gêneros”, o que também era proibido pelo Regulamento.³⁴⁷

Em 29 de Maio de 1900, *O Estado* reproduziu uma matéria publicada em um novo jornal da cidade, *A Vida de Hoje*, originalmente veiculada em 23 de Maio. Este texto contemplava a resposta dos grevistas ao artigo do Prefeito interino, publicado no *Correio*. Por meio dele, os locatários demonstravam permanecer mobilizados, pois anunciavam que pretendiam submeter novo abaixo-assinado à Câmara. O título do artigo era “*O sr. Pedro Vicente e os negociantes do Mercado*”. Provavelmente, este texto fora escrito pelo advogado dos locatários, pois rememorava situações vividas na Câmara, nos anos finais do Império, quando ele e Pedro Vicente de Azevedo figuravam entre os vereadores da última legislatura imperial. Para este autor, a intervenção do Prefeito interino na greve constituía uma

³⁴⁵ CORREIO PAULISTANO. 21/05/1900, nº 13188, p. 1.

³⁴⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Leis*, Ato nº 11 de 23 de setembro de 1896.

³⁴⁷ CORREIO PAULISTANO, *Ibidem*.

interferência absurda, quixotesca e bufona que sua excelência teve na questão dos negociantes do mercado (...) como não é homem de meias medidas, principalmente quando tem na frente para combater pobres comerciantes, onerados de impostos (...) afixou nas paredes editais de despejo (...) depois de sufocar na garganta dos reclamantes o justo queixume, queria, além de tudo, lançá-los fora de seus negócios e dispersá-los (...) o ilustre dr. Penaforte, porém, advogado dos prejudicados, veio à mão dos furores do vice-prefeito e, sacudindo-lhe nas ventas o mandado de manutenção de posse (...) mostrou-lhe que nem sempre os ricos, filhos da advocacia administrativa e netos de todas as situações políticas, podem impunemente pôr o pé no pescoço dos pobres, que labutam para ganhar honradamente sua vida.³⁴⁸

O movimento grevista não poupou o prefeito interino de críticas e ironias. Celebrou a derrota desta autoridade com a expedição do mandado de manutenção de posse e sua convocação para depor perante o juiz no procedimento judicial instaurado. Os locatários criticavam o despacho de Pedro Vicente como “teimosia”, argumentando que o caso suscitava a possibilidade de o Prefeito ter cometido o crime de prevaricação:

Ora, é evidente que o sr. Pedro Vicente está demorando por ódio, e malquerença a administração da justiça aos comerciantes do mercado, fundamentando ridiculamente esta demora na continuidade de uma greve pacífica, que nada tem de inconveniente e que é apenas um modo, como outro qualquer, de protestar contra um esbulho de direitos.

Os locatários associavam, como já foi dito, as ações do prefeito interino com formas de perseguição política ao movimento de protesto que culminou na greve de três dias. O poder executivo percebia a greve como uma forma de protesto que ameaçava a ordem constituída, considerando-a, portanto, ilegítima. O movimento associativo enxergava nesta ação coletiva a única medida ao seu alcance para pressionar as autoridades municipais que se recusavam sistematicamente a atender as demandas dos locatários do Mercado Grande.

Em 04 de Junho de 1900, nova representação foi homologada na Câmara para contestar a Portaria da Prefeitura que vedava aos locatários acessar o Mercado dos Caipiras. O documento foi encaminhado para apreciação tanto da Comissão de Justiça quanto novamente da Prefeitura.

A Comissão de Justiça que analisou o conflito era composta pelos vereadores José Oswald e Dr. Veiga Filho. Para emitir o parecer, os vereadores realizaram uma visita de inspeção no Mercado Grande e no Mercado dos Caipiras que resultou na seguinte percepção, contrária a posição da Prefeitura e favorável aos locatários grevistas: “a despeito de todos os

³⁴⁸ O ESTADO DE S. PAULO. 29/05/1900, nº 7857, p. 3.

pareceres contrários, trata-se de uma questão que interessa ao público em geral, de uma reclamação inteiramente justa, devendo ser provido o aludido recurso”.³⁴⁹

A comissão justificava esta posição retomando a letra do art. 8º do Regulamento de 1896, que designava locais específicos para a compra e venda dos diferentes gêneros alimentícios. Quitandas, cereais, secos e molhados deveriam ser negociadas em seções distintas no interior do Mercado. Desse modo, conforme apontado, a partir de 1896, foram criadas as diversas seções no Mercado da Rua 25 de Março: o mercado de hortaliças, o mercado de peixes, o mercado dos tripeiros e o mercado dos caipiras.

Todavia, na virada do século, a comissão de justiça reconheceu que:

Sucedendo, porém, o fato da progressiva movimentação do mercado destinado aos pequenos produtores, conhecido do vulgo pelo nome de Mercado dos Caipiras, atenta à natural preferência dada pela classe menos favorecida da fortuna na justa intenção de prover diretamente ou de primeira mão o sustento do dia – para ali foram pouco a pouco, se intrometendo e se localizando muitos negociantes importadores, intermediários entre o produtor e o consumidor. Com o caráter de estabilidade e permanência eles ocuparam alguns compartimentos (...) e neles depositaram grandes partidas de gêneros alimentícios, vindos pelas estradas de ferro de várias procedências tanto das colônias de São Caetano, São Bernardo, Sabaúna e outras, como de países remotos como o Uruguai, Argentina e Chile de onde infelizmente a comissão viu cereais importados.

Mudanças podem ser observadas no significado dos termos então utilizados. Até a virada do século, o importador do Mercado se referia aos caipiras e tropeiros que traziam gêneros das vilas e cidades vizinhas para vender na Praça do Mercado mediante essas mesmas denominações. Neste documento, os atravessadores do Mercado dos Caipiras são designados como importadores com o sentido comumente aferido ao termo. Por outro lado, o caipira ou tropeiro se torna o “pequeno produtor”. Esta passagem demonstra que com o crescimento demográfico do período, o abastecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade, sobretudo os cereais, necessitava de suprimentos provenientes de países vizinhos, em um contexto de abertura das relações comerciais entre o Brasil e os países da bacia do Rio da Prata.

Os vereadores afirmavam que, após a divisão das seções do Mercado, instituiu-se que os comerciantes de cereais deveriam permanecer no espaço do átrio central do Mercado Grande, adicionando que estes atravessadores não estavam sujeitos aos mesmos tributos que os locatários da representação:

³⁴⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1900, p. 248.

Ora, não há dúvida que estes negociantes importadores ali estacionados durante meses e que perturbam e desvirtuam o fim a que foi destinado aquele departamento do Mercado Municipal – são os especuladores, são os que constituem a praga dos atravessadores que, de resto, não pagam o mesmo imposto de seus competidores, instalados em grosseiros ranchos e velhos alpendres da praça central.

Com o regulamento de 1896, permitiu-se aos comerciantes de cereais e outros gêneros alimentícios se instalarem nesta praça central e aí vender os mesmos gêneros comumente oferecidos pelos pequenos produtores do Mercado dos Caipiras, mediante o pagamento dos respectivos impostos e do aluguel pelo espaço ocupado. Os importadores situados no Mercado dos Caipiras ludibriavam as autoridades ao se fazerem passar por pequenos produtores, beneficiando-se, assim, de valores de aluguel mais baratos.

Os vereadores salientavam a gravidade da situação ao confirmarem que os caipiras e tropeiros também eram prejudicados com esta concorrência irregular, pois assim perdiam progressivamente espaço no Mercado para estes atravessadores. A disputa implicava também em um problema de saúde pública:

Acresce que aqueles atravessadores nacionais e estrangeiros, ocupando os telheiros e ranchos destinados aos cereais da pequena lavoura (...) invadindo o pequeno varejo, tomando conta de um perímetro de uma área que não lhes pertence, continuam a burlar o verdadeiro comércio de cereais, elevando a seu talante os preços em prejuízo das classes consumidoras. De sorte, que, não raro, o pequeno agricultor vulgarmente conhecido por caipira e tropeiro, sem as precisas acomodações, vê-se na contingência de expor ao rigor do tempo, gêneros de consumo imediato, em perigo da salubridade pública!

A leitura do relatório da comissão demonstra a amplitude do impacto da ação destes atravessadores na organização do abastecimento de gêneros alimentícios no Mercado dos Caipiras: sonegação de impostos municipais, desequilíbrio na concorrência comercial no segmento de gêneros de primeira necessidade, principalmente cereais, e ameaça à saúde pública ao forçar os produtores a negociarem seus carregamentos em más condições de higiene e salubridade. A comissão na Câmara finalizou o relatório com as seguintes palavras:

Conclui este parecer opinando pelo provimento do presente recurso, interposto pelos negociantes importadores estabelecidos no Mercado Municipal, para o fim de haver a mais severa fiscalização no local destinado ao comércio da pequena lavoura e vulgarmente conhecido como *mercado dos caipiras*, de modo a somente serem ali admitidos os agricultores, lavradores ou cultivadores de gêneros alimentícios que, diretamente ou por conta própria, negociarem a produção local e garantindo o contato dos mesmos com o povo. Deixa a comissão de examinar a liberdade de comércio, por se tratar de comércio realizado dentro de um estabelecimento municipal e, portanto, sujeito a todas as leis, regulamentos e prescrições que a Câmara entende promulgar.

Desde as eleições municipais de 1898, os locatários do Mercado, comerciantes de cereais e outros gêneros alimentícios, se mobilizaram contra a presença de atravessadores no Mercado dos Caipiras. Estes atravessadores negociavam neste espaço reservado ao pequeno produtor os mesmos gêneros dos locatários do Mercado, em face das oportunidades de negócio vislumbradas com a preferência da população urbana em se suprir de alimentos essenciais diretamente aos produtores do Mercado dos Caipiras.

Este hábito da população fazia com que este espaço fosse o mais disputado pelos clientes no Mercado Grande e, assim, os locatários da praça central do Mercado Grande se viram em desvantagem em relação aos concorrentes que estacionavam no Mercado dos Caipiras, vendendo os mesmos cereais por eles importados. Em face desta situação, os locatários propuseram duas soluções: a expulsão dos atravessadores ou a permissão para que eles também pudessem negociar no Mercado dos Caipiras.

A comissão de justiça ao julgar favoravelmente aos locatários do Mercado legitimou o movimento dos comerciantes e justificou a insistência na formulação de representações, pois entendia a necessidade de ultrapassar as instâncias do poder executivo e conseguir assim que a Câmara analisasse a matéria. A representação dos locatários e o relatório da comissão foram encaminhados ao plenário para a votação decisiva, sendo que os vereadores discutiram a matéria no decorrer de duas sessões.

A questão principal neste momento resumia-se ao fato de que tanto o Prefeito quanto o Vice-Prefeito eram primeiramente políticos eleitos para o cargo de vereador na Câmara. Nestas condições, procedia-se à eleição para os cargos executivos entre estes vereadores eleitos, ou seja, nas decisões importantes da Câmara, as autoridades executivas poderiam agir como qualquer outro vereador da Casa.

Sob esta perspectiva, o vice-prefeito Pedro Vicente de Azevedo atuou sistematicamente para defender suas decisões enquanto ocupou o cargo de Prefeito interino. Ao mesmo tempo, buscava aprovar uma emenda ao relatório da Comissão que o alterava completamente. No entender do vice-prefeito, o despacho da Prefeitura de 25 de maio de 1900 fora ao encontro dos interesses dos comerciantes do Mercado por conter uma “solução radical e definitiva contra os atravessamentos de gêneros de primeira necessidade e recomendando a severa fiscalização no local destinado ao comércio da pequena lavoura e vulgarmente conhecido por Mercado dos Caipiras”.³⁵⁰

³⁵⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1900, p. 257, 281-282.

Neste contexto, Antônio Prado já ocupava novamente o cargo de Prefeito e, sancionando os atos de seu substituto, acrescentou em seu voto que a questão já havia sido resolvida pela Prefeitura. A votação na Câmara, no entanto, foi conturbada. Pedro Vicente suscitou uma dúvida em torno do Regimento, cuja elaboração ele próprio orientara, acerca da natureza jurídica da representação dos locatários: se este documento deveria ser considerado um recurso ou uma reclamação. Pedro Vicente havia preparado uma emenda diferente que visava, a todo o custo, derrotar o parecer favorável do relatório. Esta possível manobra da Prefeitura suscitou polêmica e o plenário da Câmara foi acometido por um tumulto. A oposição à Prefeitura levantou uma questão de ordem e, em meio à confusão que se seguiu, os apoiadores do relatório se retiraram do plenário e a conclusão do debate foi adiada.³⁵¹

O jornal *O Comércio de S. Paulo*, ligado à família Prado, informou no dia seguinte que o recurso dos locatários do Mercado fora indeferido, bem como “as informações e parecer da respectiva comissão”.³⁵² A comissão de greve dos comerciantes, por outro lado, publicou no mesmo jornal, em 25 de Agosto de 1900, uma nota de agradecimento às autoridades municipais pelo acolhimento de seus interesses no tocante aos atravessadores do Mercado dos Caipiras. Nela, os locatários se posicionavam como os maiores interessados na manutenção da ordem no Mercado Grande, pretendendo reforçar os canais de comunicação com as autoridades da Câmara para debelar qualquer possível ressentimento, principalmente em relação à Prefeitura e à administração do Mercado:

Os negociantes estabelecidos na Praça do Mercado vem fazer públicas suas demonstrações de acatamento à autoridade da Câmara Municipal, do prefeito e da administração do referido estabelecimento, afirmando ainda uma vez que, reclamando respeitosamente, como o fizeram, por seus direitos, em que estavam feridos, como tão justa e dignamente reconheceram os srs. vereadores, mediante luminoso parecer elaborado pelo distinto jurisconsulto dr. Veiga Filho, nenhuma intenção tiveram de desrespeitar a autoridade e de criar desordem naquela praça, mesmo porque, como é evidente, são os mais interessados em seu bom funcionamento. Agradecem a câmara municipal, ao prefeito e à administração o deferimento à sua representação...³⁵³

A representação dos grevistas oficialmente não foi atendida, uma vez que não há qualquer menção nas atas da câmara que indique deliberação neste sentido. No entanto, é possível que, assim como no ano anterior, a despeito da recusa da representação, a Prefeitura tenha tomado medidas para apaziguar os ânimos dos grevistas. Nos primeiros meses de 1901,

³⁵¹ CORREIO PAULISTANO. 04/08/1900, nº 13262, p. 2.

³⁵² O COMÉRCIO DE S. PAULO. 04/08/1900, nº 2290, p. 1.

³⁵³ O COMÉRCIO DE S. PAULO. 25/08/1900, nº 2311, p. 2.

uma notícia no *O Estado* fornece indícios de que a medida adotada pela Prefeitura procurava atender aos interesses dos locatários do Mercado.

Em janeiro de 1901, comerciantes de gêneros alimentícios de Santo Amaro se queixaram ao Intendente Municipal daquela localidade sobre a proibição, instituída pelo administrador do Mercado Grande, quanto ao seu ingresso no Mercado dos Caipiras. Este grupo de comerciantes foi denominado pelo repórter do *O Estado* como os “mercadores de Santo Amaro”. Em atenção a esta demanda, o Intendente de Santo Amaro se reuniu com o Prefeito da capital, Antônio Prado.³⁵⁴

Os mercadores de Santo Amaro argumentavam que costumavam transportar gêneros em cargueiros para negociar na capital. Devido à proibição vigente no Mercado Grande quanto à entrada de cargueiros na praça central, este grupo de comerciantes estacionava no Mercado dos Caipiras. Todavia, após a campanha dos comerciantes de cereais do Mercado Grande, situados na praça central, a Prefeitura determinou que estes mercadores de Santo Amaro passassem a estacionar somente no Mercado da Rua São João.

A medida causou desconforto entre tais mercadores, pois os mesmos alegavam que a Prefeitura os obrigava assim a deixar os animais e carroças em um Mercado e se dirigir até o outro, para aí efetuar seu comércio. Provavelmente, a questão subjacente dizia respeito à circunstância relativa ao Mercado dos Caipiras ser mais concorrido em comparação aos outros mercados da cidade. Desse modo, este grupo de comerciantes vislumbrava que a remoção deste local implicava também na redução das possibilidades de lucro da operação.

Mesmo assim, o problema do atravessamento de gêneros no Mercado dos Caipiras persistiu. Em 1903, novamente os locatários do Mercado Grande se constituíram em comissão para acionar a Prefeitura através de um abaixo-assinado. A representação coletiva reivindicava que os comerciantes de cereais estacionados no Mercado dos Caipiras fossem transferidos para a área central do Mercado Grande.

Os comerciantes do Mercado Grande reforçavam que a presença de concorrentes no Mercado dos Caipiras prejudicava seus interesses comerciais. A Prefeitura deferiu o pedido e estabeleceu o prazo de 30 dias “para a execução da medida, excetuando-se dela os vendedores de gêneros produzidos no município que [entrassem] para o mercado conduzidos em cargueiros”.³⁵⁵

Em 1905, o perfil dos produtores que assomavam ao Mercado dos Caipiras foi provavelmente alterado com o aumento da participação dos chacareiros dos bairros nos

³⁵⁴ O ESTADO DE S. PAULO. 23/01/1901, nº 8095, p. 2.

³⁵⁵ O COMÉRCIO DE S. PAULO. 07/04/1903, nº 3261, p. 1.

arrabaldes da cidade. Neste ano, o vereador Carlos Garcia pronunciou um discurso na Câmara para chamar a atenção dos colegas sobre a necessidade do poder municipal de investir e melhorar a infraestrutura urbana do bairro do Belenzinho:

É sabido que com a divisão do distrito do Brás, ficou o Belenzinho com uma área enorme, em que estão compreendidas cerca de 3000 casas, até ao Rio Tietê. É também sabido que naquele distrito habita a maior parte dos verdureiros que trazem os seus produtos para o mercado da rua Vinte e Cinco de Março. Nesse mercado eles pagam o imposto de verdureiros, e como verdureiros também pagam o imposto de carroceiros, para trazerem seus gêneros ao mercado. Existem no Belenzinho as casas que fornecem os principais gêneros à metade da população de S. Paulo.³⁵⁶

A demanda relativa à concorrência comercial no Mercado e à presença de atravessadores de gêneros promovida pelos comerciantes de cereais e gêneros alimentícios do Mercado Grande foi prontamente acolhida pela Prefeitura. A decisão da prefeitura salientou que os produtores do município estavam isentos desta medida e permaneceriam negociando no Mercado dos Caipiras.

Entre 1903 e 1904, o projeto de reforma do Mercado Grande foi aprovado na Câmara. Mais que ampliar o Mercado da Rua 25 de Março, o objetivo desta obra era melhorar o aspecto “rústico” que as diversas seções do Mercado apresentavam, já existentes desde meados da década de 1890, em um contexto de reformas urbanas com o pretexto de embelezar e, assim, modernizar a capital de São Paulo.

Após este período de reformas, o movimento associativo dos comerciantes de cereais e gêneros alimentícios do Mercado Grande prosseguiu suas atividades em defesa dos direitos dos mesmos. O problema dos atravessadores no Mercado dos Caipiras arrefeceu por alguns anos e a pauta do movimento se reorientou para o protesto e vigilância contra as práticas do novo administrador João Gaby, o primeiro administrador do Mercado Grande após as reformas.

João Gaby era ocasionalmente denunciado na imprensa por abusar da autoridade do cargo, desde os tempos em que era ainda Ajudante. Com o falecimento de Souza Lima, João Gaby foi promovido a administrador do Mercado Grande.

Sua primeira tarefa foi reacomodar os comerciantes em seus respectivos compartimentos no interior da praça central do Mercado. Este processo suscitou a retomada do movimento associativo dos comerciantes, pois se sentiam prejudicados com a forma de

³⁵⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1906, p. 46.

distribuir os quartos e compartimentos no Mercado Grande. Segundo estes comerciantes, o administrador não estava cumprindo esta tarefa com isenção:

os mais antigos locatários e corretos negociantes tem sido preteridos pelo administrador, que, para atender a *afilhados*, tem-nos aquinhoados com os melhores lugares, que por sua vez são transferidos com *gordas luvas* a outras pessoas, e os antigos locatários atirados para os extremos do mercado, onde não fazem para o aluguel da *locanda*.³⁵⁷

O problema constante da presença de atravessadores no Mercado dos Caipiras somados à posse de nova administração do Mercado Grande, que se mostrava hostil aos interesses dos comerciantes “mais antigos”, levaram o movimento associativo a criar uma nova estrutura institucional com a formação da Sociedade União Comercial dos Negociantes do Mercado da Rua 25 de Março.

Em 22 de Novembro de 1905, a Sociedade União Comercial convocou os locatários de todos os mercados da cidade para a primeira assembleia geral, que aconteceu no dia seguinte, em um sobrado na Ladeira General Carneiro. Nesta assembleia, os comerciantes realizaram a leitura e discussão do estatuto da associação. Até a aprovação deste documento, a filiação dos sócios era gratuita, conforme peça publicitária veiculada pela comissão representativa da *União* no jornal *O Estado*.³⁵⁸

A primeira atuação política da Sociedade União Comercial esteve relacionada aos atravessadores no Mercado dos Caipiras. Em 26 de Junho de 1906, a Prefeitura recebeu um abaixo-assinado dos sócios da *União* para que a Prefeitura ordenasse a concentração no Mercado Grande do “negócio de compra e venda (...) atualmente feito no Mercado dos Caipiras”.³⁵⁹

Este “negócio de compra e venda” era uma clara alusão à presença de comerciantes que compravam e revendiam gêneros no interior do próprio Mercado dos Caipiras.

³⁵⁷ O COMÉRCIO E S. PAULO. 23/01/1905, nº 3914, p. 3.

³⁵⁸ O ESTADO DE S. PAULO. 22/11/1905, nº 9850, p. 4.

³⁵⁹ *Ibidem*. 26/06/1906, nº 10064, p. 1.

Capítulo 4 - A ORGANIZAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE CARNE EM SÃO PAULO

A resistência dos marchantes à nova organização do abastecimento de carne no Matadouro da Vila Mariana

A inauguração do Matadouro da Vila Mariana, no início de 1887, considerada por muitos contemporâneos, na Câmara e na imprensa, como “precipitada”, esteve intimamente ligada à dinâmica do comércio da carne de porco e à multiplicação do número de marchantes. O Matadouro da Humaitá não comportava mais as necessidades deste segmento comercial e nem o aumento no número de rezes abatidas diariamente. Em consequência, era comum a introdução de carne proveniente de abates clandestinos nos açougues e nos mercados. Circunstâncias denunciadas pela Junta de Higiene do Império, que também passou a pressionar a Câmara de São Paulo para a realização da transferência e das modificações em seu processo produtivo.³⁶⁰

Durante os primeiros seis meses de 1887, o serviço de corte e preparo da carne continuou a ser executado no estabelecimento do bairro do Bexiga. E os marchantes de carne bovina resistiam por meio da atuação de vereadores que representavam seus interesses na Câmara.

Nesta última legislatura imperial, sob o domínio dos conservadores, revezaram-se na Presidência Frederico Abranches e Vicente Ferreira da Silva. No interior deste agrupamento político, o vereador e advogado Francisco Pennaforte Mendes de Almeida se destacou na defesa dos interesses dos marchantes, com o apoio de Silveira da Motta. E ambos passaram a confrontar a nova organização de funcionários do Matadouro que suplantara os marchantes no controle da produção.

O grupo de políticos republicanos que conduziu o contrato das obras do novo estabelecimento e a formulação do novo modo de produção com seu respectivo regulamento, reunido na Comissão do Matadouro, na legislatura de 1883-86, foi substituído, no plenário e na comissão, pelos novos correligionários republicanos na Câmara, Domingos de Moraes e Victorino Gonçalves Carmillo.³⁶¹ Por meio destes, o novo sistema de abastecimento de carnes

³⁶⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1887, p. 89.

³⁶¹ Estes dois vereadores, após a mudança do regime, adquiriram em sociedade com Manoel Lopes de Oliveira o jornal *O Correio Paulistano*. Desde então, o periódico ganhou o subtítulo de “órgão republicano”. Vice-

verdes foi defendido das investidas dos conservadores, na Câmara e na Assembleia, e da resistência dos marchantes à nova configuração que intervinha diretamente em seus interesses.

A posição contrária ao estabelecimento de um corpo de funcionários municipais no Matadouro da Vila Mariana procurava respaldo no ordenamento jurídico, com base na afirmação de que o Regulamento possuía o status legal de uma Postura. Desse modo, não poderia contemplar a criação de empregos públicos. E a Câmara, por sua vez, não possuía recursos para arcar com esta despesa extra de pessoal.

Paralelamente, Pennaforte buscava influenciar a Câmara a construir um caminho para carros e carroças, visando à melhora do acesso dos marchantes e suas boiadas ao Matadouro, a partir do bairro da Vila Mariana.³⁶² Esta demanda se apresentava como uma resistência ao possível monopólio no transporte das carnes pela Companhia São Paulo Santo Amaro de Ferro Carris. A companhia havia construído o Matadouro e o conectado, por caminho de ferro, até a cidade, precisamente à Estação de São Joaquim na Estrada do Vergueiro. Silveira da Motta apoiou na Câmara a representação dos marchantes para que fosse criado um caminho da Vila Mariana até o Matadouro.³⁶³

Em 1887, a primeira turma de trabalhadores foi contratada a título de aprendizagem. Nestes primeiros meses, ambos os estabelecimentos funcionaram. Este período de aprendizagem dos funcionários nomeados pela legislatura anterior foi duramente criticado por Pennaforte e alvo de recursos à Presidência da Província, enviados pela bancada conservadora.³⁶⁴

Esta bancada ensaiou a impugnação do Regulamento de diversas maneiras, no entanto, este foi aprovado pela Assembleia Provincial e implementado pela Câmara com algumas modificações. As mudanças buscavam satisfazer as apreensões dos conservadores quanto à possibilidade deste novo corpo de funcionários, onerar demasiadamente os cofres municipais.

Neste sentido, a Comissão do Matadouro elevou a taxa de abate sobre cada animal, pois seria com as rendas auferidas mediante este imposto que o estabelecimento se tornaria autossuficiente e, progressivamente, geraria lucros para a municipalidade. A

presidente do Estado durante a gestão de Rodrigues Alves, entre fevereiro e julho de 1902, Domingos de Moraes exerceu a presidência interina do Estado de São Paulo. Engenheiro, destacou-se na cidade por suas ações em prol do abastecimento de água. Nessa última legislatura imperial, iniciava na carreira política como vereador. Ver: MARTINS, *Ibidem*, p. 350. ALVES, *Ibidem*, p. 128.

³⁶² CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1887, p. 5,15-16.

³⁶³ *Idem*, *Ibidem*.

³⁶⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 23 e 27.

Comissão também reduziu os salários dos operários, como os magarefes e os ajudantes, aumentando, por outro lado, seu número na composição do quadro de funcionários³⁶⁵. Pennaforte continuava insatisfeito, opinando que o imposto era “vexatório” aos marchantes, condenando o “exército de funcionários” públicos.

Em relação à questão do acesso ao novo matadouro, em uma das primeiras sessões daquela legislatura, os marchantes redigiram um abaixo-assinado solicitando a construção de um caminho alternativo à estrada de ferro carris para o transporte de gado e de carne. Como parte integrante das negociações com a oposição para aprovar o Regulamento, bem como pagar os funcionários em período de experiência, a Comissão do Matadouro aceitou esta demanda dos marchantes e encampou as negociações para a referida obra pública.

Em março de 1887, Victorino Carmillo indicou aos colegas que aceitassem a negociação efetuada por Domingos de Moraes. Por meio desta, José Antônio Coelho concordou em ceder à Câmara o terreno para a abertura da futura rua que poria o novo matadouro em comunicação com a cidade.³⁶⁶ Em 14 de Abril, Domingos de Moraes expediu ordem ao Engenheiro da Câmara para transferir o serviço de abate de rezes bovinas, suínas e ovinas do velho estabelecimento para o novo, “visto a rua que da Vila Mariana vai ter ao matadouro achar-se em estado de dar livre trânsito às carroças de carne verde”.³⁶⁷

Os marchantes, por meio da atuação do vereador Silveira da Motta, pressionaram a Câmara para que a nova rua de ligação do Matadouro fosse apedregulhada, pois, de outro modo, não poderiam conduzir o gado até o novo local.³⁶⁸ Esta demanda dos marchantes implicava na prorrogação da transferência do abate para o novo estabelecimento. A bancada conservadora apoiava a demanda, pois a situação provisória beneficiava os interesses políticos do partido, que tentava transferir para a nova administração, os antigos funcionários do Matadouro da Humaitá, o administrador Antônio Theodoro Xavier e o mestre de matança Tibúrcio Theodoro Xavier, pertencentes à família ligada ao partido conservador.

Os opositores da nova organização do abastecimento de carne defenderam a representação dos marchantes em sessão extraordinária da Câmara. Este segmento comercial alegava que o calçamento da rua com pedras possibilitaria o transporte das carnes verdes. O plenário negou provimento ao abaixo-assinado, no entanto, com o protesto dos conservadores,

³⁶⁵ *Idem, Ibidem*, p. 42-43.

³⁶⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1887, p. 72.

³⁶⁷ *Idem, Ibidem*, p. 114.

³⁶⁸ *Idem, Ibidem*, p.157.

Domingos de Moraes acatou a demanda para apedregulhar a rua da Vila Mariana até o Matadouro.³⁶⁹

Pennaforte e Evaristo Cruz propuseram que a Câmara representasse ao Governo da Província pela abertura de nova rua para conectar o novo matadouro até a Estrada de Ferro Sorocabana para assim evitar o trânsito do gado pelas ruas e proximidades da cidade.³⁷⁰

Neste ínterim, os marchantes continuaram a pressionar a Câmara para realizar o calçamento com pedras da rua cedida por José Antônio Coelho, conforme determinado por Domingos de Moraes. Este segmento comercial protocolou novo abaixo-assinado solicitando o calçamento desta via, e com essa representação conseguiu por em andamento o processo. A Comissão de Obras aprovou o projeto e o calçamento foi iniciado na rua que ligava a estrada do vergueiro ao novo matadouro.³⁷¹

Em outra frente de atuação, os marchantes conseguiram se introduzir na linha de produção do novo Matadouro. Ainda que a Comissão tenha defendido a resolução de manter o quadro de funcionários proposto na legislatura anterior, durante os primeiros meses de funcionamento efetivo do novo estabelecimento, este quadro começou a ser alterado. Algumas funções foram suprimidas e as atividades correspondentes transmitidas ao mestre de matança das respectivas oficinas.

Quando o novo administrador assumiu suas funções, o Engenheiro Saturnino Villalva exonerou o apontador de matança da oficina de suínos, Francisco Brasília Moreira, por desobediência. E, por julgar desnecessária esta função, a suprimiu do quadro de funcionários. Quando ficou vago o cargo de mestre de caldeiras da seção de suínos, esta função também foi eliminada e a fiscalização das caldeiras foi transferida para o mestre de matança.³⁷²

Relativamente à oficina de preparo dos miúdos, optou-se pela “supressão de dois empregados no serviço de preparo de fatos, visto que com a medida adotada de dar ingresso no recinto do Matadouro aos chefes de tripeiros, foram considerados dispensáveis aqueles empregados”, segundo relatório da Comissão.³⁷³

Aparentemente, os tripeiros mantiveram o hábito de manipular e preparar os miúdos fora do Matadouro. No entanto, esta atividade incomodava os moradores das imediações do antigo matadouro que se organizaram para promover um abaixo-assinado

³⁶⁹ *Idem, Ibidem*, p.161.

³⁷⁰ *Idem, Ibidem*, p.180.

³⁷¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1887, p. 263.

³⁷² *Idem, Ibidem*, p. 293 e 299.

³⁷³ *Idem, Ibidem*, p. 221.

“pedindo providências para que os negociantes denominados – Tripeiros – não [continuassem] a fazer a limpeza dos fatos de gado em seus quintais no bairro do Caguassu; e sim que [fossem] obrigados a fazer na várzea do Matadouro”.³⁷⁴

Algumas funções primordiais não podiam ser substituídas ou transferidas, como no caso da análise médica do estado de saúde dos animais e da higiene das carnes produzidas. Em novembro de 1887, o médico da Câmara, Eulálio da Costa Carvalho solicitou exoneração da função de veterinário do Matadouro. Curiosamente, coube aos opositores, Pennaforte Mendes de Almeida, com apoio de Silveira da Motta, indicar outro profissional para esta função, sendo escolhido Clímaco Barbosa.³⁷⁵

O início das atividades do médico Clímaco Barbosa foi conturbado devido, inicialmente, a conflitos com os funcionários do próprio estabelecimento. Em 27 de dezembro de 1887, o Diretor comunicou à Câmara a suspensão do mestre de matança, Manoel Joaquim de Araújo Lima, pelo desentendimento com o novo médico. Pennaforte comentou que as informações do Diretor eram deficientes e adicionou que aquele funcionário estava incitando os outros operários a se rebelarem contra o veterinário o que, por si só, motivava a demissão do referido funcionário. Silveira da Motta propôs a exoneração do mestre de matança e a contratação do mestre do antigo matadouro, Tibúrcio Theodoro Xavier, o que foi aprovado.

Diante desta resolução, Domingos de Moraes, o líder da Comissão do Matadouro, percebendo que progressivamente os opositores minavam as bases organizativas do novo estabelecimento, insistiu para ser destituído do cargo, o que foi negado pelos colegas.³⁷⁶

De todo o modo, no ano seguinte, Domingos de Moraes e Victorino Carmillo deixaram a comissão e os até então opositores, Silveira da Motta e Pennaforte Mendes assumiram as respectivas posições. Com esta mudança, os funcionários da diretoria do antigo matadouro foram readmitidos e o conflito entre os marchantes e o corpo de funcionários, principalmente em relação ao médico Clímaco Barbosa, começou a se intensificar.

Em fevereiro de 1888, em artigo no *A Província*, assinado por “Os marchantes”, este segmento comercial criticava os funcionários do Matadouro. Consideravam-nos ineptos

³⁷⁴ *Idem, Ibidem*, p. 233 e 264. A Comissão do Matadouro aprovou a representação e solicitou ao Fiscal da Câmara que removesse esta atividade para Várzea de Santo Amaro.

³⁷⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1887, p. 317.

³⁷⁶ *Idem, Ibidem*, p. 359-360. Quando a vaga de administrador ficou disponível e Saturnino Villalva foi nomeado, outro vereador que defendia os interesses dos marchantes, João Mendes da Silva já havia proposto a contratação do diretor do antigo Matadouro, Antônio Theodoro Xavier, o que foi recusado pela maioria na Câmara que acompanhou a indicação do Presidente, Frederico José Cardoso de Abranches. No entanto, o antigo diretor contou com o apoio de Evaristo Cruz e Silveira da Motta (*Idem, Ibidem*, p. 261). Em 1888, Antônio Theodoro Xavier seria nomeado para o cargo de secretário do matadouro (CÂMARA, *Atas*, 1888, p. 66).

para as funções que desempenhavam, gerando controvérsias em relação ao modo como lidavam com a propriedade dos marchantes. Este relato também revela a situação no referido estabelecimento após os opositores na Câmara assumirem sua administração:

Chama-se atenção do sr. Inspetor do Matadouro Público para o estado de confusão e de balbúrdia, em que se acha este estabelecimento municipal, devido em parte à ignorância dos respectivos empregados, quanto aos misteres de sua profissão, e em parte à falta de educação e à grosseria de muitos deles, que abusam de seus direitos para com os marchantes que pagam os direitos e deviam merecer mais atenção e urbanidade daqueles funcionários, encarregados de matar seu gado suíno e de prepará-lo. Ninguém é melhor fiscal de sua própria mercadoria que seu próprio dono. Digne-se pois o sr. Inspetor de chamar à ordem seus subordinados e de admoestá-los para que cumpram melhor os seus deveres.³⁷⁷

Os marchantes em questão eram do ramo de gado suíno. Entre as diversas classes deste segmento comercial, cada qual relacionada a um tipo diferente de animal, foi a que ofereceu maior resistência à proibição de abater o gado fora do matadouro. Proibição que, a partir de 1886, começou a ser reforçada no bojo da transferência deste estabelecimento. O texto indica que a convivência entre os marchantes e os funcionários que passaram a desempenhar suas funções na produção foi conturbada e gerava atritos. Além de salientar o mesmo argumento utilizado pelos opositores na Câmara, os comerciantes de porcos e de carne suína consideravam que os novos funcionários não possuíam o conhecimento de suas tarefas, tampouco possuíam os modos corretos de entabular relações interpessoais.

Nesse sentido, o Presidente da Câmara, Vicente Ferreira da Silva, ao defender a contratação dos novos funcionários, ressaltava que o período de experiência se justificava, pois o novo estabelecimento incorporava “processos mais perfeitos e quase desconhecidos no país”.³⁷⁸

Em 22 de maio, trinta e sete marchantes publicaram nas páginas do *A Província* artigo crítico à administração do Matadouro da cidade. Este segmento comercial denunciava os supostos abusos e irregularidades praticados pelo corpo de funcionários que implicavam em transgressões ao Regulamento, prejudiciais aos seus interesses. Argumentava-se, a respeito, que o modo de execução do processo produtivo neste estabelecimento se desenvolvia de forma a tornar o Regulamento “letra morta”.

Este movimento coletivo identificava o Diretor do Matadouro como o principal responsável pela falta de fiscalização e pela desordem que caracterizavam o trabalho nas oficinas. Dizia-se que o engenheiro Saturnino Villalva não desempenhava

³⁷⁷ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 18/02/1888, nº 3865, p. 2.

³⁷⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1888, v. 73, p. 81.

“conscientiosamente” suas funções. A crítica dos marchantes em relação aos funcionários e à administração utilizava expressões genéricas. Por outro lado, a atuação do médico Clímaco Barbosa³⁷⁹ foi alvo de objeções mais precisas. Os marchantes concluíam que a execução do procedimento veterinário prescrito no Regulamento colocava em risco o estado sanitário da cidade:

(...) é dever do médico, não somente examinar todo o gado, por ocasião de entrar para o curral, e no momento da matança, mas ainda conservar-se até que esta termine, a fim de examinar também as carnes e as vísceras dos animais (...) está claro, pois, que o médico não pode deixar de ir diariamente ao Matadouro, entretanto, ele só ali aparece um ou outro dia, e o faz com tanta pressa, que o *ar de sua graça* naquele lugar é mesmo uma visita de médico (...) os serviços que pessoalmente tem prestado, é um trabalho inconsciente, de nenhuma garantia para o estado sanitário da cidade, além de ser prejuízo para nós, os marchantes. Por seu capricho, quiçá por sua ignorância, acontece serem muita vez rejeitadas, como impróprias para o consumo, as nossas melhores rezes, ao passo que são abatidas outras que a conveniência de seus protegidos não lhe permite rejeitar. E o que é ainda mais interessante é que as rezes que hoje rejeita, são amanhã ou depois admitidas por ele mesmo, sem nenhuma oposição.³⁸⁰

Os marchantes se queixavam da conduta do médico. Além de não comparecer todos os dias ao estabelecimento, a fiscalização sanitária não contemplava o processo produtivo em toda sua extensão ao negligenciar a última etapa da inspeção, prevista pelo regulamento, nas carnes e vísceras prontas para o comércio e consumo na cidade.

Assim como os comerciantes de secos e molhados em relação aos administradores do Mercado, os marchantes acusavam o médico Clímaco Barbosa de adotar procedimento característico de relações de compadrio, com uma postura conivente com as transgressões ao regulamento praticadas por comerciantes pertencentes ao seu círculo pessoal de amizade ou ao mesmo agrupamento político. Nestas circunstâncias, justificavam a afirmação de que o estado sanitário da cidade, no tocante ao abastecimento de carnes verdes, se encontrava ameaçado constantemente.

A denúncia foi proferida em longo artigo e subscrita por pessoas notórias na cidade tais como Carlos Ablas, considerado pelo primeiro intendente republicano como o mais poderoso comerciante deste segmento, proprietário de diversos açougues; Henrique

³⁷⁹ O médico do Matadouro Clímaco Barbosa possuía ligações pessoais e comerciais com o vereador Alfredo Silveira da Motta, pois, ambos, em 1881, fundaram na cidade o jornal diário A Gazeta de S. Paulo. Nessa época, exercia a profissão na Travessa da Sé, nº 8, oferecendo os serviços de operador e parteiro. Em 1887, ano em que já exercia a fiscalização no Matadouro, residia e possuía clínica no Largo do Palácio. MARTINS, *Ibidem*, p. 360. BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. *Almanaque Paulista nº 1*, publicação de A. G. Rangel, 1881, p. 191. Biblioteca Nacional Digital, Almanaque Província de São Paulo: Administrativo, Comercial e Industrial para 1887. São Paulo, Jorge Seckler & Cia, 1887, p. 696.

³⁸⁰ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 22/05/1888, nº 3941, p. 2.

Knippel; Alexandre Ranzzini, marchante com açougue na Rua Formosa e, a partir de 1890, com outro no Mercado de São João, entre outras. Trata-se do mesmo grupo de marchantes que havia se associado para garantir que o novo Matadouro fosse efetivamente construído na Várzea de Santo Amaro.

Como os marchantes haviam feito denúncias graves, a Câmara não poderia simplesmente ignorá-las, principalmente porque políticos ligados aos interesses dos mesmos, como Pennaforte Mendes de Almeida e Evaristo Cruz, ocupavam agora os assentos da Comissão do Matadouro.³⁸¹

A Câmara determinou que o Diretor se pronunciasse em relação às denúncias dos marchantes no *A Província*. Neste período, um adversário político da causa dos marchantes, Pedro Vicente de Azevedo ocupava interinamente a cadeira da Presidência. E, na sessão seguinte, ao invés das informações requeridas, chegou ao plenário um pedido de demissão, assinado pelo Diretor Engenheiro Saturnino Villalva. Pedro Azevedo indicou para a posição o nome de Francisco de Paula Xavier de Toledo que desfrutou de pouca simpatia, obtendo seis votos contrários de ambos os grupos ligados ao matadouro. No entanto, em face do voto de qualidade do Presidente, Xavier de Toledo foi admitido no cargo.³⁸²

Pennaforte Mendes e Evaristo Cruz, os representantes do movimento dos marchantes, consideravam a nomeação do novo Diretor “perniciosa ao serviço municipal, à vista dos precedentes do nomeado, que o tornavam impróprio para um cargo de tanta responsabilidade”.³⁸³

O movimento dos marchantes continuou a protestar por meio da imprensa, atacando os principais funcionários da Diretoria. Os mestres de matança das seções de bovinos e suínos, respectivamente, eram apontados como “verdadeiros parasitas”. Clímaco Barbosa, o veterinário, era considerado “violento” e inadequado para a função que exercia. Os marchantes afirmavam que a atitude do novo Diretor consistia em ignorar os acontecimentos naquele local, acusando Xavier de Toledo de conseguir o cargo por conta de suas conexões políticas:

o estabelecimento está tão imundo que (...) ali não se trata senão de receber ordenado! Aguenta-se quem quiser! Cada trabalhador é diretor do Matadouro, parece incrível que a atual câmara seja cega e surda! Só trata dos interesses dos seus afilhados e sofre quem sofrer, só acabará este estado de coisas por meio da dinamite, e principiando pela edilidade.³⁸⁴

³⁸¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Atas, 1888, p. 166.

³⁸² *Idem, Ibidem*, p. 170.

³⁸³ *Idem, Ibidem*, p.174.

³⁸⁴ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 14/06/1888, nº 3959, p. 2-3.

De tom exaltado o artigo era assinado pelo pseudônimo “Contas abafadas” que revelava o motivo da crítica: a nomeação de Xavier de Toledo para a função de Diretor. Não era, todavia, totalmente verdade que a Câmara era “cega e surda” aos marchantes. Desde a transferência para a Vila Mariana, este segmento comercial conseguiu influenciar em diversas decisões: a construção de uma rua de acesso ao Matadouro, o controle de algumas seções da produção, como na oficina de miúdos e a demissão do diretor Saturnino Villalva.

No entanto, a exoneração do antigo Diretor ocorreu em momento inapropriado. Justo quando um adversário político, Pedro Azevedo, ocupava temporariamente o assento da Presidência da Câmara. O movimento aludia a esta conjuntura política que resultou na nomeação de Xavier de Toledo ao demonstrar sua insatisfação com a Câmara.

Seus representantes na edilidade, naquela mesma semana, reverberaram as acusações no jornal e o antigo ocupante da comissão do Matadouro, Victorino Carmillo, relatou aos colegas sobre o “mau estado do serviço no matadouro” e solicitou à comissão “providências a respeito”.³⁸⁵

O líder da comissão, Silveira da Motta, que carregava suspeitas por fazer parte do grupo de opositores ao novo estabelecimento, afirmou que a comissão havia feito tudo o que estava ao alcance para melhorar o serviço. Todavia, o estabelecimento funcionava mal, pois “grande parte dos melhoramentos ali necessários para a boa ordem do serviço, [eram] de exclusiva competência e fiscalização do diretor e não da comissão”.³⁸⁶

O líder da comissão colocava, assim, a responsabilidade sobre o novo Diretor e indiretamente naquele que o havia nomeado. A pressão exercida pelos marchantes indicava o estado de tensão entre este segmento e o poder municipal, aludindo à própria destruição da Câmara como metáfora para o descontentamento com o serviço naquele estabelecimento.³⁸⁷

Em 1888, os membros vigentes da comissão do Matadouro, Silveira da Motta e Evaristo Cruz conciliavam os interesses políticos dos conservadores com os interesses econômicos dos marchantes, desde a transferência do estabelecimento e o início daquele último mandato na Câmara Imperial. A pauta deste grupo político passou da tentativa de postergar a inauguração do novo local à atitude de influenciar no processo produtivo e administrativo, ao ponto de chegarem a ocupar esta Comissão.

³⁸⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Atas, 1888, p. 197.

³⁸⁶ *Idem, Ibidem*, p. 198.

³⁸⁷ Quase como um indício de que aquela discussão sobre o Matadouro fora também suscitada pelo artigo dos marchantes no *A Província*, o tema seguinte de discussão, naquela seção, proposto por Silveira da Motta foi a regulamentação do uso de dinamite em fogos de artifício. *Idem*, p. 198.

A posição da Comissão do Matadouro, inicialmente, visava a proteger a organização do novo estabelecimento desse tipo de ataques, com Victorino Carmillo e Domingos de Moraes. O fator de desequilíbrio nesta correlação de forças foi a presidência temporária de Pedro Azevedo, que indicou o novo Diretor como uma terceira força que acabou arrefecendo a oposição inicial entre as duas primeiras.

Um indicativo desta atuação em conjunto dos marchantes e de parte dos vereadores foi publicado no *A Província* em julho daquele ano. Após os relatos de Victorino Carmillo sobre a situação no Matadouro, a Comissão preparava uma inspeção naquele estabelecimento. “Um marchante” divulgou a reação da Diretoria:

Alerta, srs. vereadores. Os tais sabendo que vai a comissão visitar o estabelecimento, principiaram ontem um lufa-lufa de limpeza! (coisa que há seis meses não se faz) estão todos irritados por saberem que na câmara existe um abaixo-assinado dos marchantes sobre a desídia daquela administração! Não se deixem levar por cantigas de caducos.³⁸⁸

O novo Diretor, Xavier de Toledo, no entanto, cedeu às pressões dos marchantes e solicitou à Câmara o afastamento de Clímaco Barbosa, confirmando a denúncia de que o veterinário se ausentava por “dias consecutivos”, prejudicando a inspeção sanitária. Pereira Borges indicou sua exoneração imediata pela ausência injustificada e propôs a contratação do médico interino apontado pelo Diretor, Felisardo Cavalheiro, sendo que ambas as proposições foram aprovadas pelo plenário.³⁸⁹

Clímaco Barbosa se defendeu das acusações e afirmou que os motivos alegados para a sua demissão não procediam. Argumentou ainda que o vereador Pereira Borges, membro da comissão do matadouro, era representante dos interesses dos marchantes. E que visava destituí-lo do cargo apenas para, assim, indicar um nome alinhado aos interesses econômicos deste segmento e, também, dos políticos da comissão. Para o veterinário demitido, a situação de “descalabro” do estabelecimento se devia, justamente, à omissão daquele vereador em relação às suas demandas. Omissão estratégica para desgastá-lo na função e, assim, justificar sua demissão.

Em artigo no *A Província*, Clímaco explicitava como se davam estas relações entre vereadores e marchantes:

(...) durante todo tempo que ali fui empregado o sr. vereador P. Borges, e era membro da comissão do matadouro, por mais prementes que fossem as minhas

³⁸⁸ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 13/07/1888, nº 3983, p. 2.

³⁸⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1888, p. 218.

solicitações, e até as do público, jamais deu-se ao trabalho de ali comparecer, deixando portanto que aquele estabelecimento enveredasse pelo caminho do descalabro, a que em breve chegará, até que teve por melhor *demitir-se daquele cargo* (...) mas como neste mundo, se é que o sr. Borges sabe, tudo tem a sua razão de ser, descobramos esta razão na solicitação a si feita para arredarem do matadouro o médico que não podendo servir a *todos os interesses dos marchantes*, tornou-se para eles um obstáculo a remover, por todos os meios. Foi este amor pela sua clientela que levou o sr. P. Borges à antes de demitir-me, oferecer às contemplações da câmara o candidato que devia substituir-me. E tal candidato se achava com direitos melhores ao lugar que eu ocupava, foi figura obrigada à mais de uma sessão da câmara, tendo por cartão de ingresso as representações falsas e apaixonadas contra mim produzidas pelos marchantes.³⁹⁰

O médico reputava à influência política dos marchantes o motivo subjacente de sua demissão. Embora tenha sido gradativamente afastado da produção de carnes e de produtos derivados, percebemos que este segmento social manteve sua influência na nova configuração do serviço do Matadouro. As suas demandas passaram a ser veiculadas por vereadores que chegaram a ocupar a comissão do Matadouro na Câmara. Desse modo, conseguiram retomar o controle de algumas funções na produção e pressionar pela saída de um diretor e do médico responsável pela fiscalização sanitária do estabelecimento.

Segundo Clímaco, o verdadeiro motivo deste movimento era acomodar os interesses econômicos deste segmento comercial do abastecimento de carnes verdes em São Paulo.

O Diretor Antônio Theodoro Xavier não foi responsabilizado neste processo pelos problemas relacionados à organização e limpeza do Matadouro. No entanto, sua posição neste estabelecimento não resistiu às mudanças instauradas pelo novo regime em 1890. As rendas auferidas pela municipalidade justificavam a atenção dispensada ao serviço de abate de animais e ao fornecimento de carne à população. Com a proclamação da República, todas as comissões da Câmara de São Paulo foram extintas, menos a do Matadouro. E a reorganização do poder municipal com a nomeação do Conselho da Intendência criou a Comissão de Saúde Pública, que realizou uma inspeção no Matadouro para verificar as condições do local.

Após a inspeção, da qual fez parte o Presidente do Conselho da Intendência, Clementino de Souza Castro, a Comissão propôs que a Santo Amaro Ferro Carris promovesse reformas no valor aproximado de sete contos de réis, mediante contrato com a municipalidade. Paralelamente, o Conselho promoveria o fechamento da área correspondente ao Matadouro e aos campos adjacentes utilizados tais como Mangueira e Curral.

Clementino de Souza Castro, em fevereiro de 1890, solicitou à Comissão de Contas que examinasse os livros do Matadouro com o objetivo de criar um novo sistema de

³⁹⁰ A PROVÍNCIA DE S. PAULO. 31/07/1888, nº 3998, p. 2.

escrituração para simplificar o procedimento de arrecadação dos impostos. A ordem foi cumprida e determinou-se que o Diretor enviasse à Contadoria, mensalmente, “os livros dos talões relativos a arrecadação dos impostos ali cobrados para poder verificar com exatidão os balancetes apresentados pelo administrador”.³⁹¹

Como resultado do exame da comissão de contas, Francisco de Paula Xavier de Toledo foi suspenso pelo Presidente do Conselho e nomeou-se uma comissão especial para avaliar as irregularidades constatadas na contabilidade da Diretoria do Matadouro. Para preencher o cargo, Manoel Lopes de Oliveira indicou o tenente Eleutério Borges de Azevedo Lagoa que o ocupou de forma interina e, em abril de 1890, foi efetivado no cargo.³⁹²

As primeiras greves da república: marchantes, açougueiros e carroceiros contra a empresa Santo Amaro de Ferro Carris

Em 1893, os interesses alocados no abastecimento de carnes verdes na cidade entraram em choque. Na manhã de 17 de Janeiro, a população de São Paulo se surpreendeu com a notícia, na primeira página do *O Estado*, que naquele dia não haveria carne nos açougues da capital.

Segundo o Diretor do Matadouro, os “marchantes açougueiros” se declararam em greve para protestar contra o transporte das carnes verdes pela São Paulo Santo Amaro de Ferro Carris. De acordo com o Diretor, assim transcorria o serviço de abate naquele estabelecimento:

(...) é feito por pessoal da municipalidade (...) começa ao meio dia e termina as 4 ou 5 horas da tarde. De uma hora em diante, o pessoal do Matadouro começa a dar a carne para ser transportada para a cidade, de modo que se o serviço de transporte fosse feito com a necessária regularidade, toda a carne poderia chegar até a Estação de S. Joaquim, até 6 ou 8 horas da noite. Infelizmente, porém, isso não se dá, em vista da lamentável irregularidade e relaxamento com que é feito o tráfego da Companhia Carris de S. Amaro. O serviço de transporte da carne (...) é por tal modo demorado que, segundo nos informam, muitas vezes tem acontecido que a carne tem chegado a S. Joaquim somente às duas horas da madrugada (...) o transporte feito a essa hora para a cidade é dificultoso, e nos dias de chuva torna-se tão demorado, que ultimamente muitos açougueiros tem recebido a carne em horas, já adiantadas da manhã.³⁹³

³⁹¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1890, vol. 76, p. 56 e 58.

³⁹² CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1890, vol. 76, p. 62, 88 e 127.

³⁹³ O ESTADO DE S. PAULO. 17/01/1893, nº 5336, p. 1.

A greve dos marchantes tinha como objetivo pressionar as autoridades para regularizar o transporte de carnes. E servia também para demonstrar as inconveniências geradas pela concessão de um serviço público para a exploração de uma única empresa particular. Neste caso, o transporte de carnes era feito preferencialmente pela empresa de ferro carris, do Matadouro até o depósito da estação de S. Joaquim, local onde os marchantes e açougueiros retiravam as peças de carne para conduzi-las aos mercados e açougues mediante a utilização de carroças.

Em um contexto no qual a empresa Santo Amaro se encontrava em dificuldades financeiras, e negociava com as autoridades municipais e estaduais uma saída para a insolvência em que operava, esta mobilização dos marchantes se revestiu de simbolismo. Quem narrava os acontecimentos era o próprio Diretor, Eleutério Lagoa, que creditava as informações aos próprios marchantes e açougueiros, assumindo, desse modo, posição favorável aos interesses dos comerciantes de carne. A suspensão do fornecimento de rezes para o abate foi o meio utilizado para protestar contra a demora no transporte da carne. Os efeitos da paralisação do serviço no Matadouro impactavam imediatamente a compra, venda e consumo de carne na cidade. E não havia, ainda, meios disponíveis, como a utilização do ar refrigerado, para prolongar o tempo de conservação deste gênero de primeira necessidade.

O jornal, no entanto, colocava em dúvida o motivo alegado pelos marchantes e pelo Diretor e recomendou que a Câmara averiguasse qual era a “origem real da greve”. Prevenia as autoridades que, se esta greve não contemplasse todo o segmento dos marchantes, cumpria salvaguardar aqueles que não aderissem ao movimento “de modo a evitar violências, que felizmente não [havia] se dado] ainda, graças a energia do sr. administrador”. O artigo finalizava salientando a desconfiança em relação aos marchantes e solicitando às autoridades que regularizassem prontamente o serviço, para que os mesmos não tivessem mais “pretexto para um procedimento como este, tão prejudicial à população, (...) em geral tão pacata e submissa às suas exigências”.³⁹⁴

Com o objetivo de intermediar a negociação entre grevistas e a empresa de transporte, os Intendentes de Polícia e Justiça e de Higiene e Saúde Pública, João Bueno e Bráulio Gomes, respectivamente, compareceram ao Matadouro naquele dia. As atas da câmara apenas registraram que os vereadores tomaram providências e o serviço fora regularizado, sem maiores detalhes.

³⁹⁴ O ESTADO DE S. PAULO. 17/01/1893, nº 5336, p. 1.

O Estado publicou que o acordo com a empresa fora alcançado mediante uma oferta de contrato com a Câmara. Esta medida teria apaziguado os ânimos em ambos os lados. É possível inferir que os vereadores se comprometeram a alocar recursos públicos para incrementar o serviço de transporte de carne, ao indicarem que esta solução era recorrente como forma de solucionar os problemas neste segmento.³⁹⁵

Com o regime republicano, o arrendamento de serviços públicos para a iniciativa privada, que havia se iniciado nos últimos anos do Império, alcançou novas proporções, principalmente nas áreas de transporte público e limpeza urbana. Nesse contexto, os espaços de abastecimento da capital também foram alvo dessa política. No entanto, essa proposta não avançou muito em relação ao abastecimento de carnes verdes. Afinal, tratava-se de um segmento do serviço público rentável à municipalidade e cujos interesses estavam intimamente ligados à possibilidade de alimentar ou não os habitantes de uma cidade em plena expansão urbana, com indicadores demográficos que apresentavam acelerado crescimento. Habitantes, cujas condições materiais de vida nem sempre permitiam o consumo de carne bovina, concentrado nas classes mais abastadas da população.

Estabelecendo o diálogo com seus leitores a respeito dessas questões, o *Correio Paulistano* abordou a greve dos marchantes de 17 de janeiro de 1893. Em editorial intitulado “O Bife”, o jornal explorava estas ligações entre grandes empresas e a exploração de serviços municipais. O problema do abastecimento de carnes verdes acometia tanto São Paulo, quanto o Rio de Janeiro. No entanto, a matéria afirmava que, na capital do café, as crises eram passageiras e aquela já se encontrava debelada pela ação dos intendentess da Câmara.

O editorial da folha oficial do governo visava garantir a “tranquilidade de espírito e estômago” da população de São Paulo. E, assim, trouxe novas informações sobre a greve dos marchantes. Segundo este veículo, o serviço de transporte oferecido pela empresa era “péssimo” e isso se devia aos “apuros financeiros” em que se achava a Santo Amaro Ferro Carris. O Presidente do Estado, Bernardino Campos Jr, acionou o Secretário de Agricultura e Obras Públicas para solucionar a crise.

O jornal afirma que o Secretário Jorge Tibiriçá havia recentemente transferido a fiscalização do serviço de transporte urbano para as municipalidades, no entanto, “não [fora] compreendida naquela transferência a jurisdição sobre linha de bonde a vapor de S. Joaquim a Santo Amaro”. Por conta da “desídia” da empresa, o *Correio* acreditava que a municipalidade encamparia eventualmente o sistema de transportes urbanos. Adicionalmente, o *Correio*

³⁹⁵ *Idem*. 18/01/1893, nº 5337, p. 1. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1893, p. 46.

publicou informações sobre o acordo alcançado entre as partes em conflito e revelou os termos do contrato estabelecido com a Câmara.

O superintendente da Companhia se comprometeu a oferecer trens para o transporte de carne aos marchantes diariamente à uma hora da tarde e às sete horas da noite, no ramal entre o Matadouro e a Estação de S. Joaquim. Por sua vez, a Câmara construiria um abrigo coberto na estação de embarque das carnes e proveria o calçamento com macadame da parte superior da Rua da Liberdade, até que fosse feito com paralelepípedos. O editorial terminava de forma irônica e perspicaz, ao reputar a influência política do movimento dos marchantes ao poder de manipular a “fome” da população, inclusive das autoridades:

Oxalá, não se renovem tais embaraços, nem recorram de novo os senhores marchantes, animados pelo sucesso alcançado, ao mesmo expediente de forçarem pela pressão da fome a capitulação às suas exigências. É natural que, para evitar essa intolerável pressão, se precavenham doravante os poderes públicos. Nada de caprichos, nada de explorações em detrimento das imprescindíveis exigências da alimentação pública. A instituição do bife é, com efeito... coisa muito séria.³⁹⁶

A ironia com que o jornal finalizava o editorial devia-se, certamente, ao fato de que o bife, como já foi dito, estava restrito às mesas mais abastadas da cidade. Em outro artigo, na mesma página, o autor V. de Mello considerou a carne verde o principal alimento da população paulistana. Criticou a municipalidade por permitir que os magarefes, funcionários públicos do Matadouro, se coligassem com os marchantes para paralisar o abate e assim promover a escassez deste gênero alimentício. Em ambos os textos, transparece uma visão negativa dos marchantes que empregavam um meio de atuação política com consequências imediatas para a população.

A resolução do problema do transporte das carnes perdurou por poucos dias. Em 07 de fevereiro, à noite, começou a circular pela cidade o boato de que os sete carroceiros, responsáveis pelo transporte das carnes do depósito da estação de São Joaquim até os açougues e mercados da cidade, haviam entrado em greve para protestar contra o estado do calçamento nas proximidades da mesma. O repórter de *O Estado*, após comparecer ao local da greve, noticiou que a este problema se somava o fato da Companhia de Ferro Carris ter substituído o funcionário encarregado da distribuição das carnes no depósito da empresa.

Sob esta perspectiva, os carroceiros se aproveitaram da inexperiência do novo funcionário para protelar o transporte pelos carroções. Outros carroceiros apareceram na estação de S. Joaquim se oferecendo para realizar a distribuição, no entanto, cobravam preços

³⁹⁶ BN, CORREIO PAULISTANO, 18/01/1893, nº 10882, p. 1.

exagerados pelo serviço. O clima de tensão subjacente, que durava desde o início daquele ano no abastecimento de carnes verdes, tornou este episódio objeto de mobilização das forças policiais, para evitar confrontos e violências, bem como da própria população que, com o atraso no transporte, temia ficar sem carne para as refeições do dia seguinte.

Aparentemente, não houve confronto entre os grevistas e os demais carroceiros. No entanto,

Ao local da greve compareceu prontamente o dr. chefe de polícia acompanhado do capitão José Bento, subdelegado da Sé, indo em seguida um piquete de 20 praças de cavalaria, que felizmente não se tornou necessário, visto não ter manifestação hostil por parte dos grevistas. Ao dr. chefe de polícia auxiliaram os srs. Major Lagoa, diretor do matadouro, o chefe do tráfego da Companhia Santo Amaro, dois Fiscais da Câmara Municipal e vários cidadãos que espontaneamente se prestaram a coadjuvar (...) no louvável intuito de fazer cessar prontamente as dificuldades...³⁹⁷

As forças de segurança da cidade agiram com o concurso de alguns habitantes. Documentos oficiais, textos na imprensa e até parcelas da opinião pública passavam a associar os problemas do abastecimento de carne com a manipulação dos marchantes em um contexto de acomodação dos interesses no tocante à nova organização da produção, transporte e comércio de carne após a transferência do Matadouro.

Em 1893, apareceu na imprensa da capital uma nova folha diária denominada de *O Comércio de São Paulo*. Publicação ligada à família Prado, se tornaria mais um órgão da imprensa a abordar com desconfiança as reivindicações de marchantes e outros segmentos sociais do abastecimento de carnes verdes. Todavia, a família proprietária do jornal possuía interesses privados na administração do Matadouro, pois como eram proprietários da Fábrica de Curtume da Água Branca, dependiam das matérias primas produzidas naquele estabelecimento municipal e pertencentes aos marchantes, principalmente o couro.

Em uma de suas primeiras edições, o jornal noticiou a greve dos carroceiros reproduzindo uma carta enviada pelo Intendente de Polícia e Justiça, João Bueno. De acordo com esta autoridade, os carroceiros haviam paralisado as atividades no dia 06, mas o Fiscal da Câmara, Corrêa Dias, conseguiu persuadi-los a continuarem o transporte. No dia 07, o movimento grevista despontou novamente e o Intendente se deslocou até o depósito, onde verificou que a carne estava “mal acondicionada”, pois o local disponibilizado pela Companhia não comportava o volume de mercadorias armazenadas. Os carroceiros afirmavam que o novo funcionário da distribuição desconhecia as marcas da carne e seus

³⁹⁷ O ESTADO E S. PAULO. 08/02/1893, nº 5353, p. 2.

respectivos proprietários, bem como oferecia cargas incompletas. Quando o Intendente chegou ao depósito, presenciou a seguinte cena:

(...) encontrei a entrada do depósito tomada por algumas carroças, impedindo não só a saída de um *wagon* que se tinha descarregado como a entrada de um outro carregado que chegava naquela ocasião do matadouro. Fiz retirar as carroças que assim impediam o trânsito³⁹⁸

João Bueno comunicou, então, aos carroceiros que ainda faltava mais um bonde para chegar do Matadouro e que as carnes que estavam faltando viriam nesta última remessa. Retirou-se então do estabelecimento. Às oito e meia da noite, surgiram na casa do Intendente o Major Lagoa e o Fiscal Corrêa Dias para avisar que os carroceiros haviam paralisado as atividades novamente. João Bueno, que então conferenciava com dois Fiscais da Câmara, enviou-os para o depósito em companhia do Diretor do Matadouro para averiguar a situação.

Por telefone, João Bueno soube que apenas dois carroceiros haviam se mantido em greve e que os demais tinham procedido ao embarque das carnes com o auxílio de “estranhos”. O Intendente acolheu as demandas dos carroceiros ao notificar a empresa sobre o “péssimo estado” do depósito e também quanto à necessidade de concluir o calçamento da rua em suas imediações. A despeito da tensão destes dias, a população da capital não ficou sem carne nos açougues.

Neste ínterim, tramitavam na Câmara dois projetos para facilitar o abastecimento de carnes verdes em face dos acontecimentos dos primeiros meses daquele ano: o estabelecimento de um contrato com a empresa de transporte para construção de um novo depósito de carnes na estação S. Joaquim e a abertura de uma nova estrada para comunicar o Matadouro até o centro da capital, “partindo por uma rua sem nome ali existente, percorrendo as de José Alencar e Conselheiro João Alfredo, até sair na Avenida Paulista, onde [se comunicaria] com a Rua de Santo Amaro”.³⁹⁹

Em maio de 1893, o abastecimento de carnes verdes novamente foi abalado por um conflito entre os marchantes e a Companhia Viação Paulista, que havia encampado a Santo Amaro de Ferro Carris, pois a nova concessionária do ramal do Matadouro subitamente aumentou de 700 para 3000 réis a taxa para cada rês transportada. Os marchantes se recusaram a pagar o novo valor e mobilizaram os carroceiros para conduzir a carne, desde o Matadouro até a cidade, cumprindo a distância de sete quilômetros aproximadamente. O

³⁹⁸ BN, O COMÉRCIO DE S. PAULO, 09/02/1893, nº 19, p. 2.

³⁹⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1893, p. 78 e 116.

jornal *O Estado de S. Paulo* condenou a atitude da empresa, pois assim prejudicava a alimentação pública com aquele aumento “exorbitante”.⁴⁰⁰

O problema da carestia da carne e a mudança de percepção em relação aos marchantes

Após a proclamação da República, fatores estruturais da cidade de São Paulo impactaram no abastecimento de carnes verdes e no consumo deste alimento pela população. O crescimento demográfico implicava no aumento da quantidade de carne consumida na cidade, ainda que este alimento fosse escasso na mesa da classe operária em ascensão.

A política econômica conhecida como o Encilhamento estimulou a formação de empresas e provocou a desvalorização cambial. O impacto no movimento de oscilação da taxa de câmbio trouxe incertezas para o abastecimento de carnes verdes. Nos primeiros anos da República, este segmento do comércio de alimentos foi alvo de inquéritos parlamentares e tentativas de arrendamento do Matadouro, como resposta para minorar os efeitos da carestia da carne.

Em 10 de Junho de 1891, após o afastamento provisório da ideia de arrendar o Matadouro como resposta à carestia da carne, o Conselho deliberou que o Presidente deveria dialogar com os marchantes para investigar o porquê da carestia da carne verde na cidade. Em 14 de Agosto, o Presidente do Estado, Américo Brasiliense, nomeou para os cargos de intendentess no Conselho, Lamartine Delamare e Manoel José Ferreira.⁴⁰¹

Em sua primeira aparição no Conselho, estes dois intendentess chamaram a atenção dos colegas para o problema das carnes verdes e propuseram uma investigação das causas do alto preço cobrado por este gênero na cidade:

Considerando que são inúmeras as reclamações feitas por diversos jornais desta capital contra o elevado preço porque está sendo vendida a carne verde; considerando mais que sendo procedentes essas reclamações, torna-se difícil, senão impossível a vida ao proletário, que dispõe de poucos recursos a sua manutenção; considerando ainda, que sendo a carne verde gênero alimentício de primeira necessidade, deve ser acessível ao bolso de todos; considerando finalmente que é da competência das municipalidades zelar pelos interesses e pelo bem estar dos munícipes; Indicamos que esta Intendência nomeie uma comissão para verificar se tem fundamento as reclamações feitas pela imprensa e, no caso afirmativo, propor as providências necessárias dentro da competência da municipalidade.⁴⁰²

⁴⁰⁰ O ESTADO DE S. PAULO. 02/05/1893, nº 5419, p. 2. Este projeto eventualmente foi adiado pela Comissão de Finanças.

⁴⁰¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1891, p. 118.

⁴⁰² *Idem. Atas*, 1891, p. 125.

As reclamações da população na imprensa, aludidas pelos intendentes, se deviam ao valor cobrado pelas carnes nos açougues, pois os consumidores consideravam “exagerados” os preços de 700, 600 e 500 réis pagos pelo quilo dos produtos de primeira, segunda e terceira qualidades, respectivamente.

A proposta dos novos intendentes provavelmente constrangeu o Presidente do Conselho que havia sido incumbido, dois meses antes, de investigar os motivos da carestia e que, ainda, não havia se pronunciado sobre a questão.

Nesta ocasião, Clementino de Souza Castro não pôde se esquivar e afirmou que já havia providenciado junto aos marchantes para reduzirem o preço da carne. O Presidente disse ainda que pesquisou “cartas, telegramas e recibos de pagamento de gado em pé e podia dar esclarecimentos”. No entanto, o Presidente se absteve de prestar as referidas informações e a comissão especial foi preenchida pelos dois proponentes e mais João Antônio Julião.⁴⁰³ Em 23 de Setembro de 1891, essa comissão apresentou um relatório no Conselho sobre a situação do abastecimento de carnes verdes na cidade. A questão que orientou a investigação dos Intendentes era saber se os altos preços se relacionavam à falta de gado para o fornecimento no Matadouro ou indicavam a ação de atravessadores que especulavam com o gado e formavam monopólios.

O Conselho da Intendência convocou os marchantes e açougueiros para uma reunião com a Comissão da carestia, que aconteceu em 14 de Setembro de 1891. Uma nova discussão teve lugar em 21 de Setembro, da qual participaram vinte e nove marchantes, segundo os membros da Comissão. Após conferenciar com marchantes e açougueiros, os intendentes concluíram que a escassez de gado em pé no estado de São Paulo era a “causa original” do problema, e não o “monopólio dos especuladores”. A escassez era resultado dos “rigores do inverno”, mas também “do aumento extraordinário de população”.

Segundo os marchantes, no início de 1891, pagava-se por um boi entre 45\$000 e 50\$000 réis. Devido ao rigoroso inverno daquele ano, os pastos haviam se deteriorado e o preço do boi dobrou de valor, alcançando 90\$000 até 100\$000 réis. E a tendência para os últimos meses era de um aumento maior do preço. Ainda assim,

Declararam marchantes e açougueiros que hoje vendendo a carne mais cara, ganham muito menos do que ganhavam quando a vendiam mais baixo, porque suas despesas aumentaram consideravelmente (...) Declararam mais que até estavam obrigados a subir mais um pouco no quilo desse gênero pelo exagerado preço do gado.⁴⁰⁴

⁴⁰³ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1891, p. 126.

⁴⁰⁴ *Idem. Atas*, 1891, p. 149.

A comissão concordou que o problema era a escassez de gado e que a tendência dos preços era subir ainda mais nos últimos meses do ano. Desse modo, em comum acordo com os presentes na segunda reunião, a comissão da carestia instituiu os seguintes critérios para vigorarem como “medidas de ocasião” e assim reduzir o preço da carne para o consumidor:

(...) isenção dos impostos municipais de licença para ter açougue, animal e carocinha para o transporte de carne para os respectivos açougues, comprometendo-se os açougueiros a vender a carne de 1º qualidade a rs. 600 o kilo; a de 2º qualidade a rs. 500 e a de 3º qualidade a rs. 400 e no caso de infração pagarão executivamente os respectivos impostos e a multa de 20\$000.⁴⁰⁵

A proposta foi redigida e assinada por todos os marchantes e açougueiros presentes. Os demais comerciantes que não puderam comparecer às reuniões poderiam subscrever o documento no Conselho de Intendência, onde o Presidente o deixaria exposto para a coleta de assinaturas.

A despeito da fixação do preço da carne, o ajuste era favorável aos comerciantes porque os isentava praticamente do pagamento de impostos sobre os meios de transporte da carne e, principalmente, da licença de indústria e profissões. Oferecia, em contrapartida, a redução de apenas cem réis por quilo de carne, pouco mais de 10% do valor total, em comparação aos preços reputados pela população como “exagerados”. Este acordo demonstrava a boa vontade dos novos intendentess para com os segmentos sociais do abastecimento de carnes na cidade.

Durante o mês de Outubro de 1891, Clementino de Souza Castro saiu em licença e a Presidência do Conselho foi transferida interinamente a Fernando de Albuquerque. Em 21 de Outubro, os três membros da comissão da carestia solicitaram demissão do cargo devido ao não cumprimento, por parte da Presidência do Conselho, do acordo firmado com os marchantes e açougueiros. Segundo a comissão, o termo de compromisso para validar o acordo ainda não havia sido lavrado pela Presidência que, então, se retirou da cidade, deixando este assunto premente sem resolução. Todavia, mantinham o compromisso de apoiar “a qualquer novo alvitre, que fosse capaz de debelar a crise”⁴⁰⁶.

Quando Clementino de Souza Castro reassumiu a Presidência do Conselho, no mês de novembro, encontrou pendente a renúncia da comissão da carestia que o acusou de inviabilizar deliberadamente o acordo firmado com os marchantes e açougueiros. O

⁴⁰⁵ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1891, p. 149.

⁴⁰⁶ *Idem, Ibidem*, p. 167.

Presidente rebateu as acusações ao afirmar que, logo após a conclusão do acordo, iniciou o processo de coleta de assinaturas com a adesão de mais quatro açougueiros. De acordo com o presidente, para que a resolução se tornasse efetiva, necessitava do apoio de todos os marchantes que utilizavam o Matadouro. Desse modo, Clementino ordenou ao Diretor:

(...) tirar uma relação de todos os marchantes no Matadouro, lugar em que todos os dias eles se reúnem, com a declaração que aceitavam a medida tomada na reunião da comissão, a fim de poder lavrar um termo em forma legal, com a designação dos nomes de todos que dele deviam fazer parte, por que não compreendo como se possa lavrar um termo em que alguém se comprometa a fazer alguma coisa mediante certa penalidade sem se conhecer esse alguém e sem se saber se aceita ou não o compromisso.⁴⁰⁷

O presidente apontava as falhas jurídicas do acordo estabelecido pela comissão de carestia. Utilizando a estatística de abate do estabelecimento, os marchantes que participaram das reuniões representavam, no Matadouro, a proporção de 15% da produção, o que correspondia a 443 rezes. O montante anual atingindo a cifra de 2.984 rezes.

O Intendente Lamartine Delamare não aceitou as justificativas do Presidente e insistiu em registrar nas atas que a resolução da comissão de carestia não havia alcançado os resultados esperados, porque Clementino:

não mandou lavrar o contrato que devia ser assinado pelos açougueiros; que não mandou publicar pela imprensa a lista dos açougueiros que haviam anuído ao convênio feito com a Intendência (...) que não foi executada a deliberação tomada pelo conselho em 23 de Setembro próximo passado em relativamente à questão das carnes verdes.⁴⁰⁸

Outros fatores concorreram para alterar a percepção das autoridades sobre o papel dos comerciantes na carestia da carne. À falta de gado se somava a ganância dos marchantes e açougueiros.

Segundo informou o Conselho, os marchantes estavam vendendo carne de “péssima qualidade” com preço do produto “de primeira”. Os açougueiros signatários do acordo não haviam reduzido os preços, conforme denunciava *O Estado*. O Presidente do Conselho,

soube ainda que o cidadão Carlos Ablas, que é o maior abatedor de gado no Matadouro (...) que mantém diversos açougues, estava pronto a pagar todos os

⁴⁰⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1891, p. 186.

⁴⁰⁸ *Idem, Ibidem*, p. 187.

impostos e não subir o preço da carne acima de 500 réis o kilo, salvo as circunstâncias supervenientes não permitissem

No entanto, Carlos Ablas não representava a maioria dos marchantes, justamente por ser o maior “abatedor do matadouro”. Quase todos os marchantes eram açougueiros, mas nem todos os açougueiros eram marchantes. Com o objetivo de se desvencilhar das acusações de especulação, os açougueiros se eximiram da culpa pelos altos preços. Quando *O Estado* denunciou que os marchantes não haviam cumprido o acordo com a comissão de carestia, os açougueiros se reuniram e por meio de abaixo-assinado ao Conselho reclamaram que aqueles cobravam altos preços pelas peças de carne no Matadouro.⁴⁰⁹

Desse modo, a população de São Paulo continuou a sofrer os efeitos da carestia da carne, mesmo após a intervenção do poder municipal entre 1890-1891.

Em 1894, o alto preço da carne continuava a afligir a população e a exercer pressão sobre as autoridades municipais para que solucionassem o problema. Em janeiro, o vereador João Antônio Julião denunciou que a despeito do preço em vigor no Matadouro de 600 réis o quilo, os consumidores pagavam 1\$200 réis o quilo nos açougues e talhos. Em contrapartida, citava o caso da capital federal onde o preço da carne no Matadouro oscilava entre 800 réis e de 900 réis, nos açougues.⁴¹⁰

No início de fevereiro do ano de 1894, o Intendente Municipal, Cesário Ramalho da Silva, promoveu um Ato sobre as carnes verdes e instituiu que o preço final nos açougues não poderia ter diferença maior de duzentos réis em relação àquele praticado no Matadouro. Nesta época, os preços voltaram a subir após a entrada em vigor das novas regras sanitárias para os açougues, inscritas na lei 63 de 1893.

Para reforçar a aplicação destas medidas legais, o Intendente expediu a ordem aos Fiscais para visitar os açougues em todos os dias. E monitorar o cumprimento da tabela de preço da carne, que diuturnamente era redigida pelo Diretor do Matadouro. Os clientes também deveriam participar dessa fiscalização e se dois deles constatassem irregularidades no preço do quilo da carne deveriam comunicar a Intendência Municipal.⁴¹¹

No *O Estado*, todavia, continuaram a surgir reclamações sobre o descumprimento dos açougueiros à fixação do preço da carne, pois “burlavam” os Fiscais da Intendência e continuavam a vender a carne por mais de mil réis o quilo.⁴¹² Três dias depois, a Câmara

⁴⁰⁹ O ESTADO DE S. PAULO. 17/10/1891, nº 4987, p. 1. CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1891, p. 167.

⁴¹⁰ *Idem*. *Atas*, 1894, vol. 80, p. 5-6.

⁴¹¹ BN, CORREIO PAULISTANO. 20/02/1894, nº 11.192, p. 2.

⁴¹² O ESTADO DE S. PAULO. 24/02/1894, nº 5657, p. 1.

decidiu suspender o Ato de Cesário Ramalho, em uma disputada votação em plenário, considerando-o inconstitucional.⁴¹³

Em 1896, a Câmara novamente se deparou com a necessidade de intervir na carestia da carne. Os estudos realizados pela municipalidade indicaram que, em 1893, quando o Intendente ensaiou a fixação do preço da carne, o parâmetro utilizado para determinar os preços correntes no Matadouro e nos açougues de São Paulo eram os valores correntes nas transações efetuadas no Rio da Prata. Segundo o Presidente da Câmara, em 1896, com a desvalorização cambial da política do Encilhamento, não era mais conveniente se abastecer nesta região, bem como considerá-la referência de preços no mercado de bois de São Paulo. Argumentava que fixar a margem de diferença entre o preço cobrado no Matadouro e aquele dos açougues prejudicava a operação comercial deste segmento, pois “com os impostos atuais, o preço dos víveres, empregados, aluguel, etc., etc., não [poderia] o açougueiro tirar proveito sobre estes preços”.⁴¹⁴

Em 1894, no entanto, em reportagem do *O Estado*, outros motivos relacionados à produção e transporte do gado de corte dos locais de criação para a capital de São Paulo foram investigados. Afirmava-se que o gado para corte na capital era proveniente dos estados de Minas, Mato Grosso e Paraná, e pouco se importava do Rio da Prata, destinado principalmente para o suprimento da população de Santos. Em São Paulo, consagrava-se a cidade de Franca como a localidade fornecedora de gado de boa qualidade, porém, em número reduzido e com altos preços, pois era apenas um entreposto comercial do gado criado em Minas Gerais.⁴¹⁵

A reportagem comunicava a abertura de nova estrada de tropas ligando a região de Santana do Parnaíba, no Mato Grosso, até São José do Rio Preto, em São Paulo, que visava facilitar o escoamento do gado desta região para as cidades paulistas, especialmente a capital. Segundo esta publicação, além da ganância dos marchantes, o transporte de gado para a capital no final do século XIX se defrontava com barreiras físicas que influenciavam na carestia da carne e que, então, se pretendia equacionar.

Durante a Presidência de Américo Brasiliense, com o objetivo de facilitar o acesso das tropas ao interior do Paraná, aos locais de criação de gado, a administração estadual construiu uma estrada que atravessava o Rio Paranapanema e evitava assim a “enorme volta pela estrada do Itararé”. Entretanto, o gado de melhor qualidade no país,

⁴¹³ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1894, p. 25-26.

⁴¹⁴ *Idem*. *Atas*, 1896, vol. 82, p. 40.

⁴¹⁵ O ESTADO DE S. PAULO. 01/07/1894, nº 5758, p. 1-2.

segundo o repórter do *O Estado*, era criado no Triângulo mineiro, Goiás e Santana do Parnaíba, no estado do Mato Grosso.

Os criadores destas três regiões concentravam os rebanhos nas invernadas da cidade de Passos, em Minas Gerais, onde havia a principal feira de bois e vacas do centro sul do país. No entanto, o principal mercado deste gado era o Rio de Janeiro, sobretudo após o arrendamento do Matadouro de Santa Cruz, que praticamente criou um regime preferencial da capital da República sobre o fornecimento de gado na Feira de Passos, a partir de 1894.

Os marchantes de São Paulo também compravam rebanhos no triângulo mineiro para abastecer as cidades paulistas. Em 1893, durante os conflitos entre este segmento comercial, a Intendência e a Companhia Viação Paulista, em documento para o governador do Estado, os marchantes da capital elencavam os obstáculos para o transporte de gado bovino do triângulo mineiro até a capital, salientando os diversos rios que constituíam barreiras naturais para a condução dos animais. A iniciativa dos marchantes visava também rechaçar a ideia de que a carestia era deliberadamente provocada pela ganância deste segmento comercial:

Alegavam eles (...) que tinham de atravessar o Rio Grande, abaixo ou acima de Jaguará; o Rio Sapucaí Mirim, entre a Franca e Batatais; o Rio Pardo, entre batatais e o Ribeirão Preto; o Rio Jaguari Mirim, entre Casa Branca e Mogi Guaçu; o Rio Mogi, entre Mogi Guaçu e Mogi Mirim; os rios Camanducaia, Jaguari, do Mato, Atibaia, entre Mogi Mirim e Campinas, e Rio Juqueri, entre Jundiaí e São Paulo.⁴¹⁶

Os bois que supriam o mercado de São Paulo percorriam longos trajetos até a cidade. E as vicissitudes decorrentes desta jornada justificavam o aumento do preço da carne nos primeiros anos do regime republicano, na visão dos marchantes.

Com o surgimento das ferrovias, a preeminência do triângulo mineiro como centro produtor e distribuidor de gado favorecia o transporte do gado pela companhia Mogiana. Com o advento desta nova rota de ligação direta entre um centro produtor em expansão, o Mato Grosso, e a região noroeste-norte paulista, outras ferrovias passaram a transportar o gado em pé, a Rio Claro, a Paulista, a Inglesa. Todavia, é provável que a maioria do gado para o corte em São Paulo continuasse a chegar à capital por meio das tropas conduzidas pelos antigos caminhos de terra. Os interesses econômicos enraizados nas tropas estavam em oposição àqueles mobilizados nas estradas de ferro.

⁴¹⁶ O ESTADO DE S. PAULO. 01/07/1894, nº 5758, p. 1-2.

O contrato para o fornecimento de carne como solução alternativa ao problema da carestia

Após a proclamação da República, a municipalidade da capital começou a receber propostas de empresas para o estabelecimento de um contrato para o fornecimento de carne à população. A política econômica do novo regime favorecia a criação de empreendimentos que reuniam somas maiores de capitais e que, em diversos casos, visavam adquirir concessões para exploração de serviços públicos. O setor de transporte urbano foi o principal exemplo. O segmento do abastecimento de carne também esteve sujeito às pressões destes novos interesses econômicos, que acirravam a concorrência comercial com os marchantes.

No início de 1891, constituiu-se na cidade a Companhia Paulista de Carnes Verdes. Esta empresa tinha a intenção de estabelecer um regime preferencial de abate no Matadouro e, assim, pressionou o Conselho de Intendência para abrir uma licitação pública para contratar o abastecimento de carne mediante contrato com uma única empresa privada. Sua proposta consignava um período de trinta anos de vigência do contrato, sendo indeferida pelo Conselho.⁴¹⁷

Os novos empreendimentos no setor da carne possuíam também o objetivo de explorar as novas possibilidades de negócio proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico aplicado na produção e conservação de alimentos, sobretudo a aplicação do ar refrigerado, como um meio de ampliar a durabilidade desta mercadoria.

O Conselho de Intendência, nos primeiros meses daquele ano, recebeu o requerimento de Domingos Nogueira Jaguaribe para construir um depósito frigorífico para armazenar a carne produzida no Matadouro, um entreposto em seu trajeto até os açougues.⁴¹⁸

A comissão de higiene elogiou a iniciativa por considerá-la vantajosa para o incremento das condições sanitárias da capital. No entanto, do ponto de vista do suprimento para a população e da organização do comércio deste gênero alimentar, a comissão não podia aceitar a proposta. Segundo o requerimento, toda carne produzida no Matadouro deveria ser conservada no frigorífico antes de ser vendida no comércio. Os marchantes passariam a pagar dez réis por quilo de carne resfriada.

A comissão argumentou que a obrigatoriedade aos marchantes de se servirem do frigorífico como um entreposto entre o Matadouro e a cidade poderia suscitar conflitos entre este segmento comercial e a empresa. Consideraram também que a taxa proposta era muito

⁴¹⁷ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1891, vol. 77, p. 15.

⁴¹⁸ *Idem*, *Ibidem*, p. 10-11.

elevada e acarretaria no aumento do preço da carne para o consumidor final, uma vez que os marchantes interpretariam a taxa como um novo imposto e, assim, repassariam os custos aos consumidores. A comissão de higiene, todavia, aprovou a construção do frigorífico, desde que não se obrigasse os marchantes a utilizá-lo, o que, provavelmente, impedia, na prática, a concessão solicitada.

Entre 1891 e 1896, a Edilidade colocaria em pauta a ideia de contratar o abastecimento de carne como uma medida do poder público para minorar os efeitos da carestia e, também, para conciliar os interesses destas novas empresas. No entanto, tornava-se necessário criar uma legislação para regulamentar este contrato entre o poder público e privado. Neste período, três leis municipais foram aprovadas para estipular as regras básicas para orientar a abertura da concorrência pública: a de nº 6 em 1892, nº 27 de 1893 e nº 206 de 1896.

Em comum, estas legislações foram aprovadas, uma em substituição à outra, no bojo dos conflitos suscitados pela carestia da carne. A possibilidade de contratar o fornecimento se caracterizou como uma solução alternativa da Câmara aos impasses sobre a origem do problema e às fracassadas tentativas de fixar o preço, examinadas anteriormente.

Examinaremos a seguir, os três momentos de discussão dos projetos de lei para o contrato do abastecimento e de que modo a municipalidade se posicionou diante deste tema, salientando as mudanças inseridas nestas leis.

Após abordar o estabelecimento, em 1891, do acordo entre a Comissão da carestia e os marchantes e açougueiros, para conter o aumento do preço da carne, analisamos o conflito suscitado entre a Presidência do Conselho e os membros da citada Comissão, conflito que acabou por inviabilizá-lo. O período que Clementino Castro se ausentou do Conselho foi crucial para este desfecho.

Durante sua ausência, o Presidente interino, Fernando de Albuquerque também contribuiu para este desfecho, pois, ao invés de encaminhar a resolução da Comissão, colocou em pauta um projeto de lei para contratar o serviço de fornecimento de carne. Convocou-se uma sessão extraordinária para debater o assunto. A proposta estabelecia os deveres e os direitos da empresa contratante e visaria à redução do preço do quilo da carne na cidade.⁴¹⁹

Segundo o documento, a empresa se comprometeria a fornecer entre doze e dezoito mil rezes anualmente para o abate, mantendo uma invernada nos arredores da cidade com rebanho de mil cabeças, para equilibrar o fornecimento. O contrato deveria fixar em 400

⁴¹⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1891, vol. 77, p. 173.

réis o preço do quilo da carne no Matadouro e 480, nos açougues, durante os meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro. Para os outros meses do ano, estipulava-se o preço do quilo no Matadouro em 320 réis e, nos açougues, em 400 réis.

Para o caso dos açougueiros que se recusassem a comprar e vender pelos preços determinados, o Conselho autorizava a empresa a montar açougues que venderiam a carne pelo preço estipulado ao consumidor final. Para diferenciá-los dos demais açougues, pertencentes aos marchantes, ou por eles abastecido, estes estabelecimentos da empresa concessionária seriam denominados de “açougues municipais”. A partir da assinatura do contrato, a empresa possuía quinze dias para reduzir os preços cobrados pela carne na cidade.

Em relação aos direitos do contratante, reservava-se metade do volume de abate no Matadouro, podendo aumentar a sua participação na “matança diária todas as vezes [em] que ela [fosse] insuficiente” em vista das necessidades do comércio e consumo. O contrato vigoraria pelo prazo de cinco anos e a empresa teria a preferência de transporte da carne no primeiro trem que partia do Matadouro à cidade.

O Conselho de Intendência oferecia, por sua vez, o congelamento dos impostos sobre o transporte da carne e o serviço do Matadouro, durante a vigência do contrato, comprometendo-se a manter os canais de diálogo com os poderes competentes, nos estados fornecedores de gado para a capital de São Paulo, para evitar o aumento da tributação sobre produtores e animais nos locais de origem.

A empresa deveria alocar cinquenta contos de réis como garantia da execução do contrato, em formas diversas: dinheiro, apólices, letras municipais, do Banco do Brasil ou do Crédito Real, bem como outros títulos que a Intendência considerasse “de sua confiança”. A título de taxa de inscrição, os concorrentes pagariam em dinheiro o valor de cinco contos de réis.⁴²⁰

A proposta de arrendamento colocava ênfase no abastecimento de gado em pé para regular o preço da carne, o que contemplava o problema detectado pela comissão de carestia. Todavia, a reserva de 50% do abate e a preferência ao transporte da carne estabeleciam condições vantajosas para a empresa na concorrência com os marchantes que, praticamente, seriam aliados de sua posição no comércio de bois e carnes na cidade, a partir desta restrição ao uso do Matadouro.

O maior promotor desta medida era o Presidente interino Fernando Albuquerque que aproveitava o cargo para introduzir duas propostas para o contrato e afirmou saber da

⁴²⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1891, p. 173-175.

existência de um terceiro proponente.⁴²¹ No entanto, esta medida não foi efetivada quando Clementino Castro retornou à Presidência.

Em 1892, assumiram os primeiros administradores municipais eleitos pelo novo sistema. A Câmara Municipal republicana criou a Intendência de Higiene e Saúde Pública que reportava diretamente à Comissão de Higiene e Saúde Pública da Câmara, liderada por Henrique Schaumann.

Em novembro de 1892, o Intendente de Higiene e Saúde Pública, Bráulio Gomes, recolocou em pauta o contrato de abastecimento de carne, como uma medida com vistas a melhorar a qualidade do produto, bem como exercer maior controle sobre a flutuação em seu preço.⁴²² Todavia, coube ao Intendente de Polícia e Justiça, João Álvares da Siqueira Bueno, redigir as bases jurídicas do contrato que resultaram na promulgação da lei nº 6.⁴²³

Esta lei de 1892 se caracterizou pela autonomia conferida às empresas participantes da concorrência para estabelecer o preço da carne no Matadouro e nos açougues, assim como definir a quantidade de rezes necessária e de açougues para distribuir a carne para suprir a demanda da população da capital. Durante a vigência do contrato, a Câmara manteria sob seu controle a administração do Matadouro e o abate continuaria a ser livre desde que os marchantes se comprometessem a praticar os mesmos preços determinados pela empresa fornecedora.⁴²⁴

No entanto, nesta época, ocupava a Intendência de Finanças, o vereador defensor dos interesses dos marchantes, Francisco Pennaforte Mendes de Almeida que se posicionou em relação à matéria que considerava de enorme importância para a municipalidade, pois a renda do Matadouro se constituía na terceira maior fonte de receita da Câmara, atingindo a cifra anual de 200 contos de réis.⁴²⁵ Segundo ele:

O matadouro é uma das principais fontes de receita do município. Tem produzido regularmente cerca de 200:000\$000 anuais (...) será muito para lastimar que a Câmara deixe-se arrastar pela precipitação de resolver o problema da carestia da carne verde sacrificando esta fonte de receita. Tenho convicção que a interferência da Câmara Municipal dará nisso e em outros prejuízos para a renda municipal, sem proveito algum afinal para a população. Se debaixo do ponto de vista do abastecimento e do preço da carne, pode por algum tempo haver vantagem (...) em semelhante assunto é indubitável que além de ser esta vantagem de pouca duração, trará inconveniente de obrigar por uma concorrência insuperável, que, digo, um grande número de açougueiros a abandonar seu comércio e a deixar assim a mesma

⁴²¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1891, p. 172.

⁴²² *Idem*. *Atas*, 1892, vol. 78, p. 106-107.

⁴²³ *Idem*, *Ibidem*, p. 120.

⁴²⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 120-121.

⁴²⁵ Perdia apenas para o imposto de licença (400 contos) e o imposto de indústria e profissões (350 contos).

Câmara, em grande parte a responsabilidade pelo abastecimento da cidade, não podendo ela depois renunciar sem perigos, esse encargo.⁴²⁶

Esta posição contrária do Intendente de Finanças ao contrato do abastecimento catalisou a insatisfação da maioria em plenário com os dispositivos da lei nº 6. No ano seguinte, após a tentativa frustrada do chefe da Intendência Municipal, Cesário Ramalho, de fixar o preço da carne nos açougues mediante decreto de um Ato Executivo, como uma medida desesperada para conter o alto preço da carne, a ideia de contratar o serviço foi retomada pelo Intendente e se transformou na nova lei nº 27 de 1893.

Neste momento, após dois anos de carestia e de embates entre os marchantes e o poder público em torno do preço da carne, o Intendente justificava a ideia de contratar o serviço como um meio de garantir as normas higiênicas prescritas pela regulamentação do Serviço Sanitário e, principalmente, salvaguardar o interesse público do “arbítrio de alguns fornecedores”.⁴²⁷

A nova lei de concorrência pública para o abastecimento de carne estabeleceu a diferença máxima de 150 réis entre o preço cobrado no Matadouro e aquele praticado nos açougues. A empresa se comprometia a construir açougues em locais determinados pela municipalidade, segundo um modelo padrão de construção. E ficaria responsável por metade das rezes abatidas, podendo alcançar até 2/3 deste volume, com a capacidade de arcar com a totalidade, em caso de necessidade.

A empresa teria preferência para a utilização das dependências do Matadouro nas primeiras horas do dia. Quanto aos marchantes deveriam esperá-la completar sua cota diária para então poderem abater suas rezes. Os açougues que fossem eventualmente construídos pelo arrematante do contrato estariam isentos de qualquer imposto de licença, indústria e profissão ou sobre carros e carroças.⁴²⁸

A concorrência aberta pela nova lei resultou na escolha pela Comissão de Higiene da proposta enviada pelo maior marchante da cidade Carlos Ablas em consórcio com seu cunhado, o açougueiro Alexandre Ranzini. A proposta escolhida foi examinada pela Comissão de Justiça, composta pelo vereador representante do Brás, Carlos Garcia, e pelo antigo correligionário liberal, Antônio Francisco de Aguiar e Castro, em seu terceiro mandato legislativo.

⁴²⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1892, p. 184.

⁴²⁷ *Idem*, *Ibidem*, p. 146.

⁴²⁸ *Idem*. *Coleção de Leis*. Lei Nº 27, de 15 de abril de 1893. *Idem*. Lei Nº 63, *op. cit.*

Além desta proposta, a Comissão em questão examinava uma representação dos marchantes contrária à execução da lei nº 27. A Comissão emitiu parecer argumentando que a lei de concorrência pública para o abastecimento de carne era incompatível com o sistema republicano vigente, pois criava um monopólio no fornecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade, impedindo o livre exercício profissional garantido pela Constituição de 1891.

Se a proposta fosse aceita, a Comissão entendia que diversas outras propostas neste sentido seriam feitas à Câmara para conceder o monopólio de outros segmentos do abastecimento de alimentos, como no caso dos mercados. Desse modo, a liberdade comercial garantida pelo sistema republicano estaria ameaçada.

Ademais, a Comissão de Justiça deixou claro que este contrato resultaria no alijamento dos marchantes na produção e comércio de carne e derivados de animais. No entanto, partilhava a opinião desfavorável em relação a esse segmento que então se consolidava, associando-os diretamente à situação de carestia:

A comissão de justiça compreende quão difícil e dolorosa é a situação da população diante da ambição incomensurável daqueles que não visam outra coisa senão o seu lucro. Custa mesmo a acreditar que neste estado a especulação de alguns indivíduos chegasse ao ponto de dificultar ao povo o consumo de um gênero alimentício de tal ordem. Mas a comissão também compreende que abrir-se um mau precedente, é abrir caminho para milhares de abusos.⁴²⁹

Nos últimos anos do século XIX, parecia haver um consenso entre autoridades públicas municipais e a imprensa da capital de que a prolongada carestia daqueles anos se devia sobretudo à ganância e aos lucros excessivos extraídos por marchantes e açougueiros da produção e comércio de bois e de carne. Todavia, a decisão da Comissão de refutar o contrato de abastecimento se baseava também na constatação de que a concorrência pública aberta pela Câmara analisara apenas a proposta de Carlos Ablas que, na prática, já era o maior abatedor do Matadouro e fornecedor das principais instituições religiosas da cidade, mediante contrato de exclusividade.⁴³⁰

Em 1896, antigas lideranças do partido conservador retornaram à Câmara, sob a presidência de Antônio Proost Rodovalho. E a ideia de contratar o abastecimento de carne ganhou novo fôlego e outra roupagem. Na sucessão de medidas administrativas da Câmara, é

⁴²⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1892, p. 92.

⁴³⁰ No Rio de Janeiro, o arrendamento do Matadouro de Santa Cruz foi efetivado.

perceptível a tendência de flexibilizar os termos do contrato para torná-lo mais favorável aos interesses das empresas concorrentes.

Neste ano, organizou-se a Intendência de Polícia e Higiene e coube ao seu responsável, João Bueno, conduzir novamente a discussão. Após apresentar novo projeto de lei, este foi recusado quando submetido ao plenário. O Presidente da Câmara, Antônio Rodovalho propôs outro projeto de lei, em substituição ao rejeitado, que acabou sendo aceito pela Câmara e se tornou a terceira lei sobre o contrato do abastecimento de carne sob o nº 206, de 28 de Fevereiro de 1896.⁴³¹

A nova lei de contratação do fornecimento de carnes verdes na capital, quando aplicada, tornava realidade o temor de marchantes e açougueiros de que o contrato de fornecimento implicasse no arrendamento do Matadouro, o qual autorizava somente a empresa contratante a abater rezes e fornecer carne na cidade de São Paulo. Esta lei de 1896 previa, em comparação às anteriores, um aumento no preço da carne no Matadouro de 600 para 700 réis o quilo e de 150 para 200 réis, a margem de preço praticada nos açougues.

A lei de 1896 previa apenas como possibilidade a construção de novos açougues pela empresa, em caso de necessidade comprovada de assim manter a margem de duzentos réis por quilo da carne, podendo, entretanto, ser açougue fixo ou mesmo volante.

A lei promulgada por Rodovalho mantinha a administração do Matadouro sob a responsabilidade da Câmara. Todavia, em caso de greve dos funcionários municipais, a empresa poderia recorrer à contratação temporária de outros trabalhadores, que teriam os salários pagos pela municipalidade.

Esta nova lei de arrendamento do serviço do Matadouro foi veementemente combatida pelo vereador Moniz de Souza, representante dos interesses dos marchantes. Recorrendo desta decisão à Câmara, afirmava ser inconstitucional, pois feria a liberdade de profissões ao restringir o comércio de carnes verdes, monopolizando a utilização do Matadouro por apenas uma empresa.⁴³²

A Comissão de Justiça, desta vez, endossou a decisão da Presidência e não aceitou o recurso. O vereador recorreu então ao Governo do Estado.⁴³³ A ausência de qualquer discussão a respeito nos anos subsequentes desta legislatura indica que novamente a legislação promulgada com o objetivo de regulamentar o contrato do serviço de

⁴³¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Coleção de Leis*, Lei nº 206, 28 de Fevereiro de 1896.

⁴³² *Idem. Atas*, 1896, p. 231.

⁴³³ O ESTADO DE S. PAULO. 01/01/1897, nº 6622, p. 2.

abastecimento de carne na capital, preparando as condições jurídicas para um eventual arrendamento do Matadouro, não entrou em execução.

A imprensa e a fiscalização veterinária no Matadouro: controle sanitário e conflito de competências entre a Intendência de Polícia e Higiene e o Serviço Sanitário do Estado

A virada do século, no Estado de São Paulo, caracteriza-se por ser um momento de deflagração de epidemias. O acelerado crescimento urbano da capital e sua interface com a especulação imobiliária e as condições precárias dos bairros operários nascentes, favorecia a eclosão de doenças epidêmicas. Paralelamente, o início das políticas de imigração subsidiada, a partir de 1886, intensificava o crescimento demográfico, trazendo uma série de novos desafios para a administração pública. Afinal, para que a política de imigração em massa alcançasse o objetivo de formar e consolidar um mercado de trabalho baseado em mão de obra livre e barata, seria preciso evitar o alastramento de moléstias transmissíveis, endêmicas e epidêmicas, com o provimento das condições mínimas de higiene no espaço urbano.

No âmbito do desenvolvimento científico e tecnológico na área da medicina, a explicação das causas e da disseminação de doenças nos centros urbanos industriais sofria importantes mudanças. Transitava-se do paradigma da teoria dos miasmas para a teoria microbiana. Consolidando-se, progressivamente, a ideia de que as doenças eram transmitidas por micro-organismos, e não apenas pelas exalações de miasmas, e que os alimentos se configuravam em vetores de transmissão de doenças contagiosas.⁴³⁴

Em São Paulo, a ação sanitária voltada para combater os focos de miasmas no espaço urbano e debelar epidemias de febre amarela e varíola, na última década do século XIX, compartilhará este foco de ação com os problemas relativos à alimentação pública. Sua incidência sobre o ar e o ambiente se associará com o combate a outros vetores de transmissão de germes e bactérias, entre eles, o consumo de carne.

De todo modo, a nova regulamentação estabelecida no período – desde o Código de Posturas de 1886, o Código Sanitário de 1894 até a Regulamentação da Intendência de Polícia e Higiene em 1896 – encontrou uma série de obstáculos para se tornar efetiva. Durante essa primeira década, os órgãos administrativos de higiene e saúde pública na capital enfrentaram mudanças sucessivas de composição nas Intendências Municipais.

⁴³⁴ Maria Alice Ribeiro afirma que o momento de transição de paradigma sobre a origem das doenças influenciou na constituição do serviço sanitário estadual, relacionando o serviço geral de desinfecções à concepção miasmática e o Instituto Bacteriológico, a microbiana (RIBEIRO, *Ibidem*, p. 35).

Desse modo, a despeito da legislação republicana inicialmente ter mantido sob a jurisdição municipal a administração de medidas de higiene e sanitárias, mesmo na capital, do ponto de vista técnico-científico, da mobilização de instrumentos para verificar a salubridade dos alimentos, este serviço pouco se alterou em relação ao trabalho executado pelos Fiscais da Câmara. Do ponto de vista administrativo e dos comerciantes de alimentos, aumentou a fiscalização e as medidas arbitrárias com o poder de polícia conferido aos agentes sanitários pelo Código Estadual de 1894 e com a formação da polícia sanitária municipal e, posteriormente, a Intendência de Polícia e Higiene.

Nos primeiros anos da República, com a organização da Intendência de Higiene e Saúde Pública (1893) e a Diretoria do Serviço Sanitário, o comércio de carne na cidade passou a ser fiscalizado tanto pelos Fiscais da Câmara e Guardas-Fiscais da Intendência, quanto pelos Inspetores Sanitários do Serviço Sanitário Estadual. No entanto, a fiscalização veterinária dos animais e da carne no Matadouro pertencia à esfera municipal responsável pela organização e execução desta tarefa.

Após 1892, com a formação das instituições de higiene e saúde pública tanto em âmbito estadual quanto municipal, as apreensões de carnes deterioradas nos açougues e mercados, bem como a recusa de animais magros no Matadouro, começaram a se tornar mais frequentes.

Em 30 de Dezembro de 1893, *O Estado* solicitava às autoridades maior atenção à venda de carne deteriorada nos açougues da cidade, pois a redação do jornal já havia recebido mais de uma reclamação nesse sentido, considerando esta prática um “abuso perigoso”. Em Janeiro de 1894, informava que os Fiscais da Câmara situados no bairro do Brás haviam apreendido uma grande quantidade de carnes impróprias para o consumo, pertencentes a açougues na Rua Piratininga e Visconde do Parnaíba.⁴³⁵

Em julho de 1895, um morador da região de Perus, nos arrabaldes da capital, notificou à redação do *O Estado* que uma moléstia desconhecida atacava os rebanhos de gado dos marchantes durante o período das *invernadas*. Local em que o gado era colocado para descansar e engordar, após o longo percurso desde os locais de criação e feiras de animais.

Informam-nos que nos campos da estação de Perus, onde os marchantes costumam invernar o gado que se destina ao Matadouro desta capital, tem aparecido ultimamente, em forma epidêmica, uma moléstia caracterizada pela inflamação e consequente queda dos cascos dos animais, que, após alguns dias de rápido emagrecimento são vitimados.⁴³⁶

⁴³⁵ O ESTADO DE S. PAULO. 30/12/1893, nº 5614, p. 1. *Idem*. 24/01/1894, nº 5633, p. 1.

⁴³⁶ *Idem*. 09/06/1895, nº 6063, p. 3.

Segundo *O Estado*, esta notícia motivou a designação, pela Diretoria do Serviço Sanitário Estadual, de um inspetor sanitário para investigar a epidemia nas invernadas de Perus.⁴³⁷ Esta autoridade diagnosticou a presença da febre aftosa, doença de caráter epidêmico, nos rebanhos dos marchantes. O próprio Inspetor do Serviço Sanitário ficou doente após visitar o local, sentindo naquela noite “fortíssimas dores de garganta”. Acrescentava a reportagem que a moléstia já se manifestara na cidade e que o Serviço Sanitário emitiria avisos à população de como se prevenir de possível contágio.

As autoridades municipais se mobilizaram contra a febre aftosa por intermédio do Major Eleutério Lagoa, Diretor do Matadouro. O Major requisitou ao *Comércio de S. Paulo* que avisasse à população da capital sobre o protocolo observado em rejeitar toda rês suspeita de contaminação:

Além disso (...) faz examinar minuciosamente a língua das rezes abatidas, mandando inutilizar a que apresenta vestígios de aftas (...) Da imparcialidade e rigor com que sua s.s procede resultaram ameaças dos marchantes, os quais se veem prejudicados com a recusa das rezes enfermas ou magras (...) A Câmara pagou uma rês muito afetada do mal (...) para exame rigoroso: o sangue era normal; nem a carne nem as vísceras apresentavam qualquer fenômeno estranho.⁴³⁸

O Diretor e a Câmara, assim, procuravam afastar a possibilidade de que o consumo da carne proveniente do Matadouro fosse nocivo à saúde da população. Visavam também demonstrar zelo em uma esfera da vida urbana que, no tempo das epidemias, se tornava um meio de avaliar a atuação política e administrativa das autoridades eleitas. O Diretor afirmava que a moléstia atacava os cascos dos animais, impossibilitando-os de se locomover e, assim, se alimentar, perecendo de inanição. Esta dificuldade de locomoção impactava no transporte dos rebanhos até a capital de São Paulo.

Em 1895, novamente a população da cidade enfrentava a possibilidade de escassez e carestia da carne verde. Major Eleutério Lagoa afirmava que as entradas no Matadouro haviam diminuído, pois as rezes doentes atrasavam a marcha das boiadas, com viagens mais longas e que os animais necessitavam também de maior tempo nas invernadas para recuperarem o peso perdido.

⁴³⁷ O Serviço Sanitário Municipal, que havia sido esboçado em 1890 com a criação da Intendência de Higiene e Saúde Pública, teve vida efêmera. Foi incorporado à Intendência Municipal em 1893. A repartição sanitária do município foi reorganizada como Intendência de Higiene em 1895. Em 1896, foi absorvida pela Intendência de Polícia e Justiça surgindo então a Intendência de Polícia e Higiene. Entre 1890 e 1896, a fiscalização municipal da alimentação pública continuava a ser realizada pelos Fiscais da Câmara, função existente desde o segundo reinado, que atuavam com base nas prerrogativas do Código de Posturas Municipais de 1886.

⁴³⁸ BN, O COMÉRCIO DE S. PAULO. 04/07/1895, nº 696, p. 1.

O *Comércio* acolheu as palavras do Diretor e apoiou o esforço da municipalidade que pagou para examinar um animal suspeito, verificando que, a despeito das aftas, o sangue e a carne do animal haviam se mantido saudáveis. Confirmava-se assim que a carne do Matadouro não oferecia riscos à população “convindo, contudo, por excesso de precaução, submetê-la alguns minutos à água fervendo para condimentá-la depois, conforme os processos culinários”.⁴³⁹

Por outro lado, frisava o *Comércio*, o aumento verificado no quilo da carne nos açougues se devia exclusivamente aos “marchantes monopolizadores”, pois o preço corrente no Matadouro era de setecentos réis, enquanto na cidade vendia-se o quilo a mil réis.

A despeito desta ação conjunta dos órgãos de saúde pública para debelar o risco de epidemia, o *Comércio* criticava a atuação do Serviço Sanitário Estadual, pois não oferecia garantias médicas no âmbito da alimentação pública. Além de não dispor de um laboratório químico para examinar os gêneros apreendidos, os inspetores sanitários não mantinham a vigilância constante dos estabelecimentos comerciais de alimentos. Essa vigilância era realizada pelos Fiscais da Câmara que não possuíam as qualificações técnicas para reforçar os dispositivos de higiene e saúde pública prescritos no Código Sanitário.

Dessa forma, segundo este periódico, a população da capital estava submetida ao consumo de alimentos deteriorados ou falsificados, principalmente a carne, o pão, o leite, o vinho, a banha, o vinagre, o azeite, os licores e as águas gasosas:

O público, atualmente, além de ser arruinado em sua saúde, é torpemente roubado pelos vendilhões sem consciência, pois compra gêneros que verifica, ao condimentá-los, serem falsos como Judas: legumes *bichados*, *charcuterie* de carne de vaca, banha... de sebo, etc. Se da alimentação depende o bom funcionamento do estômago e este, segunda a frase popular, é a mola real do organismo humano, cuide-se antes de tudo de preservar a população do consumo de alimentos nocivos, tanto mais que já é velharia atribuir a tísica pulmonar à absorção da carne ou leite tuberculosos; o cólera, ao uso de certas frutas, de água impura ou de outros condutores do micróbio.⁴⁴⁰

⁴³⁹ BN, O COMÉRCIO DE S. PAULO. 04/07/1895, nº 00696, p. 1.

⁴⁴⁰ BN, O COMÉRCIO DE S. PAULO. 07/11/1895, nº 802, p. 1. Quando a Inspetoria de Higiene foi reorganizada e se formou então o Serviço Sanitário Estadual, em 1893, este periódico partilhava a opinião de que somas extensas de recursos públicos haviam sido gastos na montagem do Serviço Sanitário e que a fiscalização da alimentação pública pelos inspetores sanitários se mostrava deficiente. Idem, 24/09/1893, nº 198, p.1.

O *Comércio* atacava as bases da atuação dos profissionais de saúde pública do regime republicano, pois o Serviço Sanitário Estadual visava tanto a promoção do saneamento do meio, quanto a profissionalização dos Fiscais e o combate às moléstias transmissíveis.⁴⁴¹

Este periódico demonstrava elementos de narrativa caros à família Prado, desde os tempos que publicavam o *Diário de S. Paulo*. O emprego de metáforas religiosas, a referência aos usos e costumes populares, a visão naturalista do corpo humano, são referências compartilhadas com os artigos do *Diário* sobre a Praça do Mercado.

Em 08 de janeiro de 1897, o *Comércio* alarmou a população da cidade ao denunciar que um “distinto clínico” comprara *bofes de boi* contaminados com tubérculos. Neste período, após a formação da Intendência de Polícia e Higiene, este periódico alterou sua posição em relação à fiscalização veterinária e administração do Matadouro. Desse modo, o artigo qualificava o serviço sanitário municipal de “dispendioso” e “incompetente” porque não empregava métodos científicos na fiscalização de bois e da carne. Além disso, aconselhava que o único meio de aprimorar a inspeção veterinária da tuberculose no gado seria mediante a utilização da tuberculina, vacina desenvolvida pelo médico alemão Robert Koch, que possibilitava verificar o estado de saúde dos animais com o aferimento da variação na temperatura corporal das rezes, algumas horas após a inoculação.⁴⁴²

O *Estado* levou em consideração as denúncias “gravíssimas” do *Comércio*. Destacou que a tuberculose era moléstia contagiosa e que a presença de tubérculos na carne indicava descuido da municipalidade com a saúde pública, pois o Matadouro era administrado pela Câmara. Tornava-se assim, segundo o jornal, urgente corrigir o problema, punir os funcionários culpados e, principalmente, descobrir o açougue que vendia o produto contaminado.⁴⁴³

Sob estas premissas, O *Estado* enviou um repórter para verificar no Matadouro as condições daquele local. O diretor do estabelecimento assegurou, em entrevista, que os três exames veterinários prescritos pelo Regulamento do Matadouro e pelo Código Sanitário eram fielmente cumpridos. E que nenhuma “carne tuberculosa” saíra do Matadouro para o consumo na cidade. O responsável pela inspeção veterinária, um prático na área, por sua vez, tranquilizou o repórter e afirmou que os tubérculos eram facilmente detectáveis e que a infecção se manifestava no animal “tão nitidamente que o último dos desmanchadores de rezes seria capaz de classificar a doença”.

⁴⁴¹ MASCARENHAS, Rodolfo dos Santos. História da Saúde Pública no Estado de São Paulo. Revista de Saúde Pública, São Paulo, 7:433-46, 1973.

⁴⁴² BN, O COMÉRCIO DE S. PAULO. 08/01/1897, nº 1160, p. 1.

⁴⁴³ O ESTADO DE S. PAULO. 09/01/1897, nº 6630, p. 1.

Interpelado pelo repórter sobre a denúncia do *Comércio*, o Diretor Eleutério Lagoa negou que a carne tivesse saído do Matadouro, pois qualquer animal suspeito de contaminação era rejeitado e a carne inutilizada. Desse modo, concluía insinuando a possibilidade da carne contaminada ter sido proveniente do abate clandestino:

Pode ter-se dado o caso de serem encontrados tubérculos nos bofes de um boi. Mas não que este fosse abatido no Matadouro. Deveria sê-lo fora do estabelecimento, o que não é para admirar, sabendo-se que não é pequeno o número de magarefes multados pelos fiscais da câmara por abaterem gado particularmente.⁴⁴⁴

O debate evoluiu para a polêmica quando, no dia seguinte, *O Estado* revelou que a fonte do *Comércio* era um Inspetor do Serviço Sanitário Estadual, o Dr. Faria da Rocha. Com o objetivo de defender suas afirmações, diante da resposta da administração do Matadouro, o Inspetor revelou que a procedência dos bofes contaminados não poderia ser outra senão o Matadouro, pois, ao interpelar sua cozinheira, esta lhe confidenciou ter comprado a carne com um tripeiro do Mercado Municipal da Rua São João. Ademais, era a segunda vez que constatava, na cozinha de sua casa, a presença de bofes de bois tuberculosos.

O Inspetor salientava que o problema residia na incapacidade técnica do veterinário do Matadouro que não possuía a formação necessária para atuar nesta função. Certamente, o Inspetor foi indagado porque não notificou as autoridades do Serviço Sanitário e da Intendência de Polícia e Higiene, preferindo ceder a informação para um jornal da oposição do regime republicano:

Não fui levar ao conhecimento da autoridade, porque tinha certeza que o mal não era descuido, era seguramente ignorância técnica. Há em S. Paulo muitos veterinários, muitos médicos, farmacêuticos, engenheiros e advogados, mas na maioria falsificados (...) Aí é que está a questão, é na escolha do profissional e não no cuidado e capricho com que se desempenha o emprego, mas sim na honestidade profissional. Não levei o fato ao Diretor do Serviço Sanitário pela improficuidade da medida a tomar, que seria destacar um inspetor para assistir às matanças e então seria fazer o governo o serviço da municipalidade. Os bofes foram comprados no Mercado de S. João onde existe um administrador e fiscal da câmara e devem ver se a carne vem ou não carimbada e não eu, estranho a este serviço (...) portanto, afirmo que foi dado a consumo gado tuberculoso, ou do matadouro ou de particular pouco importa ao consumidor, que só deseja não ser contaminado por moléstia alguma devido ao que ingere.⁴⁴⁵

O Inspetor relatou, então, pormenorizadamente o exame realizado na carne em sua residência. A posição do *O Estado* repudiava a conduta do funcionário estadual porque, a

⁴⁴⁴ O ESTADO DE S. PAULO. 09/01/1897, nº 6630, p. 1.

⁴⁴⁵ *Idem*. 10/01/1897, nº 6631, p. 1.

pretexto de supostamente respeitar a autonomia dos poderes republicanos, colocara em risco a saúde da população ao não informar o que ocorrera ao Diretor do Serviço Sanitário.

Neste mesmo dia, o *Comércio* também revelou a identidade do Inspetor e se apoiou na reportagem do *O Estado* para informar que suas suspeitas haviam se confirmado em relação ao serviço veterinário do Matadouro. Este era feito somente com a inspeção a olho nu dos animais e das carnes, sem utilizar qualquer equipamento técnico, como a tuberculina ou microscópios, em conformidade com a evolução tecnológica da medicina no final do século XIX.

O método empregado até então era considerado “infantil” e “ineficaz”. Baseava-se em uma premissa já considerada ultrapassada à época de que a saúde do animal poderia ser determinada pela sua aparência de robustez ou magreza:

(...) uma simples vista d'olhos é insuficiente. Um animal de aparência robusta pode ser tuberculoso e o é frequentemente. A simples magreza não é indício concludente (...) é coisa que depende da raça, da alimentação, do indivíduo. Examina o veterinário qual a temperatura do animal suspeito? Ausculta-o, aplica-lhe o estetoscópio? E esse veterinário que estudos tem, que diploma obteve? (...) E por que não é aplicado em nosso Matadouro o método de Koch que é facilímo e, como já dissemos, quase infalível.⁴⁴⁶

O artigo inicia, então, uma longa exposição para desautorizar a afirmação do veterinário do Matadouro sobre a facilidade do diagnóstico da tuberculose nas rezes para o abate. E finaliza criticando o médico da Câmara por não comparecer ao Matadouro.

Em 11 de Janeiro de 1897, o Inspetor voltou a se defender das acusações do *O Estado*. A fiscalização da carne produzida na capital era uma atribuição do município. E, por sua vez, não era plausível aos Inspetores Sanitários montarem uma operação de fiscalização das carnes nos açougues, para retirar amostras para análise, sem provocar assim novamente a carestia da carne.

O *Estado* e o *Comércio* visavam demonstrar que a responsabilidade pela carne tuberculosa era do serviço sanitário municipal, especificamente do veterinário do Matadouro. E que as falhas deviam-se também aos atritos entre a Câmara Municipal e o Serviço Sanitário Estadual, bem como à falta de compromisso da municipalidade com as demandas desta repartição estadual.⁴⁴⁷

As afirmações do Inspetor indicam os atritos entre os poderes municipais e estaduais no tocante à execução da política sanitária republicana. Estes atritos se relacionavam

⁴⁴⁶ BN, O COMÉRCIO DE S. PAULO. 10/01/1897, nº 1162, p. 1.

⁴⁴⁷ O ESTADO DE S. PAULO. 11/01/1897, nº 6632, p. 1.

à suposta ineficiência do controle sanitário municipal no Matadouro, bem como no Mercado de São João.

A polêmica alcançou um impasse em determinar se os bofes contaminados eram ou não provenientes do Matadouro. Todavia, nos dois casos a responsabilidade recaía sobre a municipalidade: “Na primeira hipótese, a Intendência de Higiene tem perante os munícipes a responsabilidade gravíssima desse verdadeiro crime. Na segunda é ainda à edildade, que tem de fiscalizar a matança, que corre essa responsabilidade”.⁴⁴⁸

Em artigo de 12 de janeiro de 1897, *O Estado* criticava a Intendência de Polícia e Higiene por ainda não ter se pronunciado e elencava as mesmas questões publicadas pelo *Comércio* àquele órgão municipal: a presença do médico da Câmara no Matadouro, as habilitações técnicas do veterinário, as garantias que a inspeção visual dos bois propiciava.

No dia 12, o *Comércio* publicou novo artigo sobre a carne tuberculosa, analisando a carta do Inspetor Sanitário, veiculada no dia anterior pelo *Estado*, direcionando sua crítica à Diretoria do Matadouro que, em última instância, também atingia a Intendência de Polícia e Higiene.⁴⁴⁹

Diante desta confluência de críticas na imprensa da capital, o responsável por esta repartição municipal de polícia sanitária, José Roberto Leite Penteado se pronunciou em artigo publicado no *Correio* em 13 de janeiro. O Intendente adotou discurso semelhante àquele esboçado na entrevista do Diretor do Matadouro, confirmando que o gado doente era rejeitado naquele estabelecimento, bem como a carne que fosse considerada nociva ao consumo. Sendo assim, os bofes contaminados só poderiam ter origem no abate clandestino de gado, a despeito da severa vigilância exercida pelos fiscais da Câmara. Ao admitir esta prática ilegal, no entanto, Leite Penteado reconhecia a existência de carne nos açougues da cidade que escapavam ao controle sanitário:

Nem tudo é possível descobrir-se e seria um grande serviço prestado à população, em vez de denúncias alarmantes e infundadas, que os inspetores sanitários, por intermédio do seu chefe, trouxessem ao conhecimento da Intendência os abusos nesse sentido praticados. Só uma grande má vontade contra a administração municipal, tão solícita em atender as reclamações justas, poderia originar a celeuma destes últimos dias sobre um fato que não é verdadeiro.⁴⁵⁰

O Intendente criticava a atitude do inspetor sanitário de recusar-se a cooperar com as autoridades municipais. Ao rebater as críticas sobre a desatenção da Câmara às demandas

⁴⁴⁸ O ESTADO E S. PAULO. 12/01/1897, nº 6633, p. 1.

⁴⁴⁹ BN, O COMÉRCIO DE S. PAULO. 12/01/1897, nº 1163, p. 1.

⁴⁵⁰ BN, CORREIO PAULISTANO. 13/01/1897, nº 12086, p. 1.

do Serviço Sanitário Estadual, Leite Penteado salientou a “má vontade” em relação à municipalidade, considerando a denúncia falsa. De todo o modo, visava tranquilizar a população garantindo que o abastecimento de carne e o Matadouro não apresentavam riscos à saúde pública. Este artigo do Intendente de Polícia e Higiene no *Correio* lhe rendeu a censura do colega vereador Alfredo Zuquim, que solicitou explicações a respeito desta polêmica na imprensa.⁴⁵¹

Leite Penteado insistiu perante os demais vereadores em plenário que nenhuma rês com tubérculos fora abatida no Matadouro, levando assim o *Comércio* a afirmar que nenhuma providência seria encaminhada e que era inútil reclamar à Câmara da Capital. Esta não puniu nenhum funcionário e se satisfez em ouvir as justificativas do Intendente de Polícia e Higiene. Todavia, a polêmica na imprensa incentivou o próprio Secretário do Interior a intervir no assunto, pois a Diretoria do Serviço Sanitário Estadual a ela se subordinava, solicitando do Diretor informações sobre as medidas e providências adotadas pelas autoridades estaduais.⁴⁵²

Neste mesmo dia 14, *O Estado* questionava a ameaça que representava o comércio de carnes no Mercado de São João, onde os bofes contaminados haviam sido adquiridos. Se a Intendência e o Diretor estivessem corretos e efetivamente não saísse carne contaminada do Matadouro, então no Mercado de São João havia açougueiros, marchantes e tripeiros que vendiam carne proveniente do abate clandestino. O Inspetor, em carta, afirmou que encontrara em mais de uma ocasião, bofes tuberculosos. A repetição do fato indicava a deficiência na fiscalização, neste mercado, quanto à salubridade dos gêneros alimentícios. E, novamente, o *Estado* aproveitou as informações do, até então combatido, Inspetor para criticar o método de inspeção veterinária e a habilitação deste funcionário do Matadouro.⁴⁵³

A pressão exercida pela imprensa e pelo Serviço Sanitário Estadual forçou o Intendente de Polícia e Higiene a apresentar um projeto de lei criando mais um cargo de veterinário no Matadouro e aumentando o salário desta modalidade de funcionário.⁴⁵⁴ Desse modo, contratou-se o primeiro veterinário diplomado, MooneySuffern, para a fiscalização sanitária do Matadouro.

Outra consequência dos debates sobre a higiene no Matadouro foi a criação de uma coluna no jornal *O Estado*, denominada “Coisas da Cidade”, que se dedicou a monitorar o abastecimento de carne, principalmente a fiscalização veterinária, quando nas últimas

⁴⁵¹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1897, vol. 82, p. 5.

⁴⁵² BN, O COMÉRCIO DE S. PAULO. 14/01/1897, nº 1165, p. 1.

⁴⁵³ O ESTADO DE S. PAULO. 14/01/1897, nº 6635, p. 1.

⁴⁵⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Ibidem*, p. 29-30 e 110.

semanas de 1897, os jornais voltaram a denunciar o reaparecimento da tuberculose na carne. Os artigos eram assinados sob o pseudônimo de *Euphon*.

Este autor também examinou os problemas na organização do fornecimento da carne ao Mercado de São João. Local, como apontado, em que a cozinheira do Inspetor Sanitário havia adquirido, em duas ocasiões, bofes contaminados, e de onde haviam partido as novas denúncias veiculadas no *Diário Popular*. Relacionando-os ao tema do abate clandestino, criticou a administração daquele mercado:

Mas se se abate gado fora da fiscalização dos auxiliares da intendência de polícia e higiene, como é que, sem o carimbo do matadouro, se vende carne de proveniência ignorada num mercado municipal? Explicou-o o administrador do mercado ao *Diário Popular*: depois das três horas da tarde só zela pelo mercado um porteiro! É assombroso! Um funcionário municipal confessa que a carne que entra ali sem ser conferida, porque às cinco horas da tarde, hora a que ela chega, só ali está um porteiro!⁴⁵⁵

O tema principal da coluna era a fiscalização sanitária no Matadouro. A crítica à organização deste serviço se dirigia à Intendência de Polícia e Higiene, demonstrando a insatisfação da imprensa com as medidas adotadas por esta repartição municipal, consideradas insuficientes para garantir a sanidade da carne consumida em São Paulo.

Em oposição a países como a Alemanha e a França, São Paulo ainda não possuía um serviço sanitário municipal para fiscalizar o Matadouro, tampouco dispunha de técnicas e máquinas capazes de tornar esta fiscalização mais eficaz.⁴⁵⁶

Em 29 de dezembro, um médico denunciou a compra de um fígado de boi em um açougue na Alameda Ribeiro da Silva em “completo estado de supuração”. *Euphon* aproveitou a ocasião para comentar sobre a situação nos açougues, onde o “ar viciado” era a principal causa de deterioração da carne e isto se devia ao compartilhamento do local de armazenagem e exposição do comércio com os outros cômodos destinados à residência da família do açougueiro.

o que em quase toda parte é proibido é que os açougues comuniquem diretamente com dormitórios. É evidente que essas alcovas, que recebem o ar puro pelo açougue e expõem o ar viciado também pelo açougue, são causas da deterioração das carnes. Aqui em São Paulo, saibam os munícipes, a regra geral é esta: o açougueiro, com sua família, reside na casa em que tem o seu negócio, e os dormitórios comunicam diretamente com o açougue e só recebem ar pelo açougue.⁴⁵⁷

⁴⁵⁵ O ESTADO DE S. PAULO. 17/12/1897, nº 6971, p. 1.

⁴⁵⁶ *Idem*. 28/12/1897, nº 6981, p. 1.

⁴⁵⁷ *Idem*. 29/12/1897, nº 6982, p. 1.

Em relação à fiscalização veterinária no Matadouro, o autor das “Coisas da Cidade” demonstrava ceticismo mesmo com a contratação de um veterinário diplomado. Destacava as dificuldades em atender às exigências da fiscalização sanitária quanto ao Matadouro, diante do ritmo do processo produtivo nele instalado, a seu ver, em descompasso com a contratação de um único veterinário para dar conta da função

(...) sob cujos olhos e por cujas mãos tem que passar toda essa carne. Supondo que as 6 horas gastas na matança dos animais e preparo das carnes sejam empregadas unicamente no exame sanitário vinha a caber 1 minuto e uma pequena fração de minuto para inspeção de cada animal. Ora, um só homem em um minuto não pode examinar detidamente as vísceras, a língua, o aspecto geral da carne, etc. de um animal, Mas nem mesmo esse tempo insignificante o veterinário tem a sua disposição para o exame, porque nas seis horas deve-se descontar o tempo para a matança, limpeza e esquartejamento do animal. Já vê, pois, que espécie de exame pode fazer o veterinário. Há de ser literalmente um simples volver de olhos.⁴⁵⁸

Para este autor, a ineficácia do sistema era de responsabilidade da Câmara, e não do veterinário, pois esta havia deixado o Matadouro em “completo abandono”. A contratação de um veterinário não evitou que as denúncias na imprensa persistissem. Entrementes, em 1898, João Bueno se tornou o Intendente de Polícia e Higiene, em meio, portanto, às críticas da imprensa a esta repartição municipal, e reforçou o serviço de fiscalização veterinária no Matadouro.

O controle sanitário e o protesto dos marchantes

Em 13 de Janeiro de 1898, em outra coluna do *O Estado*, intitulada “Notícias Diversas”, relatava-se o início de um movimento de protesto dos marchantes contra a fiscalização sanitária do veterinário MooneySuffern. Durante dois dias, os marchantes se recusaram a dar o gado para o corte. No terceiro, retiraram as rezes das mangueiras. A notícia alertava a população que em 14 de janeiro não haveria carne nos açougues de São Paulo. O motivo da greve era pressionar a Intendência de Polícia e Higiene para demitir o veterinário, acusando-o de prevaricação no exercício do cargo.⁴⁵⁹

O *Correio* reproduziu a reportagem de *La Tribuna Italiana*. Neste periódico, relatava-se um desentendimento entre os marchantes, pois alguns deles subornavam o veterinário para evitar a rejeição das rezes ou carne na fiscalização sanitária. O jornal atribuía

⁴⁵⁸ O ESTADO DE S. PAULO. 03/01/1898, nº 6987, p. 1.

⁴⁵⁹ *Idem*. 13/01/1898, nº 6997, p. 3.

o protesto à insatisfação desse segmento em relação ao desequilíbrio provocado na concorrência comercial, por meio do veterinário que se dispunha a ser subornado e daqueles marchantes acusados de suborná-lo. Ademais, colocava novamente em dúvida a eficácia do serviço sanitário municipal no Matadouro, pois subjacente à denúncia de corrupção ressurgia o perigo de que carne contaminada fosse disponibilizada para o consumo na cidade.⁴⁶⁰

Segundo a coluna “Coisas da Cidade”, o Diretor do Matadouro e o Intendente de Polícia e Higiene entabularam diálogo com os grevistas. Os marchantes que supostamente corrompiam a fiscalização confirmaram o pagamento de propina, salientando, todavia, que MooneySuffern não cumprira o acordo e continuara a rejeitar rezes conforme as prescrições de higiene.

O colunista do *O Estado* associava a greve dos marchantes com o maior rigor do veterinário na fiscalização sanitária, sob a influência das campanhas na imprensa durante o ano anterior. Em última instância, segundo Euphon, os marchantes haviam paralisado o fornecimento de gado diante da rejeição de rezes para o abate.

Três dias depois, a produção de carne foi restabelecida. O Intendente de Polícia e Higiene, em atenção à demanda dos grevistas, decidiu pelo afastamento temporário do veterinário. Em substituição, João Bueno deslocou o veterinário Domingos Raja do serviço de fiscalização do leite para o de fiscalização da carne e firmou parceria com o Serviço Sanitário Estadual, que forneceu um inspetor sanitário para auxiliar nessa tarefa. O autor do *O Estado* destacava a necessidade, a partir de então, de proteger a fiscalização sanitária do assédio dos marchantes.⁴⁶¹

Segundo *O Estado*, a suspensão de MooneySuffern ocorrera em meio a uma situação de conflito generalizado entre os marchantes no Matadouro:

Os marchantes, achando que o sr.Suffern rejeitava rezes sem praticar a inteira justiça (...) recusaram-se a dar o gado para a matança, enquanto o sr.Suffern fizesse a inspeção. Diziam que este funcionário recebia dinheiro para deixar passar todas as rezes de certos proprietários e que, exigindo maior quantia a alguns, e não acedendo estes, ele principiara a recusar-lhes o gado. Todos os marchantes protestavam: uns por se considerarem lesados, pois que seu gado doente era recusado ao passo que o de dados companheiros era incondicionalmente aprovado; outros que afirmavam ter pago ao veterinário, por se julgarem com o direito de vender a carne mesmo doente.⁴⁶²

⁴⁶⁰ BN, CORREIO PAULISTANO. 15/01/1898, nº 12410, p. 1.

⁴⁶¹ O ESTADO DE S. PAULO. 14/01/1898, nº 6998, p. 1.

⁴⁶² *Idem, Ibidem.*

Uma semana depois, o colunista das “Coisas da Cidade” comunicou a decisão da Intendência de demitir o veterinário e abrir um processo investigativo para avaliar sua conduta. Os marchantes que afirmaram tê-lo subornado também se tornaram alvo de inquérito na Intendência de Polícia e Higiene.

Após as alterações na fiscalização sanitária no Matadouro, os marchantes da capital decidiram aumentar o preço da carne nesse estabelecimento. Em 20 de Janeiro de 1898, os açougueiros se reuniram em frente ao depósito na estação de São Joaquim e, em conjunto, resolveram boicotar o aumento promovido pelos marchantes, bloqueando a entrada dos carros de carne que chegavam ao depósito na estação.

Ao tomar conhecimento do protesto, João Bueno solicitou ao chefe de polícia o deslocamento de praças de cavalaria ao local com o objetivo de conter os manifestantes. No entanto, o protesto se deslocou da estação de S. Joaquim até o Matadouro. Os açougueiros que não aderiram ao movimento, com o objetivo de furar o bloqueio dos manifestantes, se dirigiram ao estabelecimento na Vila Mariana para negociar diretamente com os marchantes:

Pouco depois das duas horas e meia da tarde, os açougueiros achavam-se agrupados em frente ao Matadouro e proferiam ameaças contra os que queriam comprar carne. O sr. Major Olegário, que ali estava, pediu força a repartição de polícia, que prontamente a enviou. À chegada do piquete os açougueiros dispersaram-se e, uns após outros, realizaram as suas compras, correndo tudo em ordem daí por diante.⁴⁶³

O Diretor do Matadouro proibiu então o açougueiro Paschoal Camilo de entrar no Matadouro porque incitava os demais companheiros a deflagrarem greve contra a resolução dos marchantes. Segundo a coluna “Coisas da Cidade”, os açougueiros haviam se rebelado porque possuíam maior dificuldade em aumentar o preço da carne aos consumidores finais.

O colunista do *O Estado* interpretou o aumento no preço da carne como uma reação dos marchantes ao incremento na fiscalização veterinária no Matadouro, que resultava em mais rezes e carne rejeitadas, ocasionando perda de investimentos neste segmento.

Segundo o colunista, quando os grevistas chegaram ao Matadouro, os marchantes os convenceram de que o verdadeiro inimigo de seus interesses era o serviço veterinário da Intendência de Polícia e Higiene, pois a rejeição do gado era a razão do aumento no preço da carne. Euphon concluiu que os interesses dos marchantes e açougueiros estavam em conflito com os interesses da saúde pública.⁴⁶⁴

⁴⁶³ O ESTADO DE S. PAULO. 22/01/1898, nº 7006, p. 2.

⁴⁶⁴ *Idem*. 23/01/1898, nº 7007, p. 1.

Em 07 de Fevereiro de 1898, os marchantes novamente se declararam em greve para protestar contra a rejeição de gado no Matadouro. A ação da comissão sanitária da Intendência em parceria com o Serviço Sanitário implicou em aumento no descarte de carnes consideradas impróprias ao consumo. O segmento dos marchantes protestou contra o veterinário diplomado e conseguiu sua demissão. Todavia, este movimento teve como resultado a união dos poderes municipais e estaduais de saúde pública. Esta nova dinâmica de fiscalização sanitária contrariava os interesses econômicos dos marchantes que se beneficiavam da situação vigente com o veterinário prático.

A contratação de MooneySuffern visava atender a demanda da grande imprensa da cidade junto às autoridades para melhorarem a fiscalização sanitária do abastecimento de carne no Matadouro. Apesar das divergências de ideologia política, tanto *O Estado* quanto *O Comércio* partilhavam a aversão aos marchantes. Para *O Estado*, este segmento comercial se caracterizava pela ganância e se compunha de indivíduos de índole duvidosa.⁴⁶⁵

O Comércio sancionava esta visão do *Estado* e ironicamente condenou a greve dos marchantes:

Encheu-me de tristeza esta notícia, não tanto pela falta da carne – Ante só Deus, e... a minha cozinheira sabem quanta falta me faz o beef, mas o que mais me doeu foi a ganância dos marchantes, pois a esses tanto se lhes dá da tua saúde, ó povo, como da última camisa que desnudaram. O que querem é enriquecer-se seja como for, custe o que custar (...) ó pobre operário, tão explorado e tão infeliz, estavas longe de supor que (...) não era somente a carne que levava a tua esposa para teus filhinhos, era também a morte que levavas, disfarçada dentro dessa carne que compraras, a troca de algumas moedas, à ganância de alguns marchantes sem escrúpulos.⁴⁶⁶

Indiferentes às críticas na imprensa, os marchantes mantiveram a produção do Matadouro paralisada. Desta vez, o Intendente João Bueno não cedeu à pressão da greve, que contestava o método de inspeção veterinária implantado pela comissão sanitária mista.

O conflito em torno da carne rejeitada foi, novamente, suscitado pelos bofes de boi. O Diretor do Matadouro os havia separado para análise, em atenção aos interesses dos próprios marchantes, segundo o repórter do *O Estado*. Os pulmões rejeitados possuíam tubérculos visíveis e foram expostos na administração da Intendência de Polícia e Higiene para comprovar o quanto a ação sanitária fora justa.⁴⁶⁷

Segundo o *Comércio*, citando o órgão do partido republicano federal *A Nação*, o Intendente de Polícia e Higiene e o veterinário do Matadouro haviam levado os três pulmões

⁴⁶⁵ O ESTADO DE S. PAULO. 07/02/1898, nº 7022, p. 1.

⁴⁶⁶ BN, O COMÉRCIO DE S. PAULO. 08/02/1898, nº 1440, p. 1.

⁴⁶⁷ O ESTADO DE S. PAULO. 08/02/1898, nº 7023, p. 1.

preservados em frascos de formol até a redação do jornal, com o objetivo de comprovar a procedência da medida aplicada. O *Comércio* tranquilizou os leitores avisando que o serviço de abate seria restabelecido naquele dia.⁴⁶⁸

Para o colunista das “Coisas da Cidade” a demanda dos marchantes neste segundo movimento grevista não podia ser atendida sem colocar em risco a saúde dos consumidores. E revelava que o objetivo deste segmento comercial era retornar ao método do exame visual, realizado por um veterinário *prático*: “O que convém desde já é registrar que a greve só pode significar o desejo de se voltar a antiga situação, se esta era de má fiscalização, ou o desejo de estabelecer a má fiscalização, se esta nunca existiu”.⁴⁶⁹

Diante das polêmicas na imprensa e das greves dos marchantes, que colocavam em xeque a fiscalização sanitária no Matadouro, João Bueno resolveu apelar à Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Solicitava desta instituição de pesquisa suporte teórico-científico para aprimorar o exame veterinário no Matadouro. A Intendência de Polícia e Higiene enviou os pulmões rejeitados para que fossem examinados pela comissão de médicos da Sociedade. João Bueno também formulou questões para esclarecer dúvidas suscitadas nos conflitos com os marchantes.

Este segmento suspeitando do método empregado pela comissão sanitária mista também recorreu ao auxílio de um laboratório particular. O médico contratado desempenhava a função de Inspetor Sanitário no Instituto Bacteriológico do Serviço Sanitário do Estado. Tratava-se, possivelmente, de uma tentativa por parte dos marchantes de desfazer a reunião de forças municipais e estaduais sanitárias no Matadouro, que, inadvertidamente, a primeira greve naquele ano havia propiciado.

O cerne do debate era o procedimento de rejeição da carne proveniente de gado infectado pela tuberculose. O médico contratado pelos marchantes concedeu parecer favorável ao segmento comercial, impugnando a decisão da comissão sanitária mista do Matadouro. Em abril de 1898, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo⁴⁷⁰ apresentou o resultado do estudo solicitado pela Intendência para investigar a carne rejeitada.

⁴⁶⁸ BN, O COMÉRCIO DE S. PAULO, 09/02/1898, nº 1441, p. 1.

⁴⁶⁹ O ESTADO DE S. PAULO. 10/02/1898, nº 7025, p. 1.

⁴⁷⁰ Luiz Antônio Teixeira, em estudo sobre a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, afirma que essa associação médica surgiu no contexto de crescimento das associações científicas no século XIX e visava promover a “(...) organização profissional da categoria médica, na defesa dos interesses corporativos desses profissionais e na sua atuação como consultores do Estado em relação à saúde pública, especialmente em tempo de epidemias”. TEIXEIRA, *Ibidem*, p. 26.

A Comissão de médicos definiu o caso como “eterna caça ao capital ainda na falência da saúde, a eterna luta do ganho contra a ciência”.⁴⁷¹ Em uma clara alusão que a Sociedade compartilhava a opinião dos principais veículos da imprensa da cidade e das autoridades sanitárias, que reputavam à ganância dos marchantes os problemas sanitários incidentes no abastecimento de carne.

Todavia, a Comissão salientava visar unicamente o “bem público” e estabelecer a “verdade científica”. Neste sentido, iniciou-se a leitura do relatório por meio da apresentação dos procedimentos utilizados no estudo. Contrariando o parecer favorável aos marchantes concedido pelo médico do Instituto Bacteriológico, a Sociedade de Medicina confirmou a decisão da Intendência de Polícia e Higiene, ao atestar a presença de tubérculos na carne examinada:

As vísceras dos animais, cujas carnes rejeitadas conflagraram a dissidência, foram, como sabeis, trazidas a esta casa e o parecer (...) sustentou a necessidade da sua rejeição. Muitas outras vísceras nos foram trazidas e do exame de todas, como das que vimos no próprio matadouro, apuramos como o colega diretor do instituto de bacteriologia, a identidade dos casos, mas afirmamos contra sua opinião, a natureza tuberculosa das lesões.

O Diretor do Instituto Bacteriológico comunicou ao Intendente que os exames que realizara não haviam acusado a existência de bacilos de Koch na carne. Por outro lado, alertou que descobrira, nas carnes examinadas, a presença de outra moléstia cujo o nome o Diretor não revelou. De todo o modo, esta autoridade estadual ponderou não haver motivos para rejeitar a carne ao consumo. Segundo a comissão da Sociedade, o procedimento do médico era condenável, no entanto, possuía respaldo científico. Na época, a discussão sobre a transmissão de moléstias contagiosas por meio do consumo da carne e do leite de animais infectados não era um consenso entre médicos e cientistas. O Diretor do Instituto se baseou na leitura do médico francês Decroix, segundo o qual, nenhuma carne oferecia perigo à saúde humana desde que estivesse bem cozida.

A Comissão da Sociedade de Medicina e Cirurgia, por sua vez, se orientou por outro paradigma que consagrava três meios de transmissão da tuberculose: as secreções dos doentes transmitidas pelo ar, o leite de vacas tuberculosas e a carne. Segundo a Sociedade, nos dois primeiros aspectos, as autoridades alcançavam bons resultados quanto à profilaxia da tuberculose, em relação à carne: “a defesa é frouxa e indecisa e o é (...) tão somente porque tem-se procurado casar interesses da vida e de comércio onde o conchavo é impossível”

⁴⁷¹ O ESTADO DE S. PAULO. 03/04/1898, nº 7077, p. 1-2.

A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo considerava o diagnóstico da tuberculose nos animais uma tarefa complexa devido à evolução lenta do bacilo no organismo do gado. Esta característica inviabilizava o emprego da referência de animal magro ou gordo como indicativo seguro de seu estado de saúde, condenando, assim, o exame visual como meio de constatar a infecção. O único meio seguro para diagnosticar a tuberculose seria a aplicação da vacina de Koch, a Tuberculina.

Sob estas premissas científicas, a Comissão discutiu os questionamentos enviados pelo Intendente de Polícia e Higiene. As perguntas são elencadas a seguir: quais eram as melhores condições de abate do ponto de vista da profilaxia; após o abate, no tocante à higiene da carne, quais doenças do gado obrigavam a rejeição de toda a carne do animal; quais doenças em que somente o órgão afetado era condenado. Se a carne proveniente de animais contaminados pelo Bacilo de Koch poderia ser fornecida ao consumo da população; se a injeção de tuberculina poderia prejudicar a saúde do gado; em relação à carne suspeita, qual o melhor método para conservá-la até a realização do exame microscópico; e qual o meio mais adequado de eliminar a carne de animal portador de moléstia transmissível, de modo que se concilhassem as prescrições da saúde pública com o interesse econômico dos marchantes.

A Sociedade de Medicina e Cirurgia considerou que a carne para o consumo público deveria ser proveniente de gado “descansado”, de aparência saudável e alimentação regular. As moléstias a partir das quais se recomendava a rejeição total da carne do animal infectado eram: a septicemia, a séptico – pychemia, o carbúnculo, o mormo, o Rouget, a pneumoenterite, a gafeira, a peste bubônica, a peste bovina, a hidrofobia, a aftosa em estágio avançado e a tuberculose. Esta última com a seguinte ressalva: “em todos os seus períodos e sem atenuantes”.

As moléstias que inviabilizavam parcialmente o animal eram o abscesso localizado; a actynomicose, em fase inicial; parasitas em zonas circunscritas, com a ressalva de que o diagnóstico nestes casos era difícil; a febre aftosa em período inicial; e o rouget de porco.

A injeção de tuberculina, por sua vez, não oferecia riscos à saúde do animal e a melhor forma de conservar as carnes suspeitas para exames microscópicos seria por meio da “esterilização pelo vapor sob pressão”. O emprego do ácido sulfúrico era o método mais seguro para descartar a carne extraída de animal infectado, conforme procedimento desenvolvido por Aimé Girard, e aplicado no Matadouro de Marselha. Este método transformava a carne em adubo químico e, assim, possibilitava aos marchantes compensar de modo lucrativo o capital mobilizado no animal.

A resposta da Câmara aos conflitos suscitados no ano de 1898 se efetivou por meio da ação do Intendente de Polícia e Higiene, João Bueno. Destacam-se entre as medidas adotadas: a promulgação da lei nº 344, que reorganizava o Serviço Sanitário Municipal com a ampliação no número de médicos e veterinários; a transformação do Mercado do Largo de São Paulo em novo depósito para a carne proveniente do Matadouro, transferindo assim o serviço da Estação de São Joaquim para o Tendal de Carnes; por fim, a construção no âmbito da Praça do Mercado da Rua 25 de Março de uma nova seção para a compra e venda de miúdos, denominada de Mercado dos Tripeiros.⁴⁷²

A Prefeitura de Antônio Prado, os marchantes e o conflito de interesses no abastecimento de carne: o imposto sobre o couro e a carne resfriada

Em 1899, iniciava-se a terceira legislatura na Câmara Municipal. A estrutura administrativa da municipalidade foi novamente alterada, colocando fim às Intendências ao incorporá-las ao poder executivo da Prefeitura, sob a nova denominação de seção administrativa.

O novo chefe do poder executivo municipal era Antônio da Silva Prado, que, inicialmente, adotou medidas que agradaram os marchantes da capital.

Embora os impostos municipais tenham sido elevados pela Prefeitura, as taxas vigentes no Matadouro se mantiveram nos mesmos valores anteriores. Esta medida pode estar relacionada ao fato de que os problemas advindos da carestia da carne continuavam em pauta entre os principais temas debatidos pelo poder municipal. Por outro lado, o Prefeito Antônio Prado possuía interesses econômicos vinculados ao Matadouro, pois era proprietário da Fábrica de Curtume da Água Branca, cuja principal matéria prima era o couro produzido naquele estabelecimento. A aquisição deste produto o obrigava a manter negócios com os marchantes da capital.

A Fábrica de Curtume mereceu destaque entre os empreendimentos da cidade que simbolizavam as transformações sociais, econômicas e urbanas, em curso na virada do século XIX para o XX, registradas pelo viajante Alfredo Moreira Pinto, em *A Cidade de São Paulo* em 1900. Possuía 40 operários e produzia matéria prima para outras indústrias, como as “correias” para fabricação de máquinas.⁴⁷³

⁴⁷² CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1898, p. 19-20.

⁴⁷³ PINTO, Alfredo Moreira. *A Cidade de São Paulo em 1900*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1903, p. 221.

Desse modo, o abastecimento de carne estava interligado a outros setores do nascente parque industrial da cidade. Assim, a dinâmica de preços nos açougues dependia do concerto de outros interesses econômicos situados no Matadouro. Os marchantes forneciam também outros insumos da indústria paulista, além do couro, chifres, sebo, banha, produtos que os colocavam como fornecedores da indústria para além dos Curtumes, Fábricas de Calçados, de Chapéus, de Velas, de Banha, e outras indústrias de produtos alimentares, que compunham o parque industrial de São Paulo na virada do século.

O aumento no preço da carne em 1899, em meio a uma prolongada crise econômica do complexo cafeeiro, levou o Diretor Borges Lagoa a pressionar os marchantes a reduzir os preços aos açougueiros no Tendal de Carnes. Na visão desta autoridade, com a mudança do mercado da carne do Matadouro para o Tendal no Largo São Paulo, os comerciantes do segmento aprimoraram a “coligação” para maximizar os lucros, mediante especulação nos preços e violações às normas de saúde pública.

As relações entre marchantes e o Diretor se deterioraram desde o início de 1898. As denúncias na imprensa sobre a carne tuberculosa e o protesto dos marchantes contra a rejeição do gado provocaram a reorganização do serviço sanitário municipal. No Matadouro, a principal autoridade pública era o Diretor e, em última instância, cabia a ele sancionar as rejeições dos veterinários. Desde sua derrota na segunda greve, os marchantes passaram a exercer pressão com vistas a que o Coronel Borges Lagoa fosse demitido.

O Diretor apelou à Prefeitura para investigar se havia diferenças entre o preço lavrado no boletim oficial do Matadouro e aquele praticado entre os marchantes e açougueiros no Tendal de carnes. O Prefeito, no entanto, alegou que este inquérito não era necessário, pois, conforme escreveu em Portaria, considerava “inteiramente graciosas as informações” prestadas pelos marchantes sobre o comércio no Tendal. E como o boletim consignava valores incorretos, Antônio Prado decidiu suspender temporariamente sua publicação.⁴⁷⁴

No plenário da Câmara, o vereador Veiga Filho apresentou um projeto de lei para conceder isenção fiscal aos açougueiros, localizados nos mercados municipais, com o objetivo de reduzir o preço do quilo da carne. A Comissão de Justiça não aceitou a proposta, alegando que o aumento no preço da carne se devia à diminuição no número de rezes abatidas no Matadouro. Esta Comissão não aludiu a nenhuma manobra dos marchantes neste sentido, o que alterava a posição das autoridades públicas consolidada na primeira década republicana.

⁴⁷⁴ O ESTADO DE S. PAULO. 21/07/1899, nº 7547, p. 1.

A Comissão era composta pelo antigo Intendente de Polícia e Higiene, João Bueno, e o empresário do ramo de calçados Abílio Soares, vereador que, ligado ao setor industrial, também possuía interesses vinculados aos marchantes.

Segundo esta Comissão, a tendência apontava que o abate de rezes deveria “reduzir-se ainda mais em vista da retirada constante de habitantes desta cidade pela falta de trabalhos que se nota nos estabelecimentos industriais, e de falta do movimento comercial”⁴⁷⁵.

Nos primeiros meses de 1899, a Prefeitura redigiu o projeto de lei de orçamento para o ano seguinte. Antônio Prado inseriu um novo dispositivo para executar uma lei aprovada em 1894. A lei 117 criou uma taxa de duzentos réis por quilo de couro produzido no Matadouro da Capital, e destinado ao consumo em outros municípios.⁴⁷⁶ Na época, a medida suscitou polêmica na imprensa e o protesto dos marchantes. Duvidava-se da constitucionalidade da legislação que, segundo os marchantes, beneficiava apenas três fábricas da cidade. Entre elas, o Curtume de Antônio Prado e a Fábrica de Calçados e Chapéus de Abílio Soares.⁴⁷⁷

O jornal *O Comércio de S. Paulo*, da família Prado, em 1894, aproveitou o contexto para denunciar a ambição e o monopólio informal dos marchantes. *O Estado* saudou esta medida que, em seu entendimento, protegeria a indústria do couro na cidade que, naquele momento, concentrava mais de seiscentos empregados em seus estabelecimentos.⁴⁷⁸ A lei, contudo, não chegou a ser executada, pois foi considerada “inexequível”, segundo a Comissão de Justiça em 1900.

Em 08 de Outubro de 1899, os marchantes protestaram mediante publicação de artigo no *O Estado*. O imposto sobre a exportação de couros no Matadouro era o tema em debate e o argumento principal destacava o conflito de interesses que o chefe do poder executivo municipal possuía nesta questão:

Porque será que a câmara municipal procura lançar toda sorte de impostos absurdos sobre os couros? Será porque o sr. Antônio Prado é o proprietário de um curtume. Pois se os curtumes precisam comprar por pouco preço os couros, nós, que somos açougueiros e criadores de gado, precisamos vender os couros por alto preço para por nossa vez podermos vender ao público a carne por preço vantajoso.⁴⁷⁹

⁴⁷⁵ *Idem, Ibidem*, p. 576.

⁴⁷⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Leis*. Lei nº 117 de 19 de Outubro de 1894.

⁴⁷⁷ O ESTADO DE S. PAULO. 16/12/1894, nº 5894, p. 2. ALMANAQUE Administrativo, Comercial e Profissional do Estado de São Paulo para o ano de 1897. São Paulo: Typografia Aurora, 1897.

⁴⁷⁸ BN, O COMÉRCIO DE S. PAULO. 14/12/1894, nº 456, p. 1. *Idem*. 06/01/1895, nº 547, p. 1. O ESTADO DE S. PAULO. 20/01/1895, nº 5925, p. 2.

⁴⁷⁹ O ESTADO DE S. PAULO. 08/10/1899, nº 7626, p. 4.

A polêmica ficou suspensa por alguns meses. A cobrança do imposto começaria no próximo ano fiscal de 1900. Em 11 de Abril deste ano, o *Correio* dissipou o suposto temor da população com as recentes reuniões de marchantes e açougueiros, ocorridas na capital. O periódico oficial do governo assegurava que estas conferências não possuíam o objetivo de deflagrar greve, mas coletar assinaturas em prol da revogação da Portaria que havia reinstituído o imposto sobre couros.

Até a publicação da reportagem, o abaixo-assinado dos marchantes contava com sessenta e três assinaturas. O jornal então elogiou a forma de ação política escolhida: “Encaminhada pelos meios e modos legais, é de crer que a reclamação dos marchantes seja devidamente estudada pelo sr. prefeito municipal, que dará uma solução que harmonize os interesses em jogo”.⁴⁸⁰

Assim como no caso dos mercados municipais, com a reorganização do poder executivo municipal, a administração do Matadouro esteve subordinada ao Prefeito e a ele coube deliberar – não sem perder de vista seus próprios interesses - sobre questões relativas aos interesses dos comerciantes que utilizavam esse estabelecimento municipal.

Ainda que o requerimento dos marchantes fosse endossado por mais de meia centena de assinaturas, o Prefeito Antônio Prado não recuou da decisão e expediu ordem ao Diretor Coronel Borges Lagoa para iniciar a cobrança da taxa de duzentos réis sobre o couro exportado para outras cidades.

Três dias após a tentativa de veicular sua demanda por meio dos canais burocráticos convencionais, e fracassarem, os marchantes se declararam em greve e se recusaram a fornecer rezes para o abate.

O movimento de protesto tentou ampliar a adesão de outros marchantes e forçou a paralisação da produção. O Coronel Borges Lagoa não se encontrava no estabelecimento no momento da conflagração e se dirigiu, então, às pressas ao Matadouro. Segundo *O Estado*, o Diretor conseguiu evitar que o movimento se alastrasse e, uma vez dissuadidos os grevistas, a produção foi retomada.

Todavia, os manifestantes decidiram se reunir novamente para organizar outras formas de resistência à decisão da Prefeitura.⁴⁸¹

O *Correio*, que veiculava as informações oficiais da municipalidade, não noticiou o movimento grevista. Desse modo, silenciava sobre a eficácia da greve em alterar a decisão

⁴⁸⁰ BN, CORREIO PAULISTANO. nº 13149, p. 1.

⁴⁸¹ O ESTADO DE S. PAULO. 15/04/1900, nº 7813, p. 2.

de Antônio Prado, que revogara a aplicação do imposto sobre couros. Quando o periódico oficial publicou a revogação do imposto, associou esta decisão à representação dos marchantes, e não à greve, em um esforço de manter a coerência em relação à publicação anterior, que desconsiderava a possibilidade de greve e incentivava os marchantes a protestarem de forma pacífica e legal:

Tomando em justa consideração a representação que, conforme noticiamos, lhe dirigiram diversos marchantes, o sr. prefeito municipal determinou ao sr. administrador do Matadouro que fizesse cessar a arrecadação sobre couros não destinados ao município.⁴⁸²

Esta medida administrativa e fiscal da Prefeitura se tornou alvo de investigação da Comissão de Finanças da Câmara. Após examinar o caso, os membros da Comissão aprovaram a suspensão do imposto sobre a exportação de couro. A natureza jurídica deste tributo impedia sua arrecadação no Matadouro, pois esta somente poderia ser realizada por meio de *agências especiais*. Ademais, o destino que os marchantes dariam ao couro produzido no Matadouro ainda era desconhecido nesse local de produção.⁴⁸³

Até a virada do século XIX para o XX, os marchantes e açougueiros da cidade de São Paulo, mediante movimentos coletivos de protesto e a representação de vereadores identificados com seus interesses, conseguiram resistir e se adaptar às transformações econômicas, sociais, urbanas e políticas do período. Contudo, nos primórdios do século XX, a técnica de refrigeração na produção e comércio de carne já era aplicada com sucesso em outros países, ao lado da expansão da indústria de alimentos em conserva, representando a maior ameaça aos negócios dos marchantes e à sua própria existência. Inicialmente, as máquinas frigoríficas para a conservação de carne, criadas nos Estados Unidos por Charles Tellier, em 1876, proporcionaram transportar carne, e outros alimentos, por longas distâncias, em viagens transoceânicas, fomentando um mercado internacional de carne resfriada que, em 1910, mobilizava negócios entre 8 e 10 bilhões de Francos. Os primeiros países produtores deste novo segmento de mercado foram a Argentina, a Austrália e os Estados Unidos. E os principais destinos consumidores, a Inglaterra e a Alemanha.⁴⁸⁴

Em 1893, no bojo da política econômica do Encilhamento, criou-se a primeira Companhia Frigorífica Brasileira, que atuava no transporte marítimo de gêneros alimentícios resfriados. Esta empresa possuía uma frota de seis navios vapores, equipados com câmaras

⁴⁸² BN, CORREIO PAULISTANO. 20/04/1900, nº 13157, p. 1.

⁴⁸³ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1900, vol. 85, p. 68.

⁴⁸⁴ FLANDRIN, Jean; MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo, Estação Liberdade, 2003, p. 776-777.

frias, para importar carnes da Argentina e armazená-las em um depósito que serviria de centro de distribuição para o Estado de São Paulo, principalmente a Capital. Em matéria sobre a questão o jornal *O Estado de S. Paulo* mostrou-se, de certo modo, favorável à novidade: “Pela amostra que recebemos a carne congelada pareceu-nos capaz de substituir a carne verde que atualmente se vende nos açougues da capital”.⁴⁸⁵

Estes empreendimentos surgiam em meio ao debate sobre o fornecimento de carne resfriada ou congelada como alternativa possível para minorar a prolongada carestia do produto, na primeira década do regime republicano. No entanto, a regulamentação do abastecimento de carne na Capital interditava o comércio de carne verde, no interior do perímetro urbano, que não fosse proveniente de gado abatido no Matadouro Público, sob a fiscalização sanitária e tributária da municipalidade.

Em 1901, o *Correio*, em editorial reproduzido pelo *O Estado*, abordou a questão do preço da carne que novamente ultrapassava o valor de mil réis o quilo. A proposta do jornal oficial consistia em aproximar o açougueiro do criador de rezes e aumentar a capacidade de armazenamento nos açougues com a instalação de câmaras frias para acomodar a quantidade de carne correspondente a cinco rezes por dia:

Com uma capacidade grande e, por isso, dependente de um certo capital, o açougue deixaria de ser simples prolongamento do marchante; com a instalação de câmaras frias ficaria independente do marchante e do consumidor, dependente apenas da própria atividade no desenvolvimento de seu negócio.⁴⁸⁶

O jornal afirmava que a tecnologia da refrigeração suplantaria o marchante no processo produtivo da carne, consolidando uma visão na imprensa da cidade que tendia a enxergar este segmento social como os “atravessadores” deste ramo do abastecimento de gêneros alimentícios. Neste período, a aplicação da tecnologia de refrigeração transcende a utilização em navios vapores, passando a ser empregada em Matadouros e açougues nas principais cidades e países ligados ao mercado internacional de carne resfriada.

Em 1903, no Brasil, a imprensa noticiou a qualidade e o ineditismo do maquinário que se importava de Londres para equipar um “grande estabelecimento frigorífico”, no Rio Grande do Sul. Em 28 de Novembro deste ano, a Prefeitura da Capital recebeu o primeiro requerimento para a construção de um estabelecimento frigorífico na cidade.⁴⁸⁷

⁴⁸⁵ O ESTADO DE S. PAULO. 04/04/1893, nº 5395, p. 1.

⁴⁸⁶ O ESTADO DE S. PAULO. 04/03/1901, nº 8135, p. 2.

⁴⁸⁷ BN, CORREIO PAULISTANO. 16/10/1903, nº 14428, p. 2. *Idem*, 29/11/1903, nº 14472, p. 5.

Nesse mesmo ano, iniciam-se as tentativas de introduzir a tecnologia de refrigeração no abastecimento de carne nas principais cidades brasileiras. A Câmara de São Paulo analisava três propostas neste sentido, as de Júlio Micheli, Adolpho Schimdt e William Fowles. A discussão se baseava em pareceres das Comissões de Higiene, Justiça e Finanças; e contava ainda com parecer redigido pelo vereador José Oswald.

As duas primeiras propostas tinham como propósito estabelecer um Frigorífico na capital para a conservação e comércio de carne resfriada ou congelada. A Comissão de Higiene, por meio de seu relator, Evaristo da Veiga, considerou inoportuna a alteração do sistema de abastecimento, pois, do ponto de vista da saúde pública, o “valor higiênico” das carnes congeladas era discutível, podendo ocasionar distúrbios intestinais, principalmente em crianças. Além disso, a aprovação destas propostas dependia da reorganização do sistema de fiscalização sanitária e tributária. Sendo assim, a Comissão refutava as solicitações de Adolfo Schimdt e Júlio Micheli.

Quanto à terceira proposta de William Fowles, a Comissão foi ainda mais enfática ao considerar que não poderia ser atendida de forma alguma. O inglês William Fowles estabeleceu na cidade de Avaré um Matadouro particular, inaugurando no Estado de São Paulo a implantação da tecnologia de resfriamento na produção, transporte e comércio de carne.

Segundo a Comissão de Higiene, o regimento da Câmara da Capital não contemplava a discussão e análise de semelhante proposta, pois a municipalidade não poderia fiscalizar um estabelecimento industrial situado em outra localidade do Estado.

Considerando se tratar de um aspecto da economia urbana, o abate de rezes, administrado pelo poder municipal de cada localidade, a possibilidade da Câmara da Capital manter em outro município funcionários para fiscalizar um estabelecimento particular geraria “atritos administrativos”. Os Matadouros constituíam fonte de renda fundamental para o orçamento dos municípios.⁴⁸⁸

A Comissão de Justiça, por sua vez, divergiu do parecer anterior. Acusou a Comissão de Higiene de não ter entendido bem a proposta de Fowles, pois as suspeitas sanitárias esboçadas em seu parecer se relacionavam à carne congelada. O Matadouro de Avaré forneceria carne resfriada, que, na opinião da Comissão de Justiça, era mais apropriada ao comércio e consumo em comparação à congelada.

⁴⁸⁸ CORREIO PAULISTANO. 16/10/1903, nº 14428, p.70.

Esta comissão também alegou que nenhuma jurisdição impedia a Câmara da Capital de designar um fiscal sanitário para supervisionar o serviço no Matadouro particular de Avaré:

William Fowles requer licença para expor à venda, nesta capital, carnes de rezes abatidas em matadouro particular, situado em outro município, dentro do Estado, carnes que deverão ser transportadas em vagões frigoríficos. A Comissão de Justiça sabe que o peticionário, há cerca de sete anos, em seu estabelecimento à rua Formosa nº 12, expõe à venda carnes resfriadas, conforme provou e fez certo por documentos, juntando ainda uma certidão passada pelo dr. Lutz, diretor do Instituto Bacteriológico, em a qual declara que a carne resfriada é apropriada para o consumo e pode ser conservada por seis semanas, muito superior às carnes congeladas contra as quais exata e justamente se pronunciou a Comissão de Higiene.⁴⁸⁹

A proposta contava com o apoio do Diretor do Instituto Bacteriológico. A Comissão de Justiça salientou que o peticionário já realizava o comércio deste novo produto em seu açougue na Capital. Diante destas considerações, se pronunciou favoravelmente a proposta de William Fowles e apresentou um projeto de lei para autorizar esta operação comercial. A terceira comissão que estudou o tema das carnes resfriadas, de Finanças, apoiou a decisão da Comissão de Justiça.

A procedência da carne frigorificada era um fator importante que vinha sendo negligenciado neste debate. E que explica a existência anterior deste produto no comércio de carne e o porquê desta solicitação de licença por Fowles. Até então, Fowles adquiria a carne com os marchantes no Matadouro e as processava com a tecnologia da refrigeração em seus açougues na Rua Formosa e no Mercado de São João. A partir de 1903, o açougueiro organizou um Matadouro particular, em outra cidade, para fornecer a carne resfriada a partir desta localidade. Ou seja, o abate das rezes, o corte da carne e o armazenamento no Tendal deixavam de ser realizados nas dependências municipais, sob sua fiscalização direta.

O parecer de José Oswald recomendava o indeferimento da proposta. Um novo sistema de abastecimento de carne não deveria ser implantado em absoluto “nem a título de experiência, porquanto já [era] sabido que as carnes frescas congeladas ou resfriadas, manifestavam podridão ao primeiro contato com o ar diferente daquele, onde se achavam acondicionadas”.⁴⁹⁰ Parecer, portanto, proferido em defesa do Matadouro da Capital e dos marchantes.

⁴⁸⁹ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1903, p. 71.

⁴⁹⁰ *Idem*, *Ibidem*, p. 73.

Diante deste impasse na discussão, os documentos do processo retornaram às respectivas comissões e a decisão foi postergada.⁴⁹¹ Com parte da Câmara se posicionando favoravelmente à demanda de William Fowles, este empresário comunicou ao repórter do *O Estado* que, se a Câmara acatasse seu requerimento, acreditava poder fornecer carne resfriada à população por preços iguais ou inferiores àqueles praticados pelos marchantes e açougueiros quanto à carne verde.

Segundo Antônio Bandeira Júnior, o empresário inglês possuía uma “Grande Fábrica de Carnes Salgadas” na Rua Formosa, fundada em 1890, com um depósito e açougue no Mercado da Rua São João. Produzia anualmente, segundo inquérito realizado pelo autor em 1900, duzentas toneladas de presunto, bacon, mortadela, banha, sebo, salames de todas as qualidades, salsichas de Oxford e exercia a “charcutaria” em todos os seus ramos. Empregava vinte operários estrangeiros e aplicava no processo produtivo a máquina de refrigeração de J&E. Hall com capacidade para 2000 quilos de gelo por dia.⁴⁹²

Com o objetivo de angariar apoio popular para a causa, o açougueiro distribuiu folhetos publicitários, divulgando o novo produto à população da capital, com explicações sobre os procedimentos de refrigeração instalados em seu açougue na Rua Formosa.⁴⁹³ A carne era comprada fresca no Matadouro, entre cinco e seis horas após o abate, era armazenada em câmaras de ar seco com temperatura entre três e seis graus Celsius acima de zero. O produto era mantido nesta câmara fria por quatro dias, para ser, então, oferecido aos consumidores no açougue. Com a utilização desta técnica de refrigeração, a carne poderia ser conservada por até trinta dias. Por outro lado, em comparação, a carne produzida no Matadouro da Capital, conhecida por carne verde ou fresca, possuía uma durabilidade inferior. Entre a produção, o comércio e o consumo, considerava-se como o tempo hábil de consumo o prazo de 24 horas.

William Fowles era um comerciante em ascensão socioeconômica no início do século XX, em São Paulo. Proprietário de açougue na região do Piques, no bairro da Consolação, investiu na construção de um matadouro frigorífico na cidade de Avaré e obteve licença da Câmara Municipal de Santos para negociar seus produtos na cidade. Possuía também um açougue no Mercado de São João.

Para viabilizar do ponto de vista político e jurídico, o principal objetivo de seu empreendimento, vender carne resfriada na cidade de São Paulo, Fowles ofereceu-se para

⁴⁹¹ *Idem, Ibidem*, p. 83. O ESTADO DE S. PAULO. 15/03/1903, nº 8872, p. 3.

⁴⁹² BANDEIRA JÚNIOR, Antônio F. *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1901, p. 118-119.

⁴⁹³ O ESTADO DE S. PAULO. 28/03/1903, nº 8885, p. 2.

arcar com os custos de manutenção de um fiscal sanitário escolhido pela Prefeitura. E pagar os mesmos impostos a que estavam sujeitos os marchantes da capital ao utilizarem o Matadouro da Vila Mariana. Conforme o folheto que o empresário inglês distribuiu na cidade, seus estabelecimentos forneciam carne resfriada a uma enorme clientela. Por meio dele, Fowles esclarecia que “a qual me dá preferência, mercê a superioridade do processo, por mim posto em prática. Essas carnes têm três, quatro ou mais dias de conservação; são mais macias, mais saborosas, em tudo superiores às outras carnes”.⁴⁹⁴

William Fowles argumentava também que com o fornecimento da carne resfriada de Avaré para a Capital, o problema crônico da baixa qualidade do produto devido às condições de transporte do gado, das zonas produtoras e comerciais em outros Estados até a cidade de São Paulo, seria equacionado. Até então, os animais percorriam os caminhos de terra e atravessavam rios para chegar ao local de consumo da carne. A carne resfriada trazia a vantagem de preservar os animais mais próximos dos locais de criação, pois seria a própria carne que percorreria as distâncias mais longas entre o local de produção e o local de consumo, mediante a utilização de vagões frigoríficos nas estradas de ferro.

A proposta de fornecer carne resfriada na capital procedente de outro município suscitou polêmica na imprensa em torno das implicações sanitárias deste novo sistema de abastecimento. Alberto Kuhlman, proprietário da extinta empresa Santo Amaro de Ferro Carris, construtor do Matadouro de São Paulo, combateu a proposta de William Fowles. Enveredando em uma discussão técnica, Kuhlman censurou a refrigeração da carne, pois o emprego do gelo prejudicaria, em última instância, a conservação da carne devido à influência da umidade sobre o produto, favorecendo o crescimento de germes e bactérias. Além disso, alegou que a licença solicitada, em caso de ser aprovada, autorizaria a formação de um monopólio no abastecimento de carne.

Fowles refutou as afirmações do Engenheiro, alegando que o método utilizado em seus estabelecimentos empregava ar seco. E que a licença não impediria outros comerciantes de se dedicarem a esta atividade ou os marchantes de continuarem a vender carne verde.⁴⁹⁵

O açougueiro da Rua Formosa publicou diversos artigos no *O Estado*, em defesa de seu empreendimento, entre os dias 27 e 30 de Maio de 1903. Diante da ameaça que o empreendimento representava para o equilíbrio comercial no abastecimento de carne, assim como ao seu próprio domínio nesse setor, os marchantes passaram a se mobilizar contra o empresário inglês.

⁴⁹⁴ *Idem*. 19/05/1903, nº 8936, p. 3.

⁴⁹⁵ O ESTADO DE S. PAULO. 26/05/1903, nº 8943, p. 2-3. *Idem*. 27/05/1903, nº 8944, p. 3.

Em publicação anônima no *O Estado*, sob o pseudônimo de “Um paulista”, a posição de Alberto Kuhlman foi defendida. A carne resfriada se constituía em ameaça à saúde pública. William Fowles, contrariado com a oposição pela imprensa, chegou a desafiar os marchantes a realizar um experimento em duas peças de carne distintas. A primeira seria armazenada de modo convencional. A outra, resfriada em máquinas frigoríficas. Em uma semana, teriam a comprovação da superioridade da tecnologia da refrigeração sobre a carne fresca. Este comerciante de carne resfriada figurava como um concorrente potencialmente ameaçador ao segmento dos marchantes não só pela inovação técnica que trazia em seu bojo, mas pela capacidade de mobilização de capitais que demonstrava.

A comissão de justiça da Câmara determinou que o processo de licenciamento proposto por William Fowles reiniciasse a tramitação no plenário da Casa. Em 1904, a petição do açougueiro contava novamente com o apoio das comissões de justiça e de finanças. No entanto, o representante da comissão de higiene mantinha sua oposição à licença. Além de um certificado do Diretor do Instituto Bacteriológico do Serviço Sanitário Estadual, a documentação possuía em anexo uma carta redigida pelo cônsul inglês em São Paulo, verdadeiro atestado sobre a experiência do requerente no comércio de carnes resfriadas. Clara indicação quanto ao alcance dos interesses econômicos e políticos em jogo nesta petição.

Evaristo da Veiga, membro da comissão de higiene, protegia sua decisão de formas diversas. A falta de respaldo jurídico para a Câmara conceder licença para estabelecimento de um Matadouro em outro município. A impossibilidade do poder público de garantir a manutenção da temperatura das câmaras frias, desde o local de produção até a distribuição no comércio de São Paulo. Em face da contínua resistência da Comissão de Higiene, a decisão foi novamente postergada.

Quando retornou ao debate, foi o vice-prefeito, Pedro Vicente de Azevedo, quem reorientou a discussão e apontou o caminho a ser seguido pela maioria da Câmara. Esta autoridade não se opôs ao projeto de William Fowles. No entanto, destacou equívocos de redação e tramitação no projeto de lei que inviabilizavam sua aprovação, pois feriam as disposições regimentais da Câmara.⁴⁹⁶

Dois anos se passaram, desde o início do processo e, em Outubro de 1905, a título de experiência, Fowles realizou a primeira importação de carne resfriada do Matadouro particular de Avaré para seus açougues na capital. Segundo as palavras do empresário, em artigo no *O Estado*, a iniciativa sofreu a oposição dos marchantes da cidade:

⁴⁹⁶ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1904, vol. 89, p. 25-34.

Pedi licença à câmara municipal (...) pois, tomei a ombros iniciar no Brasil um serviço acatados em todos os países civilizados (...) Eu não venho discutir, mas avisar ao público de que as carnes de Avaré agradaram muito e eu ia já vendendo-as rapidamente, quando os marchantes de S. Paulo se alarmaram e fizeram apelo para o sr.dr. prefeito municipal, que indiretamente depende deles, na obtenção de matéria prima barata para o cortume da Água Branca. O resultado desse alarme foi a apreensão das carnes vindas de Avaré, que foram lá examinadas por veterinário diplomado, nomeado pela Companhia⁴⁹⁷

Fowles, aproveitando-se da indecisão da Câmara, decidiu realizar a operação comercial. Antônio Prado, alertado pelos marchantes, confiscou a carne resfriada de Avaré, nas dependências do Mercado da Rua São João. Para o empresário inglês, esta medida demonstrava o conflito de interesses em que estava envolvido o Prefeito, que acatava uma solicitação dos marchantes, pois dependia deles na aquisição do couro para o Curtume da Água Branca. Na visão de Fowles, Antônio Prado comprometia, assim, suas próprias decisões no âmbito do abastecimento de carne, decisões que ao favorecerem os marchantes, contemplavam seus interesses particulares.

Em sessão na Câmara, o vereador Carlos Garcia interpelou o Prefeito para que explicasse a notícia dos jornais sobre a operação de confisco da carne no Mercado de São João. Antônio Prado expôs sua versão dos acontecimentos. Segundo ele, ao tomar conhecimento da intenção da companhia inglesa de instalar um Matadouro no interior do Estado, para fornecer à capital um novo produto, a carne refrigerada, comunicou William Fowles sobre a necessidade de obter licença da Câmara para a realização deste empreendimento.

A Prefeitura, todavia, não recebera nenhuma notificação. Quando a carne proveniente de Avaré chegou ao Mercado de São João, o administrador decidiu apreendê-las porque se tratava de carne de rezes abatidas fora do Matadouro Municipal. Ação prescrita conforme o Código de Posturas Municipais, de acordo com os procedimentos convencionais afeitos à fiscalização da alimentação pública. Verificada pelo médico da Prefeitura a sanidade da carne apreendida, procedeu-se sua entrega à Santa Casa de Misericórdia.

Esta afirmação visava afastar a acusação de Fowles de que o procedimento havia sido realizado para agradar os marchantes da Capital e preservar os interesses do Prefeito. Para corroborar a legalidade do procedimento, Antônio Prado elencou o conjunto de leis municipais que davam respaldo jurídico à decisão.

⁴⁹⁷ O ESTADO DE S. PAULO. 13/11/1905, nº 9841, p. 3.

O art. 133 do Código de Posturas Municipais de 1886 proibia o fornecimento de carne de rês abatida fora do Matadouro Público. Nos termos do terceiro artigo da lei 344 de 12 de março de 1898, a carne proveniente do abate clandestino seria examinada pelos médicos ou veterinários da municipalidade e, se estivesse em condições para o consumo, após ser apreendida e o infrator, multado, deveria ser enviada para algum dos estabelecimentos de caridade de São Paulo.

Antônio Prado citava também o Ato nº 25 que regulamentara o Serviço Sanitário Municipal em 1898. Em seus artigos 27 e 28, autorizava a venda nos açougues somente de carne proveniente do Matadouro. E aos inspetores sanitários e guardas-fiscais da Intendência cabia verificar se o produto trazia a marca característica desse estabelecimento municipal.

Após justificar a legalidade da medida da Prefeitura e a competência da municipalidade para exercer a polícia sanitária no tocante à alimentação pública, Prado relatou os procedimentos da fiscalização da carne aplicados nos países da Europa. E expôs sua opinião sobre o assunto:

Eu não pretendo advogar a proibição da venda, nem da introdução dessas carnes. Estou mesmo convencido de que para o futuro cessará o regime corrente, porque é incontestável que as carnes resfriadas e provenientes de ponto do interior onde o gado é mais gordo e descansado, podem ser oferecidas ao consumo público em condições melhores do que as provenientes do gado que é abatido no nosso Matadouro.⁴⁹⁸

O Prefeito acreditava que a tecnologia de refrigeração inevitavelmente suplantaria o sistema alicerçado no binômio matadouro/carne verde, no qual os marchantes exerciam o domínio da cadeia de produção. Antônio Prado suscitava também o aspecto fiscal da discussão, uma vez que as rendas auferidas pela municipalidade no Matadouro alcançavam a cifra de trezentos contos de réis anualmente, montante considerado pelo Prefeito como um “valor avultado”.

No tocante à concorrência comercial no abastecimento de carne em São Paulo, Antônio Prado salientou a perspectiva do segmento dos marchantes, ao demonstrar de que modo a carne proveniente de outro município impactaria a dinâmica já estabelecida na cidade quanto a este segmento.

É incontestável que a carne proveniente dos matadouros que se estabelecem fora do município (...) não estando sujeita aos ônus da fiscalização municipal, pode apresentar-se no mercado em concorrência mais vantajosa às carnes aqui sujeitas à

⁴⁹⁸ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1905, vol. 90, p. 201.

essa fiscalização e aos impostos municipais. Se permitirmos que a carne, nessas condições, seja introduzida, inteiramente livre de qualquer ônus, quer de fiscalização sanitária, quer de imposto, nós veremos que os marchantes, aqueles que exercem essa indústria há tantos anos e tem grandes capitais empregados nela, precisarão necessariamente abandonar sua profissão.⁴⁹⁹

O discurso de Antônio Prado na Câmara foi combatido em artigo no *O Estado*, assinado pelo pseudônimo “Stohl Courage”, em defesa dos interesses de William Fowles. O autor contestava a visão do Prefeito sobre os marchantes. Este segmento social não empregava capitais em uma verdadeira “indústria”, constituía-se de “especuladores” que representavam um modelo de negócio capitalista que se incompatibilizava com o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo:

(...) meros especuladores, que comprem gado aos invernistas e criadores e vendem as carnes aos açougueiros, dando aos couros e aos fatos destino apropriado. Onde o emprego de capitais, de que fala o prefeito? Onde a *indústria* a que ele se refere? Emprega capitais quem compra gado em pé, ou abate e vende carne em grosso? Exerce indústria quem faz monopólio, montando cerco em torno do matadouro, para excluir invernistas e criadores, e impor discricionariamente o preço aos açougueiros?⁵⁰⁰

O argumento se baseava na visão de que os marchantes mobilizavam investimento em curto intervalo de tempo. Desse modo, não poderiam ser classificados como uma classe profissional. Stohl Courage atribuíu a posição de Antônio Prado a um equívoco resultante do conflito de interesses em que o mesmo se via imerso relativamente aos marchantes e ao abastecimento de carne na cidade.

Em 06 de Dezembro de 1905, o próprio William Fowles publicou artigo no *Estado*, defendendo a legalidade de sua operação comercial. Considerava que a apreensão da carne e os procedimentos da fiscalização sanitária feriam os princípios de propriedade e liberdade comercial, instituídos na Constituição Republicana de 1891. Princípios que deveriam ser considerados “à luz do direito constitucional republicano e não ao gosto dos conselheiros imperiais”.⁵⁰¹ Fowles expunha assim outra contradição inerente à atuação política de Antônio Prado.

A discussão promovida pelo empresário inglês na imprensa repercutiu na Câmara por intermédio do vereador Carlos Garcia. Por sua vez, Cândido da Motta alinhou seu discurso aos interesses de Fowles e propôs um novo projeto de lei para regulamentar o

⁴⁹⁹ *Idem, Ibidem*, p. 201-202.

⁵⁰⁰ O ESTADO DE S. PAULO. 01/12/1905, nº 9859, p. 3.

⁵⁰¹ *Idem*. 06/12/1905, nº 9864, p. 4.

comércio de carne resfriada. A proposta autorizava a entrada deste produto proveniente de outros municípios, desde que as carnes fossem “acompanhadas de um certificado da autoridade sanitária competente do lugar de origem, e [fossem] igualmente consideradas boas pela autoridade sanitária deste município, pagos os necessário impostos”.⁵⁰²

Carlos Garcia, por seu turno, propôs alterações na redação deste projeto de lei, acrescentando novos dispositivos para assegurar os interesses sanitários e fiscais da municipalidade no tocante à alimentação pública. As alterações propostas no projeto eram: a instalação de um depósito frigorífico na capital, o exame veterinário das vísceras e línguas das rezes abatidas, entre outras medidas, a serem adotadas por todos aqueles que se dedicassem ao negócio das carnes resfriadas.⁵⁰³

Em 14 de Agosto de 1906, o Prefeito Antônio Prado decretou a lei 931, regulamentando o comércio de carne proveniente de outros municípios do Estado de São Paulo. A partir de então, a carne deveria ser importada para a Capital em peças inteiras, com o respectivo certificado da autoridade sanitária no local de origem.

Ao chegar à Capital, este gênero alimentício precisaria ser armazenado em depósitos frigoríficos, nos quais, seria reexaminado pelo fiscal sanitário da Capital, a partir das vísceras das rezes abatidas, que também deviam ser enviadas para a cidade.

Estas peças de carne resfriada estariam sujeitas aos mesmos impostos cobrados no Matadouro Municipal, com redução de 10% em relação ao produto local. Proibia-se o transporte do produto em caixas seladas ou hermeticamente fechadas.

Apesar da aprovação desta lei, as outras regulamentações vigentes continuavam válidas e caberia à Câmara sancionar a nova legislação no tocante às condições de transporte, de construção dos depósitos frigoríficos, bem como estabelecer as infrações e multas.⁵⁰⁴

A legalização do comércio de carne resfriada proveniente de outros municípios não favoreceu o empreendimento de William Fowles, que abandonou a tentativa de vender carne resfriada em São Paulo, após anos de disputas na Câmara Municipal e, posteriormente, na Justiça Estadual. De todo o modo, a nova legislação preparava as condições para que outras empresas surgissem neste segmento do comércio de carne, inclusive um empreendimento lançado anos depois, que possuía como Diretor o Prefeito Antônio Prado.

Em 1910, um artigo no *O Estado*, redigido sob o pseudônimo de “Um Munícipe”, questionou a atitude do Prefeito Antônio Prado em relação à lei 931. Segundo o autor, esta

⁵⁰² CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Atas*, 1905, p. 12.

⁵⁰³ *Idem*, *Ibidem*, p. 215.

⁵⁰⁴ CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Leis*. Lei nº 931, de 14 de agosto de 1906.

legislação visava apenas “asfixiar a indústria das carnes resfriadas montada no Avaré pelo sr.Fowles”. E, naquele ano, revelava-se o motivo da conduta do Prefeito. Com a empresa de Fowles alijada do comércio de carnes na Capital, a nova empresa lançada por Prado, a Companhia Frigorífica Paulista, que havia aberto subscrição para a venda de ações, assumia este segmento do mercado de carne sem competidores.

Segundo as informações veiculadas pela publicidade da Frigorífica Paulista, a nova empresa de Antônio Prado comprou as invernadas na região de Barretos e havia firmado contrato com a Prefeitura Municipal daquela localidade, com o objetivo de utilizar o Matadouro Municipal, em regime preferencial, mediante o pagamento de apenas duzentos réis de taxa de abate.⁵⁰⁵

O “Munícipe” condenava a atitude do Prefeito, afirmando que esta medida resultaria em redução das rendas municipais auferidas no Matadouro Público. O conflito de interesses em que Antônio Prado estava envolvido quanto a esta questão era agravado pelo fato de que havia contraído empréstimos financeiros na municipalidade, oferecendo em contrapartida justamente as rendas do Matadouro.

O autor criticava Antônio Prado por tentar, em 1910, revogar a lei 931 que ele mesmo havia defendido e que fora aprovada pela Câmara em 1906:

Hoje, como trata de seu interesse pessoal, como presidente da Companhia Paulista (...) o sr.dr. prefeito de São Paulo acha abominável a lei nº 931 e quer a sua revogação, pouco se importando em prejudicar o município em que é prefeito, os marchantes que aqui negociam e os açougueiros. S. s. promove apenas o seu interesse (...) Não construiu em S. Paulo outro matadouro, em local apropriado, servido de abundante água, como todos desejavam, porque premeditava um golpe favorável aos seus interesses e prejudicial ao município, esquecido de que como prefeito de S. Paulo assinou título de um empréstimo que tem entre outras garantias as rendas do matadouro.⁵⁰⁶

A Companhia Frigorífica Paulista era presidida por Antônio Prado e contava entre os principais acionistas, o Conde Prates e Alexandre Siciliano. Em peça publicitária na imprensa, a Frigorífica Paulista afirmava possuir um matadouro e uma invernada em Barretos, e depósitos frigoríficos na Capital, em Santos e em Campinas. Reunia capitais no valor de 2.500 contos de réis com a perspectiva de lucros avaliados em 30% do montante investido.⁵⁰⁷

Em 30 de março de 1910, em artigo intitulado “Frigorífico”, assinado pela “Alma de William Fowles”, o autor revela o possível trágico fim de Fowles que se retirou do Brasil.

⁵⁰⁵ Para efeito de comparação, a taxa de abate no Matadouro da Capital custava aos marchantes sete mil réis por cabeça.

⁵⁰⁶ O ESTADO DE S. PAULO. 24/03/1910, nº 11425, p. 7.

⁵⁰⁷ *Idem*. 23/03/1910, nº 11424, p. 4.

Ironizava, então, a atitude de Antônio Prado por utilizar sua posição de homem público para favorecer seus próprios interesses econômicos:

Morreu o homem. Não como eu, que, assassinado (lei Fowles) fui à África procurar civilização, não! Ele morreu por suicídio... e apenas moralmente! Integro voltou a ser materialmente; engordou e está engordando suas “banhas” – muito derretidas ao assumir o posto republicano, que lhe deu 931 cavalos de força para fazer-me de sua alimentação de engorda. É verdade: abateu-me sem frigorífico! Revelou-se! Antes tarde que nunca. Incompatibilizado para tudo (...) Ruíram: moral, seriedade, escrúpulo, etc⁵⁰⁸

A empresa de Fowles continuaria sua batalha desta vez na justiça para tentar reaver da Câmara e da Prefeitura Municipal parte do capital investido no Matadouro de Avaré. Ainda durante a gestão de Washington Luís na Prefeitura, entre 1914 e 1918, o processo continuava em litígio e o poder executivo municipal se recusava a pagar qualquer tipo de indenização.

A Companhia Frigorífica Paulista prosperou ao conectar os centros de produção no Noroeste do Estado de S. Paulo, sul de Minas e no Mato Grosso, com os principais centros de consumo, mediante a utilização das linhas de transporte ferroviário da Companhia Paulista, que também possuía a família Prado e o Conde Prates entre os principais acionistas, contribuindo assim para a transformação da cidade de Barretos em centro de produção da indústria agropastoril.

Progressivamente, os marchantes da Capital passaram a ser substituídos no abastecimento de carne com a difusão da técnica de refrigeração. Sua operação comercial, dependente do transporte por estradas de terra e pela condução e circulação de animais pelo perímetro urbano, encontraria cada vez mais barreiras legais, econômicas e culturais que levariam à extinção da profissão na Capital de São Paulo.

⁵⁰⁸ *Idem*. 30/03/1910, nº 11430, p. 7.

CONCLUSÕES

A finalidade deste trabalho consistiu em abordar o processo de expansão e modernização da cidade de São Paulo nas décadas finais do Império e iniciais da República, sob a perspectiva da relevância do abastecimento de gêneros alimentícios para a configuração do poder político e administrativo municipal e no âmbito das transformações socioeconômicas e urbanas em curso naquele período. Com esse objetivo, analisamos a constituição da primeira Praça de Mercado, em 1867, e a transferência do Matadouro do núcleo urbano para a região da Vila Mariana em 1887.

Esses dois espaços institucionais de produção e comércio de alimentos concentraram a intervenção das autoridades públicas na organização do abastecimento de gêneros considerados essenciais para a alimentação da população urbana. No período, o controle sobre a circulação e as formas de negociar dos segmentos sociais dedicados ao comércio de abastecimento, bem como sobre a sanidade dos alimentos e dos locais de comércio e consumo se mostrou uma prerrogativa de poder fundamental para a administração pública do município.

Por sua vez, o desenvolvimento econômico no período conferia dinamismo ao setor que oferecia respostas às necessidades básicas da população, cujo crescimento significativo, em última instância, resultava em um mercado constantemente em expansão na cidade, apesar das crises.

Por um lado, os espaços do mercado e do matadouro mediavam o comércio de abastecimento para favorecer a execução dos planos de modernização do espaço urbano promovidos pelas elites cafeicultoras. Por outro, visavam ordenar esse setor da produção e do comércio com o objetivo de melhorar as condições de acesso da população a alimentos de qualidade por preços razoáveis. Ademais, configuravam-se em importantes fontes de tributos na composição do fisco municipal. Devido a essa posição de destaque na administração pública e na vida cotidiana da capital, o comércio de abastecimento se configurou em campo de disputas de interesses econômicos e políticos que envolviam diretamente os responsáveis por administrar a cidade.

Sob a perspectiva do comércio de abastecimento como um campo de disputas de interesses econômicos e políticos, examinamos de que modo os segmentos sociais dessa modalidade de comércio participaram e resistiram em meio ao jogo político de interesses das

classes mais abastadas em se beneficiar de um mercado constantemente em expansão. Desse modo, examinamos os principais conflitos e a mobilização coletiva dos locatários dos quartos do mercado, dos comerciantes com armazéns de secos e molhados na cidade, dos marchantes, açougueiros e carroceiros.

Na praça do mercado, o principal campo de disputas se relacionou ao acesso dos comerciantes à seção de tropeiros, concebida pelos políticos liberais para viabilizar o contato entre produtores e consumidores, garantido pela vigência do sistema de alta. Em 1872, com a ascensão do partido conservador na Câmara, o regulamento foi alterado e o sistema de alta, abolido favorecendo os comerciantes com armazéns de secos e molhados da cidade que, assim, passaram a negociar legalmente com os caipiras. Por sua vez, os locatários dos quartos foram impedidos de comprar gêneros na seção de tropeiros com o objetivo de revendê-los, medida que os associava à figura do atravessador.

Durante a gestão de Antônio Prado, após a cisão dos grupos políticos no interior do partido, os locatários dos quartos conseguiram, de forma irregular, reverter a desvantagem comercial em relação aos armazéns de secos e molhados, com a conivência do grupo político no poder. O posicionamento dos conservadores liderados por Prado resultou no rompimento das relações políticas entre o partido e os comerciantes de secos e molhados.

O segmento em questão vislumbrou na alternância do poder político em 1881 a possibilidade de reconquistar a posição perdida na concorrência comercial com os locatários dos quartos. Em uma legislatura comandada por um político conservador pertencente ao grupo derrotado por Prado, João Mendes de Almeida Jr constituiu maioria para governar em aliança com os liberais e republicanos na Câmara. A nova correlação de forças políticas contribuiu para a mobilização coletiva dos comerciantes com armazéns de secos e molhados que impulsionou um processo investigativo mais amplo das finanças da gestão anterior. O inquérito levou à demissão do administrador apontado por Antônio Prado, acusado de crime de desvio de recursos públicos.

Na transição do regime imperial para o republicano, as transformações em curso na cidade incorporaram o comércio de abastecimento com a ampliação da Praça do Mercado da Rua 25 de março para, em seu lugar, surgir o Mercado Grande. O crescimento no número de locatários e a reorganização espacial do mercado deslocaram os caipiras e tropeiros da posição central que ocupavam na praça. Em seu lugar, os locatários dos quartos assumiram a centralidade na configuração espacial do mercado grande. A seção de tropeiros na área externa, condição da qual derivava o nome de Praça do Mercado, transferiu-se para o Mercado dos Caipiras. O novo espaço, no entanto, se situava fora da cobertura do telhado que

caracterizava a área central do Mercado Grande. Tropeiros e caipiras continuaram a negociar ao ar livre nas proximidades da várzea do Carmo.

Estas mudanças espaciais também resultaram em nova reconfiguração das disputas quanto ao atravessamento de gêneros. Os locatários deixaram de ser identificados com os atravessadores para se tornarem os principais vigilantes da execução do regulamento do Mercado Grande. Nesse momento, na virada do século, o movimento de protesto dos comerciantes com armazéns de secos e molhados arrefeceu e, em seu lugar, os locatários assumiram o protagonismo na resistência política no que se refere aos atravessadores do mercado dos caipiras.

A reconfiguração da posição dos locatários em relação à prática de atravessamento, no entanto, não lhes garantiu melhores meios de participação política. A divisão do poder municipal em legislativo e executivo no regime republicano ampliou as instâncias burocráticas de acesso ao poder para os segmentos sociais do comércio de abastecimento. Por sua vez, as demandas dos segmentos ligados ao mercado consistiam em manifestações em textos na imprensa e abaixo-assinados à Câmara. Na república, com a ascensão do mercado grande novas formas de pressão foram empregadas e consideradas violentas pelas autoridades como a greve de 1900. A nova dinâmica de reivindicação, em complemento às antigas, levará à formalização do movimento político dos locatários do mercado por meio da criação da Sociedade União Comercial dos Negociantes de Gêneros Alimentícios do Mercado da Rua 25 de Março.

Na Vila Mariana, os marchantes, açougueiros e carroceiros, os principais segmentos do comércio de alimentos concentrado no Matadouro participavam de um campo de disputas onde os interesses econômicos e políticos envolviam grandes empresas e vantagens pessoais aos administradores públicos. Especialmente no que se refere aos marchantes, os articuladores da hierarquia comercial da carne, a modernização do setor caracterizada na transferência do Matadouro do Bexiga para a Vila Mariana implicava em seu afastamento do controle sobre as etapas do processo produtivo e de transporte da mercadoria.

O período em questão se destacou pelas sucessivas crises de carestia da carne, principalmente na primeira década do regime republicano. O afastamento dos marchantes do controle do abastecimento do produto se desenvolveu simultaneamente à alteração na percepção das autoridades e da grande imprensa sobre o papel desempenhado pelo segmento no aumento do preço do quilo da carne.

Assim como os comerciantes ligados ao mercado, os marchantes também se mobilizaram coletivamente por meio de reuniões, abaixo-assinados, artigos na imprensa. Mais

que qualquer outro segmento do comércio de abastecimento, os marchantes organizaram greves como principal meio de pressão política para viabilizar seus interesses, pois o afastamento do controle da produção e do transporte da carne não os impedia de parar a produção por se recusarem a fornecer o gado.

Entretanto, o recurso a formas de protesto como paralisações e greves agravava a visão negativa sobre o segmento reforçada e compartilhada na virada do século pelas autoridades políticas e médicas, bem como pela grande imprensa. De todo o modo, o poder econômico do segmento dos marchantes e a capacidade associativa de seus componentes, vista pelas autoridades como um “monopólio de fato”, se traduziram em influência política nas decisões administrativas na Câmara por meio da eleição de vereadores que defendiam seus interesses em plenário.

No Matadouro, situavam-se interesses econômicos e políticos que transcendiam as necessidades de abastecimento de carne. Nele, produzia-se matéria prima para diversos setores do emergente parque industrial paulista como o couro, o sebo, a banha, os chifres. Por meio da reconstituição dos conflitos e da interação entre marchantes e autoridades municipais e estaduais, evidenciamos na análise do matadouro outras dimensões da concorrência comercial no setor de abastecimento e do campo de disputas dos interesses econômicos que envolviam os administradores públicos da cidade.

As polêmicas e conflitos em torno da fiscalização veterinária no matadouro se mostraram relevantes para dimensionar a importância da questão sanitária no âmbito do comércio de abastecimento ligado aos espaços institucionais, principalmente na configuração de disputas relacionadas à concorrência comercial entre os marchantes e à pressão sobre as autoridades no tocante à execução do serviço sanitário. O segmento explorou os atritos existentes entre o serviço sanitário municipal e o estadual que, no entanto, tiveram o efeito contrário de unificá-los na fiscalização do gado e da carne, em meio à ameaça de transmissão da tuberculose via ingestão de carne contaminada.

O alinhamento na posição dos segmentos sociais do comércio de abastecimento na correlação de forças políticas na cidade evidenciou o conflito de interesses de autoridades públicas que também possuíam negócios ligados ao Matadouro. Caso de Antônio Prado que possuía uma fábrica de Curtume e lançou um empreendimento frigorífico no período em que ocupava a Prefeitura Municipal. O concerto aparente de interesses entre os marchantes e o Prefeito, principalmente nos conflitos suscitados pelo imposto sobre a exportação de couro e a venda de carne resfriada, ocultava em decisões administrativas benefícios pessoais concedidos ao mesmo, em prejuízo das finanças da municipalidade.

FONTES E MATERIAIS

IMPrensa

Acervo Estadão Digital

A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. 16/11/1876, nº 540, p. 2.

_____. 13/01/1877, nº 586, p. 2.

_____. 28/03/1877, nº 643, p. 2.

_____. 05.03.1882, nº 2093, p. 2.

_____. 30/03/1882, nº 2113, p. 1.

_____. 31/03/1882, nº 2114, p. 2.

_____. 04/04/1882, nº 2117, p. 2.

_____. 05/04/1882, nº 2118, p.2.

_____. 06.04.1882, nº 2119, p. 1

_____. 09.04.1882, nº 2120, p. 1.

_____. 12/04/1882, nº 2122, p. 2.

_____. 30/12/1883, nº 2635, p. 2.

_____. 06/11/1885, nº 3187, p. 2.

_____. 19/08/1886, nº 3419, p. 2.

_____. 20/08/1886, nº 3420, p. 1.

_____. 21/08/1886, nº 3421, p. 1.

_____. 22/08/1886, nº 3422, p. 1.

_____. 17/09/1886, nº 3443, p. 2.

_____. 24/12/1886, nº 3525, p. 4.

_____. 03/03/1887, nº 3578, p. 1-2.

_____. 18/02/1888, nº 3865, p. 2.

_____. 22/05/1888, nº 3941, p. 2.

_____. 14/06/1888, nº 3959, p. 2-3.

_____. 13/07/1888, nº 3983, p. 2.

_____. 31/07/1888, nº 3998, p. 2.

O ESTADO DE S. PAULO. 12/07/1890, nº 4611, p. 2.

_____. 13/07/1890, nº 4612, p. 3.

_____. 17/10/1891, nº 4987, p. 1.

_____. 17/01/1893, nº 5336, p. 1.

_____. 18/01/1893, nº 5337, p. 1.

_____. 08/02/1893, nº 5353, p. 2.

_____. 04/04/1893, nº 5395, p. 1.

_____. 02/05/1893, nº 5419, p. 2.

_____. 30/12/1893, nº 5614, p. 1.

_____. 24/01/1894, nº 5633, p. 1.

_____. 24/02/1894, nº 5657, p. 1.

_____. 01/07/1894, nº 5758, p. 1-2.

_____. 16/12/1894, nº 5894, p. 2.

_____. 20/01/1895, nº 5925, p. 2.

_____. 09/06/1895, nº 6063, p. 3.

_____. 01/01/1897, nº 6622, p. 2.

_____. 10/01/1897, nº 6631, p. 1.

_____. 11/01/1897, nº 6632, p. 1.

_____. 12/01/1897, nº 6633, p. 1.

_____. 13/01/1897, nº 6997, p. 3.

- _____. 14/01/1897, n° 6635, p. 1.
- _____. 17/12/1897, n° 6971, p. 1.
- _____. 28/12/1897, n° 6981, p. 1.
- _____. 29/12/1897, n° 6982, p. 1.
- _____. 03/01/1898, n° 6987, p. 1.
- _____. 14/01/1898, n° 6998, p. 1.
- _____. 22/01/1898, n° 7006, p. 2.
- _____. 23/01/1898, n° 7007, p. 1.
- _____. 07/02/1898, n° 7022, p. 1.
- _____. 08/02/1898, n° 7023, p. 1.
- _____. 10/02/1898, n° 7025, p. 1.
- _____. 23/03/1898, n° 7428, p. 3.
- _____. 03/04/1898, n° 7077, p. 1-2.
- _____. 23/10/1898, n° 7278, p. 3.
- _____. 13/03/1899, n° 7418, p. 1.
- _____. 06/04/1899, n° 7441, p. 1.
- _____. 21/07/1899, n° 7547, p. 1.
- _____. 08/10/1899, n° 7626, p. 4.
- _____. 17/11/1899, n° 7666, p. 1.
- _____. 15/04/1900, n° 7813, p. 2.
- _____. 17/05/1900, n° 7845, p. 2.
- _____. 19/05/1900, n° 7847, p. 2.
- _____. 29/05/1900, n° 7857, p. 3.
- _____. 23/01/1901, n° 8095, p. 2.
- _____. 04/03/1901, n° 8135, p. 2.

- _____. 15/03/1903, nº 8872, p. 3.
- _____. 28/03/1903, nº 8885, p. 2.
- _____. 19/05/1903, nº 8936, p. 3.
- _____. 26/05/1903, nº 8943, p. 2-3.
- _____. 27/05/1903, nº 8944, p. 3.
- _____. 02/09/1903, nº 9042, p. 2.
- _____. 13/11/1905, nº 9841, p. 3.
- _____. 22/11/1905, nº 9850, p. 4.
- _____. 01/12/1905, nº 9859, p. 3.
- _____. 06/12/1905, nº 9864, p. 4.
- _____. 26/06/1906, nº 10064, p. 1.
- _____. 23/03/1910, nº 11424, p. 4.
- _____. 24/03/1910, nº 11425, p. 7.
- _____. 30/03/1910, nº 11430, p. 7.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL

CORREIO PAULISTANO. 06.02.1859, nº 860, p. 3.

- _____. 23.01.1862, nº 1716, p. 3.
- _____. 01.02.1862, nº 1724, p. 1.
- _____. 16.02.1862, nº 1739, p.2-3.
- _____. 31.01.1867, nº 3205, p. 2.
- _____. 27.02.1867, nº 3227, p. 1
- _____. 09/06/1867, nº 3309, p. 1.
- _____. 04.07.1867, nº 3327, p. 1.
- _____. 09.07.1867, nº 3331, p. 1-2.

- _____. 25.07.1867, nº 3345, p. 2.
- _____. 11.08.1867, nº 3360, p. 1-2.
- _____. 22.08.1867, nº 3368, p. 1.
- _____. 05/05/1877, nº 6151, p. 2.
- _____. 24.01.1882, nº 7542, p. 2.
- _____. 31/03/1882, nº 7607, p. 2.
- _____. 04/12/1883, nº 8191, p. 2-3.
- _____. 13/08/1886, nº 8990, p. 3.
- _____. 20/11/1886, nº 9071, p. 2.
- _____. 18/01/1893, nº 10882, p. 1.
- _____. 09/01/1894, nº 11159, p. 3.
- _____. 20/02/1894, nº 11.192, p. 2.
- _____. 13/01/1897, nº 12086, p. 1.
- _____. 15/01/1898, nº 12410, p. 1.
- _____. 07/03/1899, nº 12762, p. 2.
- _____. 16/04/1899, nº 12796, p. 2.
- _____. 08/06/1899, nº 12845, p. 2.
- _____. 20/04/1900, nº 13157, p. 1.
- _____. 20/05/1900, nº 13187, p. 1.
- _____. 21/05/1900, nº 13188, p. 1.
- _____. 04/08/1900, nº 13262, p. 2.
- _____. 16/10/1903, nº 14428, p. 2.
- _____. 29/11/1903, nº 14472, p. 5.
- _____. 11/04/1900, nº 13149, p. 1.

DIÁRIO DE S. PAULO. 23.08.1865, nº 19, p. 1.

_____. 23.01.1867, nº 433, p. 2.

_____. 06.08.1867, nº 590, p. 2.

_____. 15/11/1876, nº 3280, p. 2.

_____. 19/11/1876, nº 3286, p. 2.

_____. 28/11/1876, nº 3293, p. 2.

_____. 10/12/1876, nº 3303, p. 2.

_____. 04/01/1877, nº 3322, p. 2.

_____. 06/01/1877, nº 3324, p. 2.

JORNAL DA TARDE. 12/11/1878, nº 07, p. 2.

_____. 15/08/1879, nº 282, p. 3.

O COMÉRCIO DE S. PAULO. 25/06/1905, nº 04368, p. 1.

_____. 09/02/1893, nº 19, p. 2.

_____. 14/12/1894, nº 456, p. 1

_____. 06/01/1895, nº 547, p. 1.

_____. 04/07/1895, nº 696, p. 1.

_____. 07/11/1895, nº 802, p. 1.

_____. 08/01/1897, nº 1160, p. 1.

_____. 10/01/1897, nº 1162, p. 1.

_____. 12/01/1897, nº 1163, p. 1.

_____. 14/01/1897, nº 1165, p. 1.

_____. 08/02/1898, nº 1440, p. 1.

_____. 09/02/1898, nº 1441, p. 1.

_____. 04/08/1900, nº 2290, p. 1.

_____. 25/08/1900, nº 2311, p. 2.

_____. 07/04/1903, nº 3261, p. 1.

_____. 23/01/1905, nº 3914, p. 3.

LEGISLAÇÃO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Decreto nº 233, Código Sanitário do Estado de São Paulo*. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=137356>>.

_____. *Lei nº 16*, de 13/11/1891. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1891/lei-16-13.11.1891.html>>.

_____. *Lei nº 43*. 18/07/1892. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64128>>.

_____. *Lei nº 62*, de 31/05/1875. Código de Posturas Municipais da Capital. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=140906>

_____. *Lei nº 240*, de 04 de setembro de 1893. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1893/lei-240-04.09.1893.html>>.

_____. *Resolução nº 4*, de 07/03/1872. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1872/resolucao-4-07.03.1872.html>>.

_____. *Resolução nº 25*, de 27 de março de 1872. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=140561>.

_____. *Resolução nº 90*. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1887/resolucao-90-06.04.1887.html>>.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Centro de Memória. *Atas da Câmara da Cidade de São Paulo 1867*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1946. Disponíveis em: <<http://www.camara.sp.gov.br/memoria/atas-e-anais-da-camara-municipal-2/>>

_____. *Atas. 1872*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1947.

_____. *Atas. 1873 a 1876*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1948.

_____. *Atas. 1877 a 1880*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1949.

_____. *Atas. 1881*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1950.

_____. *Atas. 1882 a 1886*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1951.

_____. *Atas. 1887*. São Paulo: Typ. Espindola & Cia, 1906.

_____. *Atas. 1888*. São Paulo: Augusto Siqueira & Cia, 1908.

_____. *Atas. 1889*. São Paulo: Espindola & Cia, 1906.

_____. *Atas. 1890*. São Paulo: Espindola, Siqueira & Cia, 1905.

_____. *Atas. 1891*. São Paulo: Typ. Espindola, Siqueira & Cia, 1904.

_____. *Atas. 1892*. São Paulo: Typ. Espindola & Cia, 1908.

_____. *Atas. 1893 a 1898*. São Paulo: Typ. Espindola & Cia, 1909.

_____. *Atas. 1899*. São Paulo. São Paulo: Typografia Paupério & Cia, 1901.

_____. *Atas. 1900*. São Paulo. São Paulo: Typografia Espindola, Siqueira & Cia, 1903.

_____. *Atas. 1903*. São Paulo: Typografia Espindola, Siqueira & Cia, 1904.

_____. *Atas. 1904*. São Paulo: Typografia D. Amicucci, 1905.

_____. *Atas. 1905 e 1906*. São Paulo: Typografia H. Rossi, 1906.

_____. Biblioteca, *Coleção de Leis*. Ato nº 11, de 23 de setembro de 1896. Disponíveis em <
<http://www.camara.sp.gov.br/biblioteca/legislacao/>>

_____. Lei nº 7, de 28 de Novembro de 1892.

_____. Lei Nº 27, de 15 de abril de 1893.

_____. Lei nº 206, 28 de Fevereiro de 1896.

_____. Lei nº 43, de 28 de setembro de 1893.

_____. Lei nº 63, de 28 de setembro de 1893.

_____. Lei nº 131, 23 de janeiro de 1895.

_____. Lei nº 134, de 23 de janeiro de 1895.

_____. Lei nº 203, de 27 de fevereiro de 1896.

_____. Lei nº 344, de 09 de março de 1898.

_____. Lei nº 117 de 19 de Outubro de 1894.

_____. Lei nº 931, de 14 de agosto de 1906.

_____. Lei nº 939, de 05 de Julho de 1867.

CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 06 de Outubro de 1886, versão digital.

_____. Resolução nº4, de 07 de Março de 1872.

_____. Resolução nº 103, de 12 de Abril de 1887.

FONTES IMPRESSAS

ALMANAQUE Administrativo, Comercial e Profissional do Estado de São Paulo para o ano de 1897. São Paulo: Typografia Aurora, 1897.

ALMANAQUE Paulista. São Paulo, publicação de A. G. Rangel, 1881.

ALMANAQUE Província de São Paulo: Administrativo, Comercial e Industrial para 1887. São Paulo, Jorge Seckler & Cia, 1887.

AZEVEDO, AC de Miranda. Necrologia de João Mendes de Almeida. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*, vol. III, ano de 1898, São Paulo: Typografia de El Diário Espanõl, 1898.

BANDEIRA JUNIOR, Antônio F. *A Indústria no Estado de São Paulo em 1901*. São Paulo: Typografia do Diário Oficial, 1901.

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da cidade de São Paulo*. Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, Coleção Documentos Brasileiros, 1954.

COSTA, Antônio Correa Souza. *Qual alimentação de que usa a classe pobre do Rio de Janeiro e sua influência sobre a mesma classe*. Rio de Janeiro: Typografia Esperança, 1865.

FREITAS, Affonso A. As Casinhas. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, vol. III, p. 23-26, 1934.

LEITE, Aureliano. *Subsídios para a História da civilização paulista*. 2ªed., São Paulo: Saraiva, 1954.

MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de Outrora*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.

PINTO, Alfredo Moreira. *A Cidade de São Paulo em 1900*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1903, p. 221.

RAFFARD, Henrique. *Alguns dias na Paulicéia*. Vol. 4. São Paulo: Academia Paulista de Letras, 1977.

SOARES, Sebastião José. *Notas Estatísticas sobre a produção agrícola e carestia de gêneros alimentícios no Império do Brazil*. Rio de Janeiro: Typografia de J. Villeneuve & Cia, 1860.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Manoel Pinto de. *Abastecimento: crises, motins e intervenção*. Rio de Janeiro: Philobiblion.

_____. *Um Episódio da Reação Liberal de 1878*. Livraria Histórica, 1983.

ALVES, Odair Rodrigues. *Os Homens que governaram São Paulo*. São Paulo: Editora Nobel/EDUSP, 1986.

BARBUY, Heloisa. *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo (1860-1914)*. São Paulo: Edusp, 2006.

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. São Paulo: Pioneira, 1968.

CAMPOS, Eudes. *A cidade de São Paulo e a era dos melhoramentos materiais: obras públicas e arquitetura vistas por meio de fotografias de autoria de Militão Augusto de Azevedo, datadas do período 1862-1863*. An. mus. paul., São Paulo, v. 15, n. 1, p. 11-114, June 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142007000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Nov. 2017. Doi: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142007000100002>>.

_____. *Os Pais de Barros e a Imperial Cidade de São Paulo*. Informativo Arquivo Histórico Municipal. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info16/i-estudos.htm>>.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A história do abastecimento e a historiografia brasileira*. Niterói: UFF, 2006. Disponível em <http://www.historia.uff.br/polis/files/texto_7.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2016.

_____. *Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808-1835)*. São Paulo: Alameda, 2010.

CAMPOS JR., Eudes de Mello. *Mercados Públicos da São Paulo Oitocentista*. Informativo Arquivo Histórico Municipal 2 (10): jan/fev. 2007.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo: 1880-1945*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, Edusp, 1971.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Cotidiano de Trabalhadores na República: São Paulo – 1889-1940*. Coleção “Tudo é História”. São Paulo: Brasiliense, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole: 1808-1853. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

ELLIS, Myriam. *Contribuição ao Estudo do Abastecimento das Áreas Mineradoras no Século XVIII*. Rio de Janeiro: MEC, 1961.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

FLANDRIN, Jean; MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo, Estação Liberdade, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIORDANO, Carolina. *Ações Sanitárias na Imperial cidade de São Paulo: mercados e matadouros*. 2006. Dissertação (Mestrado) - Arquitetura e Urbanismo - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

HALL, Michael M. *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*. PhD Dissertation, Columbia University, 1969.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Do Império à República. Tomo II, vol. 5. São Paulo: Difel, 1972.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.

MARQUES, Gabriel. *Ruas e tradições de São Paulo, uma história de cada rua*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1966.

MARTINS, Antônio Egydio. *São Paulo Antigo (1554-1910)*. Editora Paz e Terra, 2003.

MARTINS, Valter. *História de Compra & Venda. Mercados e Abastecimento Urbano em Campinas, 1859-1908*. 2001. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH, Departamento de História, Universidade de São Paulo - USP, 2001

MASCARENHAS, Rodolfo dos Santos. História da Saúde Pública no Estado de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 7:433-46, 1973.

MATOSO, Kátia Maria de Queiróz. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1978.

MILANO, Miguel. *Os Fantasmas da São Paulo Antiga (Estudo histórico-literário da cidade de São Paulo)*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

MOTA, André; SANTOS, Marco AC dos. *Entre algemas e vacinas: medicina, polícia e resistência popular na cidade de São Paulo (1890-1920)*. *Novos Estudos*, 65 (2003): 152-168.

MOTA, André. *Tropeços da Medicina Bandeirante: Medicina Paulista entre 1892-1920*. São Paulo: EDUSP, 2005.

MOURA, Carlos Marcondes de (Org.). *Vida Cotidiana em São Paulo no Século XIX*. 1999, p. 161-162.

MOURA, Denise A. Soares de. *Sociedade Movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo – 1808 – 1850*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

MOURA, Denise Soares de. Relações de Poder e Interesses no Comércio da Carne na Cidade de São Paulo (1765-1822). In: MOURA, Denise; CARVALHO, Margarida Maria; LOPES, Maria Aparecida. *Consumo e Abastecimento na História*. São Paulo: Alameda, 2011.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. *O Trabalho da mulher e do menor na indústria paulistana 1890-1920*. Petrópolis, 1982.

MURILHA, Douglas; SALGADO, Ivone. A arquitetura dos mercados públicos. Tipos, modelos e referências projetuais. *Arquitextos*, São Paulo, ano 12, n. 138.02, *Vitruvius*, nov. 2011 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.138/4113>>.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização São Paulo, 1850-1900*. São Paulo Alameda, 2005.

PAULA, E. Simões de. A segunda fundação de São Paulo. Da pequena cidade à grande metrópole de hoje. *Revista de História*, São Paulo, v. 8, n. 17, p. 167-179, mar. 1954. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36096>>. Acesso em: 21 nov. 2017. Doi:<<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v8i17p167-179>>.

PECHMAN, Robert Moses. Os Excluídos da Rua: Ordem Urbana e Cultura Popular. In: BRESCIANI, Maria Stella (Org.). *Imagens da Cidade séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH/São Paulo – Marco Zero FAPESP, 1993, p. 29-34.

PETRONE, Pasquale. A cidade de São Paulo no século XX. *Revista de História*, São Paulo, v. 10, n. 21-22, p. 127-170, jun., 1955, p. 142. ISSN 2316-9141. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36445/39168>>. Acesso em: 21 nov. 2017. Doi:<<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v10i21-22p127-170>>.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar– Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

REIS FILHO, N. G. *São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

RIBEIRO, Antônio Sérgio. *Verbetes CPDOC*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PRADO,%20Ant%C3%B4nio.pdf>>.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História Sem Fim... Inventário da Saúde Pública São Paulo – 1880 – 1930*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. “São Paulo Republicana: A vida econômica” In: PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo – A cidade na primeira metade do século XX*. São Paulo: Editoria Paz e Terra, 2004.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo/Belo Horizonte: Edusp/Itatiaia, 1976.

SALGADO, Ivone. *Obras Públicas da cidade de São Paulo na metade do século XIX: o higienismo e a construção do cemitério público, do mercado público e do matadouro público*. ANPUH, 2007, p. 4.

SILVA, J. M. Pereira da. *Memórias do Meu Tempo pelo Conselheiro João Manuel Pereira da Silva*. Vol. 3. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.

SILVA, Leopoldo Fernandes de. *O comércio nos bairros populares de São Paulo: os armazéns de secos e molhados (1913-1921)*. 2012. Dissertação (Mestrado) - História, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, Luiz Antônio. *Na Arena de Esculápio: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895-1913)*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Duas cidades, 1983.

TOLEDO, Lafayette de. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, v. 3, 1898.

TOPIK, Steven. *The Political Economy of the Brazilian State, 1889-1930*. Austin: University of Texas Press, 1987.

ZEMELLA, Mafalda. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1990.